

SÉRIE

95

História

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES  
LUCIANO ARONNE DE ABREU  
MILIANDRE GARCIA DE SOUZA  
TATYANA DE AMARAL MAIA

*A Independência*  
e o **Brasil**  
*independente*

vol.  
2

 ediPUCRS

 IMPRENSA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



# PUCRS

## CONSELHO EDITORIAL DA SÉRIE HISTÓRIA

(Editor) **Antonio de Ruggiero**, Alberto Barausse, Angela de Castro Gomes, António Costa Pinto, Claudia Musa Fay, Daniel Aarão Reis Filho, Fulvia Zega, Maria Izilda Santos de Matos, Roberto Sani, Walter Zidarič.

## CONSELHO EDITORIAL EDIPUCRS

**Chanceler** Dom Jaime Spengler

**Reitor** Evilázio Teixeira | **Vice-Reitor** Manuir José Mentges

Carlos Eduardo Lobo e Silva (**Presidente**), Luciano Aronne de Abreu (**Editor-Chefe**), Adelar Fochezatto, Antonio Carlos Hohlfeldt, Antonio de Ruggiero, Cláudia Musa Fay, Helder Gordim da Silveira, Lívia Haygert Pithan, Lucia Maria Martins Giraffa, Maria Martha Campos, Norman Roland Madarasz, Walter F. de Azevedo Jr.

## MEMBROS INTERNACIONAIS

**Fulvia Zega** - Universidade de Gênova, **Jaime Sánchez** - Universidad de Chile, **Moisés Martins** - Universidade do Minho, **Nicole Stefane Edwards** - University Queensland, **Sebastien Talbot** - Universidade de Montréal.

## CONSELHO EDITORIAL IUC

Alexandre Dias Pereira, Ana Maria Botelho Teixeira, Ana Paula Relvas, Cristina Robalo Cordeiro, Francisco José de Baptista Veiga, João Namorado Clímaco, João Rui Pita, Manuel Santos Rosa, Maria João Padez de Castro, Maria José Almeida, Miguel Ferreira, Rui Manuel de Figueiredo Marcos.

---

Conforme a Política Editorial vigente, todos os livros publicados pela editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (EDIPUCRS) passam por avaliação de pares e aprovação do Conselho Editorial.

---

LUCIANO ARONNE DE ABREU  
JOÃO PAULO AVELÃS NUNES  
MILIANDRE GARCIA  
TATYANA DE AMARAL MAIA  
ORGANIZADORES

# *A Independência e o Brasil independente*

Série História | 95

vol.  
2

edipucrs

I|U  
IMPRENSA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

PORTO ALEGRE  
2022

© EDIPUCRS 2022

**CAPA E DIAGRAMAÇÃO** CAMILA BORGES

**IMAGENS DE CAPA E CONTRACAPA** ARQUIVO NACIONAL,  
BR RJANRIO 02.0.FOT.494(8) E FREEPIK.

**REVISÃO** GAIA REVISÃO TEXTUAL

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

I38 A independência e o Brasil independente / Luciano Aronne de Abreu  
... [et al.] organizadores. – Porto Alegre : ediPUCRS : Coimbra  
University Press, 2022.  
2 v. – (Série História ; 94-95)

ISBN 978-65-5623-318-5 (ediPUCRS) (v. 1)

ISBN 978-989-26-2371-9 (Coimbra University Press) (v. 1)

ISBN 978-65-5623-320-8 (ediPUCRS) (v. 2)

ISBN 978-989-26-2373-3 (Coimbra University Press) (v. 2)

1. Brasil – História. 2. Ciência política. I. Abreu, Luciano Aronne de.  
II. Série.

CDD 23.ed. 981

Loiva Duarte Novak – CRB-10/2079

Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

Todos os direitos desta edição estão reservados, inclusive o de reprodução total ou parcial, em qualquer  
meio, com base na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, Lei de Direitos Autorais.



Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33

Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900

Porto Alegre – RS – Brasil

Fone/fax: (51) 3320 3711

E-mail: edipucrs@pucrs.br

Site: www.pucrs.br/edipucrs

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 7

### PARTE 1

#### RELAÇÕES INTERNACIONAIS, IMIGRAÇÕES

“O BRASIL CONTINUA A SER BEM POUCA COISA.” O BRASIL NA  
DIPLOMACIA E NA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA NO IMEDIATO  
PÓS-GUERRA: 1945-1947.....15

FERNANDO MARTINS

ANGOLA: O BRASIL COMO HORIZONTE..... 79

FERNANDO TAVARES PIMENTA

BRASIL E ESTADOS UNIDOS DESDE A INDEPENDÊNCIA..... 135

BRUNO BIASETTO

LAS MIRADAS DE ESPAÑA HACIA EL BRASIL INDEPENDIENTE:  
MIOPÍA, LUCES Y FULGORES (1822-2022)..... 159

BRUNO AYLLÓN PINO

GERMAN-BRAZILIANS BETWEEN CONFLICTING  
NATION-STATE INTERESTS: THE QUEST FOR CULTURAL  
PLURALISM, 1871-1950S..... 199

JENS R. HENTSCHKE

---

PARTE 2

OLHARES MÚLTIPLOS

HISTÓRIAS PARA “INCOMODAR” GENTE GRANDE: ESCRAVIDÃO,  
VIOLÊNCIAS E POLÍTICAS DO PRESENTE SOBRE O PASSADO  
BRASILEIRO.....241

LUCIANA DA CRUZ BRITO

ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NO BRASIL  
INDEPENDENTE .....269

MAURO CEZAR COELHO

ESPELHOS DA NAÇÃO: FOTOGRAFIA PÚBLICA NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO EM TRÊS TRAJETÓRIAS VISUAIS.....309

ANA MARIA MAUAD

COMEMORAR E VIGIAR: O SESQUICENTENÁRIO DA  
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, 1972 ..... 353

JANAINA MARTINS CORDEIRO

SOBRE OS AUTORES.....379

## Apresentação

Como bem nos indica Marc Bloch (2001, p. 65), “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”. Nesse sentido, portanto, a presente obra se propõe justamente a compreender o Brasil de hoje, dois séculos após sua independência de Portugal, com base em importantes reflexões sobre o seu processo histórico de construção política, econômica, social, cultural e identitária da nação, suas continuidades e rupturas, convergências e divergências, internas e externas, em relação a si próprio e às demais nações. Para tanto, os textos aqui reunidos, de importantes pesquisadores nacionais e internacionais, serão divididos em dois volumes.

No primeiro volume, dividido em 7 capítulos, tem-se por objetivo refletir sobre o *papel do Estado, a democracia nacional e a questão do desenvolvimento*, sua formação e evolução histórica, dos tempos monárquicos à República, em seus diferentes regimes; e a *cultura e identidade nacional*, sua construção, suas representações e suas diferentes formas de manifestação, por meio da produção artística e intelectual.

No capítulo 1, “A construção da modernidade brasileira: revisitando significados, ampliando sentidos (1922-2022)”, João Paulo Avelãs Nunes, Luciano Aronne de Abreu, Miliandre Garcia e Tatyana de Amaral Maia fazem uma reflexão baseada na historiografia sobre os modernismos e as diferentes leituras sobre a construção da

modernidade no Brasil entre os anos de 1920 e 1980. A parte final do capítulo propõe um olhar da historiografia portuguesa sobre os duzentos anos do Brasil independente.

O capítulo 2, “Cultura brasileira, 200 anos: uma revisão histórica dos projetos de identidade nacional brasileira”, de Marcos Napolitano, é uma reflexão acerca dos projetos políticos, intelectuais e artísticos em torno da identidade nacional no Brasil entre os séculos XIX e XX, período no qual o nacionalismo marcou profundamente o debate político e cultural no Brasil, até seu esgotamento a partir de 1980.

No capítulo 3, “Duzentos anos depois: as matrizes de compreensão da identidade nacional brasileira (séculos XIX-XXI)”, Marçal de Menezes Paredes faz uma História Intelectual da construção da nação, partindo de diferentes matrizes intelectuais na compreensão das representações e disputas discursivas sobre o Brasil e a nação ao longo desses duzentos anos de um Brasil independente.

No capítulo 4, “Um novo Éden: história e natureza em escritas literárias sobre a Independência do Brasil”, Luciana Murari se dedica à construção narrativa baseando-se na literatura das representações sobre o país como nação, com destaque para o episódio da Independência e sua articulação ao espaço físico e natural.

O capítulo 5, “O 7 de Setembro na dramaturgia brasileira oitocentista: disputas de sentido e de interpretação em torno da Independência”, de Silvia Cristina Martins de Souza, reconstrói a História de uma ausência. A autora busca compreender a ausência da temática da Independência no teatro brasileiro do século XIX em contraposição a outros eventos políticos que, na mesma época, eram considerados mais relevantes de representação teatral, tal como a Guerra do Paraguai.

O capítulo 6, “Sobre a eficácia simbólica do 7 de Setembro”, de Lilia Moritz Schwarcz, propõe uma análise sobre a eficácia política do simbólico, com ênfase na iconografia oficial, na construção de

uma imagem pública do Imperador promovida habilmente pelo Estado imperial.

No capítulo 7, “Entre vagões e locomotivas: a questão regional na história do Brasil independente”, Durval Muniz de Albuquerque Júnior faz uma análise da construção dos regionalismos a partir da Independência política e da importância do território e da geografia na formação do imaginário nacional.

No segundo volume, cuja primeira parte se constitui dos capítulos 8 a 12, tem-se por objetivo refletir sobre o olhar do outro a respeito do processo histórico de construção política, econômica, social, cultural e identitária da Nação brasileira, com destaque para as diferentes relações que esses países estabeleceram com o Brasil desde sua independência até os dias de hoje. A esse respeito, destacam-se países de diferentes continentes, tais como Portugal e Espanha, ambos com influência mais ou menos direta na conformação territorial e de fronteiras do Brasil, de sua sociedade e modelo de Estado pós-independência; Alemanha, Uruguai, Estados Unidos e países africanos, especialmente aqueles de origem lusófona.

No capítulo 8, “‘O Brasil continua a ser bem pouca coisa.’ O Brasil na diplomacia e na política externa portuguesa no imediato pós-guerra: 1945-1947”, de Fernando Martins, o autor destaca as proximidades e diferenças dos dois países em relação à guerra e à dificuldade de construção de uma política externa próxima entre ambos, a despeito de circular no imaginário social de ambos os países a importância do Brasil para Portugal.

O capítulo 9, “Angola: o Brasil como horizonte”, de Fernando Tavares Pimenta, investiga a influência do Brasil no imaginário político angolano e seu impacto desde 1922 até o final do século XX.

No capítulo 10, “Brasil e Estados Unidos desde a Independência”, Bruno Biasetto analisa a visão de diferentes atores – diplomatas,

políticos, artistas e empresários norte-americanos – sobre o Brasil em momentos-chave dos séculos XIX e XX.

O capítulo 11, “Las miradas de España hacia el Brasil independiente: miopía, luces y fulgores (1822-2022)”, de Bruno Ayllón Pino, apresenta os diversos olhares do governo espanhol e dos demais agentes sociais sobre o Brasil nesses dois séculos pós-independência, identificando a existência de duas grandes fases nas relações Brasil-Espanha: o período de 1822-1922 e o período 1922 até os dias atuais.

No capítulo 12, “German-Brazilians between Conflicting Nation-State Interests: The Quest for Cultural Pluralism, 1871-1950”, Jens R. Hentschke propõe uma reflexão sobre o impacto da imigração alemã para o Brasil como representativo das relações entre os dois países, analisando as mudanças ocorridas ao longo da conjuntura de 1871 e 1950. Trata-se de um período marcado por acontecimentos políticos relevantes nos dois países e cujo impacto pode ser medido a partir da análise do processo migratório.

Na segunda parte desse volume, que se constitui dos capítulos 13 a 16, privilegiam-se múltiplos olhares sobre questões relacionadas à escravidão, ao ensino da História e às comemorações e representações visuais sobre a nação, considerando-se os avanços da historiografia nestas últimas décadas em novas direções analíticas, incorporando muitas pautas socialmente vivas, tais como as lutas antirracistas, o ensino de História como campo de pesquisa, gênero, História Pública e os usos do passado.

O capítulo 13, “Histórias para ‘incomodar’ gente grande: escravidão, violências e políticas do presente sobre o passado brasileiro”, de Luciana da Cruz Brito, traz uma reflexão sobre a escravidão como tema sensível e a construção de uma narrativa sobre o passado oficial ainda marcada por leituras laudatórias da experiência colonial.

No capítulo 14, “Ensino de História e formação para a cidadania no Brasil independente”, Mauro Cezar Coelho traz o ensino de

História como campo de pesquisa ao investigar a história do ensino de História no Brasil a partir do eixo da cidadania. A compreensão do “ser cidadão” no Brasil passou por mudanças sensíveis nesses duzentos anos, e o ensino de História acompanhou e incorporou parte dessas mudanças, processo associado às próprias mudanças ocorridas no campo historiográfico.

O capítulo 15, “Espelhos da nação: fotografia pública no Brasil contemporâneo em três trajetórias visuais”, de Ana Maria Mauad, faz uma reflexão sobre três fotógrafas mulheres dedicadas ao registro da nação entre os anos de 1940 e 1990. A autora propõe uma análise da atuação dessas mulheres na construção de uma história pública através das imagens, analisando o papel das imagens fotográficas na construção de uma narrativa histórica.

Por fim, o capítulo 16, “Comemorar e vigiar: o sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972”, de Janaina Martins Cordeiro, é dedicado às comemorações oficiais do sesquicentenário da Independência, organizado no auge do chamado “milagre econômico” do governo do general Médici. Com base nas narrativas sobre o passado construídas pela ditadura, a autora analisa os usos políticos na busca pela legitimidade do regime.

*Organizadores*

## Referência

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

*vol.*  
*2*

***Relações  
internacionais,  
imigrações***

“O Brasil continua a ser bem pouca coisa.”<sup>1</sup>

## O Brasil na diplomacia e na política externa portuguesa no imediato pós-guerra: 1945-1947

Fernando Martins



A Segunda Guerra Mundial foi o mais global e globalizado dos grandes acontecimentos do século XX. No entanto, Portugal e Brasil atravessaram-no de diferente maneira.<sup>2</sup> Uma das razões dessa dife-

<sup>1</sup> Carta de Pedro Theotónio... (20 dez. 1946 *apud* MARTINS, 2020, p. 528).

<sup>2</sup> “[...] by 1939-40 the world was rapidly becoming one” (BARTLETT, 1994, p. 226; WEINBERG, 1995; MAWDSLEY, 2015; HANSON, 2020). Richard Overy (2015, p. 299) considera que a Grande Guerra e a Segunda Mundial foram, inequivocamente, “duas guerras mundiais que dominaram” os trinta e um anos que se estenderam de 1914 a 1945. Recorda, porém, que os dois conflitos tiveram origem em confrontos regionais ocorridos na “Europa de sudeste e do leste” entre dois Estados: Império Austro-Húngaro e Sérvia em julho de 1914; Alemanha e Polónia em setembro de 1939. Acrescenta depois que naquelas duas datas, e vistos os confrontos militares iniciais, ninguém podia supor que ambos acabariam por conduzir a dois conflitos globais. Hanson (2020, p. 12-13), ao contrário de Overy, considera a Segunda Guerra Mundial a primeira guerra mundial, ou global.

rença era elementar. Decorria da realidade geopolítica. Portugal, um país localizado na Europa, no extremo ocidental da Península Ibérica, governava os arquipélagos dos Açores, da Madeira, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe e ainda territórios coloniais situados no continente africano (Guiné-Bissau, Angola e Moçambique), na Ásia (Goa, Diu e Damão, no subcontinente indiano, e Macau, na China) e na Oceania (Timor-Leste). Esses territórios, espalhados por quatro continentes, eram banhados por três oceanos: Atlântico, Índico e Pacífico. O Estado português, pluricontinental, tinha, portanto, fronteiras com a Espanha na Europa e com os impérios coloniais europeus (belga, holandês, francês e britânico), localizados em África e no Oriente. Possuía, finalmente, fronteiras com a China, apesar de, entre 1938 e 1945, os territórios chineses que delimitavam Macau se encontrarem ocupados por forças militares japonesas. Além disso, e durante esse período, Macau tornou-se, de facto, num proto-protetorado japonês, um porto de abrigo que chegou a albergar cerca de 500 mil refugiados e foi ainda alvo de ações militares, nipónicas e norte-americanas, que provocaram várias baixas e importantes danos materiais (GUNN, 2017). Portugal era um Estado europeu, e os seus interesses essenciais jogavam-se na Europa. No entanto, era também uma potência colonial, por isso global, pelo que uma parte dos seus interesses, com repercussões na metrópole, jogavam-se em quatro continentes e em três oceanos.

A segunda diferença entre Portugal e Brasil, independentemente daquela que foi a vontade das autoridades civis e militares portuguesas (uma vontade influenciada, ou até determinada, pelos acontecimentos e pelas circunstâncias “nacionais” e “internacionais”), decorreu do facto de Portugal ter permanecido neutral do primeiro ao último dia da guerra. Isso apesar de a declaração inicial de neutralidade portuguesa ter sido condicional (SALAZAR, 1959a, p.

174)<sup>3</sup>, de vigorar uma aliança luso-britânica ou de, a partir de 1943 e 1944, a neutralidade quase estrita até então praticada pelo Estado português se ter transformado numa neutralidade colaborante, primeiro com o Reino Unido (RU) e, depois, com os Estados Unidos da América (EUA).

Por outro lado, no Oriente, e para além do caso macaense, a neutralidade portuguesa foi violada como consequência da ocupação de Timor por tropas holandesas e australianas em dezembro de 1941, seguida pela invasão e ocupação daquela colónia por forças do exército nipónico entre o início de 1942 e o fim da guerra na Ásia e no Pacífico. Portanto, é evidente que a neutralidade portuguesa era e foi, na China e, sobretudo, em Timor, mais do que na Europa ou em África, uma realidade política e diplomaticamente peculiar, uma vez que a soberania exercida em Macau se encontrava profundamente limitada, ao passo que em Timor deixou sequer de poder ser praticada.<sup>4</sup>

Nesse contexto regional e global, além de cultivarem um relacionamento preferencial com o RU e, depois, com os EUA (nesse caso sempre de forma muito cautelosa), as autoridades portuguesas puseram em prática uma política externa e de defesa que procurava preservar a integridade e a segurança do Estado, das populações e dos territórios. Desse modo, a política externa e a diplomacia, mas também a política de defesa e a política de segurança interna, estiveram ainda atentas ao comportamento do vizinho ibérico, desenvolvendo uma estratégia

<sup>3</sup> Nota oficial do governo, de 1º de setembro de 1939, publicada nos jornais do dia 2. Note-se que numa conversa entre Salazar e o ministro alemão em Lisboa, este diplomata fez “referência” à possibilidade, não apenas teórica, de a “neutralidade [portuguesa] de agora” poder vir a “ser abandonada mais tarde”. Salazar respondeu recordando o óbvio: “[...] [n]a última guerra, [...] os países se viram obrigados a entrar nela uns após outros”, e como não se podia fazer “ideia do desenvolvimento” do conflito em curso, era impossível afirmar-se, a “certa altura”, Portugal “ou outros”, não teriam de “defender quaisquer interesses vitais” (PORTUGAL, 1939; 1973, p. 523-524).

<sup>4</sup> A situação vivida em Timor a partir do início da ocupação japonesa tinha algumas semelhanças com a ocorrida na Indochina francesa desde o verão de 1940 (THOMAS, 1998, p. 191-221; DUROSELLE, 1986, p. 320-327).

orientada pela pretensão de tentar travar, ou pelo menos atrasar, a beligerância da Espanha franquista (MARTINS, 2020, p. 351-463). Nos anos da guerra, mas também na conjuntura que antecedeu o seu início, os responsáveis políticos estiveram ainda atentos à evolução da política externa, da diplomacia ou dos acontecimentos civis e militares ocorridos na Alemanha e Itália, assim como na França, Bélgica, Holanda e com a Santa Sé, sendo ainda o Japão, a China, a Austrália e a África do Sul, pelas mais elementares razões geopolíticas, atores e interlocutores a quem as autoridades portuguesas prestaram a maior das atenções, recolhendo informações, estabelecendo contactos e tentando criar, recuperar e preservar práticas negociais.<sup>6</sup>

Por último, sobretudo na primeira metade da guerra, a política externa portuguesa vislumbrou no Brasil e, acessoriamente, nas demais repúblicas sul-americanas, a condição de interlocutores privilegiados numa conjuntura que, desde a década de 1930, evoluiu para a formação e consolidação de blocos de Estados. Estes tinham como denominadores comuns traços identitários de natureza cultural, linguística, religiosa ou político-ideológica, mas ainda (de facto ou idealmente) de potencial cooperação em áreas mais prosaicas, mas não menos importantes, como o comércio externo, as migrações, a partilha de tecnologia e a cooperação nas áreas da ciência e da defesa.<sup>7</sup>

No Brasil, e por comparação com o caso português, os desafios, as oportunidades e os constrangimentos colocados pelo deflagrar da Segunda Guerra Mundial foram substancialmente diferentes. Em primeiro lugar, geopoliticamente, o Brasil encontrava-se muito

<sup>5</sup> Com quem Portugal celebrou, em 1940, uma Concordata e um Acordo Missionário (CRUZ, 1999, p. 51-92; SANTOS, 2016, p. 108-147).

<sup>6</sup> Cf. MNE (1973). Trata-se de uma volumosa e bastante completa coletânea (15 volumes) de documentos portugueses, na sua esmagadora maioria de natureza político-diplomática, que acompanham e ilustram a história da política externa lusa entre 1936 e 1947.

<sup>7</sup> Sobre as políticas externa e de defesa de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial, veja-se: Martins (2020, p. 400-463); Oliveira (2000, p. 165-234); Janeiro (1998); Telo (1991, 1987); Meneses (2009, p. 223-333); Pereira (2012, p. 187-449); e Ferreira (1992, p. 203-222). Veja-se ainda: Castaño (2006) e Lopes (2021).

mais afastado, do que o Portugal metropolitano ou ultramarino, das regiões em que a guerra ocorreu. As Américas (do Sul, Central e do Norte) nunca foram campo de batalha. Por outro lado, o Atlântico Sul, sobretudo por comparação com o Atlântico Norte, mas também com o Pacífico ou, até, com o Índico, foi, do ponto de vista bélico, um espaço periférico ao longo de praticamente todo o conflito. Em segundo lugar, se a realidade geográfica colocava teoricamente o Brasil mais longe da guerra do que Portugal, na verdade os condicionamentos geopolíticos limitaram, desde muito cedo, a margem de manobra político-diplomática do Brasil. Depois de setembro de 1939, especialmente após a queda da França em junho de 1940, o Brasil de Getúlio Vargas viu-se forçado a “alijar aquela que [até então] tinha sido designada como uma política de ‘equilíbrio pragmático’” em face das grandes potências que tinham importantes “interesses estratégicos e económicos no Brasil” e que, desde 1930, eram, essencialmente, os EUA e a Alemanha.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Num discurso pronunciado a 31 de dezembro de 1939 perante o comité dos assuntos militares do Senado, o presidente Franklin Delano Roosevelt (FDR) enunciou os perigos para os EUA decorrentes de uma vitória militar do “Eixo” germano-italiano na Europa, destacando ainda a “ameaça potencial do Eixo à América Latina”. Ainda que esse diagnóstico possa parecer exagerado, ele tinha causas diretas na tentativa de golpe falhado ocorrido no Brasil em maio de 1938. Havia a suspeita, por parte do Departamento de Estado, de um envolvimento alemão naquele evento, o que, porém, nunca foi confirmado (BARTLETT, 1994, p. 206-207). Sobre as repercussões do golpe integralista falhado, de 10 e 11 de maio de 1938, nas relações germano-brasileiras, assim como uma análise dos altos e baixos dessas relações em 1938-1939, veja-se: Weinberg (1994, p. 255-260). Nessa obra também é sublinhada a incompatibilidade entre a política de nacionalização das comunidades imigrantes, levada a cabo pelo governo Vargas, e o processo de nazificação e germanização das populações germanófilas imigradas no Brasil, conduzido pelo governo alemão e, sobretudo, pelo Partido Nazi; esse conflito foi particularmente evidente entre o *Anschluss* (12 de março de 1938) e o Inverno de 1938-1939, perdendo depois relevância, tendo, nas relações bilaterais, as questões ideológicas dado lugar à supremacia dos interesses económicos alemães e brasileiros. No entanto, e até ao início da guerra, a influência da Alemanha Nacional-Socialista no Brasil, e noutros estados sul-americanos, foi predominantemente de natureza comercial, independentemente de as estruturas externas do partido Nazi terem conseguido influenciar politicamente a generalidade dos imigrantes alemães e seus descendentes que viviam na América do Sul. Como é óbvio, os acordos comerciais celebrados criavam oportunidades para que aumentasse a influência política. No entanto, antes de 1938, e com exceção do Brasil, não havia sinais de quaisquer “repercussões políticas” decorrentes da intensificação dos laços comerciais ou da ação do Partido Nazi (WEINBERG, 1994, p. 157-158). Ainda assim, em janeiro de 1939, Roosevelt

Iniciada a guerra, o governo brasileiro passou a decidir e a agir num espaço cada vez mais estreito e no qual as suas opções se iam, portanto, reduzindo. Se, por um lado, havia escolhas que deviam ser feitas, por outro, a possibilidade de escolher não existia, ou era muitíssimo limitada, uma vez que a geopolítica e quaisquer considerações racionais, de natureza política, militar, económica ou financeira, levariam o Brasil a juntar-se aos EUA no apoio à Grã-Bretanha na guerra contra a Alemanha e a Itália (BETHELL, 2008a, p. 66-67). Isso apesar de, aparentemente sem o conhecimento do seu ministro das Relações Exteriores, em 1939 e 1940 Getúlio Vargas retratar “repetidamente” o Brasil, em conversas com o embaixador alemão, como o “baluarte contra a inclusão da América do Sul na política antigermânica de Roosevelt” (DALLEK, 1995, p. 235). Para o Brasil, portanto, a questão não estava em saber se ia ter uma política externa própria, podendo optar pela neutralidade ou pela beligerância ao lado dos EUA ou da Alemanha e da Itália, mas em reconhecer que a vontade e a liderança norte-americana teriam de ser seguidas, pelo que, perante essa inevitabilidade, seriam tomadas decisões que se limitariam a rentabilizar, tanto quanto possível, esse seguidismo.<sup>9</sup>

referiu-se em privado a uma “possível insurgência” do milhão e meio de alemães que viviam no Sul do Brasil e que, portanto, “poderiam criar uma base” a ser usada por “forças Nazis”. Por outro lado, o primeiro exercício militar levado a cabo pela reformada e renovada frota da Armada dos EUA, baseada na Costa Leste, foi concebido para atuar num cenário em que a vasos da marinha de guerra alemã rumavam ao Brasil para ajudar uma revolta pró-germânica ocorrida naquele país. Finalmente, em abril daquele ano, Roosevelt confidenciou a alguns jornalistas que as potências do Eixo tinham “mil e quinhentos aviões capazes de atravessarem o Atlântico para o Brasil apenas num só dia” (reabastecer-se-iam em Cabo Verde). Ainda segundo FDR, uma vez estacionadas em países como o Brasil ou o México, as forças do Eixo poderiam “ameaçar Nova Orleães num par de horas” (REYNOLDS, 2001, p. 43-44).

<sup>9</sup> FDR foi o primeiro presidente norte-americano a encontrar-se com representantes diplomáticos de quatro países latino-americanos creditados em Washington (Argentina, Brasil, Chile e México). Fê-lo na sequência da revolução que derrubou o presidente Céspedes, de Cuba, no início de setembro de 1933. No entanto, à medida que a guerra na Europa parecia cada vez mais inevitável, sobretudo depois de ter iniciado em setembro de 1939, a política externa dos EUA para a América Latina voltou à sua fórmula original. As inquietações dos governos latino-americanos podiam ser ouvidas, mas se davam num contexto em que as preocupações e os interesses da Administração Roosevelt prevaleciam e exigiam a submissão da política

A Administração Roosevelt decidiu, unilateralmente, em abril de 1940, traçar uma linha ao longo do meridiano de 36°, localizado a meio caminho entre o Brasil e a África, incluindo os Açores e grande parte da Groenlândia (entregue pelo governo dinamarquês no exílio aos EUA para que estes protegessem aquele território), a ocidente dessa linha e para além da qual os EUA monitorizavam a movimentação de navios do Eixo, reportando as suas movimentações ao RU. Desse modo, os EUA também se reservavam o direito de usar a força contra os mesmos vasos de guerra do Eixo, sempre que estes constituíssem uma ameaça à navegação sob bandeira dos EUA ou a territórios do Hemisfério Ocidental, incluindo a Groenlândia. Assim, tem-se a noção clara daqueles que eram os limites à ação dos Estados latino-americanos no contexto da guerra.<sup>10</sup>

O Brasil acabou por declarar guerra à Alemanha e à Itália a 22 de agosto de 1942, na sequência de uma série de ataques realizados por

externa daqueles Estados aos interesses dos EUA e às diretivas emanadas de Washington. Parecia, aliás, que havia fatos que legitimavam essa política. Por exemplo, após a queda da França, Roosevelt recebeu repetidamente avisos da existência de intenções e de episódios de “subversão Nazi” no “Brasil, Chile, Uruguai, Colômbia, Equador, Venezuela, Panamá e México”. Por outro lado, e a partir do fim de maio de 1940, “Roosevelt concluiu que a continuação das vitórias Nazis iria levar a Alemanha a tentar derrubar os governos existentes na América Latina, transferindo para seu controlo as possessões holandesas e francesas existentes no Hemisfério Ocidental”. Roosevelt também considerava muito provável que a frota francesa do Mediterrâneo, e que os britânicos destruíram na sequência do ataque realizado ao porto argelino de Mers El-Kébir no início de julho de 1940, pudesse ser colocada sob comando alemão. Por último, a administração norte-americana não descartava uma ocupação alemã das colónias francesas situadas na África Ocidental. Obviamente, essa leitura dos fatos e a possibilidade da sua ocorrência era “como que o prelúdio de um ataque ao Brasil e ao resto da América do Sul” (DALLEK, 1995, p. 62-66; 233). Sobre Mers El-Kébir, ver ainda: Duroselle (1986, p. 291-299). No entanto, e na sequência da Conferência de Havana ocorrida em julho de 1940, que reuniu os ministros dos Negócios Estrangeiros de 21 repúblicas americanas, foi proclamada a oposição a qualquer transferência de soberania dos territórios europeus localizados no hemisfério ocidental. Foi ainda decidido que, em determinadas circunstâncias, aquelas repúblicas poderiam, provisoriamente, ocupar e administrar parte ou a totalidade desses territórios. Finalmente, cabe registar que vários estados americanos tinham a ambição de incorporar os territórios coloniais europeus ainda existente no hemisfério ocidental: a Guatemala, as Honduras britânicas; a Venezuela, Curaçau; o Brasil, as três Guianas; e, sobretudo, a Argentina, as ilhas Falkland (DUROSELLE, 1986, p. 330).

<sup>10</sup> Nesse contexto foi elaborado e posto em prática, pelas autoridades norte-americanas, o “Western Hemisphere Defense Plan” (REYNOLDS, 2001, p. 127).

submarinos alemães contra navios brasileiros, embora as causas dessa decisão estivessem para além desses factos (WEINBERG, 1994, p. 372).<sup>11</sup> No entanto, manteve até ao início de 1943 uma posição de “ambivalência” relativamente ao conflito. De facto, só nos primeiros meses de 1943 ficou assente que o Brasil participaria no conflito. Foi então formado e enviado para a Europa um corpo expedicionário próprio, e foram também explicitados os seus objetivos de guerra. Destes, apenas dois eram definidos no plano das suas relações bilaterais. Com os EUA, o Brasil tinha como propósito desenvolver uma solidariedade mais íntima e confiante; no caso de Portugal, e das suas possessões coloniais, o governo do Rio procurava criar e consolidar uma “maior e crescente ascendência [...]” política (MCCANN, 1979, p. 70-71).

Por fim, importa sublinhar que no Brasil, muito mais do que em Portugal, a guerra teve um efeito profundo e duradouro na vida política interna, em parte como consequência da beligerância, mas também pelo facto da sociedade brasileira, as suas instituições políticas e o seu quotidiano social e político, sobretudo nas regiões mais industrializadas e urbanizadas, se terem revelado, por comparação com Portugal, muito mais permeáveis à influência transformadora propiciada pela guerra (BETHELL, 2008a, p. 69).<sup>12</sup>

Uma vez terminado o conflito (na Europa, em África e no Atlântico Norte), o Brasil, que fora o único país latino-americano a enviar para a Europa, em 1944, um corpo expedicionário que combateu em Itália, podia considerar-se novamente em paz. Isso apesar de o conflito prosseguir

<sup>11</sup> Esses ataques tiveram na opinião pública brasileira um efeito idêntico àquele produzido nos EUA pelo ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, resolvendo o debate em curso no Brasil a favor dos beligerantes.

<sup>12</sup> Deve assinalar-se o facto de os oficiais que fizeram parte do contingente militar brasileiro que combateu em Itália terem desempenhado um papel importante na vida política após o fim da guerra (WEINBERG, 1995, p. 505). Sobre a política externa e a diplomacia que conduziu à beligerância do Brasil na Segunda Guerra Mundial, veja-se: Bethell (2008a, p. 66-84); Seitenfus (2003). Sobre a política externa brasileira nos anos da guerra e imediatamente anteriores ao deflagrar do conflito, veja-se: Corsi (2000). Sobre as relações EUA-Brasil, veja-se: McCann Jr. (1995). Sobre o impacto da guerra no quotidiano político, económico e social do Portugal metropolitano, veja-se: Rosas (1994, p. 300-415).

no Pacífico e na Ásia (o Brasil declarou guerra ao Japão em maio de 1945, mas não interveio militarmente no conflito com os nipónicos) e de, no momento da rendição da Alemanha, parecer inevitável que no Oriente a guerra fosse durar alguns anos e cobrar milhões de vidas, tanto de militares como de civis.<sup>13</sup> Para Portugal, não foi assim.

No início do verão de 1945, a ameaça de guerra já desaparecera na Europa, porém não só se mantinha às portas de Macau como o território de Timor continuava sob ocupação nipónica, não se prevendo quando e como seria ali restaurada e internacionalmente reconhecida a soberania portuguesa. Caso os norte-americanos não tivessem usado armas nucleares no Japão, é impossível saber até quando, e com que resultados, a guerra na Ásia Oriental, em todo o sudeste asiático e Pacífico, se iria prolongar. Tendo em conta o olhar que lançamos sobre o estatuto de Portugal e do Brasil na guerra, é difícil imaginar que impacto essa realidade prognosticada, mas não concretizada, poderia ter tido na política interna e externa dos dois países.



Uma vez concluído o conflito, Portugal e Brasil encontravam-se em situações diferentes, mas, nos dois casos, não totalmente confortáveis. No plano externo, o Brasil rentabilizou a sua beligerância participando da Conferência de São Francisco, que discutiu, redigiu e aprovou a *Carta das Nações Unidas* e deu vida à nova organização internacional que substituiu a Sociedade das Nações (SDN), a

<sup>13</sup> A entrada do Brasil na guerra, e em especial o envio de tropas para a Itália, permitiu que o Estado brasileiro recebesse a maior fatia do apoio financeiro disponibilizado pelos EUA a países latino-americanos durante o conflito e nos anos do imediato pós-guerra, assim como que as Forças Armadas brasileiras se tornassem as maiores e mais fortes de toda a América do Sul (CALVOCORESSI; PRITCHARD, 1989, p. 215).

Organização das Nações Unidas (ONU). Paralelamente, vira como fora reforçado o seu papel de principal interlocutor e parceiro dos EUA na América do Sul. O Brasil, aliás, entre 1946 e 1955 – anos em que, respetivamente, Portugal fez o seu primeiro pedido (recusado) de adesão à ONU e seria admitido como Estado-membro dessa organização –, foi membro não permanente do Conselho de Segurança (1946-1947, 1951-1952 e 1954-1955). Ou seja, também na ONU, sobretudo na ONU, o estatuto e o prestígio único conseguidos pelo Brasil entre os países sul-americanos eram incontestados e incontestáveis, sendo evidente que a sua beligerância e, antes disso, a sua aceitação do papel hegemónico desempenhado pelos EUA em todo o hemisfério ocidental tinham sido recompensados. Na política interna, porém, em setembro, o presidente e líder político do Estado Novo foi afastado do poder pelos militares, e o regime vigente foi formalmente liquidado, facto que mergulhou o Brasil num estado de indefinição política que se repercutiu no plano externo, para além da ONU, nomeadamente nas suas relações com a Europa, a União Soviética e os EUA.

No caso de Portugal, a situação política interna, que vinha sendo trabalhada por Salazar e outras figuras de proa do regime, para enfrentar com êxito os acontecimentos indesejáveis que o fim da guerra inevitavelmente traria, manteve-se estável, apesar da agitação política e social registada entre 1942 e 1945. Isso apesar de as oposições terem bramido argumentos e mobilizado meios com o intuito de derrubar o ditador e a ditadura, independentemente de ser convicção da oposição externa ao regime – vista as suas fraquezas e contradições – que ou o regime ruía incapaz de superar as novas circunstâncias e as suas contradições, ou seria derrubado do exterior por pressão exercida pelas potências vencedoras, *i.e.* RU e EUA. Mas se o regime não caiu, fosse por causas externas, ou internas, no plano internacional, e no imediato, o governo e o regime tinham pouco para apresentar em seu

favor aos portugueses, para além do crédito acumulado pelo facto de Portugal ter permanecido neutro no decurso de todo o conflito militar, ter preservado a integridade do território nacional, metropolitano e ultramarino e não ter sido ostracizado, ou sequer hostilizado, pelos vencedores, ao contrário do sucedido com a Espanha.<sup>14</sup> Portanto, as chagas macaense e timorense, não sendo despiciendas, eram pouco relevantes tanto aos olhos da opinião pública na metrópole como no ultramar, e a neutralidade colaborante nascida no final do verão de 1943, com a cedência, para uso militar, de “facilidades” aos britânicos no Arquipélago dos Açores, e estendidas aos EUA no ano seguinte, comprara a sobrevivência do salazarismo.

No entanto, em 1945 e 1946, a neutralidade poucos dividendos trouxe. Nomeadamente no que dizia respeito ao processo de edificação de uma nova ordem internacional, sobretudo naquele momento, curto, em que se supôs que à ONU caberia desempenhar um papel destacado na formação e consolidação da nova ordem internacional. Nesse contexto, Portugal e a sua liderança política aparentaram, e eventualmente sofreram, alguma desorientação diante de um mundo novo, e no qual era difícil encaixar uma política externa que sobrepunha o bilateralismo ao multilateralismo e que desconfiava de uma instituição, a ONU, que tudo parecia querer resolver e que dava aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança um protagonismo que, por exemplo, nunca existira na SDN. É claro que nunca esteve em causa uma integração normal de Portugal na ordem internacional do pós-guerra, sobretudo a partir do momento em que Londres, Washington e Paris não eram hostis a Lisboa (e

<sup>14</sup> Pode afirmar-se, sem dificuldade, que 1946 foi o único ano difícil no pós-guerra para Portugal, ao coincidir com a extinção da SDN e o pedido frustrado de admissão à ONU feito pelo Governo de Lisboa. A partir de 1947, porém, tudo começou a mudar. Sobre a capacidade de adaptação da política externa e da diplomacia portuguesa às profundas transformações conhecidas pela política internacional entre meados da década de 1930 e finais da década de 1940, veja-se: Martins (2001).

nunca o foram). No entanto, e essas eram as regras do jogo, não foi facultado ao governo português a desejada e padronizada inserção nessa nova ordem. A atribuição do estatuto de Estado fundador da ONU<sup>15</sup> teria passado pela participação de uma delegação do Estado português nos trabalhos da Conferência de São Francisco. Essa situação seria agravada, ainda que sem grandes consequências a prazo para o prestígio e estatuto de Portugal, quando o seu primeiro pedido de adesão à ONU, apresentado após diligências diplomáticas realizadas por representantes dos governos norte-americano e britânico, foi vetado pela União Soviética (MARTINS, 2021a; 2021b).<sup>16</sup>

No contexto do imediato pós-guerra, o Estado português não era indiferente, nem podia ser imune, por exemplo, às críticas e ao ostracismo a que a Espanha franquista foi votada pelos vencedores da guerra, como se fosse uma antiga beligerante e aliada das potências do Eixo. Daí que também era importante para a política externa portuguesa que se tentasse construir com o Brasil uma relação política que pudesse, por fim, fazer justiça aos interesses comuns que muitos criam existir, mas que nunca, desde 1822-1825, tinham sido descobertos. Era preciso usar o Brasil para normalizar

<sup>15</sup> Em novembro de 1945, as diplomacias portuguesa e brasileira conversaram em Londres (de um lado um embaixador português, duque de Palmela, residente na capital do império britânico, do outro, Freitas Valle, o representante do Brasil nas Nações Unidas) sobre a “possibilidade” de, segundo este, “serem evitados os trâmites normais estipulados na Carta de S. Francisco de maneira a ser conseguida a adesão imediata dos países neutros [à ONU]”. Segundo Freitas Valle, deveria haver a possibilidade de os países neutros durante a Segunda Guerra Mundial, e que ainda eram membros da SDN, virem a ser integrados na ONU. Esses Estados, que tinham sido “convidados a participar na reunião que no início de janeiro [de 1945] iria votar em Londres a dissolução da SDN”, poderiam ser integrados na ONU “quando fosse votada a transferência de valores” da SDN para a ONU. Ou seja, nesse momento poder-se-ia realizar a “integração automática dos países neutros membros da SDN”. Evitava-se assim fazer aquilo que a Carta da ONU estipulava: que cada Estado se candidatasse individualmente a membro das Nações Unidas e visse ser escrutinada a sua candidatura separadamente, entrando uns e ficando outros à porta, sendo que aqueles que vissem a sua admissão barrada ficariam numa posição difícil aos olhos da “comunidade internacional”. Essa solução apresentada por Freitas Valle nunca se concretizou (CASTAÑO, 2006, p. 143-144).

<sup>16</sup> Ver ainda: Castaño (2015, p. 9-38).

e legitimar o regime autoritário português no imprevisível mundo que se despedia da guerra e rumava a uma nova ordem internacional.

Dos anos da guerra ficara, no que respeita ao lado mais formal das relações luso-brasileiras, a embaixada enviada pelas autoridades brasileiras, a convite do governo português, para participar e ter o lugar de maior destaque na Exposição do Mundo Português (integrada nas chamadas Comemorações Centenárias) realizada no ano de 1940.<sup>17</sup> Desde a década de 1930, porém, quando se formaram e consolidaram, no Brasil e em Portugal, dois regimes políticos autoritários, nacionalistas e corporativos (o Estado Novo português vira a luz do dia em 1933 após a realização de um plebiscito a um projeto de Constituição, e o brasileiro, em 1937, na sequência de um golpe militar), o relacionamento bilateral entre o Itamaraty e as Necessidades não obteve resultados que pudessem ser considerados política e diplomaticamente relevantes, que selassem aos olhos do mundo a existência de uma relação especial luso-brasileira. Foram celebrados alguns “acordos culturais”, sendo o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, talvez, o mais significativo, mas que seria totalmente inconsequente.

Assinado a 6 de outubro de 1945, foi promulgado em Portugal pelo Decreto n. 35 228, de 8 de dezembro de 1945 (REGO, 1966, p. 120-123; ALVES, 2000, p. 215-216).<sup>18</sup> O acordo resultara da Conferência

<sup>17</sup> “Ao Brasil é devida referência especial, pois, seja qual for a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e ativo do Brasil. [...] Eis algumas razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal, no momento em que festejamos os nossos oitocentos anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História ao lado nosso, que não seja apenas nosso hóspede de honra mas, como da família, a par de nós acolha as homenagens que o mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em roupagem patriótica e cívica. [...] Queremos que o encontro dos nossos povos seja então efetivo e intenso como nunca o foi; e que o mundo seja testemunha do que é o Brasil na História portuguesa [...], a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria” (SALAZAR, 1959b, p. 45-46).

<sup>18</sup> Recorde-se ainda o Acordo Cultural de 4 de setembro de 1941, importante instrumento de propaganda político-ideológica de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal (REGO, 1966, p.

Interacadémica para a Unidade Ortográfica da Língua Portuguesa, realizada em Lisboa nos meses de julho e agosto de 1945, mas o Brasil nunca o ratificou.<sup>19</sup> Oliveira Salazar ainda fez um curto discurso diante dos autores do documento, aproveitando para chamar a atenção para o facto de o acordo ortográfico poder tornar-se no “ponto de partida, porventura primeira condição de mais ambiciosos entendimentos e realizações”, mesmo que estes tardassem “dezenas” de anos a concretizarem-se (SALAZAR, 1959c, p. 137).<sup>20</sup>

O novo acordo linguístico luso-brasileiro, na forma como foi elaborado, teve a colaboração do Ministério da Educação Nacional, contando a dado passo com o empenho pessoal e político do seu titular, Caeiro da Matta. No entanto, foi o máximo representante do Brasil em Portugal a propor a consagração diplomática do documento. Esta devia ser feita por meio da celebração de uma convenção ortográfica tida como “única na história” e que, portanto, instituiria a “obrigação recíproca da unidade da língua escrita dos dois povos”, ao mesmo tempo que salvaguardaria a “natural evolução sintática ou melódica do português nas duas regiões do mundo”. A preocupação do proponente era proteger a língua portuguesa das “deformações e variedades da sua expressão gráfica”. Aquela convenção, confirmada a 29 de dezembro de 1943, louvava e inspirava o “pensamento imperial da unidade linguística”, pretendendo ir além do seu lado prático no tratamento da língua portuguesa. Na verdade, a convenção ortográfica de dezembro de 1943 e o acordo ortográfico assinado

122-130). A 30 de abril de 1943, foram celebrados um Acordo Telegráfico e um Acordo sobre Tarifas Postais (TRATADOS..., 1962, p. 165-201).

<sup>19</sup> A 6 de outubro de 1945, seria assinada na capital portuguesa, entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia das Letras do Rio de Janeiro, a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira. Foi aprovada no Brasil por Decreto-Lei de 5 de dezembro de 1945. O Congresso nunca a ratificou. Em 1953, a legislação publicada no Brasil sobre o acordo foi revogada.

<sup>20</sup> Palácio Nacional de Sintra, 8 de agosto de 1945. Na verdade, só em novembro de 1953, com a celebração do Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro, se cumpriram as previsões e os desejos de Oliveira Salazar. Veja-se: Martins e Faria (2006, p. 251-288).

em outubro de 1945 (sobretudo este) pretendiam ser ferramentas maiores de afirmação política luso-brasileira num momento importante da vida internacional. Do mesmo modo, serviriam como um instrumento de propaganda político-ideológica, funcionando junto das respetivas opiniões públicas para ajudar a consolidar o prestígio de figuras como Getúlio Vargas, Gustavo Capanema (ministro da Educação de 1934 a 1945), Macedo Soares, Múcio Leão e Pedro Calmon (presidentes da Academia Brasileira de Letras entre 1942 e 1945), no Brasil, e Oliveira Salazar, Júlio Dantas (presidente da Academia das Ciências de Lisboa), Mário de Figueiredo e Caeiro da Matta (ministros da Educação Nacional), em Portugal.<sup>21</sup>

Caeiro da Matta, aliás, considerou o acordo ortográfico como a “expressão da íntima compreensão e do perfeito entendimento entre as duas Academias, os dois Governos e as duas Pátrias” e a demonstração de que o Brasil estava em Portugal e de que Portugal estava no Brasil. No entanto, para quem como Caeiro da Matta, em cerimónia na Embaixada do Brasil, levantou a sua “taça” e o seu “coração” (MATTA, 1951b, p. 45-53) ao acordo ortográfico no momento em que este começou a ser negociado, o seu futuro fracasso, por ausência de ratificação brasileira, não podia ser aceite de ânimo leve.

Na realidade, a não ratificação do acordo ortográfico teve consequências políticas que iam muito além da sua expressão cultural e linguística. Recorde-se que fora concebido como peça essencial de uma reaproximação e colaboração luso-brasileira, que, porém, mais do que reforçar as relações bilaterais, pretendia, sobretudo, projetá-las num espaço Atlântico predominantemente hispanófilo, francófono e anglófono. Por último, aqueles que pensaram poder vir a colher benefícios políticos do novo acordo ortográfico luso-brasileiro, es-

<sup>21</sup> Tinham-se consagrado “à defesa, expansão e prestígio da língua portuguesa no mundo” (MATTA, 1951a, p. 39-44). Trata-se de uma mensagem de dezembro de 1944 dirigida por Caeiro da Matta, ministro da Educação Nacional, ao seu homónimo brasileiro, Gustavo Capanema.

pecialmente Getúlio Vargas e Oliveira Salazar, conheceram destinos políticos diferentes com o fim da guerra. Finalmente, Salazar colheu um ensinamento simples e útil desse quase sucesso que se transformou num fracasso: a vida política brasileira era demasiado instável para se poderem coordenar grandes estratégias sem que alguém, no lado nascente do Atlântico, pagasse um preço político substancial.

Na década de 1930, já com Martinho Nobre de Mello embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, mais exatamente a 26 de agosto de 1933, foi assinado no Rio de Janeiro o primeiro tratado de comércio e navegação concluído entre Portugal e Brasil desde 1825 (a 21 de julho de 1941 celebrou-se um incongruente Protocolo Adicional).<sup>22</sup> Em 1934, concluiu-se a negociação e foi assinado um acordo entre a Chancelaria brasileira e a Embaixada portuguesa para a criação do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura. Em maio de 1935, terminou a negociação e foi assinado um acordo que previa o ajustamento da reciprocidade de direitos entre os jornalistas portugueses e brasileiros. Dois meses depois, entre 24 e 27 de julho de 1935, pela troca de notas, concluiu-se o acordo luso-brasileiro para a liquidação dos atrasados comerciais portugueses, resultado de um entendimento direto trabalhado entre os Bancos de Portugal e do Brasil. Finalmente, em uma troca de notas de 30 de agosto e 30 de setembro de 1937,

<sup>22</sup> Esse tratado foi concluído com Vargas na chefia do Estado, mas antes da fundação do Estado Novo brasileiro. Na sequência da rebelião militar iniciada a 3 de outubro de 1930, o poder foi entregue a Getúlio Vargas. De facto, a 3 de novembro, Vargas tornou-se “presidente provisório”, embora exercendo o poder sem quaisquer restrições constitucionais e num mandato por tempo ilimitado, ou seja, até que uma Assembleia Constituinte fosse eleita e redigisse e aprovasse uma nova Constituição. No entanto, e nesse contexto, Vargas dependia politicamente das Forças Armadas que o tinham levado ao poder. Mais tarde, a 9 de julho de 1932, iniciou-se uma “revolução constitucionalista”, seguida de uma guerra civil que durou oitenta e cinco dias. Consequência direta, ou não, da revolução e da guerra civil, em maio de 1933 (cerca de dois meses após o plebiscito que em Portugal aprovou a Constituição do Estado Novo), realizaram-se as eleições para uma Assembleia Constituinte. Esse parlamento reuniu-se pela primeira vez a 15 de novembro de 1933 (BETHELL, 2008a, p. 17-32). Sobre o tratado de comércio entre Portugal e Brasil, veja-se: Baltazar (2006, p. 205-249).

legalizou-se e regularizou-se a criação de uma Agência Financeira de Portugal no Rio de Janeiro.

Iniciada a guerra, para além da presença de uma delegação brasileira nas Comemorações Centenárias (quando Brasil e Portugal se mantinham neutrais na guerra em curso) e dos acordos enunciados, as relações bilaterais foram marcadas por incidentes, equívocos, mal-entendidos e alguns desentendimentos, apesar da proximidade político-ideológica que existia entre os regimes autoritários do Brasil e de Portugal. As razões desse fracasso eram simples: os interesses dos dois países não eram coincidentes no domínio da projeção externa que almejavam, consequência da imprevisibilidade e da gravidade da situação internacional. Se, por exemplo, em face da ameaça de uma incursão alemã na Península Ibérica no outono de 1940, e com as atenções britânicas e norte-americanas voltadas para os arquipélagos portugueses do Atlântico, as relações luso-brasileiras se estreitaram, uma vez que o governo do Rio de Janeiro deu nota do seu apoio total aos “esforços de Portugal para se manter em paz”, da mesma forma que se comprometia a fazer “todas as diligências que Salazar” julgasse “necessárias nesse sentido”, com a entrada do Brasil na guerra notou-se um arrefecimento nas relações bilaterais.<sup>23</sup>

Na sequência dessa decisão, em nome do governo português, o embaixador Martinho Nobre de Mello entregou no Rio de Janeiro uma mensagem que não foi bem recebida pelas autoridades brasi-

<sup>23</sup> Logo em 1938, aquando da preparação das comemorações do “duplo centenário”, o Brasil fora convidado a partilhar com Portugal a condição de anfitrião do evento. “Eis algumas razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal [...] ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História ao largo do nosso; que [...] a par de nós acolha as homenagens que o mundo nos deve e nos trará nessa ocasião [...]” (SALAZAR, 1959b, p. 45). Para efeito, o governo brasileiro enviou a Lisboa uma embaixada composta por notáveis figuras civis e militares. Em 1941, Portugal enviou ao Brasil uma embaixada com características idênticas – chefiada por Júlio Dantas –, com o objetivo de agradecer a participação daquele país nas citadas comemorações. Sobre a deslocação da embaixada portuguesa ao Brasil, veja-se: Caetano (1977, p. 122-144).

leiras.<sup>24</sup> Parte do seu conteúdo era constituída por críticas à decisão de entrada do Brasil na guerra, facto considerado pelo Itamaraty quase ofensivo. Nesse documento, Oliveira Salazar reconhecia ainda ver cair por terra a sua pretensão de criar, na Península Ibérica e na América do Sul, “zonas de paz” que “pudessem ser úteis a todos os beligerantes durante a guerra e ao mundo depois da luta” (NOGUEIRA, 1986, p. 297; 401-402).<sup>25</sup>

Independentemente da beligerância do Brasil e de outras repúblicas latino-americanas, a partir do início de 1943, tornou-se cada vez mais evidente que Salazar se preparava para encontrar soluções de política externa que permitissem que o Estado Novo resistisse às nefastas consequências políticas que se materializassem com o aproximar do fim da guerra e, sobretudo, após o seu desfecho. Nesse contexto, apesar da beligerância do Brasil, o chefe do governo luso não desistiu de procurar estreitar os laços bilaterais, acabando por aceitar a pretensão da diplomacia brasileira, que desejava conciliar a posição “contraditória” do Brasil beligerante e do Portugal neutral, no que seguiu parte dos conselhos dados pelo embaixador português no Rio. Essa interpretação conciliadora foi aquela que Neves da Fontoura enunciou doze anos após o fim do conflito, em 1957, ao destacar que a neutralidade de Portugal e a beligerância do

<sup>24</sup> Martinho Nobre de Mello foi jurista, diplomata e professor de Direito (Santo Antão, Cabo Verde, 24/12/1891-Lisboa, 27/12/1985). Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi ministro da Justiça e dos Cultos de Sidónio Pais e juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Foi, de 6 a 9 de julho de 1926, ministro dos Negócios Estrangeiros de um efêmero Governo da Ditadura Militar. A 13 de abril de 1932, foi nomeado embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, sendo colocado na disponibilidade por despacho de 18 de setembro de 1945 (BARRROS, 1996, p. 559-560).

<sup>25</sup> “Para mais, e em face do claro imperialismo norte-americano”, Salazar queria “evitar” que os EUA ampliassem “a sua influência absorvente à América do Sul”, o que considerava ser “benéfico para a Europa futura”. Do seu ponto de vista, “[...] a entrada dos países latino-americanos na guerra, ao lado dos Estados Unidos, seria abrir para estes uma penetração de que aqueles mais tarde se poderiam libertar apenas com dificuldade. Com este objetivo, e por instruções de Salazar, deixara Pedro Theotónio cair em Madrid uma palavra, que encontrara, se não entusiasmo, pelo menos aceitação. Mas o estado de guerra declarado pelo Brasil à Alemanha e à Itália acaba de destruir a visão de Salazar” (NOGUEIRA, 1986, p. 402).

Brasil tinham sido “apenas [...] forma e fruto da situação geográfica diversa”, porque Lisboa e Rio de Janeiro sempre tinham estado “do mesmo lado”.<sup>26</sup>

Por outro lado, também no início de 1943, o governo brasileiro não só fazia contas a uma possível queda de Salazar como daí retirava conclusões quanto à possibilidade de aquele acontecimento abrir as portas a uma expansão não só da esfera de influência, mas também territorial, do Brasil. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Oswaldo Aranha, estava convencido que a queda de Salazar deveria trazer a Portugal “dias de anarquia”, pelo que o “seu império [‘colónias’ e ‘ilhas’] correr[ia] graves riscos [...]”. Por essa razão, o ministro não parecia ter grandes dúvidas de que o governo brasileiro deveria reclamar aos EUA o apoio necessário a “favor dos pontos de vista que viermos a adotar na defesa de um património que é hereditariamente dos brasileiros [...]”.<sup>27</sup>

Em junho de 1944, recorde-se, Martinho Nobre de Mello considerou aceitável que o embaixador brasileiro em Lisboa, João Neves da Fontoura, sustentasse que o Brasil devia participar no esforço de guerra ainda em curso e na construção de uma nova ordem internacional, sobretudo que intermediasse uma aproximação entre Portugal e EUA, algo que Salazar se recusava a aceitar. Ainda no ano de 1944, em vésperas do desembarque de tropas norte-americanas nos Açores, Martinho Nobre de Mello recordou a Salazar que fora Neves da Fontoura quem expressara o seu

<sup>26</sup> “A qualquer dos dois só podia interessar a vitória de quem soubesse respeitar a soberania das nações e os princípios da civilização, que nos é própria. O Brasil, atacado, e em consequência dos seus compromissos, fez a guerra. Portugal, não atacado, e militarmente fraco, face aos imperialismos agressivos, conservou a neutralidade, sem quebra de confessar *ab initio* sua fidelidade à aliança com a Grã-Bretanha e à amizade com o Brasil” (FONTOURA, 1959a, p. 75).

<sup>27</sup> “De Oswaldo Aranha para Getúlio Vargas”, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1943 (*apud* MCCANN, 1979, p. 60). No mesmo documento, e sobre o futuro de África, Oswaldo Aranha acrescentou: “A África é outra interrogação. A sua sorte é, hoje, considerada de grande influência na nossa segurança e essencial à defesa da América [curiosamente, Salazar passou a considerar, terminada a Segunda Guerra Mundial, a África essencial à defesa da Europa] [...] devemos reclamar um lugar nas deliberações sobre o futuro desse continente colonial”.

desejo de “fazer do Brasil uma espécie de intermediário zeloso e afetivo entre Portugal e a América, entre ‘Roosevelt e Salazar’ quando houvesse atritos a desfazer, dificuldades a aplanar”, tendo o presidente Vargas dado a Neves da Fontoura “pleno assentimento” para desempenhar esse papel. Para o então embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, era óbvio que assim fosse, afinal:

[...] o plano nada escondia de subversivo, ou sequer de inovador, na diplomacia brasileira. O Brasil, pensam-no [...] todos os seus nacionais, tem de caminhar com a América, quer queira quer não! Por que não o fazer de braço dado com Portugal? [...] Não seria mesmo um grande bem para Portugal, pensam-no ainda, estar ele desde já inteiramente nas boas graças do vencedor da guerra e “futuro líder do mundo?” Ora, daqui a pensar que uma tal política implica em arrastar Portugal, a todo o preço, para a órbita americanista, ou mais: faça de Portugal um satélite do Brasil, um instrumento da antiga colónia, no seu jogo de amizade incondicional e irrestrita solidariedade com os Estados Unidos, se vai uma boa distância, também pode ir muito pouco; depende de quem a interpreta ou põe em execução.

No entanto, Martinho Nobre de Mello informou ainda Salazar que Neves da Fontoura havia sido “neutralizado” e “afastado” para Lisboa pelo facto de ter reemergido na política brasileira, em 1943-1944, com a ambição de substituir o ministro dos Negócios Estrangeiros Oswaldo Aranha, ou até o próprio presidente Getúlio Vargas, por causa do seu pró-americanismo muito notado após a entrada do Brasil na guerra ao lado dos EUA (CARTA DE MARTINHO..., 20 jun. 1944).<sup>28</sup> Salazar, sempre zeloso da preservação da autonomia política

<sup>28</sup> Os EUA, primeiro, e o “pan-americanismo”, depois, eram as prioridades do governo brasileiro e de Neves da Fontoura no domínio da política externa. Veja-se o discurso de tomada de posse de Neves da Fontoura como ministro das Relações Exteriores (FONTOURA, 1946). Na

de Portugal, nunca aceitou que o Brasil se pudesse afirmar como intermediário das relações entre Washington e Lisboa. O único Estado cujo governo Salazar pediu o desempenho desse papel foi o RU, mas nem os britânicos, nem os norte-americanos, aceitaram que pudesse ser levado demasiado longe.

Além de ter tentado mediar, juntamente com o RU, uma aproximação político-diplomática entre Washington e Lisboa a partir de 1943, a política externa brasileira relativamente a Portugal, entre aquele ano e 1945, foi marcada pelo desejo de iniciar contactos que permitissem discutir e criar os instrumentos político-jurídicos que levassem à instituição de uma “comunidade luso-brasileira”. Para Neves da Fontoura, e aparentemente também para Getúlio Vargas, o primeiro passo seria dado pela negociação e estipulação de um instrumento jurídico que definisse, no campo dos direitos, o estatuto dos portugueses no Brasil e, simultânea ou subseqüentemente, dos brasileiros em Portugal. No entanto, a crise política em que o Brasil mergulhou no início de 1945 impediu que o estatuto fosse aprovado e, eventualmente, ratificado pelos governos de Portugal e do Brasil (FONTOURA, 1959a, p. 76-78).

Nesse contexto em que ainda se perspectivava uma evolução positiva das relações luso-brasileiras, no início de setembro de 1945, aquando do seu regresso de Itália, forças militares brasileiras desembarcaram em Lisboa e, “enquadradas por contingentes portugueses”, desfilaram em parada na Avenida da Liberdade. Carmona condecorou com a “medalha de valor militar as forças do Brasil” e enviou uma mensagem ao presidente Getúlio Vargas, que,

verdade, Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1944, era igualmente defensor de uma política externa pró-americana, ainda que mais ambivalente, pelo menos até ao início de 1943. É verdade que em 1944, Aranha, o “principal arquiteto” da amizade do Brasil com os EUA, passou a desconfiar dos norte-americanos e a recomendar cautela no domínio das relações bilaterais. Esse facto foi relevante na sua substituição por Neves da Fontoura (MCCANN, 1979, p. 59-76).

respondendo em conformidade, dava um sinal da sua intenção de no mundo do pós-guerra estreitar as relações entre Brasil e Portugal (NOGUEIRA, 1986, p. 581).<sup>29</sup>

Assim, apesar da viragem democrática em curso no Brasil, a política externa brasileira parecia ainda apostar num estreitamento dos laços políticos e diplomáticos com um Estado que era visto por muitos como uma das duas últimas relíquias do “fascismo” europeu. Mera ilusão...



A 29 de outubro de 1945, um golpe militar derrubou o Estado Novo brasileiro. Vargas e o Estado Novo caíram não “pelo poder da oposição civil, mas por decisão do Alto Comando do Exército”. A nova realidade não decorria, por isso, de “uma vitória conquistada pela influência política dos constitucionalistas liberais”. Resultava, sobretudo, de “um ato de força [...] dos generais”, à imagem do sucedido noutros momentos críticos, nomeadamente em outubro de 1930 e em novembro de 1937. Nessas duas ocasiões “foram os militares e não os políticos que se tornaram os imediatos guardiães do poder” (SKIDMORE, 2007, p. 78).

Também tinham sido as altas chefias militares que, a partir de finais de 1944, tinham pressionado Vargas para que este iniciasse

<sup>29</sup> No início de 1945, Henry Norweb comentava da seguinte forma a possível evolução das relações luso-brasileiras: “Beneath the bombast of Luso-Brazilian oratory, there are firm traditional ties which will continue to strengthen after the war. Constitutional developments in Brazil will consequently have repercussions in this country. The promotion, at least in newspaper articles, of the South Atlantic as a natural Portuguese sea (Portuguese in the larger sense) while obviously not a serious bid for power, is nevertheless significant of a consciousness of Luso-Brazilian interests in an association with the Anglo-Americans” (DA EMBAIXADA DOS EUA..., 14 fev. 1945).

um processo de democratização do Brasil. Por isso, o golpe de 29 de outubro pode ser interpretado como um ato de “vingança política” e “pessoal”, planeada e executada por uma clique militar, que legitimou a sua ação com base na suspeita – infundada, segundo algumas opiniões – de que Getúlio Vargas não desejava que as eleições marcadas para dezembro de 1945 fossem disputadas de forma limpa e/ou que se preparava para usar o seu poder e a ação dos *Queremistas* (numa espécie de golpe “fascista”) para travar a eleição presidencial e de senadores e deputados, substituindo-a pela eleição de uma Assembleia Constituinte. Se as pretensões de Getúlio Vargas vençassem, o seu mandato presidencial seria prolongado, tendo depois a possibilidade de se candidatar a presidente em circunstâncias mais favoráveis, já após a aprovação da nova Constituição. Isso significa, portanto, que para os seus adversários a ação política de Vargas, durante boa parte do ano de 1945, se poderia definir pelo desejo de adiar, travar ou reverter a transição de regime que fora por si aceite e (cinicamente?) apoiada desde finais de 1944 (HILTON, 1987, p. 11-26).

O golpe de 29 de outubro de 1945 afastou do poder “um ditador civil” em que Salazar depositara a confiança possível para reposicionar Portugal e o Estado Novo português no mundo pouco previsível do pós-guerra. No entanto, desde 2 de setembro de 1945, e segundo a lei eleitoral brasileira que entrara em vigor, sabia-se que Getúlio Vargas, ao não se ter demitido do cargo de presidente da República, não poderia recandidatar-se e, portanto, vir a ser o primeiro presidente da nova ordem política que sairia das eleições marcadas para 2 de dezembro (HILTON, 1987, p. 15).<sup>30</sup>

<sup>30</sup> A facilidade com que vingou o golpe militar no Brasil, apesar da popularidade do presidente Vargas, fez com que em Portugal aumentassem os receios (ou a esperança, consoante o ponto de vista) de que um acontecimento semelhante pudesse ocorrer. Os setores mais conservadores do regime, por exemplo, consideravam que Salazar e o governo tinham ido longe demais nas concessões feitas quando da eleição da nova Assembleia Nacional (DA EMBAIXADA DOS EUA..., 10 nov. 1945). Sobre a política interna e externa do Brasil no conturbado ano de 1945, veja-se: McCann (1995, p. 348-349; 370-378), Skidmore (2007, p. 72-89) e Bethell

Nesse contexto, a missão do novo embaixador português no Rio de Janeiro, Pedro Theotónio Pereira, adivinhava-se espinhosa, dando-nos a sua missão uma perspetiva bastante completa da forma como evoluíram as relações luso-brasileiras nos dois anos do imediato pós-guerra. Essa evolução demonstra na perfeição os desencontros que marcaram a história diplomática dos dois países, num contexto em que o governo de Lisboa tentou uma aproximação com o governo do Brasil.

Pedro Theotónio Pereira desembarcou no Rio de Janeiro, a 5 de janeiro de 1946, em circunstâncias políticas muito diferentes daquela em que fora escolhido e aceitara ser o novo máximo representante diplomático de Portugal no Brasil.<sup>31</sup> Além disso, chegava ao Brasil sabendo que ia encontrar a numerosa colónia portuguesa ali estabelecida numa posição relativamente crítica em relação ao governo português, facto que decorria, em grande medida, da forma como

(2008a, p. 70-86). Uma narrativa muito completa das circunstâncias políticas que levaram à preparação e execução do golpe militar que depôs Vargas encontram-se em: Hilton (1987).

<sup>31</sup> Desde, pelo menos, 1932, ano em que Salazar foi nomeado presidente do Conselho pelo presidente Carmona, Pedro Theotónio Pereira tornara-se numa das mais destacadas figuras do Estado Novo Português. Foi subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social (1933-1936), ministro do Comércio e Indústria (1936-1937), agente especial do Governo português junto das autoridades franquistas e, após o reconhecimento por Portugal, do governo e do regime liderado pelo generalíssimo Franco, embaixador de Portugal em Madrid (1938-1945). Nascido em Lisboa a 7 de novembro de 1902, Theotónio Pereira entrou para a política ainda adolescente. Na década de 1920, além de dirigente estudantil, militou no Integralismo Lusitano, movimento do qual se afastou para colaborar com organizações políticas que, integrando republicanos e monárquicos de diferentes famílias políticas, tentaram criar uma frente nacionalista, antiliberal e antidemocrática. Foi embaixador no Rio de Janeiro em 1946 e 1947, ano em que assumiu o posto de embaixador de Portugal em Washington, onde permaneceu até ao início de 1950. Em 1953, e depois de uma breve passagem pela Câmara Corporativa e pela administração do Banco Nacional Ultramarino, foi embaixador de Portugal em Londres. Entre o verão de 1958 e a primavera de 1961, foi ministro da Presidência e putativo *de facto* de Salazar. Entre 1961 e finais de 1963, foi, novamente, embaixador de Portugal em Washington. Foi o último embaixador que o presidente John F. Kennedy recebeu na Sala Oval antes de ser assassinado em Dallas. Deixou a vida política por motivos de saúde (foi-lhe diagnosticado Parkinson) e assumiu o cargo de administrador da Fundação Calouste Gulbenkian. Faleceu a 14 de novembro de 1972. Se não estivesse doente, teria sido, muito provavelmente, o sucessor de Oliveira Salazar quando este, em setembro de 1968, foi considerado incapaz de prosseguir no exercício de funções políticas iniciadas em abril de 1928, como ministro das Finanças (MARTINS, 2021a; 2021b).

o antigo embaixador, Martinho Nobre de Mello, atuara ao longo de mais de uma dúzia de anos no seu posto.<sup>32</sup> No seio da colónia portuguesa, como consequência da vitória dos Aliados na guerra e da queda do Estado Novo brasileiro, várias figuras ligadas à oposição lusa exilada no Brasil tinham ainda ganhado um novo fôlego e um importante protagonismo mediático.

No primeiro telegrama enviado para Lisboa com o relato dos pormenores da sua chegada ao Rio de Janeiro, Pedro Theotónio Pereira destacou o carácter da receção que lhe fora feita no “cais” por portugueses e que tomara “proporções grandiosas de patriotismo e devoção nacional”. Tinham estado presentes os “elementos categorizados da colónia” que se mostraram muito “entusiasmados” com as “demonstrações populares e [a] categoria das personalidades [brasileiras] presentes”. A “manifestação” constituía por isso uma “resposta aos manejos” de vários setores que pretendiam “hostilizar” o novo embaixador logo à sua chegada. Ao contrário daquilo que se poderia esperar, Theotónio Pereira comunicava não ter vislumbrado a “menor nota discordante, vindo a imprensa muito boa”. Ainda assim, no dia da chegada, um “órgão da esquerda”, o *Correio da Manhã*, publicara um “manifesto contra o governo português e o novo embaixador”, assinado “por um grupo de escritores e pseudointelectuais brasileiros”.<sup>33</sup> Já da parte do governo brasileiro,

<sup>32</sup> Sobre o modo como Martinho Nobre de Mello desempenhou a sua missão no Rio de Janeiro, nomeadamente no que respeitou à conturbada relação com a colónia portuguesa no Brasil, veja-se: Paulo (2000, p. 325-334). A avaliação do papel de Martinho Nobre de Mello junto dos incidentes político-diplomáticos que protagonizou e as simpatias que reuniu dentro da colónia portuguesa. Sobre esta última realidade, veja-se: Paulo (2000, p. 97).

<sup>33</sup> Referia-se a uma nota da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa assinada por figuras como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Carlos Lacerda ou Xavier de Araújo. Nela podia ler-se que no “momento em que as forças democráticas tratam de destruir os remanescentes do fascismo e em que no Brasil se restabelecem as bases da legalidade democrática, é motivo de preocupação a chegada do notório elemento fascista que é o novo embaixador do governo de Salazar, sr. Pedro Theotónio Pereira”. Lia-se depois uma curta biografia política do embaixador que era apresentado como o “organizador das corporações em seu país, segundo o modelo italiano; chefe do grupo fascista da Legião Portuguesa; um dos principais articuladores da

notara um comportamento que parecia querer “dar especial atenção” a Portugal e ao seu novo representante diplomático. O “introdutor de embaixadores” apressara-se a comunicar a Pedro Theotónio Pereira que seria recebido na segunda-feira seguinte pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil<sup>34</sup>, podendo na terça-feira entregar as suas “credenciais” ao presidente interino, José Linhares (DA EMBAIXADA DE PORTUGAL..., 6 jan. 1946).

Desde a sua chegada, Theotónio Pereira pretendia imprimir à diplomacia portuguesa no Brasil um ritmo e uma estratégia cujos propósitos, e até onde o permitissem as circunstâncias, pretendiam melhorar as relações luso-brasileiras. E se enquanto João Neves da Fontoura foi embaixador em Lisboa, o que sucedeu até novembro de 1945, lhe terá cabido desempenhar o papel de protagonista na melhoria das relações luso-brasileiras, a partir de janeiro 1946, com a substituição do embaixador brasileiro em Lisboa e como resultado da queda de Getúlio Vargas, esse protagonismo foi, ou deveria ter sido, de Theotónio Pereira. Vários fatores fizeram com que Theotónio Pereira, por um lado, e Neves da Fontoura, empossado em fevereiro de 1946 ministro das Relações Exteriores do Brasil, e o seu sucessor, Raul Fernandes, por outro, não

---

Legião dos Viriatos, que ajudou a massacrar republicanos espanhóis; [...] toda a [sua] carreira” se caracterizaria “por suas ardentes e proclamadas convicções fascistas”. A sua “presença” no Brasil devia ser então vista como “sinal do próximo recrudescimento das atividades do fascismo ibérico, isolado do mundo democrático que surge da guerra”. E concluiu: “Nestas circunstâncias, os abaixo-assinados julgam seu dever manifestar o desagrado e inquietação de que se sentem tomados com a vinda desse representante do salazarismo, cujas credenciais políticas fascistas o apontam como obstáculo às boas relações entre brasileiros e portugueses, baseadas na irredutível vocação de liberdade dos dois povos” (DIRECTRIZES, 1946).

<sup>34</sup> Até ao final do mês de janeiro, Leão Velloso sobraçou a pasta das Relações Exteriores, quando foi substituído por João Neves da Fontoura (BARRETO FILHO, 2001, p. 168). João Neves da Fontoura (Rio Grande do Sul, 1887–Rio de Janeiro, 1963) foi advogado, jornalista, político e diplomata. Embaixador do Brasil em Lisboa de maio de 1943 a novembro de 1945. Ministro de Estado das Relações Exteriores de 2 de fevereiro a 12 de dezembro de 1946. Chefiou a Delegação brasileira à Conferência de Paz realizada em Paris de 29 de julho a 15 de outubro. Voltaria a ser ministro das Relações Exteriores em 31 de janeiro de 1951 – às ordens de Getúlio Vargas –, exercendo funções até 19 de julho de 1953 (BARRETO FILHO, 2001, p. 168-172; 189-199).

conseguissem qualquer melhoria nas relações entre os dois estados (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 31 jan. 1947).<sup>35</sup>

Um deles, muito importante, residia no facto de Theotónio Pereira, apesar de ser um diplomata com grande experiência, não possuir a biografia política que eventualmente agradaria àqueles setores da sociedade brasileira que apostavam no processo de democratização timidamente iniciado. No entanto, é bom notar, mesmo depois de Theotónio Pereira ter saído do Rio, as relações luso-brasileiras mantiveram-se num impasse até o início da década de 1950, ou seja, até o regresso de Getúlio Vargas ao poder.

Para que se percebam alguns contornos e certos equívocos das relações luso-brasileiras no imediato pós-guerra, e ainda que na correspondência trocada entre Theotónio Pereira e Oliveira Salazar se deduza quase sempre o contrário, no Brasil pós-Estado Novo não foi implantada uma democracia representativa que pusesse em prática uma solução político-institucional totalmente distinta do regime autoritário precedente. Isso por várias razões. Em primeiro lugar, a ordem política “democrática” que sucedeu o Estado Novo foi sempre uma democracia limitada, de certa forma censitária, nomeadamente porque os cidadãos analfabetos não puderam votar durante os quase vinte anos (1945-1964) em que vigorou a “República Liberal” e o período transitório que a precedeu. Em 1945, o sufrágio abrangia apenas cerca de 35% da população adulta brasileira (homens e mulheres com mais de 18 anos), porém, somente 25 a 30% do total da população adulta se registou para votar (cerca de 7,5 milhões). Dois terços desses adultos residiam em apenas quatro dos vinte estados que constituíam a federação (todos situados no Sudeste e Sul do país): São Paulo (1,7 milhão), Minas Gerais (1,2 milhão), o estado do

<sup>35</sup> Porém, em janeiro de 1946, Theotónio Pereira concluiu que, “vista a situação no Brasil”, a nomeação de Neves da Fontoura para o cargo de ministro dos Assuntos Exteriores era a “que mais podíamos desejar” (DA EMBAIXADA DE PORTUGAL..., 7 jan. 1946).

Rio de Janeiro e respetivo distrito federal (1 milhão) e Rio Grande do Sul (900 mil). Com taxas menores de analfabetismo e muito mais populosos, esses estados dispunham, vistos os critérios impostos para o exercício pleno de cidadania, de um peso eleitoral desmesurado no conjunto da Federação, distorcendo, também por isso, os já por si distorcidos critérios de representatividade da "democracia" brasileira (BETHELL, 2008b, p. 88).<sup>36</sup>

Em segundo lugar, a transição do Estado Novo para uma forma de democracia limitada e tutelada pelos militares resultou do pensamento e da ação da elite política estadonovista, civil e, sobretudo, militar, que nunca perdeu o controlo dos acontecimentos, nomeadamente quanto ao tipo de regime, ou de sistema, a implantar. Isso apesar de, numa determinada fase do período final do Estado Novo, "forças populares" terem sido mobilizadas e radicalizadas pelos chamados *Queremistas* e por comunistas. Os *Queremistas* exigiam a continuação de Vargas no poder (usavam o refrão "Queremos Getúlio", e o "seu lema era 'Constituinte com Getúlio'"), ao passo que os comunistas estavam divididos quanto ao grau de continuidade entre o velho e o novo (o Partido Comunista do Brasil fora legalizado após a queda do Estado Novo, mas saíra *de facto* da clandestinidade em abril-maio de 1945). Tal como os *Queremistas*, os comunistas reclamavam a realização, no início de dezembro, não de eleições presidenciais ou para as câmaras alta e baixa do parlamento, mas de "eleições populares diretas para uma Assembleia Constituinte".<sup>37</sup> A capacidade demonstrada pelas "forças populares" para definir o que devia ser feito, quando e como devia ser feito, antes e depois da eleição de uma Assembleia Constituinte, porém, foi limitada.

<sup>36</sup> Sobre as credenciais (alegadamente) democráticas do regime saído do golpe militar de outubro de 1945, veja-se: Ferreira (2013, p. 149-153).

<sup>37</sup> Houve membros do PCB que foram *queremistas*, tendo o "próprio Luís Carlos Prestes [...] o grande trunfo do partido" delineado "uma estratégia de frente popular que incluía o apoio à continuação de Vargas no poder" (SKIDMORE, 2007, p. 75; 87-88).

Todo o processo político, quer na fase de transição para um novo regime, quer na fase de consolidação deste, foi no essencial controlado por atores, coletivos e individuais, e interesses que tinham apoiado o Estado Novo. Aliás, o sucessor de Vargas, e um dos principais sustentáculos da transição e dos anos iniciais da República Liberal, foi o general Eurico Gaspar Dutra, uma das figuras-chave da ditadura. O general, que havia sido um dos principais arquitetos do golpe que em 1937 instituiu o Estado Novo, tornou-se um dos grandes mentores da mudança política que o Brasil conheceu em 1945, acabando, em dezembro desse ano, eleito presidente da República, com o apoio do Partido Social Democrático (PSD), para um mandato de seis anos (reduzido a cinco com a entrada em vigor da nova Constituição) (HILTON, 1987, p. 11-12). No entanto, Getúlio Vargas, com quem Dutra rompeu e contra quem preparou, executou e chefiou o golpe militar que depôs o líder carismático do Estado Novo, deu publicamente o apoio à eleição do seu ex-ministro da Guerra (1936-1945) e, durante anos, reconhecido germanófilo.<sup>38</sup>

O resultado das eleições de 2 de dezembro para o Senado e para o Congresso dos Deputados também favoreceu claramente as forças políticas que defendiam uma transição suave, com vincados elementos de continuidade, do Estado Novo para uma república liberal. O PSD, com 43% dos votos (elegeu 151 deputados federais e 26 senadores), foi o grande vencedor das eleições. A União Democrática Nacional (UDN) foi a segunda força mais votada com 26% dos votos, elegendo 83 deputados e 12 senadores. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o novo partido de Vargas, ainda sem organização

<sup>38</sup> A 27 de novembro, Vargas apelou às classes trabalhadoras, em seu nome e do Partido Trabalhista Brasileiro, para que votassem no general Dutra. O candidato do PSD foi eleito com 55% dos votos válidos (3,25 milhões). O segundo mais votado, o brigadeiro da Força Aérea Eduardo Gomes, apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), chegou aos 35% (2,04 milhões de votos), e o terceiro, o candidato apoiado pelos comunistas, Yedo Fiúza, obteve quase 10% (570 milhões de votos), um terço deles contabilizados em São Paulo (BETHELL, 2008b, p. 87-88).

nem expressão que lhe permitissem concorrer eleitoralmente a nível nacional (apresentou listas em catorze dos vinte estados), e que fez campanha durante apenas um par de meses, obteve 10% dos votos (elegeu 22 deputados e 2 senadores). Ou seja, PSD, com maioria absoluta nas duas Câmaras, e PTB, duas formações claramente filiadas na tradição política e ideológica do Estado Novo, conseguiram uma vitória confortável do seu candidato a presidente da República, tendo ainda conseguido eleger 28 senadores e 173 deputados. Finalmente, os comunistas elegeram 14 deputados federais e um só senador.<sup>39</sup>

O PSD, o "partido do Estado Novo", tinha uma maioria absoluta nas duas câmaras, maioria que podia eventualmente reforçar-se caso se entendesse com o PTB. Por outro lado, a UDN, assim como o PTB, estava longe de ser uma formação inequivocamente comprometida com a democracia liberal, não só em 1945-1946 como nos anos subseqüentes do regime até a sua queda em 1964, após a consumação de um golpe militar.<sup>40</sup> PSD e UDN, além do próprio PTB, com mais de 80% dos deputados, redigiram e aprovaram uma Constituição genericamente liberal e democrática, uma vez que garantia a realização de eleições livres, a existência de uma imprensa livre, de liberdade de associação, do primado da lei, de liberdades civis essenciais e de direitos sociais. No entanto, redigiram e aprovaram disposições que mantiveram as restrições existentes à participação política, nomeadamente ao continuarem a recusar o direito de voto à população analfabeta. Ao mesmo tempo, foi-se preparando o terreno para a ilegalização do PCB, o único partido brasileiro realmente de esquerda, ainda que também ele com

<sup>39</sup> Quatro por São Paulo, três pelo Distrito Federal e três por Pernambuco. O líder histórico dos comunistas brasileiros, Luís Carlos Prestes, foi o único senador eleito nas listas do PCB. Concorreu no Distrito Federal. Outros partidos elegeram apenas um pequeno número de deputados federais (BETHELL, 2008b, p. 89).

<sup>40</sup> Na verdade, a UDN era uma coligação de forças anti-Vargas liderada por "Constitucionalistas Liberais". Porém, globalmente, a UDN não defendia a institucionalização mais ou menos imediata de uma democracia política no sentido universalista do termo (SKIDMORE; SMITH, 2005, p. 163).

poucos ou nenhuns pergaminhos democráticos. A nova ordem política e constitucional deu continuidade ao controlo corporativista estatal dos sindicatos.

Finalmente, a "democracia" brasileira permaneceu politicamente sob a tutela dos militares, sempre dispostos e prontos a intervirem. Apesar dos avisos e dos receios manifestados por observadores e atores políticos mais céticos e/ou conservadores quanto ao carácter "democrático" da situação política saída das eleições de dezembro de 1945, que se arrastou durante cerca de um ano em que a nova Constituição foi discutida e, após, aprovada, a transição política de um regime autoritário para uma solução "democrática" foi, claramente, controlada por figuras e forças políticas ligadas ao Estado Novo. Assim, prevaleceu uma síntese avessa à participação cívica e política das camadas sociais mais baixas, presumindo, claro, que a participação destas teria alterado substancialmente a distribuição de poder entre partidos políticos e transformado a natureza oligárquica da democracia brasileira entre 1945 e 1964.

É claro que as conclusões a que os historiadores podem hoje chegar, retrospectivamente, quando caracterizam os primeiros anos da história da "democracia liberal" brasileira pós-Estado Novo, destacando os elementos de continuidade e não os de rotura, não eram evidentes para os contemporâneos, fossem eles os protagonistas dos acontecimentos ou figuras com escassa importância e intervenção reduzida, como era o caso do embaixador de Portugal no Rio de Janeiro em 1946 e 1947. Para uns e para outros, sobretudo em 1946, tudo estava em aberto, e a evolução e o desfecho da experiência política em curso eram, em grande medida, uma incógnita. Se forem tidas em conta as transformações políticas ocorridas no Brasil e na América Latina nos últimos anos da guerra e no imediato pós-guerra, mas também noutras regiões do globo, percebe-se que para os contemporâneos seria mais provável que o curso dos acontecimentos se fizesse no sentido da mudança e da rotura, e não de uma clara continuidade, ou sobreposição, do "velho"

relativamente ao "novo".<sup>41</sup> Percebe-se, desse modo, que se as mudanças ocorridas no Brasil depois de 1945 não foram apenas cosméticas ou superficiais, também estiveram longe de ser radicais.

Nesse contexto, a hostilidade política de que Theotônio Pereira foi alvo desde a sua chegada ao Rio de Janeiro não significava que o Brasil estivesse a passar por um processo de radicalização política e social mais ou menos irreversível e que, no limite, poderia transformar-se numa situação revolucionária arquitetada e conduzida pelo PCB e seus seguidores. Significava, isso sim, que setores minoritários no panorama político-ideológico do pós-guerra usaram a biografia política do embaixador português como pretexto para darem continuidade e fôlego ao seu combate contra adversários internos e aquilo que estes representavam em termos de prolongamento do Estado Novo na ordem política em construção. Pedro Theotônio Pereira personificava, enquanto embaixador de Portugal e figura maior do salazarismo, o modelo autoritário e corporativo que vigorara no Brasil até outubro de 1945, mas que em janeiro de 1946, já com uma Constituinte eleita e, depois, reunida, dava claros sinais de poder sobreviver em algumas das suas facetas. Fosse porque o processo de transição política em curso poderia fracassar, ou então ficar aquém das expectativas alimentadas por aqueles que se tinham oposto ao regime que Getúlio Vargas conduzira e personificara; fosse ainda porque a elite política do Estado Novo brasileiro aceitara o fim da solução autoritária e corporativa, mudando-se de armas e bagagens para o novo regime, fazendo-o, no entanto, com a intenção de preservar, e até reforçar, o seu poder e a sua influência, evitando que as roturas com o passado fossem absolutas e irreversíveis.

<sup>41</sup> No caso da América Latina, da Argentina ao México, verificou-se, genericamente, entre 1944 e 1947, um processo de "democratização" política e social (com incremento da "militância laboral") e, de certa forma, uma viragem à "esquerda". A partir de 1948, esse processo, mesmo quando limitado nos resultados, foi, nuns casos, travado e, noutros, revertido. Os sindicatos foram disciplinados e enquadrados pelo Estado, os partidos comunistas perseguidos e ilegalizados, o reformismo político e social travado ou até revertido. Só na Guatemala a "Primavera" política e social democratizadora durou até 1954. Veja-se: Bethell e Roxborough (1997).

Nos dias após a chegada de Theotônio Pereira, a reação da imprensa brasileira foi resumida do seguinte modo: com "exceção feita dos seis ou sete jornais que nos veem com simpatia", e que deram um "moderado eco" ao desembarque do embaixador e ao entusiasmo que o rodeou, a imprensa tida como neutra noticiou o "facto com parcial sobriedade", ao passo que os "três órgãos comunistas" tinham reproduzido o evento "em termos tão impudicamente adulterados que um deles" chegara a afirmar que Theotônio Pereira "fora vaiado por parte de um considerável grupo de democratas que se concentrara no cais para impedir o desembarque" (DA EMBAIXADA DE PORTUGAL..., 9 jan. 1946). Durante toda a missão de Theotônio Pereira no Brasil, a imprensa foi merecedora dos maiores cuidados e causa de grandes contrariedades. No entanto, quando em 1947 abandonou o Rio de Janeiro, tanto por causa da evolução da situação política brasileira<sup>42</sup> como da sua ação, a atitude da imprensa em relação a Portugal, ao salazarismo e ao próprio embaixador mudara. Todos tinham deixado de ser alvo recorrente de críticas e de comentários ferozes por parte da imprensa situada política e ideologicamente mais à esquerda.

Outros fatores houve que se revelaram adversos no decurso da missão de Theotônio Pereira. Em primeiro lugar, o clima.<sup>43</sup> O "espantoso calor húmido do Rio" era "muito mais difícil de suportar que o mês de agosto em Madrid". Theotônio Pereira acordava de manhã "mais fatigado que na noite anterior e qualquer gesto brusco ou palavra mais impetuosa" deixavam-lhe a "camisa a escorrer".<sup>44</sup>

<sup>42</sup> Quando entregou as credenciais, Theotônio Pereira, na conversa que manteve com o presidente Linhares e o ministro Leão Veloso, detetou sinais do que seria a falta de "coragem ou medo de meter um travão aos desmandos dos jornais esquerdistas ou "democratas" (DA EMBAIXADA DE PORTUGAL..., 9 jan. 1946). Porém, durante o ano de 1946, fracassou essa tentativa, aliás ténue, de alargamento da influência da esquerda sobre o quotidiano político brasileiro (SKIDMORE, 2007, p. 89-96).

<sup>43</sup> Também em Washington se queixaria do clima: "Tudo está coberto de gelo e não cessa de nevar. Que clima!" (CARTA DE PEDRO THEOTÔNIO..., 12 fev. 1948).

<sup>44</sup> "Mudei ontem de camisa por quatro vezes e tirei-as sempre a escorrer" (CARTA DE PEDRO THEOTÔNIO..., 15 jan. 1946). No Brasil e nos EUA, embora neste posto menos, Theotônio

No entanto, “muito mais penosa do que o clima” era a “atmosfera política” brasileira. A “maneira de ser dos brasileiros” incomodava-o, a começar pela “simples leitura dos jornais, logo pela manhã”, que lhe produziam “uma náusea e uma vertigem”. As primeiras páginas vinham “carregadas de títulos loucos ou extravagantes, destinados a captar a atenção das massas”. Traziam “insultos, insinuações, calúnias”, à “mistura com as notícias sensacionais”, “tudo em letras gordas”. Ficava com a impressão de que o sensacionalismo da imprensa era imposto pelos condicionalismos económicos próprios do exercício da atividade num mercado muito competitivo. Por outro lado, parecia-lhe óbvio que por trás dos títulos da imprensa não havia “nem pensamento, nem ponderação, nem método, nem responsabilidade”. Os jornais não eram “fogos de palha, mas fogos que fazem arder tudo quanto alcançam”, não respeitando “princípio algum”. Só assim se compreendia que no Rio de Janeiro circulassem “23 diários [...] ateando a desordem e o caos em cada dia”.

As “fogueiras”, claro está, ardiam “com os alegres ventos que a democracia da ONU” ia “enviando pelo mundo.” A “febre” de que padecia o Brasil desde os últimos meses do verão europeu não era provocada por outra coisa senão os “fumos democráticos” que tinham enlouquecido o seu povo (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 15 jan. 1946). Para quem passara os últimos doze anos da sua vida em contacto, sobretudo, com as imprensas portuguesa e espanhola, submetidas a um rigoroso regime de censura prévia, é óbvio que a liberdade recém-adquirida de que gozava a imprensa brasileira não podia causar outra coisa que não fosse estranheza e repulsa.

---

Pereira continuou a utilizar canais particulares para o envio da correspondência diplomática que considerava mais sensível – mas que era a maior parte das vezes também pessoal. Nela transmitia as suas opiniões sobre quase tudo, mas principalmente sobre o posto em que se encontrava, sobre política externa e, por vezes, sobre política interna. Tratava-se de relatórios, em princípio semanais, que desde a sua estada em Espanha se habituou a endereçar a Salazar.

Não era apenas a imprensa, porém, que perturbava Pedro Theotónio Pereira. Repugnava-lhe aquilo que parecia ser uma atitude claramente “tola” por parte de toda uma nação, a começar pelas elites, e que, do ponto de vista do embaixador, apenas se justificava pela cruel ditadura que o clima impunha e pela desastrosa mistura de raças que caracterizava o Brasil. Essa dupla fatalidade – climatérica e rácica – fazia com que houvesse que baixar perigosamente o conceito de civilização quando se falava do Brasil e dos brasileiros. Para Theotónio Pereira:

Toda a vida brasileira está envenenada por um louco frenesim. Delírio de divertimento: pândega e batota por todos os lados. Delírio de agitação social: greves todos os dias e um grave movimento de reivindicações em marcha: toda a gente negocia e especula. Delírio de preços: hora a hora a vida sobe e vim encontrar aqui preços que só julgava possíveis nos Estados Unidos (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 15 jan. 1946).

Para quem passara os últimos anos da sua vida em dois países que tinham sofrido os efeitos económicos de duas guerras (embora esses efeitos negativos tenham sido muito mais profundos em Espanha do que em Portugal), é óbvio que o ambiente económico que foi encontrar no Brasil era difícil de perceber e de aceitar. Isso independentemente de também a economia brasileira ter sido tocada pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, os pressupostos corporativos em que assentava a organização da economia portuguesa, mas também da espanhola, faziam parecer a relativa liberdade económica brasileira, ainda que também ela assente em moldes corporativos e nacionalistas, incompreensível e criticável.<sup>45</sup>

Nesse contexto que parecia demasiado revoltoso, Pedro Theotónio Pereira ia ainda dando notícia de que em certos meios brasileiros

<sup>45</sup> Sobre os desafios e a evolução economia brasileira na Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra, veja-se: Abreu (2008, p. 305-337).

havia a esperança de que o general Dutra acabasse por "usar medidas violentas para restituir um pouco de serenidade e disciplina". Além disso, digno de registo naquilo que via e que contava a Salazar, era a catadupa de acontecimentos que resultava de uma situação social e política descontrolada, mas que se tornara inevitável após a queda de um regime e do seu líder. Nesse sentido, aquilo que Theotónio Pereira presenciava durante toda a sua estada no Brasil não andava muito longe do que poderia acontecer em Portugal no dia em que o Estado Novo caísse e fosse substituído por uma solução político-constitucional inspirada pelos ideais que haviam dado forma às Nações Unidas no dia 1º de janeiro de 1942.<sup>46</sup> Isso, naturalmente, era algo insuportável para quem não tolerava que uma sociedade conservadora e hierarquizada, como a portuguesa, pudesse ser revolvida de alto a baixo, mesmo que, como sucedeu no Brasil, apenas superficialmente.

## IV

Ao fim de nove meses no Rio de Janeiro, Theotónio Pereira começou a pedir para regressar a Lisboa por considerar estarem goradas as suas expectativas e as da diplomacia portuguesa no Brasil. Ou seja, considerar o Brasil como um dos parceiros privilegiados da política

<sup>46</sup> Essa Declaração implicava que as propostas e os princípios da Carta do Atlântico passassem a ser reconhecidos pelos Estados que dela fossem signatários, sobretudo, que coordenadas doutrínrias (a defesa da vida, da liberdade – também religiosa –, da independência, dos direitos humanos e da justiça) seriam aplicadas universalmente e, portanto, se tornariam o denominador comum de uma guerra que levaria à derrota do Eixo e que deveria tornar-se no ponto de partida para a paz. Além disso, qualquer Estado poderia no futuro subscrever aquela declaração, desde que estivesse disposto a aceitar, cumprir e fazer cumprir os seus princípios. Era esta uma forma de se abrir espaço, a partir de um núcleo duro, à edificação de um organismo depositário da paz universal (HOOPES; BRINKLEY, 1997, p. 45-47). Sobre o significado da declaração e a lista completa dos seus primeiros signatários, veja-se: Churchill (1988, p. 605-606) e Joll (1990, p. 425).

externa salazarista fora, e era cada vez mais, um erro que se poderia pagar muito caro. Isso apesar de a opção portuguesa de aproximação ao Brasil possuir uma racionalidade sólida do ponto de vista empírico e conceptual. Ocorreria numa época em que a sociedade internacional conhecia alterações profundas, rápidas e contraditórias, em que o Brasil nela desempenhava um papel importante, sendo uma das alterações mais evidenciadas a arrumação do mundo em "blocos", que poderiam, em alternativa ou em complementaridade, ser políticos, económicos, culturais, ideológicos ou de outra natureza. Parecia por isso muito pertinente a ideia veiculada por Salazar, e acompanhada por Getúlio Vargas, segundo a qual haveria no mundo a oportunidade e a necessidade de constituir um bloco ibero-americano com ênfase na sua dimensão luso-brasileira.<sup>47</sup> No entanto, definir e estabelecer relações bilaterais em novas bases, num mundo em mudança acelerada, era e foi uma tarefa difícil, ainda que existissem elementos de continuidade entre o Estado Novo derrubado e a "República Liberal" que se ia institucionalizando.

O pressuposto político-ideológico e cultural, em que assentava a visão de Salazar e de Theotónio Pereira acerca daquilo que devia ser a promoção de uma identidade comum de pensamento e de ação entre os dois países de língua portuguesa (e os de língua espanhola), não andava longe do que Sardinha (1924) e outros intelectuais do espaço ibero-atlântico tinham teorizado sobre a conveniência da criação e valorização de uma identidade civilizacional hispânica aplicada à unidade

<sup>47</sup> Num discurso proferido a 25 de maio de 1944, na abertura do II Congresso da União Nacional, Salazar (1959d, p. 61) afirmou reconhecer que: "[...] as circunstâncias estão-se conduzindo de forma que um dos maiores centros da política mundial, sobretudo enquanto os Estados Unidos entenderem do seu interesse ou do seu dever ajudar a Europa a levantar-se das ruínas da guerra, situar-se-á pela própria força das coisas no vasto Atlântico, e só por esse motivo os países ribeirinhos serão chamados a um papel preponderante: a Inglaterra, a França, a Península Ibérica, os Estados Unidos, a América do Sul, e nesta, em situação de relevo, naturalmente o Brasil, serão chamados a uma intensa colaboração, e através desta o Ocidente europeu a um dos fulcros de orientação da política geral".

de vistas na política internacional.<sup>48</sup> Quando em dezembro saiu da barra do Tejo rumo ao Brasil, Theotónio Pereira conhecia as dificuldades que enfrentaria na sua missão no Brasil.

Nesse contexto, se a política do “bloco ibérico” constituía uma dimensão da política externa portuguesa para o pós-guerra pouco contestada em Lisboa, a relação com o Brasil, assente de igual forma em pressupostos ideológicos e de conveniência, não merecia um apoio tão generalizado entre as figuras cimeiras do governo e do regime. De qualquer modo, a ida de Theotónio Pereira para o Brasil tinha tudo para ser considerada como mais uma iniciativa político-diplomática muito subordinada a desígnios ideológicos, uma opção que, pela experiência adquirida durante a sua estada em Espanha, o embaixador estava cada vez menos disposto a considerar como adequada à defesa dos interesses nacionais. Além de outros argumentos eventualmente utilizados para o convencer a exercer o cargo de embaixador no Rio, é possível que lhe tenha sido dito que o Brasil era uma aposta de política externa que permitiria romper o cerco político-ideológico imposto a Portugal pela Espanha na Península e pelos EUA e pelo RU no Atlântico e, eventualmente, até nas suas possessões coloniais. Isso apesar de Salazar ter sido quase sempre muito cauteloso no modo como procurou conciliar as relações luso-brasileiras com o exercício da soberania portuguesa nas colónias.<sup>49</sup>

Regressado ao Brasil, depois de em abril e maio de 1946 se ter reunido em Lisboa com Salazar e ter estado nos EUA em missão político-diplo-

<sup>48</sup> Sobre a influência exercida pelo Integralismo Lusitano e em particular por António Sardinha junto da Acción Española e dos meios intelectuais “contrarrevolucionários” espanhóis, nomeadamente na adoção do conceito de Hispanidad, segundo o qual os principais objetivos de política externa eram o “entronque” de Espanha com Portugal e a América Latina no domínio da política externa, veja-se: Sánchez e Núñez (2004, p. 319-320).

<sup>49</sup> Mais tarde, nas “notas interpretativas” ao Tratado de Amizade e Consulta celebrado em novembro de 1953, e a pedido do governo de Lisboa, Portugal era definido como compreendendo a “metrópole” europeia e os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Essa seria uma demonstração prática do “exclusivismo” colonial português (ALVES, 2000, p. 221-222).

mática, Theotónio Pereira encontrou um ambiente mais favorável a Portugal. Salvo as exceções do costume, a imprensa publicou notícias favoráveis sobre a sua passagem pelos EUA, e o governo como oposição virou cada vez mais as suas atenções para outros assuntos.

A partir de finais do primeiro semestre de 1946, a posição portuguesa se beneficiou da criação de uma política de informação, ou de propaganda, que tinha como objetivo refazer a imagem de Portugal e do Estado Novo no Brasil. Tratava-se de um trabalho que pretendia apresentar resultados tanto junto da opinião pública e da classe política brasileiras como das colónias de portugueses dispersos pelo Brasil e que, na opinião de Theotónio Pereira, tinham sido deixados ao abandono pelo embaixador Martinho Nobre de Mello e pelo próprio governo português. Esse abandono provocou uma crescente indiferença por parte dos imigrantes, e/ou dos seus descendentes, em relação às suas raízes, mas também uma maior permeabilidade à influência política e ideológica exercida por elementos da oposição radicados naquele país.

O ambiente hostil, fortemente antiportuguês e anti-Estado Novo, era, do ponto de vista de Pedro Theotónio Pereira, protagonizado por vários setores da vida política e social do Brasil. E se a esquerda brasileira foi aquela que, em primeiro lugar, hostilizou Theotónio Pereira e, por intermédio dele, o salazarismo e a sua natureza “fascista”, fazendo alastrar a sensibilidades e personalidades moderadas essa hostilidade, em vários episódios percebia-se que alguns setores da vida brasileira aproveitavam afinal a natureza política e ideológica do salazarismo para exteriorizarem sentimentos xenófobos em relação aos portugueses.<sup>50</sup> Essa realidade era bem patente em episódios que

<sup>50</sup> Na sequência da discussão e aprovação pela Constituinte de um novo estatuto legal para os imigrantes portugueses no Brasil, Pedro Theotónio Pereira ouviu da boca de Aureliano Leite – o autor da emenda que favorecia os interesses portugueses –, que embora se pudessem considerar os ataques a Theotónio Pereira como uma consequência do facto de ser no Rio de Janeiro o representante de Salazar, a verdade era “que mesmo que o não fosse” seria

Theotónio Pereira considerava em si mesmos insignificantes, mas que, paradoxalmente, não podiam ser ignorados. Era o caso, por exemplo, da descoberta pela polícia brasileira de que o *Serpa Pinto* transportara “cerca de mil litros de azeite” de contrabando. A propósito desse facto, a imprensa teria criado um imenso escândalo, com “campanhas de ódio contra Portugal, contra o *Serpa Pinto* (‘navio contrabandista’) e contra os portugueses, acusados de fazerem mercado negro”.

Para Theotónio Pereira, a situação era clara: “[...] o espírito de certa imprensa do Brasil para connosco é isto: ódio selvagem não contra a situação, mas contra tudo o que é nosso, com justiça ou sem ela”. Assim sendo, e enquanto houvesse em Lisboa quem continuasse a pensar que a política brasileira do governo português devia ser a de permanecer calado e de “fechar sempre os olhos” – e nesse caso seria até melhor deixar de enviar para Lisboa informação sobre os problemas portugueses no Brasil na falsa esperança de que a imprensa portuguesa a publicasse –, a ação de Theotónio Pereira estava condenada ao fracasso. Assim, para ajudar a resolver esse problema, chegara ao Rio de Janeiro um delegado do SNI, que já “tomara o pulso à situação”. No entanto, caso não mudasse a atitude em Lisboa relativamente a esse tipo de problemas, nada daquilo que fosse feito no Brasil podia obter grandes resultados (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 26 maio 1946). Nessa política em que a luta em torno da forma e do conteúdo da informação era tudo, constatava-se que, a par dos recursos normalmente utilizados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, os instrumentos de propaganda do regime, funcionando por meio da imprensa, não só desempenhavam um papel essencial como Theotónio Pereira tinha uma grande vocação para instrumentalizar e rentabilizar esse domínio vital da ação política e diplomática.

igualmente “atacado”. Aureliano Leite reconhecia que existia no Brasil “um movimento de opinião contra Portugal”, que era de “toda a vida. O próprio António José de Almeida”, quando em 1922 visitara o Brasil, não pudera “ir a São Paulo”, tal seria ali a antipatia para com Portugal e os portugueses (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 8 set. 1946).

No início de 1947, a atenção prestada por Theotónio Pereira à questão do tratamento da informação fê-lo felicitar Salazar pela prevista criação de uma “agência de notícias” portuguesa<sup>51</sup>, especialmente pelo facto de o início da atividade desta ir coincidir com um momento em que a “imprensa” hostil no Rio de Janeiro fora quase completamente “neutralizada”, o que permitia rentabilizar o potencial da agência. Ao longo de toda a sua vida pública, diga-se, a intervenção de Theotónio Pereira no domínio da informação foi sistemática e praticamente ininterrupta. Foi no Brasil, porém, que essa intervenção atingiu uma projeção única, sendo essencial para percebê-la o facto de vigorar no Brasil, em 1946 e 1947, um regime de liberdade de imprensa. Se por um lado essa realidade colocava o embaixador e o país que representava à mercê de setores tidos como hostis, também permitia que Theotónio Pereira aproveitasse todo seu talento de manobrador, manipulador e de sedutor junto da imprensa que estivesse disposta a dar voz à sua mensagem. Se em Portugal, como em Espanha, se vira sempre limitado na sua ação como consequência do controlo da imprensa conduzido pelos respetivos governos, no Brasil a ausência desse controlo permitiu-lhe agir e reagir com alguma liberdade e medir-se de igual para igual com os seus adversários.

Contradizendo as suas queixas de 1946 e 1947, tinha sido durante a sua passagem por Espanha, e não no Brasil, que estivera à mercê dos caprichos da imprensa. No Brasil era atacado impiedosamente, mas a partir do momento em que passou a conhecer os meandros da imprensa carioca, passou a estar em condições de contra-atacar ou até de desenvolver as suas iniciativas. Em Espanha foi algumas vezes

<sup>51</sup> Em dezembro, chamou a atenção de Salazar para o facto de o grosso das notícias sobre Portugal publicadas pela imprensa brasileira ter origem em agências noticiosas estrangeiras. Por isso, sublinhava ser da maior utilidade o “rápido início de trabalhos” pela “nossa agência de notícias”. E continuava: “Tenho a certeza [de] que a sua influência se fará sentir não só no Brasil, mas até em muitos outros países pela utilização do seu noticiário por parte das outras agências. Precisamos é [de] romper com o silêncio que cerca as nossas ações e as nossas boas razões” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 13 dez. 1946).

peçoal e politicamente enxovalhado, humilhado, e não só não podia ripostar nos termos em que desejasse fazê-lo, ou em quaisquer outros, como o fim ou a diminuição dos ataques de que era alvo dependia quase sempre dos interesses e dos caprichos das autoridades, das sensibilidades, que controlavam a imprensa. Em Espanha, por exemplo, a certa altura deixaram de poder circular jornais portugueses, e as notícias sobre Portugal ou portuguesas sobre o que se passava em Espanha eram cortadas sistematicamente pela censura. Do facto se queixou inúmeras vezes às autoridades espanholas e, por causa do seu silêncio, sentira-se desamparado, frustrado e impotente.

No Brasil, reconhecendo a existência de liberdade de imprensa e as vantagens que concedia a todos os contendores, lamentava sobretudo o facto de os jornais portugueses, por causa das autoridades em Lisboa, não poderem ser suficientemente agressivos no tratamento das questões políticas e sociais brasileiras ou da vida da colónia portuguesa no Brasil. Após os primeiros meses de difícil adaptação a um ambiente desconhecido, Theotónio Pereira percebeu que era mais por causa da censura praticada em Portugal, do que pela liberdade de imprensa que ia vigorando no Brasil, que se via privado dos aliados de que necessitava no combate político e pessoal que conduzia.

## V

Se por finais de 1945 ainda parecia que se poderia resolver o problema do distanciamento ortográfico entre o português do Brasil e o português de Portugal, com a eleição da Constituinte e os debates que nela ocorreram sobre a questão da língua falada no Brasil, tornou-se evidente que não apenas as diferenças ortográficas iriam permanecer, como uma outra, respeitante à designação

a dar à língua falada no Brasil, poderia nascer. O acompanhamento que Theotónio Pereira fez dos trabalhos ocorridos na Câmara de Deputados permitiu-lhe concluir que determinadas sensibilidades não só não se mostravam nada preocupadas com a questão de uma harmonização ortográfica entre os dois ramos do português como advogavam que a nova Constituição estabelecesse o reconhecimento de uma nova língua nacional: o brasileiro.

Para Theotónio Pereira, o simples facto de ser colocada a hipótese de uma substituição do português pelo brasileiro como a língua oficial do Brasil, com as alterações mais ou menos artificiais no idioma escrito que tal medida implicaria, afastando-a ainda mais do padrão linguístico que seria o português usado em Portugal, apenas manifestava um dos vários sintomas do revanchismo que tomara conta de algumas esferas da sociedade brasileira (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 27 ago. 1946). Embora os seus recursos nesse domínio fossem reduzidos, Theotónio Pereira reagiu. Pronunciou um discurso sobre as relações culturais luso-brasileiras, no qual marcou a posição do governo de Lisboa sobre a questão e forçou Pedro Calmon e Neves da Fontoura a comprometerem-se publicamente sobre o assunto ao fazerem "afirmações concretas sobre a questão da língua e sobre a cultura portuguesa" (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 11 jun. 1946). Acerca do mesmo assunto, escreveu três semanas mais tarde:

Chego a pensar que esta batalha esteve perdida. A proposta teve a assinatura da maioria dos membros da Constituinte. Agora, as coisas vão melhor. Esta reviravolta a nosso favor tem trazido muita gente boa a fazer a nossa defesa e há até muitos que vieram fazer *amende honorable* [sic]. Tudo o que se possa fazer pela reafirmação do nosso prestígio pode ter agora importância decisiva.<sup>52</sup>

<sup>52</sup> Nesta "batalha da língua" que ia assim decorrendo, nomeava o "sr. Prazeres" como o "inventor da língua brasileira e caudilho do movimento há 15 anos a esta parte" (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 4 jul. 1946).

Tendo sido então decidido no início desse processo que a questão da língua seria resolvida por uma comissão de especialistas escolhida pelo Ministério da Educação brasileiro e aprovada pelo presidente da República, quando a sua composição foi conhecida por Theotónio Pereira – informação que lhe foi passada oficiosamente por Pedro Calmon –, ficou finalmente descansado e convicto de que em circunstância alguma a nova Constituição iria consagrar o brasileiro como língua nacional ou oficial do Brasil (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 6 out. 1946).

A reunião da “Constituinte” também discutiu a possibilidade de se eliminarem as “restrições de trabalho para os portugueses” no Brasil. A forma como Theotónio Pereira acompanhou a contenda da chamada “emenda Acúrcio Torres”, uma iniciativa que pretendia eliminar grande parte das restrições existentes ao estabelecimento de portugueses no Brasil, demonstra não só a importância que para Portugal poderia voltar a ter a emigração, em geral, e a emigração para o Brasil, em particular, como a noção que o governo de Lisboa tinha da emigração enquanto setor estratégico da economia portuguesa, da enorme importância para a saúde financeira e comercial do país e, claro está, para a preservação de alguma estabilidade política e social. Contudo, o acompanhamento dessa questão revelava ainda o interesse em garantir que a emigração para o Brasil se faria, tanto quanto possível, de uma forma digna, humana, uma vez que eram conhecidas do Estado Português as condições humilhantes em que muitos portugueses não só emigravam para o Brasil como aí eram obrigados a trabalhar em condições degradantes, em grande medida pelo facto de lhes não serem automaticamente reconhecidos direitos de cidadania iguais, ou semelhantes, aos dos brasileiros.<sup>53</sup> No

<sup>53</sup> A preocupação do governo português com o problema da emigração levou à publicação, em 29 de março de 1947, do Decreto-Lei n. 36.199, que suspendia a emigração portuguesa, exceto quando feita ao abrigo de acordos ou convenções que regulassem as condições da sua admissão e estabelecimento nos países de destino. A partir dessa data, e sem grande esperança,

entanto, a emenda “Acúrcio Torres” foi rejeitada, e foi-o por várias razões. Foram exercidas pressões por interesses económicos ligados à imigração, e à imigração portuguesa em particular, setores esses que desejavam manter o *status quo* de modo a poderem continuar a recrutar mão de obra sem direitos para a execução de trabalhos extremamente duros a baixo custo.<sup>54</sup>

A forma como num outro domínio o Estado brasileiro parecia querer continuar a tratar os imigrantes portugueses, nomeadamente concedendo-lhes alguns benefícios de cidadania apenas a troco da sua naturalização, deixava Theotónio Pereira frustrado pelo facto de o derrube do Estado Novo não ter permitido concluir com as autoridades brasileiras as negociações que nesse domínio estavam em curso em maio de 1944. Nessa altura, Neves da Fontoura, na qualidade de embaixador em Lisboa, submetera “à apreciação do governo português um projeto de diploma a publicar no Brasil” e no qual se previa a concessão de um “estatuto especial” aos portugueses ali radicados. As autoridades do Rio de Janeiro estavam dispostas a autorizar a “livre entrada dos portugueses no Brasil”, a conceder “direitos públicos e privados” de que apenas os brasileiros usufruíam, embora “com as restrições impostas pela lei constitucional”, além da “facilitação e estímulo à naturalização” (ALVES, 2000, p. 220).

A essa proposta tinha o governo português respondido favoravelmente, embora desejando que a sua promulgação pelas autoridades

Theotónio Pereira tentou abrir negociações para a celebração de um acordo luso-brasileiro que regulasse os fluxos migratórios entre os dois países. A 28 de outubro do mesmo ano, foi criada, no Ministério do Interior, a Junta de Emigração (Decreto-Lei n. 36.558), que apresentava disposições relativas à proteção ao emigrante e ao condicionamento da emigração.

<sup>54</sup> O problema da entrada e circulação da mão de obra portuguesa no Brasil e da brasileira em Portugal ficou politicamente resolvido em 1953 com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, nomeadamente pelo disposto no seu Artigo V (“As Altas Partes Contratantes [...] permitirão a livre entrada e saída, o estabelecimento de domicílio e o livre trânsito em Portugal e no Brasil, aos nacionais da outra Parte, observadas as disposições estabelecidas em cada uma delas para a defesa da segurança nacional e proteção da saúde pública”) (apud ALVES, 2000, p. 306).

brasileiras se fizesse não por meio de diploma legal brasileiro, e sim pelo recurso à negociação de uma convenção luso-brasileira que contemplasse os direitos dos portugueses no Brasil e dos brasileiros em Portugal, o que, nos termos propostos pelo governo português, não era possível à luz das disposições constitucionais brasileiras. Alertadas para o problema, as autoridades portuguesas reconheceram a vantagem do tratamento do problema com a promulgação de legislação interna nos respetivos países (ALVES, 2000, p. 220).

Portanto, também nesse domínio o golpe militar de 29 de outubro de 1945 alterou as intenções e o comportamento da diplomacia brasileira (ainda que a questão da imigração fosse muito mais do que uma questão diplomática), tendo Theotónio Pereira enfrentado no Brasil uma batalha política que tornava evidente a indisponibilidade do governo de Eurico Dutra para retomar quaisquer negociações. Em face dessa situação, parecia evidente que desaparecia rapidamente o número de cidadãos portugueses que mantinham a sua nacionalidade depois de alguns anos emigrados no Brasil. Como dizia Theotónio Pereira, a situação, como se apresentava, estava cada vez mais para que “todos os dias” os portugueses se fossem “tornando brasileiros”, uma vez que as portas da imigração no Brasil só se escancaravam para os portugueses no caso de estes se fazerem brasileiros. Desse modo, a única conclusão a tirar era que o “Brasil já não era capaz de nos tratar melhor”. Na questão da preservação da nacionalidade dos portugueses estabelecidos no Brasil, parecia óbvio que a sociedade brasileira, ou pelo menos a sua classe política, já não tinha “forças para um ato de reparação”. Era também evidente que o Brasil não se portara bem com Portugal e com os portugueses, estando ainda a portar-se muito mal “com ele próprio” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 27 ago. 1946).<sup>55</sup>

<sup>55</sup> No “Discurso ao Presidente Craveiro Lopes”, a propósito da celebração do Tratado Luso-Brasileiro de Amizade e Consulta de novembro de 1953, João Neves da Fontoura, então mi-

Não admira, pois, que na opinião de Theotónio Pereira, sobretudo com a queda de Getúlio, o Brasil se tivesse tornado um “verdadeiro caos em todo o sentido”. Queixava-se, por exemplo, de não ter um interlocutor no governo brasileiro. A Salazar dizia: “Não chego, sequer, a queixar-me das autoridades: não existem”. Após a saída de Getúlio Vargas da boca de cena, a política de Salazar para o Brasil ficara órfã, tornando-se óbvio que se tratava mais de uma política direcionada para um regime do que para um Estado, ou então, na melhor das hipóteses, para um regime, qualquer que ele fosse, desde que liderado por Getúlio Vargas, como parece atestar a celebração do Tratado Luso-Brasileiro de Amizade e Consulta a 16 de novembro de 1953. Como dizia Theotónio Pereira, visto o fracasso relativo da diplomacia portuguesa na questão da preservação da nacionalidade portuguesa por parte dos imigrantes lusos no Brasil, o melhor talvez fosse voltar a não dar “importância” àquilo que se ia passando e prosseguir na “posição sempre otimista dos nossos jornais e dos nossos centros de informação” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 27 ago. 1946).

Por isso, no capítulo da emigração para o Brasil, talvez valesse a pena que o governo português se cingisse ao essencial, avisando os candidatos a uma saída que a situação económica do Brasil era terrível e que tanto a “opinião pública” como as “leis” só queriam os portugueses “para cavar no campo” ao “mesmo tempo” que as “batatas” estavam “a 5 cruzeiros o quilo, o arroz a mais de 4 e o feijão branco a 3,50 o litro” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 27 ago. 1946).<sup>56</sup>

nistro dos Assuntos Exteriores, relatou com brevidade as peripécias que acabaram por levar à não aprovação do “Estatuto Especial dos Portugueses no Brasil” em 1945. O Estatuto não vira a luz do dia, assim como um conjunto de acordos e de legislação complementares que lhe alargavam o âmbito, por razões de política interna brasileira, apesar de Getúlio Vargas tudo ter feito para tentar aprová-la. Só em “épocas mais tranquilas” se veio a celebrar um tratado que concretizava aquilo que tinha sido tentado, e quase concretizado, entre 1944 e 1946 (FONTOURA, 1959b, p. 65-67).

<sup>56</sup> De facto, sabe-se hoje que a situação económica brasileira nos anos em que Theotónio Pereira por lá esteve foi relativamente benigna, pelo menos no domínio do crescimento do PIB. Em 1946 e em 1947, o PIB *per capita* cresceu, e a dívida externa diminuiu. A inflação,

A forma como certa imprensa brasileira manipulava politicamente, por exemplo, a questão da emigração portuguesa para o Brasil parecia a Theotónio Pereira motivo mais do que suficiente para colocar os jornais em Portugal ao serviço da sua política externa. Uma vez que muitos dos “passageiros de 3ª classe” chegados ao Brasil declaravam aos jornais “que em Portugal se morre de fome”, seria então altura de tanto *O Século* como o *Diário de Notícias* falarem no “caso com dureza”. É que Theotónio Pereira não tinha qualquer dúvida de que os emigrantes saídos para o Brasil iam ao engano (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 10 ago. 1946).<sup>57</sup>

Essas considerações foram feitas ao mesmo tempo que, durante boa parte do verão europeu, Theotónio Pereira transmitiu a Salazar a crença de que a situação dos portugueses no Brasil podia melhorar. Em junho, por exemplo, tinham começado a aparecer na “Constituinte as primeiras emendas a favor de facilidades para os portugueses”. Algumas delas podiam ser consideradas “muito boas” e eram “assinadas com nomes de prestígio”, embora houvesse que fazer tudo para “concentrar estes esforços amigos”. O pior era que parecia evidente a indisponibilidade do ministro das Relações Exteriores, Neves da Fontoura, para “ajudar”. Por isso, afirmava: “Possivelmente só lhe

comparando-a com aquela que se verificaria logo a partir do início da década de 1950, foi bastante moderada (BARRETO FILHO, 2001, p. 165-166). Apesar de tudo, Theotónio Pereira assistiria àquilo que parecia ser uma constante degradação da conjuntura política e social brasileira. Nas vésperas da chegada ao Brasil do cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira, a situação era muito grave, pelo menos no Rio de Janeiro. Uma onda de “assaltos às lojas” varrera alguns bairros da cidade, tendo-se ouvido muitas vezes gritar “Mata galego” – numa referência explícita aos portugueses. Consequentemente, grande parte do comércio permanecia fechado (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 31 ago. 1946).

<sup>57</sup> Desabafo idêntico teria o embaixador João de Bianchi, sucessor de Pedro Theotónio Pereira no Rio de Janeiro. Os portugueses imigrantes no Brasil “nem ao menos” poderiam “gozar da liberdade de escolher o seu meio de vida; encontrar-se-ão em muitos campos em concorrência com a mão de obra miserável de caboclos e mulatos e nem ao menos gozarão da possibilidade de fazer as modestas remessas para a subsistência das suas famílias (CARTA DE JOÃO DE BIANCHI..., 6 jun. 1949).

agradará o que for feito exclusivamente com ele” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 11 jun. 1946).

De facto, o ministro “nada fez”, independentemente de várias emendas ao projeto de Constituição “resolverem o assunto de forma muito mais airosa”. A principal, “assinada pelo deputado Acúrcio Torres de Pernambuco”, e subscrita por deputados de “todos os lados da Câmara, menos os comunistas”, propunha que “para todos os efeitos” fossem “equiparados aos brasileiros naturalizados os portugueses com mais de cinco anos de residência no Brasil”. Fruto do trabalho da Embaixada, propostas desse tipo pareciam ser testemunho do “renascimento do interesse e simpatia pelas nossas coisas”. Tudo estava em “saber fomentar essa atmosfera”, o que só seria possível no caso de ser resolvido o problema da produção de informação portuguesa para os jornais brasileiros, facto que dependia de apoio financeiro à estratégia de comunicação que Theotónio Pereira queria desenvolver no Rio de Janeiro (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 4 jul. 1946).

Nesse domínio, no início de agosto de 1946, em resposta a um “livro negro” sobre Portugal publicado semanas antes no *Correio da Manhã* (e que teria sido pago), a Embaixada conseguiu que saísse, no mesmo jornal, um “livro branco” também sobre Portugal. A iniciativa teria custado “uns 25 contos” e fora coberta “entre ½ dúzia de portugueses com o Sousa Baptista à cabeça”.<sup>58</sup> O jornal aumentara a tiragem e, mesmo assim, às “9 da manhã estava esgotado em absoluto”. Essa resposta permitira que, pela primeira vez, os brasileiros pudessem conhecer aquela que tinha sido a política externa portuguesa durante a guerra. Theotónio Pereira encarregou-se de escrever, na “maior discricção”, todos os textos publicados no *Correio*

<sup>58</sup> O “homem” da colónia portuguesa no Brasil com quem se podia “contar” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 10 ago. 1946).

da Manhã, só lamentando o facto de “não ter podido pôr mais estatísticas” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 10 ago. 1946).

No início de agosto, Theotónio Pereira alertava Lisboa para o facto de o “assunto da imigração” também necessitar de ser considerado pelo governo português. A “questão da emenda” constitucional degradara-se, “tudo indicando que o projeto em estudo” se cingiria afinal ao “tocante ao direito aos estrangeiros”, tal como exposto na Constituição “ultranativista” de 1891. Daí que houvesse necessidade de apelar ao presidente Dutra, uma vez que se estava perante o “momento de ser tentado um esforço decisivo” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 3 ago. 1946).<sup>59</sup> No entanto, a poucos dias da votação da nova Constituição, reconhecia que, por falta de vontade política do governo e da maioria que o apoiava, perdera-se “uma grande oportunidade” para introduzir na lei fundamental brasileira alguns dispositivos que permitissem aos portugueses melhorarem as suas condições de cidadania no Brasil sem necessitarem se abdicar da sua nacionalidade (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 23 ago. 1946).<sup>60</sup>

Com a passagem do tempo, era evidente o facto de o ambiente político no Brasil se ter passado a centrar, cada vez mais, em questões de política interna, tendo tido lugar a partir de agosto uma luta aberta de certos meios muito influentes contra o Partido Comunista<sup>61</sup>

<sup>59</sup> Os “nativistas”, segundo o embaixador português, “defendiam a tese” da “existência de uma língua própria que livrasse” o Brasil “da ignomínia de se exprimir no idioma falado por uma pequena nação de além-Atlântico” (DA EMBAIXADA DE PORTUGAL..., 4 mar. 1947).

<sup>60</sup> A aprovação da nova Constituição, prevista para 7 de setembro, seria adiada porque, segundo Theotónio Pereira, ter-se-ia que proceder à eleição de um vice-presidente da República e “isso provocaria cisão irremediável na maioria”. Nesta altura falava-se na iminência de um golpe militar com o objetivo de “ser plenamente restaurada a normalidade democrática”, enquanto o general Dutra parecia assumir-se como a encarnação de uma “tendência ‘getulista’” dentro do regime (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 8 set. 1946).

<sup>61</sup> “A suspensão do órgão comunista levantou uma tempestade. Até o ministro da Guerra, Góis Monteiro, veio dizer nos jornais que não aprovou que se restrinja a liberdade de imprensa” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 17 ago. 1946). Dias depois, Theotónio Pereira falava de “caos político interno”, com a vantagem de ter posto fim aos ataques a Portugal (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 8 set. 1946).

e contra a presença soviética no Brasil, havendo a registar alguns incidentes importantes, envolvendo primeiro diplomatas brasileiros na União Soviética e, depois, o embaixador desse país no Rio de Janeiro (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 8 set. 1946). Após os incidentes registados em 1946, o ano seguinte foi de forte (re)ação anticomunista nos meios políticos brasileiros, parecendo que, como confessou Raul Fernandes a Theotónio Pereira, se começara “de repente a ter medo dos comunistas”, ao ponto de muitos políticos que supostamente com eles tinham andado “aos beijos e aos abraços”, assim como ao embaixador “russo”, queriam agora “deitá-lo ao mar” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 31 jan. 1947).<sup>62</sup>

O início de 1947 parecia permitir que se comesçassem a dar os primeiros passos numa área de grande importância para os interesses portugueses. Numa conjuntura de escassez e de inflação elevada em Portugal, negociações que tinham por objetivo promover a importação de bens alimentares e matérias-primas essenciais que escasseavam no mercado mundial e que Portugal – metropolitano e ultramarino – não produzia, ou produzia aquém das suas necessidades, chegaram a parecer poder chegar a bom porto. Era o caso dos cereais – trigo e arroz<sup>63</sup> – e das oleaginosas, uma vez que a falta desse tipo de produtos em Portugal – depois de vários anos de má produção de azeite – era, em 1946 e 1947, motivo de grande preocupação. Ora, o facto de o Brasil ter acabado por apresentar

<sup>62</sup> Sobre a viragem anticomunista na política interna e na política externa brasileira, que conduziu ao rompimento das relações diplomáticas com o governo de Moscovo em outubro de 1947, veja-se: Barreto Filho (2001, p. 169-180).

<sup>63</sup> Pela intervenção que indiretamente conseguira do próprio presidente Dutra, parecia garantida para Portugal, no início de 1947, a reserva de uma quota de importação de 60 mil toneladas de arroz – exatamente o valor pedido pelo Ministério da Economia português. De qualquer modo, as autoridades portuguesas e até alguns setores brasileiros consideravam que em termos económicos o “comportamento” do Brasil não tinha “desculpa” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 16 jan. 1947). Oito dias mais tarde, as “possibilidades económicas do Brasil” apenas lhe permitiam fornecer mil toneladas de arroz no início do ano e outras cinco mil mais para a frente. Ou seja, um décimo daquilo que fora pedido pelo Ministério da Economia portugueses.

dificuldades em fornecer a maior parte dos bens procurados fez com que, a partir do Rio de Janeiro, Theotónio Pereira tentasse informar-se sobre o andamento das iniciativas do governo de Lisboa que tinham por objetivo encontrar e adquirir na Argentina o trigo que escasseava em Portugal e que não era fácil de encontrar no mercado internacional.<sup>64</sup>

## VI

Após uma ida a Portugal, nos primeiros meses de 1947, reconhecendo embora que a posição de Portugal no Brasil melhorara muito, Theotónio Pereira continuava a lamentar o facto de as autoridades brasileiras evitarem a todo o “custo qualquer demonstração externa e pública de amizade ou de apreço por Portugal”. Embora o seu interlocutor no Itamaraty fosse então muito mais agradável e favorável às diligências realizadas pela Embaixada portuguesa, nada podia apagar o “desgosto total e irremediável que esta terra e esta gente” lhe tinham provocado. Theotónio Pereira garantia a Salazar que iria ficar no Brasil enquanto fosse “estritamente necessário”, mas

<sup>64</sup> “Ando agora numa luta tremenda para arrancar trigo, apesar dos meus apelos afitivos para Lisboa atrasaram-se e chegámos tarde, quando já está tudo vendido, o que é agravado pela resistência passiva dos agricultores, contra as medidas do governo argentino, monopolizando o comércio de exportação.” Num cenário adverso, Portugal procurara adquirir no mercado argentino 68 mil toneladas de cereais. Sobre a possibilidade de vir a ser satisfeito um pedido irrealista, comentava o interlocutor de Theotónio Pereira: “Eu não posso estar a inventar trigo, e avisei a tempo e horas” (CARTA PARA PEDRO THEOTÓNIO..., 15 mar. 1947). Pelo conteúdo do documento depreende-se que se trata de um cidadão português enviado pelo Ministério da Economia para a América do Sul para tratar da importação, naqueles mercados, de matérias-primas e bens alimentares em falta no mercado português. Sobre esse assunto, escrevia na citada carta: “[...] ontem saiu o vapor chileno ‘Papudo’ com 950 toneladas de carne e 500 toneladas de óleo de linhaça; no dia 26 devemos carregar no barco dinamarquês o ‘Gertrud’ 1.260 toneladas de carne, e em abril, por volta do dia 10, no vapor ‘Quintero’ 800 toneladas. Havia ainda um pedido português formal para a importação de açúcar, mas que muito dificilmente seria satisfeito (ESPÓLIO DE PEDRO THEOTÓNIO..., s.d.).

avisava que já não seria “capaz de conseguir” de si próprio “aquele mínimo de conformidade (quando não possa ser de simpatia) para um embaixador se sentir feliz no país onde está”.

Nota-se que, para além de estar colocado num posto que dia para dia perdia importância na política externa portuguesa e que na política internacional não tinha qualquer relevância, Theotónio Pereira sentia-se ferido no seu orgulho pelo facto de se acumularem pequenos incidentes que lhe permitiam constatar ser-lhe impossível obter a notoriedade desejada nos meios diplomáticos do Rio de Janeiro. Nem junto das embaixadas do RU, dos EUA ou da Espanha, nem junto do Itamaraty, conseguia Theotónio Pereira evidenciar-se. Depois de em Madrid ter conseguido tornar-se uma figura com algum peso nos meios político-diplomáticos – e não apenas nestes –, no Rio não era sequer convidado para os jantares realizados quando da visita de Eden ao Brasil (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 25 abr. 1947).

Embora formalmente Pedro Theotónio Pereira saísse do posto no Rio de Janeiro trazendo apenas na bagagem a assinatura de um acordo luso-brasileiro sobre transportes aéreos celebrado a 10 de dezembro de 1946, cuja existência se limitou a ser informado (ACORDO..., 1962, p. 202-210), noutros aspetos das relações entre Portugal e Brasil obteve os êxitos possíveis. Por exemplo, no domínio das relações económicas, especialmente comerciais, mais do que em qualquer outro domínio, houvera a expectativa de que algo de significativo podia ser construído e, afinal, pouco ou nada fora feito. Quanto ao resto, independentemente das circunstâncias adversas que rodearam a sua missão, ao apresentar a Oliveira Salazar um balanço positivo da sua ação, Theotónio Pereira reclamou para si o reconhecimento pelo seu interlocutor do seu mérito, nomeadamente através de uma nomeação para outro posto.<sup>65</sup> Não se

<sup>65</sup> “[...] a parte ‘fazível’ desta obra está assegurada e realizada: a colónia mais numerosa, unida vibrante de patriotismo [do] que nunca; os elementos adversos reduzidos a um punhado de pedras no fundo duma pedreira; o Martinho metido definitivamente na sombra, quieto e calado; a imprensa completamente calma; as campanhas terminadas; os grupos de intelect-

abstinha por isso de afirmar: “Viemos como tropas de choque romper com uma muralha de ódio e de mentira. Vencemos em toda a linha e reina agora a paz”. Depois acrescentou:

Mas exatamente porque a minha ação se desenvolveu contra uma Constituinte açulada contra Portugal; uma imprensa em fúria; um governo que só frouxamente me suportou; e uma opinião pública cheia de perversões a nosso respeito, chego a pensar que não devo ser substituído por um embaixador político. A América do Sul não gosta de atitudes claras nem do estilo um pouco rude dos nossos códigos de honra e de maneiras. Convém possivelmente um prato menos forte para estes estômagos debilitados pelo clima. Talvez outro consiga realmente mais facilidades que eu estou encontrando (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 26 mar. 1947).<sup>66</sup>

Vista a situação, embora não concordando com a preocupação de Salazar sobre o efeito desmoralizador que poderia ter na colónia uma saída apressada do embaixador no Rio de Janeiro, não deixava de acompanhar a proposta feita pelo chefe do governo. Para Salazar, caso Theotónio Pereira não pretendesse continuar no Brasil, a aceitação da Embaixada em Washington (“a Meca dos brasileiros”) seria,

tuais brasileiros tendo deixado de apoiar os nossos revirralhistas e não tomando já parte em quaisquer manifestações; toda a virulência muito atenuada; toda a febre de há um ano reduzida a uns décimos que afloram de vez em quando. E, com tudo isto, um novo e crescente respeito por Portugal, pelo seu governo e por V. Exa.” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 26 mar. 1947).

<sup>66</sup> Dois anos mais tarde, João de Bianchi transmitiu para Lisboa um retrato bem menos otimista. Nas vésperas de uma visita oficial de Caeiro da Matta ao Brasil, aquele embaixador recordava os fracassos que tinham sido, nos últimos tempos, as idas de Júlio Dantas e Supico Pinto a Terras de Vera Cruz – para tratarem de questões de natureza cultural e económica. Nesse contexto, parecia-lhe certo e seguro que a visita de Caeiro da Matta desencadearia “novamente uma campanha contra o Estado Novo, redundando para ele num desaire pessoal e em consequências funestas para o apaziguamento que se vem realizando com sucesso. [...] O facto de [Caeiro da Matta] ter sido Ministro junto ao regime de Vichy, e muitas outras coisas ao sabor desta terra, não deixarão de ser caluniosamente manipuladas em [seu] desprestígio” (CARTA DE JOÃO DE BIANCHI..., 6 jun. 1949).

do ponto de vista da colónia, uma solução muito interessante, uma vez que “os patrícios aplaudiriam e os inimigos [...] ficariam ainda mais desnorteados” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 26 mar. 1947).

Apesar das tentativas feitas por Salazar para manter Theotónio Pereira à frente dos destinos da Embaixada no Rio, não deixou de perceber que não apenas aquele estava firmemente disposto a sair como seria insensato, vistas as circunstâncias, conservá-lo num posto no qual, efetivamente, fizera praticamente tudo o que havia para fazer. Assim sendo, e como após a remodelação governamental de fevereiro de 1947 ficaram dois postos vagos, ou em vias de o estar, Salazar e Caeiro da Matta colocaram-nos à disposição de Theotónio Pereira. O primeiro, Paris, não fora ainda elevado à categoria de Embaixada, mas estava livre. Apesar de se propor, certamente, a elevação de categoria do posto e tratando-se certamente de uma cidade e de um país prestigiantes para exercer as funções de embaixador, Theotónio Pereira recusou-o. Não lhe “parecia de considerar em vista dos evidentes inconvenientes” que resultavam dos oito anos passados em Espanha “e do estado atual da política francesa” (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 26 mar. 1947).

Quanto à possibilidade de ir para Washington, posto ainda ocupado por João de Bianchi, mas que Caeiro da Matta e Oliveira Salazar queriam que regressasse a Lisboa, Theotónio Pereira considerava-a positivamente, embora também lhe parecesse merecer algumas objeções. “No campo puramente profissional, a maior e a primeira deficiência” decorria do facto de não considerar “suficientemente bom” o seu inglês. Outras, desse mesmo foro, existiam, mas nesse caso “eram comuns a todos os postos” que já ocupara ou poderia vir a ocupar e que teriam que ver com o facto de Theotónio Pereira se considerar “um matemático” que viera “tocar mal outros instrumentos aprendidos à última hora”.

No entanto, era do ponto de vista pessoal que uma colocação em Washington preocupava o ainda embaixador no Rio. A distância a que iria ficar colocado de Lisboa, mantendo-se afastado de sua família, era qualquer coisa que, à partida, o fazia pensar seriamente em não aceitar o desafio. Lançava então a sua cartada. Revelava a Salazar nunca ter pensado em Washington, mas confessava ter-lhe já vindo algumas vezes à mente “a ideia de Londres”, não por nenhum motivo especial, mas pela crescente rapidez nos transportes a ter transformado numa “espécie de subúrbio de Lisboa”. Uma vez que a capital do Império Britânico não estava disponível – o duque de Palmela era ainda o embaixador em Londres –, imediatamente percebeu que só lhe restava aceitar Washington, que, aliás, embora não fosse tão prestigiante como Londres, era política e diplomaticamente mais importante do que qualquer outra capital onde pudesse ser colocado como embaixador – como o próprio reconhecia, “ir para Washington era ir para a capital do mundo”. Por mais sinceros que fossem os óbices a uma transferência para Washington, Theotónio Pereira acabou por aceitar rumar a “Meca”.

Antes de deixar o Rio de Janeiro, Pedro Theotónio Pereira organizou uma despedida que deveria estar à altura daquilo que considerava ser tanto o valor da sua figura como diplomata e como político, mas também da missão que ali desempenhara, sobretudo junto da comunidade portuguesa. Preparou-se em Lisboa, numa conversa entre o embaixador e o ministro dos Negócios Estrangeiros, uma recepção de despedida da colónia que deveria ser em tudo idêntica àquela que a mesma colónia lhe oferecera em janeiro de 1947 quando se celebrou o primeiro aniversário da chegada de Theotónio Pereira ao Brasil. A festa, que se realizaria no “Automóvel Club ou, se possível, nos jardins da Embaixada, mesmo tendo sido já iniciada a demolição do velho edifício”, seria oferecida a “800 ou 900 pessoas”. Aproveitaria a “ocasião” para “mostrar aos portugueses os planos da nova casa”.

Para além dessa iniciativa, seria oferecido, eventualmente no Hotel Copacabana, um “cocktail” às autoridades do “Corpo Diplomático e Sociedade até 400 pessoas”. As duas refeições teriam lugar na véspera da partida de Pedro Theotónio Pereira, sendo por ele recusada a proposta de oferta de um banquete pela colónia. O essencial resumia-se, no entanto, à recepção oferecida pelo embaixador “em despedida e agradecimento pela lealdade e patriotismo da colónia” (DO MNE PARA A EMBAIXADA..., 26 jan. 1947).

Pedro Theotónio Pereira saiu, pois, do Brasil em circunstâncias que lhe foram favoráveis. O governo brasileiro, por exemplo, fez notar que se tratava de uma promoção, tornando-se depois claro que, pela passagem de Theotónio Pereira do Rio para Washington, Portugal e o seu governo, e talvez até o próprio Brasil, saíam prestigiados (CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO..., 31 jul. 1947). No entanto, o ano e meio que passou no Brasil não lhe deixaram saudades, e as relações luso-brasileiras teriam que aguardar pelo regresso de Getúlio Vargas ao poder para poderem sofrer a transformação que, nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, os líderes máximos das duas ditaduras julgaram possível e desejável.

## Referências

- ABREU, Marcelo de Paiva. The Brazilian Economy, 1930-1980. In: BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 305-337. v. IX: Brazil since 1930.
- ALVES, Dário Moreira de Castro (org.). *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil, 1808-2000*. Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- BALTAZAR, Isabel. Ritmo novo. O tratado de Comércio entre Portugal e o Brasil (14.09.1933). In: CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.). *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006. p. 205-249.

BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. *Os sucessores do barão: relações exteriores do Brasil, 1912 a 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BARROS, Júlia Leitão de. MELO, Martinho Nobre de Melo. In: ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. v. II: M-Z.

BARTLETT, Christopher John. *The Global Conflict. The International Rivalry of the Great Powers, 1880-1990*. 2. ed. London; New York: Longman, 1994.

BETHELL, Leslie. Politics in Brazil Under Vargas, 1930-1945. In: BETHELL, Leslie. (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008a. p. 1-86. v. IX: Brazil since 1930.

\_\_\_\_\_. Politics in Brazil under the Liberal Republic, 1945-1964. In: BETHELL, Leslie. (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008b. p. 87-164. v. IX: Brazil since 1930.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (ed.). *Latin America between the Second World War and the Cold War, 1944-1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CAETANO, Marcello. *Minhas memórias de Salazar*. 3. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1977.

CALVOCRESSI, Peter Guy Wint; PRITCHARD, John. *Total War. The Causes and Courses of the Second World War*. 2. ed. London: Penguin Books, 1989.

CASTAÑO, David. Portugal e a ONU. A primeira aproximação. *Relações Internacionais*, n. 47, set. 2015, p. 9-38.

\_\_\_\_\_. *Paternalismo e cumplicidade. As relações luso-britânicas de 1943 a 1949*. Lisboa: Associação dos Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático, 2006.

CHURCHILL, Winston. *The Second World War*. London: Penguin Books, 1988. v. III: The Grand Alliance.

CORSI, Francisco Luiz. *O Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 2000.

CRUZ, Manuel Braga da. *O Estado Novo e a Igreja Católica*. 2. ed. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999.

DALLEK, Robert. *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945. With a New Afterword*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1995.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Politique étrangère de la France. L'abîme, 1939-1944*. Paris: Imprimerie Nationale, 1986.

FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (coord.). *Historiografias Portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; FGV Editora, 2013. p. 147-181.

FERREIRA, José Medeiros. *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*. Lisboa: Estampa, 1992.

FONTOURA, João Neves da. *Discurso de Posse no Itamaraty*. Lisboa: Dois Mundos Editora, 1946.

\_\_\_\_\_. Por uma política luso-brasileira. In: FONTOURA, João Neves da. *Feitos & figuras*. Lisboa; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959a.

\_\_\_\_\_. Discurso ao presidente Craveiro Lopes. In: FONTOURA, João Neves da. *Feitos & figuras*. Lisboa; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959b.

GUNN, Geoffrey (ed.). *Wartime Macau: Under the Japanese Shadow*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2017.

GUTIÉRREZ SÁNCHEZ, Mercedes; JIMÉNEZ NÚÑEZ, Fernando. La recepción del Integralismo Lusitano en el mundo intelectual español. In: BAIÔA, Manuel (ed.). *Elites e poder. A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

HANSON, Victor Davis. *The Second World Wars. How the First Global Conflict was Fought and Won*. New York: Basic Books, 2020.

HILTON, Stanley E. The Overthrow of Getulio Vargas in 1945: Diplomatic Intervention, Defense of Democracy, or Political Retribution? *The Hispanic American Historical Review*, v. 67, n. 1, p. 11-26, 1987.

HOOPEs, Townsend; BRINKLEY, Douglas. *FDR and the Creation of the U.N.* London; New Haven: Yale University Press, 1997.

JANEIRO, Helena Pinto. *Salazar e Pétain. Relações luso-francesas durante a Segunda Guerra Mundial (1940-1944)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

JOLL, James. *Europe Since 1870: An International History*. 3. ed. London: Penguin Books, 1990.

LOPES, Quintino. *Uma periferia global. Armando de Lacerda e o Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra (1936-1979)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2021.

MARTINS, Fernando. Portugal e a Organização das Nações Unidas (1945-1955): da percepção à admissão. In: FERRAZ, José de Freitas; DUQUE, Raquel (ed.). *Portugal nas Nações Unidas: 65 anos de história*. Lisboa: Tinta-da-China, 2021a. p. 25-54.

\_\_\_\_\_. 1955 – Portugal in the “World Parliament”. In: FIOUHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro (ed.). *The Global History of Portugal from Pre-History to the Modern World*. Sussex: Sussex Academic Press, 2021b.

\_\_\_\_\_. *Pedro Theotónio Pereira. O outro delfim de Salazar*. Alfragide: Publicações D. Quixote, 2020.

\_\_\_\_\_. Uma revolução tranquila? A política externa da Guerra Civil de Espanha ao Pacto do Atlântico. In: MARTINS, Fernando (ed.). *Diplomacia & guerra: política externa e política de defesa em Portugal. Do final da monarquia ao marcelismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2001. p. 137-162.

MARTINS, Fernando; FARIA, Pedro Leite. Um primeiro passo no bom caminho. O Tratado de Amizade e Consulta (16.11.1953). In: CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.). *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006. p. 251-288.

MATTA, J. Caeiro da. Acordo linguístico luso-brasileiro. *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, p. 39-44, 1951a.

\_\_\_\_\_. Na Embaixada do Brasil, em 3 de agosto de 1945. *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, p. 45-53, 1951b.

MAWDSLEY, Evan (ed.). *The Cambridge History of the Second World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MCCANN, Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

\_\_\_\_\_. Brazil, the United States, and World War II: A Commentary. *Diplomatic History*, v. 3, n. 1, p. 70-71, 1979.

MENESES, Filipe Ribeiro de Salazar. *A Political Biography*. New York: Enigma Books, 2009.

NOGUEIRA, Franco. *Salazar*. 3. ed. Porto: Civilização Editora, 1986. v. III: As grandes crises (1936-1945).

OLIVEIRA, Pedro Aires. *Armindo Monteiro. Uma biografia política (1896-1955)*. Lisboa: Bertrand, 2000.

OVERY, Richard. Global war 1914-1945. In: MCNEILL, J. R.; POMERANZ, Kenneth (ed.). *The Cambridge World History*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2015. p. 299-320. v. VII: Production, Destruction, and Connection, 1750-Present. Part 2: Shared Transformations?

PAULO, Heloísa. *Aquí também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

PEREIRA, Bernardo Futscher. *A diplomacia de Salazar (1932-1949)*. Alfragide: Publicações D. Quixote, 2012.

PORTUGAL. *Dez anos de política externa (1936-1948). A nação portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973. v. II.

\_\_\_\_\_. *Apontamento de conversa entre o ministro dos Negócios Estrangeiros e o ministro da Alemanha*. Lisboa: MNE, 1939.

REGO, A. da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966.

REYNOLDS, David. *From Munich to Pearl Harbor. Roosevelt's America and the Origins of the Second World War*. Chicago: Ivan R. Dee, 2001.

ROSAS, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores; Estampa, 1994. v. VII.

SALAZAR, Oliveira. Neutralidade portuguesa no conflito europeu. In: SALAZAR, Oliveira. *Discursos e notas políticas*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1959a. v. III: 1938-1943.

\_\_\_\_\_. Comemorações centenárias. In: SALAZAR, Oliveira. *Discursos e notas políticas*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1959b. v. III: 1938-1943.

\_\_\_\_\_. Preparação nacional para o pós-guerra. In: SALAZAR, Oliveira. *Discursos e notas políticas*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1959c. v. III: 1938-1943.

\_\_\_\_\_. Relações luso-brasileiras. A unidade intercontinental da língua portuguesa. In: SALAZAR, Oliveira. *Discursos e notas políticas*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1959d. v. III: 1938-1943.

SANTOS, Paula Borges. *A segunda separação. A Política religiosa do Estado Novo (1933-1974)*. Coimbra: Almedina, 2016.

SARDINHA, António. *A aliança peninsular: antecedentes & possibilidades*. Porto: Livraria Civilização, 1924.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra. O processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SKIDMORE, Thomas E.; SMITH, Peter H. *Modern Latin America*. 6. ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

TELO, António. *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*. Lisboa: Vega, 1991. II v.

\_\_\_\_\_. *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1987.

THOMAS, Martin. *The French empire at war. 1940-45*. Manchester; New York: Manchester University Press, 1998.

TRATADOS e Actos Internacionais Brasil-Portugal. Lisboa: Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil; Embaixada do Brasil em Lisboa, 1962.

WEINBERG, Gerhard L. *The World at Arms. A Global History of World War II*. New York: Cambridge University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *The Foreign Policy of Hitler's Germany*. New Jersey: Humanities Press, 1994. v. 2: Starting World War II, 1937-1939.

## Fontes

ACORDO sobre transportes aéreos entre Portugal e os Estados Unidos do Brasil. Assinado em Lisboa em 10 de dezembro de 1946. In: TRATADOS e Actos Internacionais Brasil-Portugal, Lisboa, 1962. p. 202-10.

CARTA DE JOÃO DE BIANCHI para Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 6 jun. 1949, PT/TT, AOS/CD-1, pasta 3, fl. 107.

CARTA DE MARTINHO Nobre de Mello para Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 20 jun. 1944, PT/TT, AOS/CP-177, fls. 491-500.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Nova York, 12 fev. 1948, PT/TT, AOS/CD-18, fls. 124-128.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Nova York, 31 jul. 1947, PT/TT, AOS/CD-18, fls. 97-99.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 31 jan. 1947, PT/TT, AOS/CD-18, fls. 35-44.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 16 jan. 1947, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 18-22.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 25 abr. 1947], PT/TT, AOS/CD-18, fls. 80-84.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 26 mar. 1947, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 58-74.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 15 jan. 1946, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 280-290.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 8 set. 1946, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 418-426.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 26 maio 1946, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 418-426.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 13 dez. 1946, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 477-484.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 27 ago. 1946, AOS/CP-213, fls. 189-193.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 11 jun. 1946, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 358-359.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 4 jul. 1946, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 360-363.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 6 out. 1946, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 457-464.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 31 ago. 1946, AOS/CP-213, fls. 194-197.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 10 ago. 1946, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 386-398.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 23 ago. 1946, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 404-411.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 8 set. 1946, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 418-426.

CARTA DE PEDRO THEOTÓNIO Pereira a Oliveira Salazar, Rio de Janeiro, 17 ago. 1946, PT/TT, AOS/CD-17, fls. 399-403.

CARTA PARA PEDRO THEOTÓNIO Pereira, Buenos Aires, 15 mar. 1947. [Remetente com assinatura ilegível.]

DA EMBAIXADA DE PORTUGAL no Rio de Janeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ofício n. 48, 4 mar. 1947, AH-DMNE, 2º piso, maço 307, armário 59.

DA EMBAIXADA DE PORTUGAL no Rio de Janeiro para o MNE. Ofício n. 5, 9 jan. 1946, AH-DMNE, 2º piso, armário 48, maço 209.

DA EMBAIXADA DE PORTUGAL no Rio de Janeiro para o MNE. Telegrama n. 6, 6 jan. 1946, AH-DMNE, 2º piso, armário 48, maço 209.

DA EMBAIXADA DE PORTUGAL no Rio de Janeiro para o MNE. Telegrama n. 5, 7 jan. 1946, AH-DMNE, 2º piso, armário 48, maço 209.

DA EMBAIXADA DOS EUA em Lisboa para o Departamento de Estado. Despacho n. 1473, 14 fev. 1945. NA-GRDS, 1945-1949, caixa n. 3.455 (711.53/2-1445).

DA EMBAIXADA DOS EUA em Lisboa para o Departamento de Estado. Telegrama recebido n. 2.234, 10 nov. 1945. NA, General Records of the Department of State (GRDS), 1945-1949, caixa n. 6.365 (853.00/11-1045).

DIRECTRIZES. 4 jan. 1946. AH-DMNE, 2º piso, armário 48, maço 209.

DO MNE PARA A EMBAIXADA de Portugal no Rio de Janeiro. Telegrama n. 180, 26 jan. 1947, AH-DMNE, telegramas recebidos do Rio de Janeiro, 1947.

ESPÓLIO DE PEDRO THEOTÔNIO Pereira. Correspondência recebida e outra documentação, Espólio de Pedro Theotônio Pereira. Arquivo de Clara Maria Palha Theotônio Pereira. Alcáçovas, Viana do Alentejo.

PT/TT, AOS/CP-177, fls. 491-500.

## Angola: o Brasil como horizonte

Fernando Tavares Pimenta

Este texto coloca em perspectiva a influência do Brasil na sociedade e na cultura angolanas, tendo em particular consideração o período compreendido entre a emancipação brasileira (1822) e as primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido, para além de analisar as repercussões concretas da independência brasileira em Angola, procura problematizar o lugar do Brasil no imaginário político angolano, tanto no âmbito da colonização portuguesa como no campo do nacionalismo, em especial do nacionalismo euro-africano. A esse respeito, o Brasil não só foi um dos principais *leit motiv* da colonização portuguesa de Angola como também constituiu, sob muitos aspectos, uma fonte de inspiração para o nativismo oitocentista e, mais tarde, um modelo para o nacionalismo euro-africano em Angola. Ademais, a literatura brasileira – e o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre – tiveram uma influência significativa no processo de construção de uma literatura especificamente angolana, a qual esteve na base da afirmação da identidade nacional desse país africano. Este texto procura também per-lustrar, ainda que de forma sucinta, a “atitude” da diplomacia brasileira em face da descolonização de Angola, tendo em conta que o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a independência da República Popular de Angola, bem

como o incremento das relações políticas e económicas entre os dois países nas últimas décadas.

Dito isso, importa primeiro perceber os antecedentes históricos das relações entre Angola e o Brasil, as quais remontam ao século XVI, ainda que se tenham consolidado de forma indelével só no século XVII.

### Os antecedentes históricos das relações entre Angola e Brasil (1648-1822)

Desde meados do século XVII, senão antes, intensas relações económicas, políticas e culturais ligavam as possessões coloniais portuguesas em Angola – Luanda e Benguela, fundamentalmente – ao Brasil. Mais do que uma colónia portuguesa, a Angola colonial era uma espécie de “feudo das Terras de Santa Cruz, para onde enviava braços e recebia, em troca, produções sul-americanas e estrangeiras” (REBELO, 1970, p. 15). Claramente, o tráfico de escravos era o principal elo de ligação entre as duas margens do Atlântico.<sup>1</sup> Estima-se que pelo menos dois milhões de pessoas tenham sido “exportadas”, como mão de obra escrava, da costa angolana para o continente americano entre os meados do século XVII e o século XIX, sendo que o Brasil foi o principal receptáculo de escravos angolanos. Na década anterior à independência brasileira, entre 1811 e 1820, teriam partido dos portos angolanos cerca de 246.000 escravos (DIAS, 1998, p. 322-323).<sup>2</sup> Daí que Angola seja amiúde apelidada de “mãe negra” do Brasil.

Por sua vez, o comércio de escravos proporcionou a formação de uma rica e opulenta burguesia escravagista nas principais cidades e povoações coloniais de Angola. Uma burguesia constituída por brancos, mestiços e negros, cujo paradigma era, em larga medida, a burguesia brasileira, com qual mantinha, de resto, intensos con-

tactos não só económicos, mas também sociais, clientelares e até familiares. A economia ligada ao trato de escravos tinha, portanto, um forte impacto na sociedade colonial angolana, moldando as suas estruturas sociais, em especial nas zonas urbanas, bem como entre os Estados africanos que mais diretamente sofreram a penetração colonial portuguesa, ainda que mantivessem formalmente a sua independência em relação a Portugal. Do ponto de vista externo, era clara a interdependência entre os dois lados do Atlântico, havendo, contudo, uma certa “subordinação” dos enclaves coloniais portugueses em Angola aos interesses económicos (e políticos) da América Portuguesa (PARDO, 1977; RODRIGUES, 1964; PANTOJA; SARAIVA, 1999; PANTOJA, 2007; BOXER, 2011; CANDIDO, 2013).

Essa interdependência – económica e política –, se não tem as suas origens, pelo menos cresceu significativamente com a chamada “reconquista” portuguesa de Angola aos holandeses por Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1648 (BOXER, 1973). Nessa ocasião, a intervenção brasileira foi essencial, tanto em termos de homens como de dinheiro, para garantir o sucesso da operação militar contra as forças holandesas, que anos antes tinham ocupado Luanda, Benguela, São Tomé e outras possessões portuguesas nas costas africanas (BOXER, 1965). Tendo permanecido em Angola até 1651, Salvador Correia de Sá e Benevides constituiu um governo em larga medida brasileiro, com figuras oriundas de várias zonas do Brasil. E mesmo depois do seu regresso à América Portuguesa, a administração política, militar e eclesiástica angolana permaneceu durante décadas sob forte influência brasileira, sendo que os governadores continuaram a provir do outro lado do Atlântico Sul pelo menos até 1667. A esse respeito, Leonel Cosme (1997, p. 36-37), estudioso das relações entre os dois países no período colonial, afirma:

<sup>1</sup> Cf. Alencastre (2000).

<sup>2</sup> Sobre o trato de escravos, veja-se Curtin (1969) e Miller (1978).

Permanecendo em Angola durante perto de quatro anos, Salvador Correia constituiu um governo brasileiro, num contexto em que a gente oriunda do Brasil preponderava em todos os domínios: a Justiça estava subordinada à Relação da Baía, o Bispo de Luanda e Congo dependia da Arquidiocese da mesma Baía, o Estado-Maior e a guarnição militar eram maioritariamente preenchidos por brasileiros, e nas mãos de brasileiros e de alguns portugueses (incluindo nestes negros e mestiços angolanos) que apoiavam a separação de Angola numa Metrópole obstrucionista e parasitária estava também o comércio.

Essa situação manteve-se em larga medida durante o século XVIII, tendo se acentuado com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 (MALERBA, 2000). O Rio de Janeiro passou então a ser o centro do poder político, de onde vinham as ordens, os governadores, militares, funcionários públicos e juizes, bem como os médicos e os clérigos; as casas comerciais representadas em Luanda e Benguela tinham a sua sede em Pernambuco ou na Bahia; os jornais ou as próprias modas das senhoras das *Casas-Grandes* angolanas eram as mesmas que circulavam nos palácios da Corte no Rio de Janeiro. Angola, por seu lado, exportava para o Brasil escravos, enxofre e capitais, enquanto os estudantes angolenses e benguelenses procuravam nos colégios e nas academias brasileiras os instrumentos do saber. Aliás, no fim da carreira, muitos dos funcionários coloniais de Luanda encontravam o seu repouso em território brasileiro, visto que poucas eram as relações diretas entre Angola e Portugal, pois quase tudo passava pelo Brasil (REBELO, 1970, p. 14-26).<sup>3</sup> O Brasil colonial representava de *facto* um modelo de sociedade para os enclaves coloniais portugueses em Angola.

<sup>3</sup> Cf. Lemos (1969).

### As repercussões da Independência do Brasil em Angola. O “partido brasileiro” e o episódio da Confederação Brasileira

Nesse contexto, a Proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, teve fortes repercussões em Angola. Com efeito, a secessão brasileira provocou importantes alterações da ordem pública em vários pontos do território angolano, tendo suscitado a adesão de boa parte das elites locais. De particular relevância foi a adesão à causa brasileira de dois (dos três deputados) eleitos por Angola às Cortes Portuguesas, a saber: o juiz desembargador Eusébio de Queirós Coutinho (pai de Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, futuro ministro da Justiça do Império do Brasil entre 1848 e 1852) e o capitão Francisco Martins do Amaral Gurgel e Silva (natural de Angola, mas com família no Brasil). De referir que os deputados por Angola estavam no Rio de Janeiro, a caminho de Lisboa, quando, instados pela Comissão dos Negócios do Brasil, aderiram – em nome de Angola – ao movimento independentista brasileiro. A partir da capital brasileira, chegaram a dirigir “uma exortação ao povo de Angola, invocando os interesses reais da colónia africana na sua ligação ao Brasil” (COSME, 1997, p. 36-37).<sup>4</sup>

Em Luanda, o chamado “partido brasileiro”, isto é, a corrente política favorável a uma associação de Angola ao Brasil, procurou influenciar a governação no sentido de uma aproximação ao Rio de Janeiro. No entanto, a chegada de um novo governador, Cristóvão Avelino Dias, e de um destacamento militar proveniente de Lisboa, em maio de 1823, desfez quaisquer veleidades por parte dos partidários da união com o Brasil (DIAS, 1998, p. 369). Diferentemente foi a situação em Benguela, onde o apoio aos independentistas brasileiros conheceu a forma de revolta aberta contra o domínio

<sup>4</sup> Cf. Guizelin (2016, p. 41-46). O terceiro deputado eleito por Angola, o padre Manuel Patrício Correia de Castro, não aderiu ao movimento secessionista brasileiro, tendo prosseguido a sua viagem para Portugal.

português. Revolta essa que só foi debelada com o envio de forças militares metropolitanas, mantendo-se a situação instável ao longo de 1823 e de 1824 (DELGADO, 1940, p. 77-97).

O episódio, conhecido como “Confederação Brasilica, já foi objeto de estudo por parte de alguns historiadores portugueses<sup>5</sup> e brasileiros.<sup>6</sup> Contudo, na linha do que é defendido por Alfredo Margarido, podemos dizer que a Confederação Brasilica foi a expressão dos interesses económicos e políticos da burguesia colonial de Benguela, cujas relações com a congénere brasileira eram particularmente intensas. É interessante salientar, porém, segundo Alfredo Margarido (1991, p. 9), que

esta autonomia, destinada a consolidar a hegemonia adquirida pela burguesia colonial angolana – onde se contavam ainda provisoriamente não só raros africanos, mas um número elevado de angolanos (mulatos) de origem portuguesa ou brasileira, foi pensada sem a menor participação das populações africanas.

Por sua vez, da parte do Brasil, não houve um apoio explícito ao chamado “partido brasileiro” em Angola. Valentim Alexandre (1998, p. 26) sintetizou bem os motivos dessa ausência de apoio por parte do novel Estado brasileiro:

Uma primeira razão estará na situação instável existente no próprio Brasil, a exigir a concentração e não a dispersão de esforços. Mas o facto decisivo terá sido de ordem externa: a forte pressão da Grã-Bretanha, exercida já em inícios de 1823 no Rio de Janeiro, contra a anexação de qualquer das possessões africanas de Portugal.

<sup>5</sup> Veja-se, a esse respeito, os trabalhos Manuel dos Anjos da Silva Rebelo (1970) e de Leonel Cosme (1997).

<sup>6</sup> A título de exemplo, veja-se: Santos (1979) e Guizelin (2015).

Nesse sentido, o tratado luso-brasileiro de 29 de agosto de 1825, que formalizou o reconhecimento da independência do Império do Brasil por parte de Portugal, consagrou a renúncia expressa do Brasil aos territórios portugueses de África. No entanto, o fracasso do projeto político representado pela Confederação Brasilica não significou o fim das aspirações políticas de muitos angolanos no sentido de uma integração no Brasil. Essas aspirações mantiveram-se ao longo do século XIX, em especial até a década de 1850, período em que o tráfico de escravos continuou a realizar-se com grande intensidade entre as duas margens do Atlântico (muito embora tivesse sido ilegalizado em finais da década de 1830) (DIAS, 1998, p. 383-384). Várias foram as conspirações e os motins, ocorridos nas décadas de 1830 e de 1840, imputados pelo poder colonial ao chamado “partido brasileiro” (DIAS, 1998, p. 376-377). A Câmara Municipal de Benguela foi dominada por *filhos do país*, na sua maioria com ligações ao Brasil, pelo menos até meados da centúria de Oitocentos (DIAS, 1998, p. 522).<sup>7</sup>

Simultaneamente, foi no Brasil que os nativistas (GUIMARÃES, 2002) angolanos se inspiraram e procuraram apoio para os seus intentos políticos. Tal como sublinhado por Jill Dias (1998, p. 540), “nos meados da década de 1850, sonhava-se com a criação de uma república em união com o Brasil”. Posteriormente, a implantação da República no Brasil, em 1889, “deu novo ânimo aos protagonistas da causa republicana em Angola. Artigos na imprensa de Luanda voltaram a comparar os casos de Angola e do Brasil, em especial o facto do Brasil se ter libertado do domínio português” (DIAS, 1998, p. 540).

Dois anos depois, em 1891, no contexto da crise provocada pelo *Ultimatum* Inglês, alguns nativistas angolanos, inspirados no exemplo brasileiro, encenaram, sem sucesso, um “golpe de Estado” em Luanda, cujo objetivo seria a criação de uma República de Angola

<sup>7</sup> Cf. Guizelin (2016).

(SILVA, 2000, p. 745). O projeto dos revoltosos falhou, tal como tinha acontecido décadas antes em Benguela, devido, sobretudo, “a uma demografia burguesa demasiado frágil” (MARGARIDO, 1991, p. 9). É, porém, questionável se o objetivo da conspiração teria sido a obtenção da independência de Angola (como alguns historiadores pretendem) (SILVA, 2000, p. 743-801; WHEELER; PELISSIER, 1971, p. 104) ou a ligação ao “gigante” sul-americano, como território federado dos Estados Unidos do Brasil.<sup>8</sup> Em qualquer dos casos, no imaginário político das elites coloniais de Angola, o Brasil continuava a exercer uma grande capacidade de atração, representando uma sorte de modelo para um futuro (e hipotético) Estado angolano independente. Assim, tal como afirmou Leonel Cosme (1997, p. 40), do “Brasil ficara um sonho: [...] fazer de Angola sua igual”.

### O Brasil como *leit motiv* da colonização portuguesa em Angola. Do Marquês de Sá da Bandeira a Marcelo Caetano, passando por Norton de Matos

Para setores significativos das elites políticas portuguesas, da Monarquia Constitucional ao Estado Novo, passando pela Primeira República, o Brasil constituiu a “maior realização portuguesa no mundo”. Para além do seu território imenso e da sua riqueza “fabulosa” – real ou imaginária que fosse –, o Brasil representava uma espécie de nova *polis* de matriz portuguesa do outro lado do Atlântico, isto é, um Portugal maior, rico e pujante. Mesmo depois da sua independência, o Brasil continuou a ser visto por muitos portugueses, de todas as classes sociais, como uma sorte de “El Dorado”, permanecendo aliás o principal destino da emigração portuguesa até meados do século XX.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Situação profundamente diferente da constituição de um Estado africano independente.

<sup>9</sup> Sobre o significado do Brasil para as elites liberais portuguesas, veja-se: Martins (1953). Sobre a emigração portuguesa para o Brasil, veja-se, por exemplo: Sousa, Martins e Pereira (2007).

Por sua vez, Portugal, “órfão” do Império brasileiro, apostou, ainda que com algumas hesitações iniciais, na construção de um novo império colonial em África, capaz não só de compensar a perda da grande colónia sul-americana, mas também de alavancar o desenvolvimento do capitalismo nacional. A esse respeito, a colonização africana representou uma forma de compensação pelas frustrações internas da política portuguesa, nomeadamente pela falência do liberalismo na promoção de um capitalismo moderno e industrial, capaz de retirar o país do atraso económico, social e político (PIMENTA, 2010, p. 21).<sup>10</sup> Para tanto, a monarquia lançou os fermentos de um nacionalismo de fundo colonial, mobilizando a população portuguesa para um grande projeto nacional de construção imperial.<sup>11</sup> Por isso, o “nacionalismo português”<sup>12</sup> teve uma forte expressão colonial, no sentido em que procurou o seu fundamento na expansão colonial e na conquista de um novo Império. Ora, esse Império foi amiúde pensado em termos de edificação de um “novo Brasil” em África. Senão vejamos.

A independência brasileira implicou um redimensionamento muito considerável do espaço colonial português. Mais do que colónias, Portugal ficou com um conjunto de enclaves dispersos ao longo das costas da África e da Ásia, sobressaindo pela sua dimensão e importância as áreas controladas pelos portugueses em Angola e em Moçambique.<sup>13</sup> Foram esses pequenos enclaves coloniais que estiveram na base da nova configuração imperial portuguesa.

<sup>10</sup> Cf. Alexandre (2000).

<sup>11</sup> Sobre o imperialismo português, recomenda-se a leitura de duas obras clássicas, mas com perspetivas diferentes sobre a natureza desse mesmo imperialismo, a saber: Hammond (1966) e Clarence-Smith (1985).

<sup>12</sup> Veja-se: Jesus (1932).

<sup>13</sup> Em Angola, a coroa portuguesa controlava de forma descontínua a faixa costeira, centrando a sua soberania nas cidades de Luanda e de Benguela, ambas fundadas pelos portugueses nos séculos XVI e XVII (Luanda em 1576 e Benguela em 1621). Os limites da dominação portuguesa no interior não eram bem definidos, mas a penetração portuguesa era efetiva no interland de

Nesse sentido, logo no início da década de 1830, senão antes, várias vozes levantaram-se a favor da construção desse novo império, com especial destaque para José Acúrsio das Neves, político, ensaísta e pioneiro nos estudos sobre a economia portuguesa. Em 1830, José Acúrsio das Neves elaborou uma espécie de programa de desenvolvimento dos territórios coloniais, publicado sob o título *Considerações políticas e commerciaes sobre os descobrimentos e possessões dos portugueses na Africa e na Asia*.<sup>14</sup> Nesse texto, Acúrsio das Neves defendeu a tese de que Angola teria condições para “com o tempo ser um segundo Brasil” (*apud* ALEXANDRE, 1998, p. 35-36). No entanto, foi o Marquês Sá da Bandeira, uma das figuras centrais do liberalismo português e titular, por várias vezes, da Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar, que mais veementemente defendeu a ideia de construir um novo Brasil em terras africanas. Logo em 1838, Sá da Bandeira procurou canalizar a emigração portuguesa, que até então se dirigia para o Brasil, para Angola e Moçambique (BORGES; RODRIGUES; SOUSA, 2019). O projeto não se concretizou, pelo menos de forma imediata, mas a ideia permaneceu como um dos principais *leit motiv* da colonização portuguesa em África.

A esse ponto, importa referir que o processo de construção imperial não foi rápido, nem linear. Pelo contrário, foi feito de avanços e de recuos, lento e com muitos entraves, afirmando-se de forma definitiva apenas no último quartel do século XIX. De

---

Luanda e ao longo do vale do Rio Cuanza, bem como na zona de Caconda, duzentos e quarenta quilómetros a Sueste de Benguela. Em Moçambique, Portugal dominava algumas cidades e entrepostos comerciais na costa (ilha e cidade de Moçambique, Quelimane, Sofala etc.) e uma área maior situada no vale do Rio Zambeze, onde a penetração portuguesa ia pelo menos até a cidade de Tete, a várias centenas de quilómetros da costa. Portugal possuía também as ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe e umas quantas fortalezas e entrepostos comerciais na costa da Guiné (Bissau, Bolama). No Oriente, Portugal administrava Goa, Damão e Diu no subcontinente indiano, Macau na China, a parte oriental da ilha de Timor e as ilhas de Solor e das Flores na Indonésia. Veja-se: Pimenta (2010, p. 14-15).

<sup>14</sup> Esse texto foi recentemente republicado no âmbito das *Obras completas* de José Acúrsio das Neves. Veja-se: Neves (1984).

facto, o projeto imperial português no continente africano ganhou novo fôlego com a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875, que patrocinou um conjunto de viagens de exploração ao interior de África.<sup>15</sup> Salientam-se apenas algumas dessas viagens que, pela sua envergadura e pelos seus significados político e científico, marcaram a história da colonização portuguesa. Assim, nas décadas de 1870 e de 1880, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens viajaram pelo interior de Angola, realizando relatórios pormenorizados das regiões que atravessaram e que deram a conhecer ao poder colonial. Em 1878/1879, Serpa Pinto foi um dos primeiros europeus a realizar a travessia de África do Atlântico ao Índico, partindo de Benguela e alcançando no ano seguinte Durban, no Natal, depois de atravessada a Zâmbia, o Zimbábue e o Transval. A empresa foi repetida em 1884 por Capelo e Ivens, que atravessaram o continente, partindo de Moçâmedes e chegando a Quelimane, em Moçambique, depois de uma viagem pelo Katanga e ao longo do curso do Rio Zambeze (PINTO, 1881; CAPELO; IVENS, 1886; 1881).<sup>16</sup>

Antes dessas viagens, importa salientar os contributos, tanto para o progresso do conhecimento geográfico do continente africano como para a afirmação da soberania portuguesa, de dois exploradores portugueses ligados ao Brasil, a saber: Bernardino José Brochado e Silva Porto. De facto, na década de 1840, Bernardino José Brochado, provindo do Brasil, explorou o curso do Rio Cunene no Sul de Angola. Por sua vez, Silva Porto, depois de vários anos passados no Brasil, explorou de forma continuada o imenso planalto central africano nas décadas de 1840 e 1850. Estabelecido de forma permanente no centro de Angola (Kuito, no Bié), Silva Porto viajou pelas regiões interiores de Angola e pela Zâmbia, contactando com Livingstone e com mercadores árabes provenientes de Zanzibar. Colono e comerciante

<sup>15</sup> Sobre a Sociedade de Geografia de Lisboa, veja-se: Guimarães (1984).

<sup>16</sup> Sobre as viagens de exploração colonial em África, veja-se: Santos (1988).

respeitado por portugueses e africanos, Silva Porto desenvolveu até a data da sua morte, em 1890, uma intensa atividade econômica, política e “diplomática” a favor do estabelecimento da soberania portuguesa no interior de Angola (SANTOS, 1983).<sup>17</sup>

Foi nesse contexto que surgiu o famoso projeto do “Mapa Cor-de-Rosa”, apresentado por Henrique Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros, às Cortes Portuguesas em 1887. Esse projeto visava à ocupação portuguesa dos territórios africanos compreendidos entre as costas de Angola e de Moçambique com vista à formação de uma futura África Meridional Portuguesa. Um enorme território, comparável ao Brasil, que englobava as áreas atuais da Zâmbia, do Zimbábue e do Malawi, para além de Angola e de Moçambique. No mapa apresentado por Barros Gomes, esses territórios reclamados pela monarquia portuguesa estavam coloridos de rosa, daí o nome “Mapa Cor-de-Rosa” (NOWELL, 1982).<sup>18</sup>

Tal como é bem conhecido, o projeto do “Mapa Cor-de-Rosa” não vingou porque chocou com os planos coloniais britânicos de construção de um grande império do Cairo ao Cabo. De facto, em 11 de janeiro de 1890, o plenipotenciário inglês em Lisboa entregou um *memorandum* ao governo português, um *Ultimatum* que exigia a retirada imediata das forças portuguesas das regiões do Chire (Malawi) e dos “países dos Macololos e Mashonas” (Zimbábue), sob pena de uma quebra de relações diplomáticas e de eventual uso da força por parte da Inglaterra. Consciente da sua debilidade, a monarquia portuguesa teve de ceder às exigências inglesas, constituindo esse episódio um dos eventos mais traumáticos e humilhantes para os brios dos nacionalistas portugueses. Em compensação, Londres

<sup>17</sup> Importa referir que foi muito significativa a participação de portugueses oriundos do Brasil no processo de colonização de Angola. O caso mais conhecido é o da fundação da povoação de Moçâmedes por colonos portugueses provenientes de Pernambuco, de onde saíram, em 1848, devido à hostilidade dos nativistas brasileiros (CARVALHO, 2021, p. 40).

<sup>18</sup> Cf. Newitt (1981).

reconheceu a soberania portuguesa sobre Angola e Moçambique num tratado assinado em 1891. Nesse mesmo ano, um outro tratado com o Estado Livre do Congo, do rei Leopoldo II, delimitou a fronteira Norte e parte do Leste de Angola. Portugal abdicou, assim, da pretensão de construir um grandioso Império africano do Atlântico ao Índico, mas em troca garantiu internacionalmente o “domínio” de duas vastas áreas, que no total perfaziam mais de dois milhões de quilómetros quadrados, isto é, cerca de vinte vezes mais do que o território metropolitano português (TEIXEIRA, 1990).<sup>19</sup>

Nesse contexto, Portugal redimensionou a ideia inicial de construir um Império africano tão vasto quanto a ex-América Portuguesa, mas assumiu a ela o objetivo de transformar Angola num “segundo” Brasil (ainda que territorialmente mais reduzido do que o país sul-americano). Objetivo nunca verdadeiramente alcançado, porém amplamente partilhado tanto por monárquicos como por republicanos, por titulares da administração colonial e por colonos brancos e até por alguns mestiços angolanos. Para melhor compreendermos esse desiderato, importa ter em consideração que, no início do século XX, a colonização branca do continente africano era considerada uma continuação do povoamento europeu do Novo Mundo e da Oceânia.

De facto, à época, uma das ideias fortes que circulava nos meios coloniais europeus era a de que as colónias de povoamento europeu em África dariam origem a novas *polis* de matriz europeia, tal como tinha acontecido na maioria dos Estados americanos, na Austrália e na Nova Zelândia (LEROY-BEAULIEU, 1902, p. 564-566).<sup>20</sup> Replicar-se-ia, portanto, em Angola, ainda que com as devidas distâncias, a política aplicada em certas regiões do continente americano de transferência e instalação permanente de significativos contingentes populacionais

<sup>19</sup> Cf. Axelson (1967).

<sup>20</sup> A esse respeito, veja-se: Gann e Duignan (1969-1970), Crosby (1986), Cavanagh e Veracini (2016).

oriundos da metrópole. Angola converter-se-ia, se bem que com limitações, numa colónia de povoamento português em África.<sup>21</sup>

Várias foram as figuras das elites dirigentes portuguesas que abraçaram a ideia de construir um Estado de matriz lusa em África, concebendo essa nova *polis* como uma espécie de segundo Brasil. Vejamos alguns exemplos. No seu projeto de fomento colonial, Paiva Couceiro (1931, p. 10), que foi governador-geral de Angola no final da monarquia (1907-1909), considerou que o “desenvolvimento lógico” da colonização portuguesa era o de construir o “Novo Brasil da Costa Ocidental de África”.<sup>22</sup> Foi com esse objetivo que se realizaram diversos estudos sobre as possibilidades de povoamento branco dos planaltos do Centro e do Sul de Angola já no período republicano, distinguindo-se nesse âmbito os trabalhos pioneiros de José Pereira do Nascimento (1912; NASCIMENTO; MATTOS, 1912) e de Carlos Roma Machado (1919). Refira-se que ambos deram um parecer favorável à colonização branca dos planaltos do Huambo e da Huíla. Para além disso, o general Norton de Matos, destacado líder republicano, governador-geral (1912-1915) e depois alto-comissário de Angola (1921-1924), concebeu a formação de uma nova “nacionalidade de matriz latina e portuguesa” em Angola, capaz de contrabalançar a hegemonia política da emergente nacionalidade sul-africana (de matriz nórdica, uma vez que de extração holandesa e britânica) no continente africano. São suas as seguintes palavras:

A civilização da África será, dentro de um ou dois séculos, uma das grandes civilizações mundiais; e nessa mais recente emanção das energias e das faculdades humanas, a grande Nação que se está formando no Sul da África, como outra que se formou no Norte da América, procurará ter a hegemonia

<sup>21</sup> Sobre o povoamento branco de Angola, veja-se: Pimenta e Angola (2005). Cf. Castelo (2007).

<sup>22</sup> Cf. Couceiro (1910).

em todo o continente. [...] Em face da nacionalidade que se está formando com tanta intensidade e com tamanho brilho na África do Sul, temos de nos preparar para manter, mais uma vez, em distantes terras, como justo equilíbrio, a civilização latina, e, acima de tudo, a civilização portuguesa que dela nasceu [...]. Preparação de que maneira? [...] Essa preparação tem de ser, atendidas as condições de tempo e de lugar, a mesma que fizemos no Brasil. Fixar nas terras de África que nos pertencem, a nossa raça, com a maior intensidade [...]. E na África, mais do que na América, várias nacionalidades, derivadas das duas grandes e principais civilizações humanas, exercerão pacificamente, perfeitamente contrabalançadas entre si, como representantes de gloriosas nações, a quem se conservarão intimamente ligados como colónias ou domínios, a missão civilizadora, a mais monumental da Humanidade (MATOS, 1926, p. 11-13).

Posteriormente, já no período da Ditadura Militar e do Estado Novo, Vicente Ferreira, que foi igualmente alto-comissário de Angola (1926-1928)<sup>23</sup>, defendeu vigorosamente o projeto “de criar, nas terras altas de Angola, uma verdadeira nação, constituída por populações brancas, de preferência portuguesas; um segundo Brasil, ou melhor, um terceiro Portugal” (FERREIRA, 1932, p. 59). Em 1948, numa conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, Vicente Ferreira (1948, p. 32) chegou mesmo a apelar, nestes termos, à construção duma “Nova Lusitânia” em Angola: “Edificar, na Costa Ocidental de África um segundo Brasil, pátria nova do Povo Português: a Nova Lusitânia!”

Dito isso, importa salientar que, muito embora o objetivo de transformar Angola num segundo Brasil fosse partilhado por setores significativos do Estado Novo, Salazar nunca foi favorável a esse

<sup>23</sup> Vicente Ferreira foi nomeado alto-comissário de Angola nas derradeiras semanas da Primeira República, tendo sido confirmado no cargo pelos primeiros governos da Ditadura Militar. Cf. Pimenta (2008a, p. 129).

desiderato. Pelo contrário, Salazar temeu sempre que sucedesse em Angola aquilo que aconteceu no Brasil, ou seja, a formação de uma burguesia autóctone suficientemente forte e capaz de conduzir a colónia à independência. Salazar sofria, por assim dizer, de um complexo associado à memória da independência brasileira, nomeadamente ao que de negativo teria representado para a velha metrópole (crise económica, perda de importância no contexto das grandes potências europeias etc.).

Marcelo Caetano, último governante do Estado Novo (1968-1974), porém, tinha um entendimento completamente diferente do seu predecessor, Salazar, quanto à finalidade da colonização portuguesa em Angola. Na senda do que fora defendido por Vicente Ferreira, Marcelo Caetano entendia que a independência de uma colónia de povoamento era o resultado lógico do processo de colonização, pelo que em Angola, tal como no Brasil, o núcleo colonial branco erigir-se-ia “inevitavelmente” em nação independente. Uma Angola independente, mas visceralmente portuguesa, governada pelos descendentes dos colonos portugueses, autores dessa nova nação de matriz lusa em África. Uma evolução semelhante também era expetável, ainda que com menor probabilidade de acontecer, para Moçambique (PIMENTA, 2016).<sup>24</sup>

Nesse sentido, Marcelo Caetano declarou, por várias vezes, que o objetivo da sua política ultramarina era o de transformar Angola e Moçambique em “novos Brasis”. Eram declarações públicas à nação portuguesa como também oficiais, feitas no plano diplomático internacional. Por exemplo, em junho de 1971, Marcelo Caetano deu pessoalmente garantias ao secretário de Estado do Foreign and Commonwealth Affairs do governo britânico de que a sua política de autonomia das duas maiores colónias africanas tinha por fim

o estabelecimento de Estados multirraciais em África, segundo o modelo brasileiro. Essas garantias foram reafirmadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, ao mesmo secretário de Estado britânico, em 9 de fevereiro de 1973.<sup>25</sup>

De facto, o objetivo último da política ultramarina de Marcelo Caetano, assente no princípio da autonomia progressiva e participada das colónias, era a preparação da independência de Angola (e também de Moçambique) sob o governo da minoria branca. Uma independência que não colocaria em causa a matriz portuguesa dos novos Estados, independentes no âmbito de uma espécie de *Commonwealth* portuguesa, a tão propalada Comunidade Lusíada, na qual se integraria, se assim o desejasse, também o Brasil. Uma independência conduzida pelas elites brancas, que contaria com o auxílio dos estratos médios negros e mestiços, que dariam um toque multirracial aos novos “Brasis africanos”. De resto, essa política inseria-se numa lógica internacional de “independência branca” que tinha as suas raízes nas independências americanas dos séculos XVIII e XIX, incluindo a do Brasil, e que tinha um significado político especial no contexto regional da África Austral, dominado pelos regimes de supremacia branca da África do Sul e da Rodésia. Era esse, portanto, o entendimento da proclamada vontade de transformar Angola e Moçambique em “novos Brasis” em África (PIMENTA, 2016).<sup>26</sup>

Perante a oposição ao seu projeto de criar Estados de matriz portuguesa em África, segundo o tão propalado modelo brasileiro, Marcelo Caetano (1973, p. 107) não deixou de exprimir a sua perplexidade:

<sup>25</sup> PUBLIC RECORD OFFICE (PRO). *FCO 45/1302. Policy of Portugal Towards Her Overseas Territories*, 1973.

<sup>26</sup> Cf. Rhodie (1968) e Marquard (1971).

<sup>24</sup> Para uma biografia de Marcelo Caetano, veja-se: Martinho (2016).

As Américas do Norte e do Sul foram colonizadas e não governadas pelos índios que primitivamente as habitavam. Nem a Austrália. Por que motivo então os territórios da África austral não-de ser os únicos onde os brancos que os encontraram quase desertos e os povoaram, desenvolveram, valorizaram, civilizaram, de mãos dadas com os nativos e gente de outros continentes, em especial, os asiáticos, por que motivo é que esses territórios não-de ser os únicos onde os brancos não podem fixar-se como em terra sua? Onde aqueles que neles introduziram os modernos equipamentos da vida social estarão impossibilitados de participar no seu governo?

E já depois do 25 de abril de 1974, em seu exílio brasileiro, Marcelo Caetano (1976, p. 11-13; 19) afirmou categoricamente que o objetivo da sua política colonial era a independência das duas maiores colônias portuguesas, mas uma independência “que desse ao Mundo um novo Brasil”, pelo menos no caso de Angola.

Nesse sentido, do Marquês Sá da Bandeira a Marcelo Caetano, ao longo de quase um século e meio, o Brasil constituiu um modelo – e o horizonte – para amplos setores das elites coloniais portuguesas (ainda que não para Salazar), pelo menos no que diz respeito à forma de conceber a finalidade da colonização portuguesa de Angola, ou seja, a construção de um Estado multirracial, mas de matriz portuguesa, governado pelos colonos brancos e seus descendentes, com uma participação numa posição subordinada dos estratos médios mestiços e negros assimilados.<sup>27</sup> Claramente, a maioria da população colonizada, os chamados indígenas, eram considerados num plano político distinto, não lhes sendo reconhecido o direito a uma cidadania plena, pelo menos até 1961.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Sobre a questão da assimilação da população africana, veja-se: Moreira (1956).

<sup>28</sup> Sobre a questão do Indigenato, veja-se a legislação essencial: Portugal (1928; 1926). Cf. Pimenta (2019, p. 154-168).

### O Brasil como paradigma do nacionalismo euro-africano em Angola. A Frente de Unidade Angolana

Indo para além dos discursos políticos dos administradores coloniais portugueses, podemos verificar que a ideia de construir esse “novo Brasil” em terras angolanas estava profundamente enraizada no espírito dos próprios colonos brancos. De facto, os colonos perspetivavam para Angola uma evolução semelhante à do Brasil. Como tal, nas primeiras décadas do século XX, os colonos portugueses procuraram lançar as bases para a construção duma nova pátria nos planaltos de Angola, à semelhança do que gerações anteriores de colonos tinham feito no Brasil (PIMENTA, 2008b, p. 59-74).

Aliás, para os colonos, essa “nova pátria” teria o seu “lugar” no quadro duma ampla “Confederação Luso-Brasileira”, constituída por Portugal, Brasil e as colônias portuguesas de África.<sup>29</sup> A esse respeito, a leitura da imprensa colonial – os periódicos *Jornal de Benguela* e *A Província de Angola*, por exemplo – atesta que os colonos brancos foram adquirindo gradualmente a consciência de formarem uma unidade social e política diferente da metropolitana, num paralelismo claro com o que aconteceu no Brasil nos finais do século XVIII e início do século XIX.<sup>30</sup>

Por outro lado, em face do centralismo e autoritarismo da governação colonial portuguesa, em especial durante a Ditadura Militar (1926-1933) e o Estado Novo (1933-1974), os colonos brancos protagonizaram vários episódios de oposição e até de rebelião contra a governação portuguesa, evocando para o efeito o exemplo do Brasil. A rebelião de Luanda, de 20 de março de 1930, foi seguramente uma das manifestações mais marcantes desse independentismo dos colonos inspirado no exemplo brasileiro. Durante a rebelião,

<sup>29</sup> JORNAL de Benguela, ano VIII, n. 9, 28 fev. 1919, p. 4; JORNAL de Benguela, ano XI, n. 5, 3 fev. 1922, p. 1. Cf. Macedo (1910, p. 83).

<sup>30</sup> Veja-se, por exemplo: JORNAL de Benguela, ano VIII, n. 17, 25 abr. 1919, p. 1.

que durou várias semanas, terminando com a reposição da ordem colonial, foi ventilada a hipótese de secessão por uma parte dos colonos, sobretudo os residentes em Benguela, os quais teriam defendido a proclamação da independência de Angola à semelhança do que fizera o Brasil em 1822. Segundo o cônsul-geral britânico em Luanda, a ideia da secessão teria sido defendida por vários elementos do Conselho de Governo de Angola.<sup>31</sup> O advogado António Simões Raposo, personalidade prestigiada na colónia, seria uma das figuras de proa do grupo favorável à secessão e à constituição de uma República independente de Angola.<sup>32</sup>

O fracasso da rebelião de 1930 não eliminou as reivindicações independentistas dos colonos brancos, sobretudo no Centro-Sul de Angola, que desde sempre constituiu o principal epicentro do nacionalismo euro-africano, com especial destaque para os distritos de Benguela, Huambo, Huíla e Moçâmedes, onde as comunidades brancas eram mais enraizadas. Durante a Segunda Guerra Mundial, aproveitando as dificuldades de comunicação com a metrópole, nomeadamente no que diz respeito ao transporte de tropas para África, os brancos angolanos engendraram novo plano separatista, dessa vez com o apoio sul-africano. O plano não foi avante devido à oposição do governo de Londres, cioso da manutenção do *statu quo* colonial na África Austral.<sup>33</sup> No entanto, entre os jovens brancos e mestiços, naturais da colónia, surgiu um movimento nacionalista politicamente estruturado, a Organização Socialista de Angola (OSA). Embora a OSA pugnassem pelo fim das discriminações de que eram

vítimas os indígenas africanos, a verdade é que o Brasil constituía o principal modelo de nação para a maioria desses jovens nacionalistas, brancos e mestiços (DÁSKALOS, 2000; PIMENTA, 2008, p. 164-177). Muitas décadas depois, refletindo sobre a história desse movimento, rapidamente desmantelado pela polícia colonial, Américo de Carvalho (2001, p. 29), um dos membros da OSA, escreveu: “Não era segredo para ninguém, com os anos fora-lhes crescendo na alma, a muitos deles, até aos mais idosos, uma esperança que mal ousavam formular. Fazer de Angola um dia novo Brasil”.

Posteriormente, em especial nas duas décadas subsequentes ao final da Segunda Guerra Mundial, foi no Brasil que boa parte das novas gerações de intelectuais angolanos buscaram a sua inspiração para lançar os alicerces da identidade nacional angolana. É conhecida a influência literária brasileira no processo de formação da literatura angolana. Tal como escreveu Leonel Cosme (1997, p. 97), ele próprio um interveniente no processo de criação literária por via das Edições Imbondeiro, “o regionalismo brasileiro foi como que um paradigma da afirmação da angolanidade literária”. Na verdade, o “regionalismo nordestino” ia ao encontro dos objetivos nacionalistas dos intelectuais angolanos, uma vez que denunciava as profundas desigualdades e injustiças sociais num contexto geográfico e sociológico tido por semelhante ao angolano. Uma influência notória ao nível da escolha de temas, com frequentes evocações da escravatura e da infância, o elogio da “mãe-negra” e da terra africana, mas também no que toca à denúncia e ao protesto contra a situação de discriminação económica, social e cultural que afetava os estratos subalternos da população. Por essa razão, foi notável o impacto de escritores “regionalistas” e modernistas brasileiros, como Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Manuel Bandeira, entre outros, nas diferentes gerações de escritores angolanos que estiveram por detrás da publicação das

<sup>31</sup> PUBLIC RECORD OFFICE (PRO). FO 371/15.030. Portugal, 1930.

<sup>32</sup> AN/TT, AOS/CO/PC – 3, Pasta 1, Acontecimentos Revolucionários em Angola (1929-1930); AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Eugénio Bento Ferreira, Processo 289/51, 2681 [contém uma nota biográfica sobre António Simões Raposo, de 9 de Fevereiro de 1954, que descreve a intervenção deste advogado na revolta de Luanda de 1930].

<sup>33</sup> PUBLIC RECORD OFFICE (PRO). GFM 33/507. German Legation Lisbon – Consulate Luanda, 1941; PUBLIC RECORD OFFICE (PRO). FO 371/26.841. British Troop Movements on Frontier of Angola, 1941.

revistas *Mensagem* e *Cultura*, nas décadas de 1940 e de 1950.<sup>34</sup> Uma influência facilitada pela importação de livros diretamente do Brasil.

Vários foram os pioneiros da literatura angolana, sobretudo mestiços e também alguns brancos, cujas obras evidenciam essa influência da literatura brasileira. Nomes como Óscar Ribas, Tomás Jorge, Mário António Fernandes de Oliveira e Maurício Almeida Gomes, este último um dos principais precursores do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola. Teve, a esse nível, grande significado o poema *Exortação*, de Maurício Almeida Gomes, com o seu famoso apelo “É preciso criar a poesia de Angola!”, diretamente inspirado nas palavras dos seus congêneres brasileiros:

Ribeiro Couto e Manuel Bandeira,  
poetas do Brasil,  
do Brasil, nosso irmão,  
disseram:  
– É preciso criar a poesia brasileira,  
De versos quentes, fortes, como o Brasil,  
Sem macaquear a literatura lusíada.

E não menos paradigmático é o seu poema *Estrela pequenina*, que evoca a relação de “sangue” entre Angola e Brasil, fruto obviamente do secular trato de escravos entre as duas margens do Atlântico:

Ora escutai, meus irmãos:  
Aquele Sol no poente,  
Vermelho como uma brasa,  
Não é Sol somente. Não!  
É coágulo de sangue  
Vertido por angolanos  
Que fizeram o Brasil!

<sup>34</sup> Sobre a literatura angolana, veja-se: Margarido (1980); Laranjeira (2002; 1995).

Contudo, foi Ernesto Lara Filho, jornalista, escritor e poeta branco de Benguela, posteriormente membro do movimento nacionalista Frente de Unidade Angolana (FUA), que exprimiu – porventura melhor do que ninguém – essa profunda ligação ao Brasil. No seu *Azulejo*, escrito em 1960, Ernesto Lara Filho (*apud* COSME, 1997, p. 100-101) afirmava:

Sou uma espécie de brasileiro. Um angolano, nascido em Benguela, filho de pai minhoto. Um português de Angola, que conhece melhor Erico Verissimo, José Lins do Rego e Graciliano Ramos do que Eça de Queiroz e Aquilino Ribeiro. Sou um angolano capaz de sentir o Brasil [...]. Embora vocês não conheçam, irmãos-brasileiros, tenho-vos lido sempre com grande carinho. Os meninos das escolas de Angola – como eu fui noutros tempos – jogam um futebol de bola de trapos capengando à Garrincha, chutando folhas-secas à Didi e defendendo um arco imaginário à Gilmar. Os meninos de Angola recitam Drumond de Andrade, conhecem o itinerário de Pasárgada e sabem de cor, como a *Portuguesa*, cantar o hino brasileiro [...]. Amo o Brasil. Um amor que não tem explicação. Aliás, em amor, nada se pode explicar. É uma paixão de branco pela mulata do engenho. É uma paixão de negra pelo branco do roçado.

Claramente, a escrita de Ernesto Lara Filho manifesta também a influência do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. Com efeito, a teoria luso-tropicalista influenciou significativamente alguns meios intelectuais (e não só) angolanos, sobretudo na década de 1950. Mário António Fernandes de Oliveira, autor de *Luanda – ilha crioula*, foi um dos seus mais importantes seguidores no contexto angolano (OLIVEIRA, 1968).<sup>35</sup>

<sup>35</sup> Cf. Oliveira (1987, p. 179-194).

De facto, se, por um lado, o regime salazarista procurou a dado momento instrumentalizar o luso-tropicalismo no sentido de validar a alegada “especificidade” da presença portuguesa em África, por outro lado, não é menos verdade que alguns brancos e mestiços angolanos se apoiaram nessa mesma teoria para legitimar a sua proposta nacionalista, que ia precisamente no sentido da construção de um “Brasil africano”. Nesse sentido, a viagem de Gilberto Freyre (1953a; 1953b) a Angola, em 1951, relatada no seu livro *Aventura e rotina*, teve forte impacto na sociedade colonial, sobretudo entre os brancos naturais de Angola, rotulados de euro-africanos pelas autoridades portuguesas, bem como entre os mestiços. Mesmo a Sociedade Cultural de Angola, instituição que reunia boa parte da *intelligentsia* branca mais à esquerda de Luanda, não ficou indiferente à visita do sociólogo brasileiro, pelo contrário, a Sociedade Cultural promoveu uma sessão solene para homenagear Gilberto Freyre (COSME, 1997, p. 89-90).

Na verdade, para os nacionalistas euro-africanos, a “leitura luso-tropicalista” da realidade colonial angolana, pelo seu paralelismo com o papel da colonização portuguesa na formação da sociedade e da identidade nacional brasileira, parecia legitimar as suas reivindicações independentistas. Afinal, se o Brasil, “luso-tropical”, tinha ganhado a sua independência pela mão do núcleo colonial branco, por que razão Angola não poderia fazer o mesmo? É claro que esse tipo de independência não se coadunava com os interesses da grande maioria da população colonizada negra. Tal como notou Leonel Cosme (1997, p. 89), “o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre poderia resolver o problema existencial dos brancos e dos mestiços europeizados. Mas não resolveria o problema real dos negros – que era a assunção plena da sua própria história”.

No entanto, se o luso-tropicalismo “seduziu” alguns setores da população branca de Angola, teve também o efeito de suscitar

as críticas e os temores dos meios mais conservadores do colonialismo português. Para os defensores mais ortodoxos do Império Português, o luso-tropicalismo era uma “doutrina” perigosa, uma vez que qualquer comparação com a realidade brasileira poderia colocar em causa a manutenção da soberania portuguesa em Angola. Temia-se, sobretudo, que o “exemplo” brasileiro pudesse impulsionar o nacionalismo dos brancos e dos mestiços angolanos, contribuindo assim para a secessão da colónia portuguesa de Angola. Era esta, por exemplo, a posição de Ernesto Vilhena, administrador da Companhia dos Diamantes de Angola (Diamang), que percebeu o “perigo” que representava para a soberania portuguesa em Angola uma comparação com o caso do Brasil. Defensor de uma visão imperial, que negava de facto qualquer hipótese de independência a Angola, Ernesto Vilhena (*apud* COSME, 1997, p. 91) não só criticou o livro de Gilberto Freyre como, sobretudo, recusou a evolução da colónia angolana no sentido da edificação de um novo Brasil:

Ponhamos de lado, pois, definitivamente, a ideia de paularmos, pelo modelo brasileiro, a preparação do futuro de Angola. A meu ver, esse futuro, o destino que devemos preparar-lhe, é precisamente o de ela vir a ser uma extensão étnica, política e, de certa maneira, económica do Portugal continental.

Para Ernesto Vilhena (*apud* COSME, 1997), Angola deveria continuar subordinada à tutela portuguesa, servindo os interesses de crescimento económico do capitalismo metropolitano, sem nunca emancipar-se, ao contrário, precisamente, do que fizera o Brasil. Por isso, afirmava categoricamente: “Angola não é um Brasil, nem pode nem conviria, se pudesse, que viesse a sê-lo” (VILHENA *apud* COSME, 1997, p. 91). Era este também o pensamento do ditador português António Oliveira Salazar.

A influência do Brasil na sociedade angolana não se fazia só pela via da literatura e do luso-tropicalismo. No campo político, essa influência foi notória a vários níveis, inclusivamente nos setores ideológicos mais à esquerda da intelectualidade angolana. Por exemplo, em 1955, alguns intelectuais brancos e mestiços angolanos, entre os quais o poeta Viriato da Cruz, futuramente secretário-geral do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundaram na clandestinidade o Partido Comunista Angolano (PCA), cujos estatutos se inspiraram nos do Partido Comunista do Brasil (PCB).<sup>36</sup>

Observa-se, porém, que foi ao nível do fenómeno nacionalista angolano que essa influência foi mais significativa. A este respeito, importa salientar que o nacionalismo angolano, que se afirmou sobretudo a partir da década de 1950, foi caracterizado por uma acentuada fragmentação política, assistindo-se ao aparecimento de um número elevado de movimentos nacionalistas rivais e, nalguns casos, antagónicos. Assim, podemos identificar duas correntes principais no seio do nacionalismo angolano: o nacionalismo africano (que englobava os principais movimentos guerrilheiros, UPA/FNLA<sup>37</sup>, MPLA e UNITA<sup>38</sup>) e o nacionalismo euro-africano (em larga medida representado pela FUA).

As duas correntes tinham certos objetivos em comum, na medida em que ambas defendiam a independência de Angola e a integridade do seu território, compreendido nas fronteiras delineadas pelo colonialismo, bem como a construção de um Estado-Nação moderno. Havia, contudo, uma diferença fundamental entre ambas: o nacionalismo africano considerava Angola uma nação fundamentalmente africana, no sentido de negra, no qual o elemento branco era periférico; ao passo que o nacionalismo euro-africano entendia o país como

<sup>36</sup> Veja-se, a esse respeito: Lara (1999) e Pacheco (1997).

<sup>37</sup> UPA – União dos Povos de Angola. FNLA: Frente Nacional de Libertação de Angola.

<sup>38</sup> UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola.

o produto do encontro das esferas europeia e africana, atribuindo, por isso, à minoria branca um papel político dinâmico nos processos de independência e de construção do Estado Angolano. Como tal, o nacionalismo euro-africano mobilizou, especialmente, brancos e mestiços, filhos de colonos, nascidos em Angola, apresentando claras semelhanças com o nacionalismo dos brancos americanos nos séculos XVIII e XIX. Daí que o Brasil fosse amiúde apontado como um modelo político pelos nacionalistas euro-africanos (PIMENTA, 2008, p. 13-19; 52-63).<sup>39</sup>

Thomas Okuma, ex-missionário americano em Angola, que publicou o primeiro trabalho dedicado ao estudo do nacionalismo angolano, identificou a existência de duas correntes nacionalistas angolanas distintas, a “europeia” e a “africana”. Para Okuma, a primeira corrente encarava a independência como o caminho para a transformação de Angola num novo Brasil e como parte integrante de uma mais lata Comunidade Luso-Brasileira. Pelo contrário, os nacionalistas africanos viam a independência como parte da luta por uma África livre, de matriz negra, uma vez que não os atraía a ideia de uma Comunidade Lusíada.<sup>40</sup>

Foram vários os grupos políticos que emergiram no âmbito do nacionalismo euro-africano, se bem que o mais importante de todos tenha sido, como já referimos, a FUA. Esta foi criada em Benguela por um conjunto de nacionalistas brancos e mestiços oriundos do

<sup>39</sup> Em África, o nacionalismo euro-africano dos brancos angolanos teve um certo paralelismo com o nacionalismo dos brancos sul-africanos, se bem que tivesse apresentado diferenças assinaláveis relativamente ao modo como concebeu o problema das relações raciais no interior da “nação”. Para uma perspetiva geral do nacionalismo dos brancos sul-africanos, veja-se: O’Meara (1983).

<sup>40</sup> “There are two nationalist groups in Angola, European and African. Europeans generally think of independence as the route to becoming another Brazil. They visualize Angola as the third party in the Luso-Brazilian community. Africans, on the other hand, see independence as part of the struggle for an independent Africa. The idea of a Lusitanian community does not excite them. Yet both groups have in common their desire to be free from the Salazar regime in Portugal” (OKUMA, 1962, p. 58).

Centro-Sul de Angola, no início de 1961. A FUA procurou apresentar-se como uma alternativa política tanto ao autoritarismo do regime colonial como ao revolucionarismo das guerrilhas africanas, assumindo como objetivo principal a emancipação de Angola, mas recusando, ao mesmo tempo, qualquer forma de violência. Visava também evitar a exclusão da minoria branca de um futuro processo de descolonização, salvaguardando a sua permanência depois da independência. Nesse sentido, a FUA reivindicou o direito à autodeterminação de Angola, bem como a concessão de um estatuto de autonomia para o território, de modo a preparar uma transição pacífica para a independência.

A esse respeito, o presidente da FUA, engenheiro Fernando Falcão, assumiu que o movimento tinha como objetivo imediato: "A autonomia de Angola no seio da Comunidade Portuguesa, com vista a uma futura, real e efetiva Comunidade Luso-Brasileira".<sup>41</sup> Como tal, a independência far-se-ia no quadro dessa comunidade e em estreita colaboração com o Brasil. Refere-se, contudo, que a independência implicaria o reconhecimento dos direitos políticos da maioria negra e, ao mesmo tempo, deveria salvaguardar os direitos e os interesses das minorias branca e mestiça, de forma a evitar a sua expulsão para o exterior, já na altura previsível à luz do que tinha acontecido no vizinho Congo Belga em 1960.<sup>42</sup>

No entanto, a proposta política dos nacionalistas euro-africanos não foi aceite nem pelo regime colonial nem pelas guerrilhas africanas, não tendo também encontrado respaldo internacional.

Na verdade, no primeiro semestre de 1961, perante o início da guerra de independência de Angola, a FUA procurou obter o apoio internacional do Brasil. Tal como no século XIX, os nacionalistas de

<sup>41</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Aires da Silva Almeida Santos, Processo 149/61, 486.

<sup>42</sup> Manifesto Político da FUA, À População de Angola, incorporado em: AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-Sr/61, 3059. Cf. Pimenta (2008, p. 227-240).

Benguela "olharam" com expectativa para uma eventual intervenção do Brasil. Intervenção que nunca chegou a acontecer, nem de resto poderia ter acontecido, pelo menos em termos materiais. Em todo o caso, "convencidos" pela atitude de simpatia do presidente Jânio Quadros pela causa da emancipação de Angola, os dirigentes da FUA procuraram encetar contactos com as autoridades brasileiras por intermédio do embaixador do Brasil em Lisboa, Negrão de Lima (DÁSKALOS, 2000, p. 85).

A esse respeito, Jânio Quadros tinha incumbido o embaixador Negrão de Lima da realização de uma "visita de cortesia" a Angola, na sequência da eclosão da guerra no Norte de Angola a 15 de março de 1961. Essa visita teve lugar entre 25 de maio e 5 de junho de 1961.<sup>43</sup> Negrão de Lima visitou as cidades de Luanda, Nova Lisboa (Huambo), Sá da Bandeira (Lubango), Moçâmedes, Lobito e Benguela, com o objetivo de "contactar não só com entidades oficiais, mas também com os mais qualificados representantes das diversas atividades de Angola".<sup>44</sup>

Nesse contexto, a FUA pediu uma audiência ao embaixador do Brasil, a qual foi negada por motivos de segurança, sendo concedida a realização de um encontro secreto entre os delegados da FUA e o secretário da Embaixada, o Dr. Costa e Silva (DÁSKALOS, 2000, p. 85). Assim, no dia 2 de junho de 1961, a delegação da FUA reuniu-se em Benguela, no Hotel Paris, com o

<sup>43</sup> ASSOCIAÇÃO Industrial de Angola. O Embaixador do Brasil no Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura de Luanda. *Boletim da Associação Industrial de Angola*, n. 48, p. 29-33, maio-jul. 1961.

<sup>44</sup> ASSOCIAÇÃO Industrial de Angola. O Embaixador do Brasil no Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura de Luanda. *Boletim da Associação Industrial de Angola*, n. 48, p. 29-33, maio-jul. 1961.

secretário da Embaixada do Brasil em Lisboa, expondo-lhe os seus desejos da autodeterminação de Angola e pondo-o ao corrente dos passos que já haviam dado nesse sentido. Porém o secretário da Embaixada embora concordasse com os desejos da comissão, de fundar uma sociedade multirracial, disse que o Brasil só poderia colaborar moralmente em tal acção, visto que o governo brasileiro mantém relações diplomáticas muito amistosas com Portugal.<sup>45</sup>

Para a FUA, as palavras do diplomata brasileiro representaram um verdadeiro “balde de água fria”. No entanto, a posição desse diplomata tem de ser entendida à luz do dilema vivido nesses anos pelo governo brasileiro no que dizia respeito à posição a adotar em relação à situação angolana. De facto, o Brasil estava numa situação delicada. Isso porque, por um lado, estava “amarrado” ao Tratado de Amizade e Consulta, assinado com o Estado Português em novembro de 1953, pelo que não podia assumir uma postura de hostilidade em relação a Lisboa. Por outro lado, o governo brasileiro procurava adotar uma postura anticolonialista, no quadro da sua novel Política Externa Independente (1961-1964), patente aliás na intervenção do chanceler Afonso Arinos de Melo Franco na Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 1961.<sup>46</sup> Nessa ocasião, Afonso Arinos (*apud* LIMA; SANTOS, 2015, p. 20-21) afirmou:

O reconhecimento, por Portugal, do direito do povo angolano à autodeterminação, facilitaria a cessação imediata da luta e do derramamento de sangue, bem como a preparação das profundas reformas legislativas e administrativas, necessárias à evolução pacífica do território para a autonomia. Os laços especialíssimos que existem e continuarão

<sup>45</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-Sr/61, 3059.

<sup>46</sup> Veja-se, sobre esse assunto: Lima e Santos (2015, p. 17-22).

sempre a existir entre o Brasil e Portugal constituem um elemento a mais para desejarmos que a situação de Angola seja resolvida pacificamente, o mais cedo possível, de modo compatível com os interesses de portugueses e angolanos e com a preservação de elementos culturais e humanos, que são característicos da presença portuguesa na África. O Brasil não pode ser alheio à sorte desses elementos, que também são parte de sua vida e se situam na fonte de sua formação histórica [...]. Nisso tudo, tem o Brasil um grande interesse e, talvez mesmo, uma parcela de responsabilidade. O Brasil não pode aceitar com indiferença que a língua e a cultura portuguesas venham a desaparecer da África [...] Por isso mesmo, o Brasil, caso se apresente oportunidade, não hesitará em prestar toda a cooperação e toda assistência no encaminhamento da questão de Angola e aguarda com ansiedade o momento em que Portugal aceite a aplicabilidade do princípio de autodeterminação e se mostre disposto a acelerar as reformas que se tornam indispensáveis. O Brasil se julga no dever de fazer um apelo a Portugal para que aceite a marcha natural da história e, com sua larga experiência e reconhecida sabedoria política, encontre a inspiração que há de transformar Angola em núcleo criador de ideias e sentimentos e não cadinho de ódios e ressentimentos. O Brasil exorta Portugal a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente, tão amigo de Portugal quanto o é o Brasil. Porque, no presente estágio da história, as convivências internacionais profícuas à humanidade somente vingam e prosperam entre povos livres e soberanos.<sup>47</sup>

<sup>47</sup> De referir que, com a mudança de regime político no Brasil, em 1964, o governo brasileiro reorientou a sua política externa em relação à questão angolana, alinhando em parte a sua posição com a política portuguesa.

Essa longa transcrição ilustra bem a posição brasileira em relação ao futuro do colonialismo português em Angola. Assim, o Brasil defendia uma solução pacífica para o problema angolano, que teria necessariamente de passar pelo reconhecimento português do direito à autodeterminação do povo de Angola. No entanto, essa posição no plano diplomático não significava uma intervenção concreta por parte das autoridades brasileiras na situação interna de Angola, nem tão pouco o fornecimento de qualquer espécie de apoio material aos nacionalistas angolanos. Uma intervenção brasileira no sentido de apoiar materialmente os nacionalistas angolanos seria danosa para as relações luso-brasileiras. E se isso viesse a acontecer, o Brasil perderia qualquer capacidade de influência junto do governo de Lisboa, nem tão pouco poderia assumir um eventual papel de mediador num hipotético processo de paz em Angola.

Nesse sentido, o apoio brasileiro aos nacionalistas euro-africanos da FUA não poderia ser outra coisa que não uma “colaboração moral”. Ora, a FUA precisava de muito mais do que uma mera “colaboração moral”. O almejado respaldo internacional teria que ser concreto e material. Sem esse respaldo, a FUA ficava à mercê da repressão colonial portuguesa, não podendo também “competir” com os movimentos nacionalistas africanos (MPLA e UPA/FNLA), que tinham os seus próprios apoios em países africanos, bem como em certos países europeus.

O embaixador do Brasil, Negrão de Lima, abandonou Benguela no dia 3 de junho de 1961. No dia seguinte, na sequência do desembarque de tropas metropolitanas na cidade, a polícia política portuguesa (PIDE) deu início a uma ação de neutralização da FUA, por meio da perseguição e da captura dos seus principais dirigentes e militantes. Foram detidas dezenas de pessoas. Muitas delas foram transferidas

para as prisões de Luanda, sendo os principais líderes deportados para Portugal, entre os quais o seu presidente, Fernando Falcão.<sup>48</sup>

Posteriormente, alguns membros da FUA conseguiram fugir para o estrangeiro, onde deram vida a um Comité Director da FUA no Exílio, primeiro em França e depois na Argélia (FUA, 1962). A partir do exílio, a FUA montou uma rede clandestina de comunicações com os apoiantes do movimento no interior de Angola. A esse respeito, importa salientar que as comunicações eram feitas em larga medida por meio do Brasil, graças ao apoio prestado pelo Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA). O MABLA era um movimento de brasileiros, portugueses e angolanos, residentes fundamentalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, e que reclamava a independência de Angola. Como tal, o MABLA apoiou a luta nacionalista do MPLA, mas serviu igualmente de plataforma de divulgação da propaganda dos nacionalistas da FUA. Nesse sentido, grande parte dos comunicados, panfletos e das informações da FUA eram expedidos para Angola a partir do Brasil. O próprio jornal da FUA, o *Kovaso*, chegou a ter uma certa difusão (clandestina) em Angola graças à ação do MABLA e de outros nacionalistas angolanos exilados no Brasil. O Caminho de Ferro de Benguela funcionou como via privilegiada de penetração da propaganda da FUA em Angola, que entrava na colónia – vinda do Brasil – pelo porto do Lobito.<sup>49</sup>

No entanto, apesar da colaboração do MABLA, a FUA não conseguiu resistir à repressão do regime colonial e a uma certa “desconfiança” e até mesmo “hostilidade” dos movimentos nacionalistas africanos, nomeadamente a FNLA e o MPLA. Em meados de 1963, os grupos clandestinos da FUA que atuavam no interior de Angola foram

<sup>48</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-51/61, 3059; AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Aires da Silva Almeida Santos, Processo 149/61, 486.

<sup>49</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA), Processo 435/61. Sobre o MABLA, veja-se: Santos (2010).

na sua maioria desmantelados pela polícia política, que prendeu um grande número de nacionalistas euro-africanos, sobretudo no Huambo.<sup>50</sup> Por sua vez, o Comité Director da FUA no Exílio decidiu a sua autodissolução em agosto de 1963 (PIMENTA, 2006, p. 59-76).

A FUA subsistiu em estado latente nalgumas localidades do Centro-Sul de Angola, mas já sem capacidade de intervenção contra o regime colonial. Foi necessário esperar pela queda da ditadura do Estado Novo, com a revolução de 25 de abril de 1974, para que a FUA se conseguisse reconstituir como movimento político organizado pela mão de Fernando Falcão. A FUA “reconstituída” mobilizou apoios significativos entre a população branca e mestiça do Centro-Sul de Angola, mas nem o Estado Português nem os movimentos guerrilheiros aceitaram a sua participação no processo de independência.<sup>51</sup> Assim, a FUA foi marginalizada das negociações para independência e foi constrangida à dissolução, dessa feita definitiva, em fevereiro de 1975. O seu desaparecimento assinalou o fracasso definitivo do nacionalismo euro-africano. Em breve, teve lugar o êxodo de cerca de trezentos mil brancos para o exterior de Angola; alguns dos quais em direção ao Brasil (PIMENTA, 2017, p. 99-124).

### O Brasil e a independência de Angola

Em 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto, líder do MPLA, proclamou em Luanda a independência da República Popular de Angola, de orientação marxista, tornando-se no seu primeiro presidente. Na mesma hora, mas no Huambo, a UNITA e a FNLA proclamaram a independência da República Democrática de Angola. Apesar do

<sup>50</sup> AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Aires da Silva Almeida Santos, Processo 264-GAB, 8030.

<sup>51</sup> Sobre o processo de descolonização de Angola, veja-se: Heimer (1980), MacQueen (1997) e Pimenta (2015).

apoio americano, zaireense e sul-africano, a República Democrática de Angola não resistiu ao avanço das forças militares do MPLA, suportadas por milhares de combatentes cubanos e por instrutores da União Soviética e da Europa de Leste. Tal como é conhecido, o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a independência da República Popular de Angola, facto que gerou alguma controvérsia, uma vez que o MPLA era um movimento pró-comunista.

Na verdade, a controvérsia não reside no facto de o Brasil ter reconhecido a independência de Angola, mas, sim, no facto de o regime brasileiro, liderado por Ernesto Geisel, ter reconhecido como legítimo o governo de orientação marxista do MPLA. Várias são as justificações dadas para explicar a opção da diplomacia brasileira, ainda que se considere como crucial em todo o processo a figura de Ovídio Melo, responsável pela missão diplomática brasileira em Angola. A esse respeito, a imprensa brasileira da época teria afirmado que esse reconhecimento teria sido feito com base nos relatórios enviados por Ovídio Melo, cujas informações seriam parciais, no sentido em que seriam a favor do MPLA, dando assim origem a uma “decisão equivocada” (SILVA, 2016, p. 485). De resto, Ovídio Melo foi amiúde acusado “de ser parcial e de ter posições pró-MPLA, e que teria manipulado as informações com vistas a influenciar a decisão brasileira” (SILVA, 2016, p. 484).

Em todo o caso, independentemente do papel protagonizado por Ovídio Melo, podemos considerar que o reconhecimento brasileiro da independência angolana foi uma decisão pragmática e bem-sucedida, enquadrando-se na chamada política externa de “pragmatismo responsável e ecuménico” de Geisel. Importa, aliás, salientar que o Brasil começou a preparar a instalação da sua embaixada em Luanda muito antes da data de independência de Angola. Assim, ainda durante o processo de transição para a independência, o governo brasileiro incumbiu Ovídio Melo, na qualidade de Representante Especial do Brasil em Angola, da abertura de uma repartição na capital angolana,

que serviria de “berço” à futura embaixada. A repartição foi aberta em março de 1975, com o acordo dos três movimentos guerrilheiros angolanos. Um mês depois, a convite do Itamaraty, “os três movimentos enviaram representantes para exporem suas ideias sobre as formas de governo que pretendiam implementar. A partir de maio, o Brasil começou a enviar alimentos, equipamentos e roupas para Angola” (SILVA, 2016, p. 482). Convém, porém, referir a existência de uma certa ambiguidade por parte do regime brasileiro ao nível das relações com os três movimentos guerrilheiros. Isso porque, ao mesmo tempo que Brasília procurava manter boas relações com o MPLA, permitia que cidadãos brasileiros, incluindo militares, atuassem como conselheiros de Holden Roberto, líder da FNLA (SILVA, 2016, p. 485).

Tal como é público, o MPLA derrotou os seus oponentes (FNLA e UNITA) na guerra civil angolana<sup>52</sup>, sendo o partido dominante em Angola desde a sua independência. Importa assim perceber a atitude do MPLA em relação ao Brasil. A esse respeito, podemos distinguir dois planos.

Por um lado, ao nível da definição da matriz política, social e identitária da nação angolana, houve uma clara recusa do modelo brasileiro por parte do MPLA. Essa rejeição foi feita ao mais alto nível, ainda na fase da descolonização, por Agostinho Neto. Assim, Agostinho Neto afirmou categoricamente: “Não queremos ser um novo Brasil”.<sup>53</sup> Com isso, Neto enterrou quaisquer veleidades por parte dos nacionalistas euro-africanos de uma independência feita nos moldes do Brasil, afirmando a matriz africana da nação angolana. Para o MPLA, era claro que a independência teria de ser feita pela mão da maioria colonizada (negra), e não pelos descendentes

<sup>52</sup> A guerra civil angolana terminou em 2002 com a vitória final do MPLA sobre as forças da UNITA, na sequência da morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA. A FNLA tinha sido militarmente derrotada muitos anos antes, ainda na década de 1970, graças ao apoio fornecido por Cuba ao MPLA e que se traduziu no envio, ainda em 1975, de milhares de soldados cubanos para Angola. Sobre a guerra civil angolana, veja-se: Pearce (2017). Veja-se também Guimarães (1992).

<sup>53</sup> A PROVÍNCIA de Angola, n. 15.764, de 1 de julho de 1974, p. 2.

do extrato colonizador (branco). Portanto, para o MPLA não se deveria repetir no território angolano o exemplo brasileiro, ou seja, a transformação do núcleo colonial de origem portuguesa em nação independente. A independência angolana teria necessariamente de significar a subversão da situação colonial, nomeadamente a eliminação das estruturas de dominação e de exploração económica que recaíam sobre a maioria indígena. Angola teria de ser governada pelos representantes da maioria colonizada, nesse caso africana e negra. Os colonos portugueses (e os seus descendentes) teriam obrigatoriamente de ceder a sua posição de relativo privilégio dentro da sociedade angolana. Uma transformação que, de resto, foi facilitada pelo êxodo maciço da população branca ainda durante a descolonização (PIMENTA, 2017, p. 99-124), assistindo-se, aliás, à emigração de um número significativo de brancos angolanos para o Brasil.<sup>54</sup>

Por outro lado, ao nível das relações entre os dois países, a recusa do modelo brasileiro de independência não significou qualquer rejeição do Brasil, como país amigo e parceiro a vários níveis, inclusivamente no campo económico, por parte da República Popular de Angola. Na verdade, as relações históricas e a partilha de uma língua comum – o português – favoreceram a ligação entre os dois lados do Atlântico Sul, tanto do ponto de vista diplomático como nos âmbitos cultural e económico. Para o efeito, também contribuiu a posição pragmática do Estado brasileiro, com o reconhecimento tempestivo da independência da República Popular de Angola. Como tal, as relações entre os dois países têm sido caracterizadas pela cordialidade e pela cooperação desde o momento da independência, apesar dos diferentes posicionamentos internacionais no campo da Guerra Fria. A implosão do bloco comunista e a transformação do regime político angolano, bem como

<sup>54</sup> O Brasil participou na ponte aérea que retirou centenas de milhares de brancos de Angola ao longo de 1975. Sobre a migração de refugiados angolanos, sobretudo brancos, para o Brasil, veja-se: Cardoso (2008).

a sua conversão a uma economia de mercado no início da década de 1990, facilitaram ainda mais o estreitamento das relações políticas e económicas entre os dois Estados (RIZZI, 2005).

### As relações políticas e económicas entre os dois países depois da independência de Angola

Logo após a independência de Angola, as relações entre os dois lados do Atlântico Sul foram, sobretudo, marcadas por iniciativas de cooperação económica. A esse respeito, convém sublinhar que as relações económicas entre os dois territórios, florescentes no período do comércio transatlântico de escravos, tinham-se tornado diminutas, senão residuais, nos finais do século XIX, assim permanecendo ao longo da primeira metade do século XX. Para o efeito contribuiu a imposição por parte do Estado Português de uma estratégia protecionista no campo da economia colonial, iniciada com as pautas protecionistas de 1892 e cristalizada com a promulgação do Ato Colonial de 1930, que consagrou uma política do tipo “pacto colonial” (TORRES, 1991; TELO, 1994).

A economia da colónia angolana ficou assim subordinada às necessidades de desenvolvimento do capitalismo português, tornando-se fornecedora de matérias-primas baratas para as empresas portuguesas e um mercado protegido para as exportações metropolitanas. O investimento estrangeiro, muito embora existisse, sobretudo ao nível de certas atividades extrativas (diamantes, petróleo etc.), era no demais limitado.

Essa situação, porém, conheceu alterações a partir da década de 1960, por força das reformas operadas na sequência da deflagração da guerra de independência de Angola em 1961. Deu-se então uma gradual abertura da economia angolana ao investimento externo, bem como um certo esforço no sentido da sua industrialização, o que motivou um forte crescimento económico de Angola (MARIA NETO, 1991). O território, ainda sob domínio colonial, converteu-se assim num mercado interessante para o capitalismo internacional,

inclusivamente brasileiro. Em 1968, teve início a atividade da Câmara do Comércio Afro-Brasileira que, entre outras coisas, procurou fomentar o estreitamento das relações comerciais com Angola. O investimento brasileiro em território angolano também começou a ser visível, ainda que limitado. Por exemplo, o capital brasileiro detinha 45% da Companhia Portuguesa de Supermercado Pão de Açúcar (Supa) que, por sua vez, controlava uma parte significativa da empresa África Supermercado S.A., proprietária do supermercado Jumbo, estabelecido em Luanda desde 1973 (SANTOS, 2013).<sup>55</sup>

Assim, se o início da reaproximação económica entre os dois lados do Atlântico Sul começou no final do período colonial, podemos dizer com propriedade que essa relação só se consolidou verdadeiramente após a independência de Angola. Uma consolidação propiciada pela precocidade do reconhecimento brasileiro da independência angolana e, em especial, do regime do MPLA. Nesse sentido, em abril de 1976, representantes da Petrobras e do Banco do Brasil participaram na primeira missão comercial brasileira a Angola. Em 1979, foi oficializada a assinatura de um acordo entre a Petrobras e a Sonangol (a petrolífera estatal angolana). Em junho de 1980, Luanda e Brasília assinaram o Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica, o qual levou à criação da Comissão Mista Brasil-Angola e à promoção de projetos nas áreas da saúde, da educação, da administração pública, do ambiente, da agricultura etc. Em 1984, a empresa de construção brasileira Odebrecht começou a laborar em Angola, mais especificamente na construção da Barragem de Capanda. Portanto, apesar da orientação marxista do então regime do MPLA, o mercado angolano abriu-se ao investimento brasileiro ainda antes da queda do bloco comunista, procedendo-se à instalação precoce de grandes empresas brasileiras em Angola. Aliás, para ajudar a instalação de firmas em Angola, Brasília ampliou as linhas de crédito destinadas a Angola (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p. 97-98).

<sup>55</sup> Cf. Santana (2004).

A reaproximação económica foi acompanhada por um estreitamento das relações diplomáticas bilaterais no final da década de 1980 e ao longo da de 1990. Em janeiro de 1989, o presidente da República do Brasil, Sarney, foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar Angola. Posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, em 1996, também visitou esse país africano, mas já num quadro político internacional completamente diferente, marcado pelo fim da Guerra Fria. O Brasil também se mostrou bastante empenhado no processo de paz angolano, tendo participado com um contingente militar da missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1995, na sequência da assinatura do Protocolo de Lusaka.<sup>56</sup>

Em julho de 1996, a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) proporcionou novas oportunidades de cooperação e um claro estreitamento das relações políticas, económicas e culturais entre o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), com especial destaque para Angola. Na verdade, Brasil e Angola são os dois maiores países de língua portuguesa no mundo, tanto em território como em população. Para o Brasil, a CPLP funcionou – sobretudo durante o governo de Lula da Silva – como uma sorte de plataforma para a sua projeção em África, sendo Angola um parceiro privilegiado devido à sua posição estratégica no Atlântico Sul e na África Austral. Os PALOP são, de resto, os principais beneficiários da cooperação brasileira em África, sobretudo no âmbito da cooperação técnica, científica e tecnológica – um domínio que foi aprofundado no quadro dos acordos e das atividades da CPLP (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p. 94-96).

Durante o governo de Lula da Silva (2003-2010), assistiu-se ao crescimento da importância de Angola no quadro da política externa do Brasil, então bastante orientada para um aprofundamento da cooperação Sul-Sul. Lula da Silva visitou duas vezes Angola, em 2003

e em 2007. José Eduardo dos Santos, então presidente da República Popular de Angola, retribuiu as visitas em 2005 e 2010. O discurso oficial brasileiro passou a sublinhar a relevância dos laços históricos e “demográficos” entre os dois países, salientando também a “condição comum de ex-colónia” (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p. 97-99).

No plano económico, as relações entre os dois países conheceram um incremento notável. Esse incremento foi facilitado pelo fim da guerra civil angolana (2002) e o início de uma política de “reconstrução nacional” gizada pelo governo de Luanda, consubstanciada na realização de grandes obras infraestruturais com a participação de capital estrangeiro de diversas proveniências, entre as quais do Brasil. A parceria entre a Sonangol e a Petrobras foi consolidada. O número de empresas brasileiras a operar no mercado angolano disparou, com particular destaque para as de construção civil (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht). Grandes empresas como a Vale do Rio Doce e a Embraer também passaram a atuar – ou ampliaram a sua atuação – em território angolano, por vezes em parceria com empresas locais.

De resto, as relações comerciais entre os dois países aumentaram significativamente nas primeiras duas décadas do século XXI. Por exemplo, entre 2009 e 2013, as trocas comerciais aumentaram 35,9%, passando de 1,47 bilhão para 1,99 bilhão de dólares americanos. De referir que o saldo da balança comercial foi claramente favorável ao Brasil, registando-se um *superavit* de 544 milhões de dólares em 2013 (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p. 97-103). Importa também mencionar que o petróleo e os seus derivados constituem as principais exportações de Angola para o Brasil, ao passo que o gigante sul-americano exporta para aquele país africano um leque mais variado de produtos, em especial géneros alimentares industrializados (ou parcialmente industrializados, como, por exemplo, açúcar refinado e carnes), bem como maquinaria, aviões e automóveis (TEIXEIRA FILHO, 2011, p. 76).

<sup>56</sup> Sobre as missões de paz da ONU em Angola, veja-se: Persici (2010).

Para além das relações económicas, tem vindo a aumentar a cooperação técnica e cultural entre Brasil e Angola. O Brasil tem apoiado, principalmente, a pesquisa e o desenvolvimento na área da agricultura, bem como no âmbito da saúde pública, dando um contributo relevante para o fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde de Angola. No plano cultural, para além do envio de livros para bibliotecas angolanas, foram criadas a Casa de Cultura Brasil-Angola e o Centro de Estudos Brasileiros Embaixador Ovídio de Andrade e Melo, em Luanda, em 2003. A cooperação entre os Ministérios da Cultura de ambos os países é notória ao nível da capacitação de técnicos angolanos, sendo igualmente significativa a formação de estudantes angolanos no Brasil, em especial na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A valorização das raízes africanas da sociedade e da cultura brasileiras suscitou igualmente o interesse académico pela história angolana, sendo notável o contributo brasileiro para o desenvolvimento da historiografia sobre Angola.

Nesse sentido, as relações entre o Brasil e Angola são uma realidade consolidada e, previsivelmente, em expansão, tanto no plano económico como nos âmbitos político-diplomático, técnico e cultural, sendo cada vez mais consistente a presença brasileira em Angola.

### Conclusão

Vizinhos no mar, Angola e Brasil estão umbilicalmente ligados pela história. A independência brasileira não significou o fim das intensas relações económicas, sociais e políticas entre as duas margens do Atlântico. Estas permaneceram sólidas enquanto durou o comércio transatlântico de escravos, ou seja, pelo menos até meados do século XIX. Para além disso, a independência do Brasil teve fortes repercussões políticas em Angola, sendo disso exemplo o aparecimento do chamado "partido brasileiro", particularmente forte em Benguela, onde aliás protagonizou um conjunto de movimentações

secessionistas, com vista a uma união com o Império do Brasil no âmbito de uma ampla "Confederação Brasilica". O fim do trato de escravos implicou o redimensionamento das relações entre os dois lados do Atlântico, sobretudo no plano económico.

Gradualmente, os interesses económicos brasileiros em território angolano tornaram-se residuais, especialmente a partir dos finais do século XIX. A imposição de pautas protecionistas e de uma política tipo pacto colonial por parte do poder colonial português contribuiu igualmente para a redução das relações económicas entre Angola e Brasil. Angola tornou-se assim num mercado protegido para as necessidades de crescimento da burguesia metropolitana portuguesa, situação particularmente palpável nas décadas de 1930 e de 1940, na sequência da promulgação do Ato Colonial por Salazar.

A despeito desse enfraquecimento das relações económicas, o Brasil foi um dos principais *leit motiv* da colonização portuguesa de Angola. Múltiplas foram as figuras da política portuguesa que defenderam a ideia de transformar Angola num "novo Brasil". Ministros e administradores coloniais trabalharam precisamente nesse sentido, com destaque para Marquês Sá da Bandeira, Paiva Couceiro, Norton de Matos, Vicente Ferreira e, sobretudo, Marcelo Caetano. Estes não só defenderam uma política de povoamento branco do território angolano, por via da transferência de população da metrópole para a colónia, como também procuraram dotar Angola das estruturas próprias de uma colónia de povoamento europeu. Tal como tinha acontecido no continente americano e, de forma mais limitada, na União Sul-Africana, muitos deles entendiam que Angola seria um dia um Estado autónomo, senão mesmo independente, sob o governo dos descendentes dos colonos portugueses, autores de uma nova nação de matriz lusa em África. Não era esse o entendimento de Salazar, que sempre recusou dar qualquer forma de autonomia à colónia, negando a participação dos colonos na governação de Angola.

Marcelo Caetano, último presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo (1968-1974), tinha uma posição completamente diferente do seu predecessor, pelo que a sua política de reforma do colonialismo português foi precisamente no sentido de preparar a autonomização política de Angola (e de Moçambique) pela mão dos colonos brancos. Para Marcelo Caetano, em Angola, tal como no Brasil, o núcleo colonial branco erigir-se-ia em nação independente, ainda que visceralmente portuguesa. Era esse o significado da sua vontade de transformar Angola num “novo Brasil”.

Indo para além dos projetos políticos dos administradores coloniais portugueses, podemos dizer que o Brasil serviu de modelo para muitos colonos e seus descendentes, brancos e mestiços, especialmente para os nacionalistas euro-africanos. A ideia de construir esse “novo Brasil” em terras angolanas estava profundamente enraizada no espírito dos colonos brancos, sendo isso patente na leitura da imprensa colonial de Angola, em especial durante a Primeira República. Mais tarde, durante o Estado Novo, o Brasil constituiu o paradigma do nacionalismo euro-africano dos brancos (e mestiços) angolanos, particularmente de movimentos como a Frente de Unidade Angolana. De resto, a FUA procurou o apoio do Brasil para a sua causa; um apoio impossível de ser materializado, reduzindo-se a uma mera expressão de simpatia e de “colaboração moral” por parte da diplomacia brasileira. Ainda assim, alguns setores da sociedade civil brasileira, reunidos no MABLA, deram o seu auxílio à FUA, participando na rede de comunicações que assegurava clandestinamente a ligação do Comité Director da FUA no Exílio aos grupos de apoiantes dispersos no interior de Angola.

A influência brasileira também foi notória no processo de formação da literatura angolana, em especial nas décadas de 1940 e de 1950. Foi no Brasil, aliás, que uma boa parte dos intelectuais angolanos buscaram a sua inspiração para lançar os alicerces da identidade nacional angolana, tendo a literatura tido um papel

central nesse processo de construção identitária da nacionalidade angolana. E o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre teve também uma certa influência em alguns meios intelectuais angolanos, africanos e euro-africanos, com destaque para nomes como Mário António Fernandes de Oliveira e Ernesto Lara Filho.

Além disso, a “leitura luso-tropicalista” da realidade colonial angolana, pelo seu alegado paralelismo com o papel da colonização portuguesa na formação da sociedade e da identidade nacional brasileiras, parecia legitimar as reivindicações independentistas dos nacionalistas euro-africanos. Portanto, até o final do período colonial, o modelo brasileiro continuou a atrair setores significativos da população angolana, em especial entre os descendentes, brancos e mestiços, do extrato colonizador. Para estes, o Brasil foi sempre – e em múltiplos sentidos – o principal horizonte de Angola.

A revolução de 25 de abril de 1974, a rejeição do modelo brasileiro pelos movimentos nacionalistas africanos, a implosão da sociedade colonial angolana durante o processo de descolonização, marcadas pela violência da guerra civil e pelo êxodo da minoria branca, enterraram definitivamente quaisquer veleidades de uma “independência à brasileira”. Tal como afirmou Agostinho Neto, líder do MPLA, Angola não seria um “novo Brasil”. Para Agostinho Neto e para a generalidade dos nacionalistas africanos, era fundamental afirmar a matriz africana da novel nação angolana, pelo que Angola deveria ser governada pelos representantes da maioria colonizada, ou seja, da população negra. E as estruturas de dominação política e de exploração herdadas do colonialismo deveriam ser subvertidas e, logo que possível, eliminadas.

No entanto, a recusa do modelo brasileiro de independência não significou em si qualquer rejeição do Brasil. As relações históricas e a existência de uma língua franca comum – o português – favoreceram as ligações entre Brasil e Angola. O Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a independência da República Popular de

Angola. Um reconhecimento tempestivo e pragmático, que facilitou grandemente o estabelecimento de relações amistosas e de cooperação entre os dois países após novembro de 1975. De resto, mesmo no período de maior alinhamento do regime angolano com os países do bloco comunista (1975-1989), Angola manteve sempre relações relevantes e significativas com o Brasil, pesem embora as diferenças ao nível dos respetivos modelos económicos (socialista e capitalista) e das distintas colocações de cada um dos países no plano internacional da Guerra Fria. A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996, proporcionou novas oportunidades de cooperação e um claro aprofundamento das relações políticas, económicas e culturais entre Brasil e Angola. E com o governo de Lula da Silva, assistiu-se ao aumento da importância de Angola no quadro da política externa do Brasil, bem como ao crescimento das relações económicas e de cooperação técnica e cultural entre os dois países. O fim da guerra civil angolana (2002) facilitou, de resto, o incremento do investimento brasileiro em Angola.

Nesse sentido, há condições para um ainda maior estreitamento das relações entre Brasil e Angola, tanto no plano político-diplomático como em termos económicos e de cooperação técnica e cultural, entre outros. A médio prazo, a afirmação internacional de um eixo Brasília-Luanda poderá vir a ser o motor do desenvolvimento da CPLP, liderando um processo de fortalecimento dessa mesma organização – e por conseguinte da língua portuguesa – no mundo, em especial no chamado Sul global.

## Referências

ABDENUR, Adriana Erthal; RAMPINI, João Marcos. A cooperação brasileira para o desenvolvimento com Angola e Moçambique: uma visão comparada. In: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando (org.). *Política externa brasileira, cooperação Sul-Sul e negociações internacionais*. São Paulo: IEEI UNESP; Friedrich Ebert Stiftung; Cultura Acadêmica Editora, 2015.

ALENCASTRE, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil/Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.

\_\_\_\_\_. A questão colonial no Portugal Oitocentista. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord.). *O Império Africano 1825-1890*. Lisboa: Estampa, 1998. v. X: Nova História da Expansão Portuguesa.

AXELSON, Eric. *Portugal and the Scramble for Africa*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967.

BORGES, João Vieira; RODRIGUES, Francisco Amado; SOUSA, Pedro Marquês de; BANDEIRA, Marquês de Sá da. *O homem, o militar, o político*. Porto: Academia Militar; Fronteira do Caos Editores, 2019.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2011.

\_\_\_\_\_. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia das Letras, 1973.

\_\_\_\_\_. *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*. Londres: Hutchinson & Co. Ltd., 1965.

CAETANO, Marcello. *O 25 de abril e o ultramar. Três entrevistas e alguns documentos*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1976.

\_\_\_\_\_. *Razões da presença de Portugal no ultramar*. Lisboa: [s.l.], 1973.

CANDIDO, Mariana P. *An African Slaving Port and the Atlantic World. Benguela and its Hinterland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CAPELO, Hermenegildo Carlos de Brito; IVENS, Roberto. *De Angola à Contra-Costa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886. 2 v.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *De Benguela às Terras de Iácca*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. 2 v.

CARDOSO, Cláudia Raquel Espinha. *Diáspora e regresso. Os imigrantes luso-angolanos no Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Américo de. *Angola: anos de esperança*. Coimbra: Minerva, 2001.

CARVALHO, Bruno Santos. *Política e sociedade colonial branca no Sul de Angola. O caso das Terras Altas da Huíla (1958-1974)*. Coimbra: Palimage, 2021.

CASTELO, Cláudia. *Passagens para África. O povoamento de Angola e de Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

CAVANAGH, Edward; VERACINI, Lorenzo (ed.). *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*. London; New York: Routledge, 2016.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1985.

COSME, Leonel. *Crioulos e brasileiros de Angola*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. *Contribuições do Brasil para a nacionalidade angolana. Literatura e sociedade*. Gondomar: Inédito, 1997.

COUCEIRO, Henrique de Paiva. Angola. Projecto de fomento. *Portugal Colonial*, 1931, p. 10.

\_\_\_\_\_. *Angola. Dous annos de governo*. Lisboa: Editora A Nacional, 1910.

CROSBY, Alfred W. *Ecological Imperialism: the Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade. A Census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

DÁSKALOS, Sócrates. *Um testemunho para a História de Angola. Do huambo ao huambo*. Lisboa: Vega, 2000.

DELGADO, Ralph. *A famosa e histórica Benguela. Catálogo dos governadores*. Lisboa: Governo do Distrito, 1940.

DIAS, Jill. Angola. In: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord.). *O Império Africano 1825-1890*. Lisboa: Estampa, 1998. v. X: Nova História da Expansão Portuguesa.

FERREIRA, Vicente. A "Nova Lusitânia" – Angola. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n. 7 e 8, jul.-ago. 1948, p. 32.

\_\_\_\_\_. *A política colonial portuguesa em Angola*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

FRENTE DE UNIDADE ANGOLANA (FUA). *Programa e estatutos*. Paris: FUA, 1962.

FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura de constantes portuguesas de caráter e acção*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953a.

\_\_\_\_\_. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953b.

GANN, Lewis Henry; DUIGNAN, Peter (ed.). *Colonialism in Africa, 1870-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969-1970.

GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

GUIMARÃES, Fernando João da Costa Cabral Andresen. *The Origins of the Angolan Civil War. International Politics and Domestic Political Conflict 1961-1976*. 1992. Thesis (Doctor of Philosophy in International Relations) – The London School of Economics and Political Science, London: 1992.

GUIMARÃES, José António Nobre Marques. *A difusão do nativismo em África – Cabo Verde e Angola: séculos XIX e XX*. 2002. Tese (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. *Depois dos navios negreiros: a criação do consulado brasileiro em Luanda e as relações do Império com a colónia portuguesa de Angola, 1822-1860*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2016.

\_\_\_\_\_. *Província (de) um grande partido brasileiro, e mui pequeno o europeu": a repercussão da independência do Brasil em Angola (1822-1825)*. *Afro-Ásia*, 51, 2015.

HAMMOND, Richard. *Portugal and Africa: 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.

HEIMER, Franz-Wilhelm. *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: Regra do Jogo, 1980.

JESUS, Quirino Avelino de. *O nacionalismo português*. Porto: Empresa Gráfica Industrial do Porto, 1932.

LARA, Lúcio. *Documentos e comentários para a história do MPLA até fevereiro de 1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

- LARANJEIRA, Pires. Angolanidade. In: PRADO, Jacinto (dir.). *Dicionário de literatura portuguesa brasileira galega africana Estilística Literária*. Lisboa: Figueirinhas, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1995.
- LEMOS, Alberto. *Nótulas históricas*. Luanda: Fundo de Turismo e Publicidade de Angola, 1969.
- LEROY-BEAULIEU, Paul. *De la colonisation chez les peuples modernes*. 5. ed. Paris: Guillaumin, 1902. 2 v.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. (org.). *Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.
- MACEDO, José de. *Autonomia de Angola. Estudo de administração colonial*. Lisboa: Edição do Autor, 1910.
- MACHADO, Carlos Roma. *Colonização do planalto da Huíla e Moçâmedes*. Lisboa: SGL, 1919.
- MACQUEEN, Norrie. *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. London: Longman, 1997.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil. As vésperas da Independência, 1808 a 1821*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARGARIDO, Alfredo. Prefácio. In: TORRES, Adelino. *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- MARIA NETO, Ana. *Industrialização de Angola. Reflexão sobre a experiência da administração portuguesa, 1961-1975*. Lisboa: Escher, 1991.
- MARQUARD, Leo. *A Federation of Southern Africa*. London: Oxford University Press, 1971.
- MARTINHO, Francisco Palomanes; CAETANO, Marcello. *Uma biografia, 1906-1980*. Lisboa: Objectiva, 2016.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *O Brasil e as colónias portuguesas*. 6. ed. Lisboa: Guimarães e C.ª Editores, 1953.
- MATOS, Norton de. *A Província de Angola*. Porto: Edição de Maranus, 1926.
- MILLER, J. C. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1978.
- MOREIRA, Adriano. As elites das províncias portuguesas de indigenato: Guiné, Angola e Moçambique. *Garcia da Orta*, v. 4, n. 2, 1956.
- NASCIMENTO, J. Pereira do A.; MATTOS, Alexandre de. *A colonização de Angola*. Lisboa: Tipografia Mendonça, 1912.
- NASCIMENTO, J. Pereira do. *A colonização do Planalto de Benguela*. Lisboa: J. Rodrigues, 1912.
- NEVES, José Acúrsio das. Considerações políticas e comerciais sobre os descobrimentos e possessões dos portugueses na África e na Ásia. In: NEVES, José Acúrsio das. *Obras completas*. Porto: Edições Afrontamento, 1984. v. IV.
- NEWITT, Malyn. *Portugal in Africa. The Last Hundred Years*. London: C. Hurst, 1981.
- NOWELL, Charles E. *The Rose-Colored Map. Portugal's Attempt to build an African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.
- O'MEARA, Dan. *Volkskapitalisme: Class, Capital and Ideology in the Development of Afrikaner Nationalism, 1934-1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- OKUMA, Thomas. *Angola in ferment*. Boston: Beacon Press, 1962.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. À procura de uma identidade angolana: do Liceu Salvador Correia à Sociedade Cultural de Angola. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 6-7, 1987, p. 179-194.
- \_\_\_\_\_. *Luanda. Ilha crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.
- PACHECO, Carlos. *MPLA: um nascimento polémico*. Lisboa: Vega, 1997.
- PANTOJA, Selma. Angola até as vésperas da Independência do Brasil. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da. *Da África ao Brasil: itinerários históricos da cultura negra*. Vitória: Flor & Cultura, 2007.
- PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (org.) *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- PARDO, Anne Wadsworth. *A Comparative Study of the Portuguese Colonies of Angola and Brazil and their Interdependence from 1648-1825*. Boston: Boston University, 1977.

PEARCE, Justin. *A guerra civil em Angola, 1975-2002*. Lisboa: Tinta-da-China, 2017.

PERSICI, Rossana Sarmiento. *Guerra e paz em Angola: um estudo sobre o papel da ONU e das grandes potências*. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PIMENTA, Fernando Tavares. *Corpos para trabalhar: a questão da mão de obra indígena (negra) na África Portuguesa*. In: MONTEIRO, M. E. Brea; CARNEIRO, M. L. Tucci (org.). *O controle dos corpos e das mentes. Estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. p. 154-168.

\_\_\_\_\_. *Causas do êxodo das minorias brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)*. *Revista Portuguesa de História*, n. 48, 2017, p. 99-124.

\_\_\_\_\_. *Decolonisation Postponed: the Failure of the Colonial Politics of Marcelo Caetano*. *Social Dynamics. A Journal of African Studies*, v. 42, n. 1, 2016, p. 12-30.

\_\_\_\_\_. *Descolonização de Angola e de Moçambique. O comportamento das minorias brancas (1974-1975)*. Goiânia: Editora Universidade Federal de Goiás, 2015.

\_\_\_\_\_. *Portugal e o século XX. Estado-Império e descolonização (1890-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

\_\_\_\_\_. *Angola. Os brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Nacionalismo euro-africano em Angola: uma Nova Lusitânia?* In: TORRALBA, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (org.). *Comunidades imaginadas. Nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008b. p. 59-74.

\_\_\_\_\_. *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

\_\_\_\_\_. *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo, 1900-1961*. Coimbra: Minerva, 2005.

PINTO, Alexandre Alberto da Rocha Serpa. *Como eu atravessei África do Atlântico ao Mar Índico*. Londres: Sampson Low; Marston; Searle e Rivington, 1881. 2 v.

PORTUGAL. Ministério das Colónias. *Código do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África, Decreto n. 16.199, de 6 de dezembro de 1928*.

\_\_\_\_\_. Ministério das Colónias. *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, Decreto n. 12.533, de 23 de outubro de 1926*.

REBELO, Manuel dos Anjos da Silva. *Relações entre Angola e Brasil (1808-1830)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

RHOODIE, Eschel. *The Third Africa*. Cape Town: Nasionale Boekhandel, 1968.

RIZZI, Kamilla. *Relações Brasil-Angola no pós-guerra fria: os condicionantes internos e a via multilateral*. 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. v. I: Relações e contribuições mútuas.

SANTANA, Ivo de. *A experiência empresarial brasileira na África (1970 a 1990)*. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004.

SANTOS, José Francisco dos. *Brasil e Angola: a presença do Brasil no processo de libertação e construção de uma Angola livre*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, XXVII, Natal, 2013. *Anais [...]*. Natal, 2013.

\_\_\_\_\_. *Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um Amplo Movimento”*: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

\_\_\_\_\_. *Porto e os problemas da África portuguesa no século XIX*. Coimbra: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1983.

SANTOS, Nilcea Lopes Lima dos. *União Brasil-Angola: uma hipótese na Independência*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF 1979.

SILVA, Alexandre Pereira da. *O Brasil e os 40 anos do reconhecimento de Angola*. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 8, n. 3, set.-dez. 2016, p. 471-488.

SILVA, Rosa Cruz. Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE HISTÓRIA DE ANGOLA, II, Luanda, 2000. Atas [...]. Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. Disponível em: <https://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/72-construindo-a-hist%C3%B3ria-angolana-as-fontes-e-a-sua-interpreta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; PEREIRA, Conceição Meireles (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, 2007.

TEIXEIRA FILHO, António Eduardo Silveira. *As relações económicas Brasil-África Subsaariana na perspectiva da nova geografia económica: o caso de Angola e de Moçambique*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. *O Ultimatum Inglês: política externa e política interna no Portugal de 1890*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

TELO, António José. *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Cosmos, 1994.

TORRES, Adelino. *O Império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *Angola*. London: Pall Mall Press, 1971.

#### Fontes

A PROVÍNCIA de Angola, n. 15.764, de 1 de julho de 1974, p. 2.

AN/TT, AOS/CO/PC – 3, Pasta 1, Acontecimentos Revolucionários em Angola (1929-1930).

AN/TT, AOS/CO/UL – 62, Pasta 13. Situação política em Angola, 1941.

AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Aires da Silva Almeida Santos, Processo 149/61, 486.

AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Aires da Silva Almeida Santos, Processo 264-GAB, 8030.

AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Eugénio Bento Ferreira, Processo 289/51, 2681 [contém uma nota biográfica sobre António Simões Raposo, de 9 de Fevereiro de 1954, que descreve a intervenção deste advogado na revolta de Luanda de 1930].

AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-Sr/61, 3059.

AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA), Processo 435/61.

ASSOCIAÇÃO Industrial de Angola. O Embaixador do Brasil no Palácio do Comércio, Indústria e Agricultura de Luanda. *Boletim da Associação Industrial de Angola*, n. 48, p. 29-33, maio-jul. 1961.

JORNAL de Benguela, ano VIII, n. 17, 25 abr. 1919, p. 1.

JORNAL de Benguela, ano VIII, n. 9, 28 fev. 1919, p. 4.

JORNAL de Benguela, ano XI, n. 5, 3 fev. 1922, p. 1.

PUBLIC RECORD OFFICE (PRO). *FCO 45/1302*. Policy of Portugal Towards Her Overseas Territories, 1973 ("The Future of Portuguese Africa", Her Majesty's Ambassador at Lisbon to the Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs, 26/02/1973).

PUBLIC RECORD OFFICE (PRO). *FO 371/15.030*. Portugal, 1930 (British Consulate General, Luanda, 27th April, 1930; British Embassy, Lisbon, 27th May, 1930).

PUBLIC RECORD OFFICE (PRO). *FO 371/26.841*. British Troop Movements on Frontier of Angola, 1941.

PUBLIC RECORD OFFICE (PRO). *GFM 33/507*. German Legation Lisbon – Consulate Luanda, 1941.

## Brasil e Estados Unidos desde a Independência

Bruno Biassetto

### O jogo de espelhos

Ao longo dos últimos 200 anos, é possível afirmar que nenhum país teve relações mais complexas e contraditórias com o Brasil do que os Estados Unidos da América. Temos uma relação que mistura a admiração pelo poderio americano com uma certa ponta de frustração. As relações com os Estados Unidos combinam questões de cunho cultural, a ideia de um Ocidente democrático e desenvolvido, com o pragmatismo das trocas econômicas e comerciais. Além desses pontos mais objetivos, existem outros mais nebulosos que dizem respeito a questões de afeição, decepções e mal-entendidos. Essa combinação única de aspectos objetivos e subjetivos dá às relações Brasil-Estados Unidos uma singularidade especial.

Existem inúmeros pontos de comparação entre os dois países, que se complementam nas semelhanças e ainda mais nas diferenças. Por todas essas questões aqui mencionadas, é que olhar norte-americano sobre o Brasil é importante. Ao olharem para o Brasil, os americanos descobrem diversas facetas do seu próprio país. E o reverso também é verdadeiro, já que a percepção americana faz com que os brasileiros repensem pontos da sua própria construção

sócio-histórica. Tendo em vista esse jogo de espelhos é que este texto pretende trabalhar com a percepção dos americanos sobre o Brasil em momentos-chave da nossa história.

Inúmeros norte-americanos, das mais diversas áreas do conhecimento, ofereceram ao longo destes 200 anos impressões sobre o Brasil. Essas impressões colaboram para que o brasileiro possa ter uma visão diferente sobre os seus dilemas e suas perspectivas. O olhar norte-americano, que naturalmente possui um filtro de valores anglo-saxônicos, favorece a criação de análises que oferecem um contraponto necessário à visão de mundo brasileira. Aqui não me refiro apenas aos brasilianistas, pois também merecem ser mencionados diplomatas, políticos, artistas e empresários. São essas vozes que serão o ponto central desta análise, e suas percepções sobre capítulos importantes da vida brasileira nos proporcionam uma outra chave de interpretação do Brasil à luz da comemoração do bicentenário da Independência.

Antes da análise propriamente dita e das percepções dos norte-americanos, é importante enfatizar que nesse jogo de percepções e perspectivas nem tudo são flores. As relações Brasil-Estados Unidos são marcadas por muitos altos e baixos, uma vez que constantes decepções e quebras de expectativa foram frequentes nestes últimos 200 anos. Essa montanha russa das relações Brasil-Estados Unidos fica evidente nas impressões registradas pelos personagens que serão trazidos ao longo desta análise.

Por fim, é importante destacar a mudança das posições relativas do Brasil e dos Estados Unidos no cenário internacional durante esse tempo. À medida que os Estados Unidos se consolidam como a potência hegemônica, as suas relações com o Brasil se modificam. No caso brasileiro, os bons e maus momentos vividos pelo país também afetam as suas expectativas com relação aos americanos. Por si só, essas oscilações que marcam o contato entre esses dois gigantes

do continente americano não são algo negativo, pois apenas representam a enorme complexidade da construção de nações estáveis e prósperas, como veremos a partir de agora.

### O século XIX – a lenta aproximação

Olhando para o atual poderio americano, que é ainda bastante substancial, é difícil imaginar uma época em que os Estados Unidos ainda eram um país relativamente frágil. Em meados do século XIX, os americanos já eram um dinamismo de crescimento econômico, mas sem o poderio militar capaz de sustentar as suas ambições. Nesse contexto, o Brasil assumia uma grande importância, pois os americanos esperavam que o recém-formado Império do Brasil seria um aliado na implementação da Doutrina Monroe. Dessa forma, a política americana para o Brasil exigia paciência e inteligência.

As correspondências dos diplomatas americanos entre 1831 e 1845, um período bastante turbulento da história brasileira, revelam os dilemas enfrentados pelos americanos para a formação de um bloco antieuropeu nas Américas. Em 1831, o então secretário de Estado, Martin Van Buren, deixava muito clara a sua preocupação com a abdicação do imperador Dom Pedro I. Van Buren recomendava para o diplomata William Hunter muita "cautela e neutralidade" nos assuntos brasileiros (MANNING, 2007, p. 117-118). Ainda de acordo com o secretário de Estado, diante da forte influência portuguesa e inglesa no Brasil, os Estados Unidos teriam mais a ganhar ao se apresentarem como um mediador honesto na formação da regência (MANNING, 2007).

Nesse momento de instabilidade política no Brasil, os Estados Unidos se encontravam decepcionados com o fato de que as elites brasileiras pareciam ter olhos apenas para a Europa (MANNING, 2007). Para o corpo diplomático americano, o Brasil era bastante estável politicamente, quando comparado às recém-emancipadas repúblicas da

América espanhola. Nesse sentido, o Brasil poderia ter sido um aliado importante para os Estados Unidos no avanço dos princípios da Doutrina Monroe, mas não foi o que aconteceu. Era um verdadeiro mistério para os americanos os motivos pelos quais o Brasil olhava tanto para a Europa em detrimento das Américas. O comércio com Portugal e Inglaterra tinha precedência em comparação às trocas com os Estados Unidos.

Nesse momento, as observações dos diplomatas americanos revelavam uma tendência interessante em relação a como os brasileiros percebiam o seu lugar no mundo. É um padrão de comportamento de longa duração, em que o Brasil percebe as Américas como uma área de influência vital, mas as elites do país não se veem como americanas e muito menos como latinas. Nesse contexto, o Brasil parece se perceber como um posto avançado da civilização europeia em meio às "bárbaras" repúblicas hispânicas. As ramificações culturais e políticas dessa tendência verificada pelos americanos são múltiplas e vão além do escopo deste capítulo. Entretanto, o essencial aqui é perceber como essa era uma tendência presente no Brasil desde os seus primeiros anos como nação independente.

Na transição do período da Regência para o Segundo Reinado, as preocupações norte-americanas com relação ao Brasil permaneciam as mesmas. A interferência europeia nas Américas era um assunto de suma importância para os Estados Unidos, cuja economia continuava em franca expansão, mas cujo poder militar ainda estava longe de se comparar às potências da Europa (HERRING, 2011). Contudo, a estratégia norte-americana para se aproximar do Brasil focava em dois temas: escravidão e comércio. Nesses temas, ambos de grande importância para o Brasil, estava a esperança dos Estados Unidos em quebrar a hegemonia europeia nas relações com o Império. Essa nova iniciativa americana estava evidente na carta do então secretário de Estado, Abel Upshur, para o embaixador no Brasil, George Proffitt. Em 1843, Upshur enfatizava que aquela década representava uma

grande oportunidade para os Estados Unidos no que dizia respeito às relações diplomáticas com o Brasil.

Em 1845, o Brasil precisaria renovar o seu acordo comercial com a Inglaterra, vigente desde os primeiros dias da independência. O acordo era notoriamente ruim para o Brasil, e ali o secretário de Estado percebia uma janela de oportunidade para o país assumir uma posição de maior destaque. A missão do embaixador americano era de garantir o *status* de "nação mais favorecida" para os Estados Unidos. Além disso, o embaixador Proffitt tinha uma outra missão igualmente importante, que estava ligada à questão do tráfico de escravos. À medida que a Inglaterra apertava o cerco contra a escravidão atlântica na década de 1840, os Estados Unidos acreditavam que isso seria um fator de aproximação entre as duas nações (MANNING, 2007, p. 122-126). Uma possível aliança em torno da defesa da escravidão poderia ser o caminho para um acordo comercial mais benéfico aos americanos, além de promover o fortalecimento da Doutrina Monroe.

Havia ainda um outro ângulo de análise bastante interessante feito pelo secretário Upshur sobre a natureza de uma instituição que representa uma chaga na história de ambos os países. Para Upshur, os dois países não sobreviveriam a um processo de abolição da escravidão. Essa era considerada uma instituição fundamental para ambos, que deveria ser defendida a qualquer custo. O secretário acreditava que a Inglaterra defendia o fim do tráfico por "interesses próprios", e não por "motivos humanitários" (MANNING, 2007). De forma ainda mais impressionante, Upshur acreditava que se a Inglaterra persuadissem o Brasil a promover a abolição dos escravos, o efeito dominó chegaria até os Estados Unidos. Assim, o destino dos dois países parecia estar unificado na rejeição da influência europeia sobre as Américas e na defesa da instituição da escravidão.

O secretário encerrou a sua carta afirmando que as chances de os Estados Unidos incrementarem o seu comércio com o Brasil

eram melhores que as de seus predecessores. Para Abel Upshur, os Estados Unidos eram a “verdadeira nação liberal”, e não a Inglaterra (MANNING, 2007). Naquele contexto, o café começava a se tornar um dos principais produtos de exportação do Brasil, e os Estados Unidos se tornariam o grande parceiro comercial brasileiro na virada do século XIX. Aqui fica evidente um argumento importante, a ideia de que o “destino” colocava Brasil e Estados Unidos juntos. E essa ideia de uma “aliança natural”, em um contexto de defesa do continente, se repetiria outras vezes no futuro. Por fim, é também interessante perceber como o secretário Upshur estava certo, uma vez que a ruptura com a escravidão foi traumática para as elites de ambos os países. No Brasil, a abolição marcou o fim do Império brasileiro. Já nos Estados Unidos, ela causou uma das maiores guerras civis da história, com mais de um milhão de mortos (MCPHERSON, 1988).

Outra análise pertinente foi a de que o comércio de fato uniu Brasil e Estados Unidos, o que demonstrava o crescimento da importância econômica do café. A maior importância das relações entre os dois países se refletia no grande interesse americano pela transição do Segundo Reinado para a República Velha. Nesse momento, com o surgimento do telégrafo, a cobertura jornalística se tornava globalizada. O papel dos correspondentes internacionais crescia, especialmente porque os investidores queriam se informar sobre os seus investimentos além-mar. É dentro desse contexto que surgiram publicações de grande importância, como as britânicas *The Economist* e *Financial Times*. Nos Estados Unidos, Nova York já se tornava uma meca financeira global, juntamente com Londres. Dessa forma, o jornal *The New York Times* se estabeleceu como uma publicação capaz de rivalizar com seus pares europeus. As páginas do jornal nova-iorquino apresentavam uma cobertura muito atenta sobre os temas brasileiros, e é sobre ela que vamos centrar a nossa análise.

Aqui, vale destacar que o tema da aliança entre Brasil e Estados Unidos no contexto da Doutrina Monroe ainda possuía importância. Além disso, outros novos pontos de análise começavam a surgir. À medida que o poderio econômico americano crescia substancialmente durante a Segunda Revolução Industrial, a autoconfiança do país crescia na mesma proporção. Nesse sentido, os norte-americanos começaram a consolidar uma ideia de superioridade racial/cultural sobre a América Latina. Inúmeros trabalhos acadêmicos se debruçam sobre esse dilema, que possui um impacto decisivo na construção das relações entre os dois países.<sup>1</sup>

Oito dias após a Proclamação da República, o *The New York Times* trazia uma análise completa sobre o que era descrito como “um evento surpreendente”. A publicação americana não possuía uma visão positiva sobre os eventos de novembro de 1889. A matéria tinha muito mais um ar de editorial do que de uma peça informativa sobre a crise brasileira, em que o correspondente do *The New York Times* se perguntava como que o Brasil “sobreviveria” sem Dom Pedro II. Ainda de acordo com esse correspondente, não havia ninguém capaz de preencher o “imenso vazio” deixado pelo imperador recém-deposto (WISDOM..., 1889).

Para explicar a importância de Dom Pedro II, o jornalista recorreu a um artifício bastante engenhoso, que era uma análise sobre o Poder Moderador. Esse elemento peculiar da monarquia constitucional brasileira era descrito, de uma forma muito perspicaz, como o “pequeno coringa” (WISDOM..., 1889). Esse “coringa” aparava as arestas entre os poderes, criando uma estabilidade política pouco vista na América Latina. O problema aqui, de acordo com o correspondente, era que apenas Dom Pedro II era capaz de ser “o pequeno coringa” com a devida eficácia. Isso se devia ao fato de que, na visão do cor-

<sup>1</sup> Sobre o tema, ver: Feres Junior (2005).

respondente, o imperador era tido como um líder "sábio, moderado e másculo". É interessante perceber que as características atribuídas a Dom Pedro II são na verdade características que os anglo-saxônicos atribuíam aos seus líderes (WISDOM..., 1889). Dessa forma, o esteio de estabilidade do Brasil era na verdade um homem cujo tipo ideal representava o antilatino.

O *The New York Times* analisou os desafios que o Brasil enfrentaria na transição de uma monarquia para uma república. A experiência republicana na América Latina era descrita como "instável". Entretanto, o correspondente afirmava que sendo ele um norte-americano, acreditava na "superioridade da república sobre a monarquia", mas que isso não se aplicava ao Brasil (WISDOM..., 1889). Para vencer essa instabilidade, a presença de colonos de origem europeia era considerada essencial. Na visão do correspondente, esses imigrantes europeus se equiparavam aos colonos que construíram a força econômica dos Estados Unidos. A publicação afirmou que o imperador era "sensível à importância do tema", enquanto a postura da nova república ainda era um mistério (BRAZIL'S..., 1889).

Em contrapartida, os indígenas brasileiros eram descritos como "mais inúteis do que nos nossos", uma vez que o papel deles na construção do país era muito reduzido (BRAZIL'S..., 1889). Além disso, a população negra era apresentada como um dilema complexo. Essa população era composta, em sua maioria, por ex-escravos, o que poderia criar, segundo o jornalista, "um império de negros" (BRAZIL'S..., 1889). Na sua perspectiva, as "chances estavam a favor dos negros" devido ao clima tropical do país, que teoricamente favoreceria a população de origem africana (BRAZIL'S..., 1889).

A forma pela qual isso ocorreria, o correspondente não esclareceu, mas deixou implícito que a predominância da população negra poderia ser um fator de instabilidade para o Brasil. Essa percepção estava alinhada com as noções de superioridade racial, ainda predo-

minantes nos Estados Unidos no final do século XIX, mesmo após a abolição da escravatura (BROGAN, 2001). De uma forma mais ampla, quase todo olhar sobre o tema do desenvolvimento econômico nesse período estava diretamente ligado ao determinismo climático e racial.

A cobertura do *The New York Times* também dava grande destaque para as questões estratégicas que diziam respeito aos Estados Unidos. O telegrama do então chanceler alemão, Otto Von Bismarck, reconhecendo a nova república brasileira chamava a atenção dos norte-americanos. Na percepção da publicação norte-americana, a "real intenção" da Alemanha era o estabelecimento de um "enclave colonial" no Sul do Brasil. A publicação apontava para o fato de que o Brasil já contava com 200.000 mil alemães e seus descendentes e que eles seriam a base para o expansionismo alemão. A matéria ainda destacou que a nova república estaria mais sujeita à influência alemã do que o Império, já que Dom Pedro II seria menos suscetível a esse tipo de pressão (BISMARCK..., 1889).

Aqui, percebemos a união de dois elementos vistos anteriormente: a intervenção europeia e o monarca ilustrado. Ao final do século XIX, o avanço europeu sobre a África e a Ásia fez com que os americanos temessem um desafio direto da ascendente Alemanha aos princípios da Doutrina Monroe. A cobertura seguia reforçando a imagem de Dom Pedro como um monarca ilustrado em detrimento de uma república instável. Essa imagem é ainda mais reforçada pela cobertura da Revolta da Armada, em 1893. Para o *The New York Times*, a revolta tinha reais chances de êxito, pois seria "apoiada" pelas potências europeias (THE TROUBLES..., 1893).

O correspondente ia além ao afirmar que o Brasil havia se tornado uma "procissão desordenada de Fonsecas, Peixotos e Mellos" (THE TROUBLES..., 1893). Para ele, o país havia se tornado como as outras repúblicas latino-americanas, dominadas por "ditadores e caudilhos". Diante dessa situação preocupante vivida pela política

brasileira, o correspondente defendia uma fórmula bastante direta, que consistia "no ensinamento de valores anglo-saxônicos: amor a ordem, submissão à autoridade; mais negócios e menos política" (THE TROUBLES..., 1893).

Nessa perspectiva, temos a clássica premissa de que era uma espécie de "dever civilizacional" passar os valores americanos (ocidentais) para os brasileiros. Esse fator se tornou uma das maiores permanências das relações entre os dois países. Havia a ideia de que valores, técnicas e ensinamentos norte-americanos podiam resolver os problemas brasileiros. Essa lógica se fez presente especialmente nas questões econômicas, com resultados bastante duvidosos.

### O século XX – relatos de uma era turbulenta

A percepção norte-americana de que a irremediável política brasileira apenas pode ser controlada por um príncipe de Maquiavel, mas com características anglo-saxônicas, se aplica para outro período importante da história do Brasil: a Era Vargas. O varguismo representou uma combinação de elementos políticos importados, com características tipicamente brasileiras. Essa miscelânea muito peculiar chamava a atenção de diversos analistas internacionais. Entre eles, estava o jurista e acadêmico Karl Lowenstein. *Brazil under Vargas*, de 1942, é considerado um dos clássicos sobre esse período. A análise político-jurídica feita por Lowenstein já foi bem analisada por acadêmicos brasileiros, mas o objetivo aqui é perceber quais são as permanências e rupturas da sua visão sobre o Brasil.

O jurista americano proporcionou aos brasileiros uma análise detalhada sobre as constituições de 1891, 1934 e 1937. Além disso, Lowenstein (1942) nos deixou uma série de impressões muito interessantes sobre outros aspectos da vida brasileira e sobre o próprio Vargas. Da mesma forma que outros personagens trazidos aqui, Lowenstein trabalhava com a clássica dicotomia entre a mentali-

dade latina e a anglo-saxônica. De acordo com o jurista, a origem dessa mentalidade estaria relacionada ao determinismo geográfico. O clima tropical teria criado um tipo humano "fisicamente doente". Além das questões do clima, Lowenstein (1942, p. 285-317) também atribuía essa pretensa apatia aos "valores católicos" e à "dieta deploravelmente insuficiente" das camadas populares.

Para além dessa clássica percepção norte-americana relacionada aos desafios do clima tropical, aos valores católicos e a uma atribuída "indolência" do povo brasileiro, Lowenstein (1942) fez algumas ponderações diferentes de seus predecessores. Uma contribuição particularmente interessante está na crítica que fez sobre o nacionalismo econômico varguista. Ao contrário do que poderia se pensar, o jurista não fazia a defesa da vocação agrícola brasileira, mas alertava que o processo de industrialização exigia um grande esforço nacional, assim como a participação do capital estrangeiro. Segundo Lowenstein (1942, p. 205-211), o regime de Vargas apostava em um "nacionalismo artificial" para inflar o ego dos brasileiros, que serviria para esconder o tamanho do desafio enfrentado pelo país.

O jurista ainda afirmava que era necessário "educar e treinar" o brasileiro, portanto a presença estrangeira era importante nesse processo. Essa análise de Lowenstein (1942) é bastante precisa. Durante quase todo o século XX, o capital estrangeiro foi apresentado como um problema, e não como ferramenta de desenvolvimento. Lamentavelmente, a falta crônica de capital nacional ainda é um dos principais responsáveis pela estagnação econômica brasileira, fator que acentua o papel do capital internacional. Ter percebido esse enorme dilema no início do processo foi bastante perspicaz por parte de Lowenstein (1942).

Naturalmente, a personalidade de Vargas era um dos pontos centrais da análise do jurista norte-americano. O líder brasileiro chamava a atenção dos americanos, que necessitavam do seu apoio diante do

complexo contexto internacional do fim dos anos 1930. Talvez a principal missão de Lowenstein (1942) durante a sua passagem pelo Brasil fosse proporcionar para o público estadunidense um retrato do líder brasileiro. Em sua análise, o jurista americano evitou simplificações, dizendo que "Vargas possui uma personalidade fascinante para quem possui um entendimento da mente latina" (LOWENSTEIN, 1942, p. 363-369). A habilidade política de Vargas, especialmente a de cooptar antigos desafetos, era exaltada por Lowenstein (1942).

Aqui, podemos ver que a percepção de Vargas trazida pelo jurista se aproximava das impressões que o *The New York Times* tinha de Dom Pedro II. Essa analogia confirma a ideia norte-americana de que em um ambiente confuso, marcado pela ausência de instituições sólidas, apenas um líder forte poderia conferir um sentido de direção para o Brasil. Entretanto, é importante frisar que esse líder não é o clássico caudilho latino-americano, geralmente tão criticado pela intelectualidade anglo-americana. Temos um tipo de líder que combina traços latinos (esperteza, adaptabilidade) com características consideradas essencialmente anglo-saxônicas (inteligência, racionalidade), que seria uma espécie de tipo ideal para o caso brasileiro. Esse arquétipo de liderança criado pelo imaginário estadunidense tem eco até os dias de hoje, uma vez que investidores e analistas de mercado baseiam suas impressões sobre a política latino-americana tendo em mente esse estilo de liderança.

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe novos desafios para o Brasil, quando a tentativa de criação de um país democrático e industrializado enfrentou grandes dificuldades. Somavam-se a esses obstáculos o momento de intensa polarização ideológica causada pela Guerra Fria. Para os Estados Unidos, o apoio brasileiro no combate ao comunismo era tido como essencial para a estratégia global estadunidense. Nesse contexto, o militar Vernon Walters foi,

ao mesmo tempo, observador e partícipe de importantes momentos da vida política brasileira entre 1944 e 1967.

Walters era um americano de origem inglesa nascido em berço de ouro, e uma educação privilegiada o transformou em um poliglota. Essa fluência em inúmeras línguas estrangeiras lhe serviu muito bem quando foi chamado para servir o exército americano, em 1942. Logo após se juntar às forças americanas na Itália, Walters foi destacado para ser o oficial de ligação entre o exército americano e a recém-chegada Força Expedicionária Brasileira (FEB) (WALTERS, 1978, p. 115-140).

Em seu livro de memórias, *Silent Missions*, ele destacou a sua convivência com os oficiais brasileiros. O militar americano foi extremamente elogioso à atuação dos militares brasileiros, especialmente Eurico Gaspar Dutra e Mascarenhas de Moraes. Mesmo nos elogios, Walters (1978) repetia alguns clichês trabalhados aqui, tais como a "vivacidade", "alegria" e a "fé católica" dos brasileiros.

Entretanto, havia um militar brasileiro que havia chamado a atenção mais do que todos os outros: Marechal Humberto Castelo Branco. Para Walters (1978), o militar brasileiro era um "homem de bravura", totalmente "dedicado ao dever". A autobiografia de Walters (1978) devota muito espaço para Castelo Branco, ao qual ele atribuía valores norte-americanos, tais como "racionalidade" e "mente analítica". De acordo com Walters, o oficial brasileiro se destacava diante de seus pares e parecia "predestinado" a ter algum papel de relevância ao final do conflito. Com o fim da guerra, Walters voltou para os Estados Unidos e seguiu no exército americano. A sua destacada atuação nas Forças Armadas brasileiras fez com que ele fosse escolhido tradutor do presidente Harry Truman em sua visita ao Brasil (1946). Após cumprir outras missões ao redor do globo, Walters retornou ao Brasil como adido militar, no início da conturbada década de 1960.

O Brasil descrito por Walters era um país polarizado politicamente, à beira de uma guerra civil. Para o oficial americano, o principal culpado dessa situação era o presidente recém-empossado João Goulart. Walters possuía um olhar fortemente anticomunista, algo até mesmo natural para um militar americano daquele período. Ele afirmava que Goulart era “um milionário com sentimento de culpa, manipulado por Brizola”. As acusações de Vernon Walters (1978, p. 374-407) iam ainda mais longe, afirmando que a União Soviética estava de “conluio com a esquerda brasileira”.

Em contrapartida, afirmava que os militares brasileiros eram avessos à ideia de um golpe contra Jango. Em tese, haveria um reconhecimento por parte dos militares brasileiros que uma tentativa de uso da força era “algo perigoso” e que o Brasil possuía um “longo histórico de golpes fracassados” (WALTERS, 1978). É importante esclarecer que o militar ponderou, em dados momentos, que havia militares de direita que defendiam o uso da força e que existiam militares de esquerda de “bom diálogo” (WALTERS, 1978). Às vésperas do golpe surgia o “poder moderador” de Vernon Walters, o Marechal Castelo Branco. Impressiona o exercício de retórica feito pelo americano em suas memórias, visto que ele nitidamente compara Castelo Branco a George Washington. Para Walters (1978), Castelo se aliou aos próceres do golpe e, posteriormente, aceitou a Presidência de “uma forma muito relutante”.

Na mitologia presidencial norte-americana, Washington é apresentado como um militar discreto e eficiente, que preferia a vida no campo ao poder e ao prestígio da Presidência (BROGAN, 2001). Na narrativa de Walters (1978, p. 374-407), Castelo Branco era o soldado-cidadão de perfil norte-americano, que em um “ato patriótico” teria “salvado a democracia brasileira” de líderes “voláteis” como Jango, Brizola e Carlos Lacerda. A percepção maniqueísta do militar sobre os eventos que cercaram o Golpe de 64 encontrava um certo alinhamento na visão

geral do governo americano sobre o episódio. Para a Casa Branca, o apoio americano a um golpe militar não era o cenário ideal, mas era preferível a manutenção de um governo de esquerda.

Ademais das percepções extremamente parciais de Vernon Walters (1978) sobre o Golpe de 64 e sobre a sua duvidável negativa de qualquer participação nos eventos, existe aqui uma visão recorrente sobre a política brasileira. Suas impressões se conectam com as de Lowenstein (1942) e as do *The New York Times*, em que a política brasileira é apresentada como propensa a instabilidades, por isso apenas poderia ser controlada por líderes que combinassem firmeza e racionalidade. Na visão norte-americana, os traços da cultura latina eram combinados com características anglo-saxônicas, que criariam as condições para uma governabilidade possível diante das circunstâncias. Nesse sentido, para Walters (1978), o Golpe de 64 é apresentado como um “mal necessário” diante da “ameaça comunista”. Ainda nesse contexto, apenas líderes como Castelo Branco e Vargas seriam capazes de controlar a política de uma sociedade desprovida de valores anglo-saxônicos.

Ao longo do governo de Castelo Branco, Walters (1978) encontrou o presidente com frequência, o que dava aos Estados Unidos uma posição estratégica vantajosa. Em suas memórias, o oficial americano seguiu reforçando a ideia de que Castelo era um “abnegado disposto a adotar políticas impopulares, porém corretas”. Por fim, e de uma forma pouco surpreendente, o militar americano acreditava que o Golpe de 64 havia “melhorado o país, haja visto o crescimento econômico” (WALTERS, 1978). Aqui, ele trazia consigo a firme crença de que, graças ao regime civil-militar, o Brasil “finalmente cumpriria o seu destino de se tornar uma potência”. Walters (1978) não foi o único americano a embarcar na euforia com o Brasil do “Milagre Econômico”, até mesmo Henry Kissinger (1998, p. 831) acreditava que a vez do Brasil havia chegado.

Ao passo que os círculos governamentais e do mundo financeiro norte-americano expressavam a sua admiração pelo regime autoritário brasileiro, outros norte-americanos percebiam o outro lado do regime. Ativistas de direitos humanos, voluntários do *Peace Corps* observavam no dia a dia dos brasileiros a desigualdade, a violência e o exílio dos muitos que tiveram que fugir da perseguição do regime (GREEN, 2010). Para esse grupo de norte-americanos, a implosão do Milagre Econômico e o caos político e social da década de 1980 não eram uma surpresa. Nesse contexto, o trabalho da antropóloga Nancy Scheper-Hughes (1993) é um dos mais profundos e marcantes já feitos por uma brasilianista, visto que ela analisou as dificuldades enfrentadas pelos brasileiros durante a chamada “Década Perdida”.

O intelectual Darcy Ribeiro disse certa vez que “O Brasil é um moedor de gente”, e o Brasil dos anos 1980 moeu a sua gente em larga escala. A política inflacionária e contracionista, somada ao descalabro fiscal dos governos Figueiredo e Sarney, transformou o Brasil em um dos países mais desiguais do mundo.<sup>2</sup> Em *Death without Weeping* (SCHEPER-HUGHES, 1993), a realidade de um Brasil profundo, ignorado por suas elites, é exposto de uma forma brutal. A antropóloga iniciou os seus trabalhos nas comunidades da periferia de Recife em 1967, durante os primeiros anos do regime civil-militar. Durante o seu voluntariado, Scheper-Hughes (1993, p. 216-268) viu em primeira mão a constante violência policial, os desaparecimentos repentinos e as frequentes execuções extrajudiciais. Essa era uma realidade que contrastava diretamente com a visão benigna do regime apresentada por Vernon Walters (1978).

A antropóloga deixou o Brasil temendo pela sua própria vida e apenas decidiu retornar ao país após o retorno da democracia, em

<sup>2</sup> Em 1989, na mesma época da pesquisa de Scheper-Hughes, o Brasil atingiu o seu ápice de desigualdade de renda entre 1980 e 2018. O coeficiente de GINI do Brasil naquele ano chegou a impressionantes 6,33 pontos, em uma escala que vai de 1 a 10.

1985. Durante a segunda metade dos anos 1980, Scheper-Hughes (1993) voltou a fazer uma extensa observação das comunidades próximas a Recife. Ao longo de quatro anos de pesquisa, estudou aspectos fundamentais da sociedade e da cultura brasileiras, que trazem uma reflexão importante sobre os dilemas do país. As questões relativas à fome, pobreza, violência e desigualdade permeiam toda sua obra. Talvez a maior riqueza deste livro seja a demonstração sistemática de como a hecatombe econômica da chamada “Década Perdida” afetou a vida dos brasileiros mais vulneráveis.

O retrato da fome nas comunidades visitadas por Scheper-Hughes (1993) é chocante até mesmo para um leitor habituado com a dureza do tema. A antropóloga demonstrou como a inflação descontrolada corroía as rendas de pessoas que, em via de regra, ganhavam menos que um salário mínimo. Artigos básicos, tais como feijão e farinha, haviam virado artigos de luxo. Para muitas famílias da região, a janta era composta por uma jarra com água e açúcar, assim a sensação de saciedade permitia algumas poucas horas de paz (SCHEPER-HUGHES, 1993, p. 128-167). De acordo com a antropóloga, a média de calorias diárias ingeridas na periferia de Recife na década de 1980 era a mesma do campo de concentração de Buchenwald, na Alemanha nazista. Não por acaso, ela utilizou uma citação do escritor uruguaio Eduardo Galeano em que afirmava que o nordeste brasileiro era “um campo de concentração com 30 milhões de habitantes” (SCHEPER-HUGHES, 1993).

Apesar da força da comparação trazida por Scheper-Hughes (1993), que alguns observadores podem julgar exagerada, o nível de vida dos imensos cinturões de pobreza espalhados pelo Brasil era extremamente precário. Com a fome vinham as doenças, que afetavam a socialização e o trabalho dessas pessoas. Dessa forma, se gerava um ciclo de baixa produtividade e falta de oportunidade, em que as pessoas estavam praticamente condenadas à miséria

absoluta. Nem as elites locais, que se achavam seguras em suas bolhas sanitárias, escapavam das doenças que eram transmitidas pelos inúmeros serviços que trabalhavam em suas casas e mansões. Para a antropóloga, havia uma grande ironia nesse fato, pois os responsáveis por aquela situação de pobreza endêmica, ao fim, eram afetados pelas mesmas enfermidades que os mais necessitados (SCHEPER-HUGHES, 1993, p. 128-167).

Falando das elites pernambucanas, Scheper-Hughes (1993, p. 98-128) apresentou uma casta social indiferente ao que acontecia ao seu redor. Os senhores de engenho ainda ditavam o rumo político e econômico da região. A antropóloga retratava uma realidade em que os valores de autoridade e patriarcado ainda imperavam, da mesma forma que no tempo das capitânicas hereditárias. Uma das poucas diferenças era que as viagens para a Europa foram substituídas pelas férias na Florida.

Nesse momento, Scheper-Hughes (1993) trouxe uma das reflexões mais interessantes do seu livro, afirmando que o Brasil apresentava uma contradição profunda, por ser um país que possuía uma economia industrial moderna, mas a sua elite ainda apresentava uma mentalidade pré-capitalista. Essa contradição evidente era uma das grandes responsáveis pelos problemas econômicos enfrentados pelo país naquele momento, pois as necessidades pré-capitalistas dessa elite impediam a implementação de políticas que fossem capazes de debelar a corrupção e a inflação. Quando refletimos sobre os 40 anos de estagnação econômica que afligem o Brasil desde a década de 1980, a análise de Scheper-Hughes (1993) sobre as elites brasileiras segue atual.

À medida que a antropóloga identificava nas elites brasileiras uma mentalidade “tradicionalista” e “semifeudal”, as crises políticas e econômicas se tornavam um fenômeno endêmico. Essa mentalidade descrita por Scheper-Hughes (1993) acabou gerando uma

postura peculiar com relação à política, que combina sentimentos de “anomalia anárquica” com elementos de “messianismo”. Essa combinação gera no cidadão um comportamento ciclotímico com relação aos políticos, em que expectativas exageradas são seguidas por uma grande decepção.

No caso do livro de Scheper-Hughes (1993), os cidadãos de Bom Jesus se encontravam decepcionados com os governos do PMDB e com a democracia como um todo, mas esperavam que “Collor arrumasse as coisas em 89”. É interessante perceber que já no fim dos anos 1980 o argumento de que “na ditadura tudo era melhor” era bastante presente entre os habitantes da região (SCHEPER-HUGHES, 1993). A antropóloga norte-americana apontou com precisão que o ciclo de más práticas políticas e desengajamento dos cidadãos gera um terreno fértil para populistas e oportunistas de todas as vertentes.

### O século XXI – da grande promessa ao vazio infinito

O triste retrato do Brasil trazido pela antropóloga norte-americana parecia ter sido parcialmente deixado para trás à medida que, na metade dos anos 1990, o Brasil havia conseguido controlar a inflação. Entre 1994 e 2014, a combinação entre estabilidade econômica e políticas sociais criou um breve período de uma relativa calma. Mais uma vez, os olhares dos norte-americanos se voltavam para o Brasil com muito interesse. Mesmo com os problemas que ainda pairavam sobre o país, havia um clima de otimismo no ar, eternizado pela famosa capa da revista inglesa *The Economist*, que fazia alusão ao bom momento da economia brasileira.<sup>3</sup>

Em 2008, o democrata Barack Obama foi eleito presidente dos Estados Unidos. Obama, o primeiro presidente negro da história

<sup>3</sup> Em 2009, publicou a capa “Brazil takes off” (“O Brasil decola”). A imagem do Cristo Redentor transformado em foguete fazia alusão ao crescimento do país apesar da crise global.

americana, tinha como parte fundamental de sua política externa a aproximação com os chamados “países emergentes”, dos quais o Brasil era considerado parte.<sup>4</sup> Na perspectiva do governo Obama, uma aproximação com um Brasil democrático era tida como muito importante. Nesse contexto, Obama realizou uma rara visita de primeiro mandato ao Brasil. Na liturgia presidencial estadunidense, quando o presidente realizou uma visita de Estado no seu primeiro mandato, ele denotou que o país escolhido era de grande importância para a sua administração.

O ponto alto da visita de Obama ao Brasil foi um discurso proferido “ao povo brasileiro” no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em março de 2011. Pela primeira vez na longa história das relações entre os dois países, um presidente americano se dedicou a fazer uma análise tão detalhada sobre o Brasil. Um observador mais cínico poderia afirmar que o gesto de deferência ao Brasil atendia apenas às necessidades estratégicas do governo americano. Entretanto, seu interesse genuíno pelo Brasil é confirmado em sua autobiografia, intitulada *A Promised Land (Uma terra prometida)*. Nessa obra, publicada em 2020, ele devotou inúmeras páginas e palavras generosas ao Brasil (OBAMA, 2020, p. 662-665). Logo no início de seu discurso no Rio de Janeiro, Obama surpreendia o público ao dizer que ele havia assistido ao premiado filme brasileiro *O Orfeu Negro* ainda na sua infância. Baseado nesse filme, Obama tinha ficado com uma impressão de que apesar das dificuldades vividas pelos moradores das comunidades cariocas, eles eram “felizes” (REMARKS..., 2011).

Talvez tal impressão de Obama sobre a condição dos cidadãos negros das comunidades cariocas se devesse às cenas de violência e perseguição vividas pelos negros americanos ao final dos anos 1960.

<sup>4</sup> O BRICS é o agrupamento formado por cinco grandes países emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial.

Diante desse cenário caótico, representado pela luta dos ativistas dos direitos civis e dos *Black Panthers*, as cenas de Orfeu Negro realmente tinham um caráter mágico. Até mesmo porque Obama, naquele momento de sua vida, não tinha pleno conhecimento sobre como o racismo afetava os negros no Brasil. A partir disso, Obama enfatizava que o “Brasil não era mais o país do futuro, o futuro finalmente havia chegado”. Com isso, afirmava que o Brasil seria um “parceiro estratégico” dos Estados Unidos na arena global. O presidente americano destacava que o novo *status* do Brasil no sistema internacional se devia à “inclusão de 50% da sua população na classe média” e à “prosperidade de sua democracia” (REMARKS..., 2011).

Essas eram as credenciais apresentadas pelo Brasil no início do século XXI, que davam ao observador estadunidense a impressão de que o país havia entrado em um novo momento. Entretanto, até mesmo Obama acabou repetindo certos padrões de observação trabalhados aqui, que são inerentes aos norte-americanos. O presidente americano atribuiu o bom momento brasileiro a características existentes na sociedade estadunidense, “democracia e economia de mercado” (REMARKS..., 2011). Assim, Obama se alinhou à tradição interpretativa estadunidense de que a instabilidade inerente à América Latina poderia ser redimida apenas com a adoção de valores e políticas norte-americanas. No entanto, dois dos pilares do bom momento vivido pelo Brasil eram criações essencialmente brasileiras: o Plano Real e o Programa Bolsa Família.

De uma forma muito interessante, Obama apontava para um *continuum* ao longo do tempo, em que Brasil e Estados Unidos compartilhavam uma trajetória em comum. De acordo com o presidente americano, as duas ex-colônias tinham que buscar alguma forma de reconciliação com a chaga da escravidão. Ao final de seu discurso, Obama projetava uma ambiciosa visão de futuro. Investimentos americanos fariam a economia brasileira ser ainda mais próspera. Juntos,

Brasil e Estados Unidos colaborariam pela preservação ambiental e pelo combate à miséria na África, como uma espécie de dívida moral de ambos com o continente (REMARKS..., 2011). Infelizmente, os altos ideais daquele dia não se materializaram. E aquela foi a última vez que um presidente americano esteve em solo brasileiro.

Passados dez anos, o Brasil de 2022 se parece muito mais com aquele descrito por Nancy Scheper-Hughes (1993) do que aquele almejado por Barack Obama. Uma série de crises políticas e econômicas que se acumulam desde 2013 culminaram com o caos causado pela pandemia global de Covid-19. Os Estados Unidos, por sua vez, também passam por um momento de forte instabilidade política e social causada pela Presidência de Donald Trump. Às portas do bicentenário da Independência, as suas relações com os Estados Unidos se encontram em um dos pontos mais baixos de sua história. Intelectuais norte-americanos olham estupefatos para o retrocesso brasileiro em temáticas como desigualdade de renda, direitos humanos e preservação ambiental. Até mesmo os investidores americanos hesitam em investir no Brasil, ou simplesmente encerram as suas operações no país diante da estagnação econômica que paira desde 2015.

Apesar da difícil situação atual, vale enfatizar a importância do olhar americano sobre o Brasil. Como foi aqui trabalhado, esse olhar está longe de ser perfeito e traz consigo certas permanências inerentes à mentalidade anglo-saxônica. É algo perfeitamente natural que alguém faça a leitura sobre o outro com base em sua própria realidade. E por causa da riqueza desses pontos de encontro é que a percepção norte-americana sobre o Brasil tem muito a colaborar com o entendimento da realidade brasileira. É o impacto da imagem refletida no espelho que dá a certeza de que as comparações entre dois países tão iguais e, ao mesmo tempo, tão diferentes seguirão relevantes pelos próximos 200 anos.

## Referências

- BISMARCK and Brazil. *New York Times*, 26 nov. 1889, p. 4.
- BRAZIL'S empty throne. *New York Times*, 11 dez. 1889, p. 5.
- BROGAN, Hugh. *The penguin history of the United States of America*. 2. ed. Harlow: Penguin Books, 2001.
- DOM PEDRO and Brazil. *New York Times*, 6 dez. 1891, p. 4.
- GREEN, James Naylor. *We cannot remain silent: Opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States*. Durham: Duke University Press, 2010.
- HERRING, George C. *From colony to superpower: U.S. foreign relations since 1776*. New York: Oxford University Press, 2011.
- KISSINGER, Henry A. *Diplomacy*. Collingdale: Diane Books Publishing Company, 1998.
- LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. New York: MacMillan, 1942.
- MANNING, William R. Communications to Brazil. In: MANNING, William R. *Diplomatic Correspondence of the United States: Inter-American Affairs, 1831-1860*. Vancouver: Manning Press, 2007. v. 2: Bolivia and Brazil.
- MCPHERSON, James Munro. *Battle cry of freedom: The civil war era*. New York: Oxford University Press, 1988.
- OBAMA, Barak. *A Promised Land*. Murfreesboro: Diversified Publishing, 2020.
- REMARKS by the president to the people of Brazil in Rio de Janeiro, Brazil. 2011. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/03/20/remarks-president-people-brazil-rio-de-janeiro-brazil>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without Weeping: The violence of everyday life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- THE TROUBLES of Brazil. *New York Times*, 25 dez. 1893, p. 4.
- WALTERS, Vernon A. *Silent Missions*. Garden City: Doubleday Books, 1978.
- WISDOM in Brazil. *New York Times*, 23 nov. 1889, p. 4.

## Las miradas de España hacia el Brasil independiente: miopía, luces y fulgores (1822-2022)

Bruno Ayllón Pino

Este capítulo tiene por objetivo presentar las diferentes miradas que los gobiernos y los agentes sociales de España han dirigido hacia Brasil a lo largo de sus dos siglos de independencia.

Estas miradas se caracterizaron por una primera fase de miopía (1822-1922). Brasil se percibía de forma borrosa, a la vez que problemática, en la medida que el reconocimiento de su independencia por el gobierno monárquico español fue postergado hasta 1834. Esa dificultad para enfocar correctamente a Brasil, un sujeto lejano, perduró durante buena parte del siglo XIX y del siglo XX, caracterizando unas relaciones bilaterales marcadas por la mutua irrelevancia, sin intereses compartidos entre los dos países y sin conflictos destacables. Unas relaciones casi apáticas, carentes de valor estratégico, reducidas a la gestión de cuestiones comerciales y a la canalización de los flujos migratorios españoles hacia Brasil. Las miradas mutuas estaban fuertemente estereotipadas y los diálogos e intercambios se reducían a los eventuales contactos entre las élites políticas, sociales y culturales de Madrid y Río de Janeiro.

En una segunda fase (1922-2022), especialmente a partir de los años 30 del siglo XX y de forma señalada en el siglo XXI, algunas luces y fulgores centellearon en el panorama de las relaciones bilaterales,

pero también oscuridades. Desde Brasil se prestó especial atención a la guerra civil española y a su desenlace, con la ascensión de Franco al poder y la aproximación de Getúlio al régimen autoritario español. El gobierno de Dutra, presionado por los Estados Unidos (EE.UU), se unió al aislamiento internacional de España entre 1946 y 1950. Posteriormente la mirada de la dictadura española observó atentamente el proyecto desarrollista de Juscelino Kubitschek, y sus desdoblamientos durante las décadas de 60 y 70, identificando una oportunidad de estrechar los lazos económicos con Brasil. En paralelo, la sociedad española fue ampliando lentamente su mirada hacia la sociedad brasileña, aunque se destacaran los componentes folclóricos, pintorescos y los clichés. En el campo político, esas luces brillaron con más intensidad en el contexto de los procesos de regreso a la democracia de España (1978) y Brasil (1984), identificándose entonces la oportunidad de compartir las experiencias de la "transición por la transacción", desde regímenes militares a democracias que decidieron no volver la vista atrás para asegurar un cambio pacífico.

Al finalizar el siglo XX y durante el siglo XXI, fueron las oportunidades económicas de inversión en Brasil, al calor de los procesos de privatización del gobierno FHC, las que movilizaron a la clase empresarial y a la sociedad española. Ésta se vio deslumbrada por el fulgor de un país emergente bajo el liderazgo de Lula da Silva, pujante en su economía, vital en su dinámica social y desbordante en su riqueza cultural. En este contexto, la firma de la Asociación Estratégica entre España y Brasil (2003) representó el momento simbólico de un cambio de grado en las relaciones hispano-brasileñas, que no se limitó a las interacciones políticas o económicas, sino que tuvo en las respectivas sociedades sus principales protagonistas, con un fluido intercambio de flujos migratorios, relaciones interuniversitarias, colaboraciones culturales y artísticas y, en definitiva, una mirada española hacia

Brasil más próxima, más consciente y mejor aquilatada en cuanto a su transcendencia. En el momento actual, una buena parte de la sociedad española contempla estupefacta los rumbos de Brasil y las sombras tenebrosas que proyecta el gobierno de Bolsonaro. Aunque los vínculos económicos son fuertes, la relación política y social se ha enfriado considerablemente como consecuencia de las nuevas prioridades de política exterior brasileñas que convierten al país en un socio poco confiable, dadas las divergencias políticas existentes con el gobierno español y al galopante deterioro de la imagen de Brasil en España y en el mundo.

#### **Las relaciones de España con Brasil (1822-1922): del Imperio a la República Velha**

La proclamación de la Independencia brasileña de Portugal fue recibida con recelos por el gobierno monárquico español en 1822. Aunque "a priori" no existieran motivos aparentes para un rápido reconocimiento de Brasil por parte de España, con base en la solidaridad monárquica entre los Borbones españoles (Fernando VII) y los Braganza brasileños (Pedro I), lo cierto es que había razones para que en Madrid se meditase los pros y contras. De fondo, las disputas entre España y Portugal en la Banda Oriental, posterior Provincia Cisplatina integrada al Imperio, y los recelos españoles de que el gesto diplomático de reconocimiento de Brasil significase la legitimación de los movimientos independentistas de las que fueron colonias españolas en América.

Por otra parte, la desconfianza respecto a la posibilidad de que Pedro I de Brasil y IV de Portugal, pudiera ser el candidato de los liberales españoles para suceder al absolutista Fernando VII. El reconocimiento se demoró, en parte por los cálculos políticos de Madrid, pero también por la falta de presión desde Río de Janeiro, pues las prioridades de los reconocimientos internacionales eran

Portugal, Gran Bretaña, Austria, Francia, Roma y las naciones del Plata, por este orden (ALMEIDA, 2012). Aun así, consta en los archivos del Itamaraty que el embajador de Brasil en Londres solicitó a Madrid el reconocimiento de la Independencia el 3 de marzo de 1826, sin recibir respuesta.

El no reconocimiento español afectaba a las relaciones consulares. El representante español en Río de Janeiro, José Delavat y Rincón, solicitó en 1825 al gobierno brasileño su reconocimiento como cónsul interino, pero sin que hubiera reciprocidad de Madrid para conceder el *exequatur* a representantes brasileños en España, ni intenciones de hacerlo. El gobierno de Brasil envió en 1826 a Duarte da Ponte Ribeiro y José Ribeiro como cónsules en Madrid y Barcelona, con el encargo de acelerar el reconocimiento de la independencia y reactivar el comercio bilateral. Ante sus infructuosas gestiones y la negación del *exequatur* por el gobierno español desde Río se cursaron órdenes a Ponte Ribeiro para que se retirase a Lisboa, en septiembre de 1827, a la espera de acontecimientos (VASCONCELLOS, 1930; CALÓGERAS, 1989; ALMEIDA, 2012).

Después de años de tensas conversaciones, marcadas por los acontecimientos del proceso de independencia, el primer encargado de negocios de España en Brasil, José Delavat y Rincón, fue quien transmitió en nombre del gobierno de la Reina Isabel II, el 13 de diciembre de 1834, el reconocimiento oficial del Brasil imperial. El 6 de febrero de 1835, la regente María Cristina, recibía las credenciales de Pedro Afonso de Carvalho como representante de Brasil en Madrid. España fue el último país europeo en reconocer la independencia de Brasil, en 1834. El Trienio Liberal (1820-1823) fue hostil a la monarquía brasileña y de esta línea de conducta no desentonó la "Década Ominosa" (1823-1833). Tres factores desbloquearon el reconocimiento del Imperio brasileño por España: la muerte de

Fernando VII, el retorno de D. Pedro I a Portugal y la conclusión de la lucha por el poder en los dos reinos (MOREIRA, 1977).

A partir de ese momento, y hasta la proclamación de la República en Brasil, en 1889, las relaciones bilaterales se van a caracterizar por la gestión de los temas rutinarios (reclamaciones comerciales por la restitución de derechos aduaneros, cuestiones consulares, primeras llegadas de emigrantes españoles etc.) y por la firma de una serie de convenios que regularán asuntos importantes. Destaca el primer tratado firmado en 1863, en realidad un convenio consular que fijaba los derechos, privilegios e inmunidades recíprocas en el ámbito diplomático y el marco legal de referencia para las reclamaciones pendientes de brasileños y españoles. En 1870 fue suscrito un convenio de correos para regular la correspondencia entre los dos países y otros acuerdos como el de extradición de ciudadanos procurados por la Justicia (OLIVEIRA, 1997).

En España, la proclamación de la República en Brasil (1889) fue celebrada por los republicanos en un momento de debilidad de la monarquía española, siendo el rey Alfonso XIII menor de edad y estando el país bajo la regencia de su madre María Cristina. Brasil sería un ejemplo a seguir para los detractores españoles de la monarquía borbónica. Aunque el impacto simbólico de la caída de D. Pedro II pudo estremecer el buen estado de las relaciones hispano-brasileñas, el pragmatismo consecuencia de la existencia de intereses españoles en Brasil evitó el enfriamiento de las relaciones diplomáticas, en un momento en que los emigrantes llegaban abundantemente.

Para la nobleza española y la élite política el fin de la monarquía en Brasil fue un jarro de agua fría. Estaban en el recuerdo los viajes a España de D. Pedro II. En 1877 el monarca visitaba el Museo del Prado "de riguroso incógnito", según noticiaba el diario *El Imparcial*. En 1887 dejó gratas impresiones en su encuentro con el presidente Sagasta, las visitas a entidades culturales y al Congreso y el Senado. Su memoria

perduró en España incluso al proclamarse la República. Cuando en 1891 su féretro fue trasladado de Francia a Lisboa, Don Pedro recibió un homenaje oficial póstumo en la Estación del Norte de Madrid.

A diferencia de la demora en el reconocimiento de la Independencia brasileña, el gobierno de España fue ágil en la tramitación de la aceptación de la nueva realidad política. Sólo un año después de la proclamación de la República, el 6 de diciembre de 1890, España reconocía a la República de los Estados Unidos del Brasil, aunque la llegada del primer representante a Río con categoría de ministro plenipotenciario, José Llabería y Hertzberg, no se produjese hasta 1896 (BRASIL, 1993). Sin embargo, España tuvo también sus "escrúpulos" para el reconocimiento inmediato de las instituciones republicanas brasileñas, condicionado a que "estuviese legalmente establecida y a la continuación de las antiguas relaciones de amistad" (ARAUJO JORGE, 1912, p. 40).

La proclamación de la República en Brasil motivó pocas modificaciones en el perfil de las tradicionales relaciones con España. La situación de los emigrantes españoles y las cuestiones comerciales ocuparon el principal lugar en la agenda bilateral ya que los puertos brasileños aumentaban en importancia para los intereses mercantiles de España, directamente o como punto de distribución para otros destinos. Según datos del Instituto Geográfico y Estadístico de Madrid (1891) la emigración española a Brasil alcanzaba los 10.000 emigrantes. Además se introdujeron otros elementos en las relaciones bilaterales como la firma, en 1890, del Protocolo de la Conferencia Internacional de Madrid para la protección de la propiedad industrial, y el mantenimiento del *statu quo* aduanero hasta la rúbrica de un ajuste comercial (LUBISCO BRANCATO, 1983; 1987a; 1987b).

Fue en el ámbito político donde las relaciones entre España y Brasil se deterioraron con relación a los periodos anteriores, dentro de los márgenes habituales de cordialidad. La causa fue el impacto

de los conflictos de las Antillas en las relaciones bilaterales, debido a las suspicacias españolas ante las actitudes de Brasil. En octubre de 1895, el gobierno brasileño, en respuesta a las reclamaciones de la legación española relativas a la publicación de noticias favorables a la revolución de Cuba en periódicos de Río, había recusado las peticiones españolas de expulsión de los redactores, limitándose a prometer su intervención oficiosa. Este hecho y las posteriores declaraciones de varios partidos políticos favorables a los EE.UU. demostraban que parte de la opinión pública brasileña era contraria a la presencia española en América (SÁNCHEZ, 2002).

Ante el estallido de la Guerra de Cuba (1898) Brasil declaró su "rigurosa neutralidad", pero vendió a los EE.UU. navíos de guerra como el *Amazonas*, el *Almirante Abreu* o el *Nitheroy*. Años después, en 1902, el ministro plenipotenciario de Brasil en Washington revelaba en un oficio reservado que, por ocasión de la guerra con España, Brasil fue el único país latino que tuvo real simpatía por el éxito de los EE.UU. como la única nación del mundo que vendió navíos de guerra a los norteamericanos en las vísperas del conflicto (BUENO, 1995). Si en el ámbito político las relaciones bilaterales salieron maltrechas por la actitud brasileña, en el ámbito comercial Brasil se benefició de la guerra hispanoamericana de 1898, al desviar España parte de las transacciones comerciales hacia las Antillas al mercado brasileño (LUBISCO BRANCATO, 1983; SÁNCHEZ, 2002).

Entre 1900 y 1930, algunas cuestiones diplomáticas menores rompieron la parsimonia de las relaciones hispano-brasileñas, si bien no consiguieron alterar sus características históricas y el bajo perfil de las mismas que seguían concentradas en las cuestiones migratorias y comerciales (LUBISCO BRANCATO, 1986). En 1910, el gobierno de España contrariando los deseos del brasileño, decidió prohibir la emigración de españoles con destino al Norte de Brasil. Las razones expuestas en el decreto del 20 de agosto de 1910 se am-

paraban en los informes recibidos por un agente del Consejo Superior de la Emigración, muy desfavorables a Brasil, denunciando las malas condiciones de salubridad. En 1911, se levantó la prohibición pero se mantuvieron las restricciones para la zona donde se construía la línea férrea de Madeira-Mamoré (OZOUVILLE, 1916).

Las relaciones políticas prosiguieron la tónica amistosa con ocasiones para demostrar la cordialidad habitual. Fue el caso de los festejos del año 1922 en Brasil, con motivo del Primer Centenario de la independencia brasileña. El Rey Alfonso XIII envió a un ministro plenipotenciario a las ceremonias que hizo entrega de un mensaje personal al Presidente de la República expresando el interés español por el engrandecimiento brasileño y la satisfacción con que "se afianzaba la buena inteligencia que felizmente existe entre Brasil y España" (BRASIL, 1923).

La prensa española dedicaba grandes espacios al Brasil, destacando sus perspectivas de progreso económico y las posibilidades para el comercio español. Entre 1901 y 1926, la balanza comercial fue favorable a España, salvo entre 1915 a 1918, cuando el saldo fue positivo para Brasil, aun persistiendo los tradicionales obstáculos a la exportación de productos y los conflictos por el pago de tasas suplementarias por moneda depreciada (SIXIREI, 1988). Ante la mala situación de los intercambios, en 1923, el gobierno brasileño propuso al español la negociación de un entendimiento comercial por el que Brasil otorgaría a España el tratamiento de nación más favorecida, a cambio de la aplicación de la tasa mínima de la tarifa española a los productos brasileños. La propuesta no prosperó. Al año siguiente se concluyó un acuerdo comercial provisional, sustituido en 1925 por un texto definitivo que garantizaba la manutención de las tasas mínimas para los productos de cada país y abolía, para la casi totalidad de productos brasileños, los coeficientes de moneda depreciada que eran abonados en las aduanas españolas. El acuer-

do hacía viable la exportación de maderas brasileñas y de 500.000 sacas de café a España, pasando Brasil a ser el primer suministrador de ese producto.

#### *Las miradas recíprocas entre España y Brasil (1822-1922)*

Las primeras imágenes que se tuvieron en España sobre el Brasil independiente vinieron de la mano de la literatura, específicamente del escritor y diplomático español Juan Valera, que sirvió en la legación española en Río de Janeiro entre 1851 y 1853. Valera fue el pionero de los "brasilianistas" españoles (PIÑERO VALVERDE, 1995). En su obra literaria reflejará diversas imágenes sobre sus años en Brasil como el ensayo "*De la Poesía del Brasil*" (1855) y la novela "*Genio y Figura*" (1897) o en la correspondencia intercambiada con Serafín Estébanez Calderón, donde desfilan personajes de la corte imperial como D. Pedro II, Varnhagen, la baronesa de Sorocaba, magos, esclavos... todos ellos diseccionados por la mirada aguda de Valera (PIÑERO VALVERDE, 1996; 1997).

Son pintorescas las consideraciones de Valera sobre la capoeira, denominándola de "endiablada locura" y deslizando críticas a las condiciones inhumanas de los esclavos negros. Valera se quejaba amargamente en sus cartas de las dificultades en el intercambio cultural entre España y Brasil, "casi ningún libro español he leído desde que estoy aquí". Las deficiencias en las comunicaciones y el hecho de que Brasil y España no poseyeran hasta 1870 un convenio de correos, obstaculizaron la fluidez de los contactos. Por otra parte, podemos situar en esos años los primeros diálogos culturales hispano-brasileños, de la mano de la amistad surgida entre el diplomático, historiador y literato brasileño Francisco Adolfo de Varnhagen y Valera, gracias a la cual intercambiaron impresiones sobre la historia y la literatura de los dos países.

En el reinado de D. Pedro II, merced a su papel de mecenas de las artes y las ciencias, Brasil se convertirá en destino de artistas españoles o en objeto de expediciones científicas. Por ejemplo, José Zapata y Amat, compositor, fundador de la Ópera Nacional y figura de relieve en la música brasileña, que llegó a Río de Janeiro en 1848 huyendo de las persecuciones políticas que sufrió al apoyar el movimiento carlista. Su contribución a la revitalización de las *modinhas* fue decisiva al incorporar los acordes y el punteo de las seguidillas españolas. Amat puso música a un gran número de poemas de Gonçalves Dias, el poeta romántico brasileño (*Amar-te ainda, minha terra tem palmeiras, Teus olhos etc.*). Otro español que encontró cobijo en Río de Janeiro fue el rocambolesco *Adadus Calpe*, un chusco castellano que cosechó fama, a partir de 1852, en virtud de sus habilidades hipnóticas. Posteriormente, ya con su nombre verdadero de Antonio Deodoro de Pascual, demostró capacidades literarias que le facilitaron el ingreso en el Instituto Histórico y Geográfico Brasileño, en 1859, y su nombramiento como traductor oficial en el Ministerio de Exteriores del Imperio de Brasil.

La presencia de manifestaciones teatrales y artísticas españolas en Brasil es otro campo de interés. La inauguración, el 17 de julio de 1857, de la Imperial Academia de Música y Opera en Río de Janeiro contó con la representación de una zarzuela, del ya citado Amat, titulada *A estréia de um artista*. En los meses siguientes se representaron dos zarzuelas de Francisco Asenjo Barbieri, *Brincar com fogo* y *Colisões de um Ministro*, con textos traducidos al portugués por Quintino Bocaiúva (ARAUJO, 2000).

Varios pintores españoles, emigrantes gallegos, tuvieron reconocido prestigio en el panorama artístico brasileño. Pueden citarse a Domingo García y Vázquez (1859-1912), que ganó la medalla de oro en la exposición general de la Academia Imperial, en 1884, y a Modesto Brocos (1852-1936). Este último fue galardonado con la

medalla de oro de la II exposición general de Bellas Artes, en 1895, por un cuadro titulado *A redenção de Cam* (hoy expuesto en el Museo Nacional de Bellas Artes de Río) cuya influencia fue importante en los debates raciales del final del XIX, siendo ejemplo ilustrativo de la filosofía que guiaba la política migratoria brasileña en los albores de la *República Velha*. En el campo de las Ciencias Naturales, en 1862, llegó al nordeste brasileño y a la capital imperial la Comisión Científica del Pacífico, la principal expedición de este tipo de la España isabelina que recorrió también el río Amazonas, recopilando un abundante material fotográfico sobre el Brasil de la época y su riqueza vegetal y animal.

En la literatura brasileña del siglo XIX la influencia española se puede sentir en Machado de Assis, que incorpora referencias del Quijote de Cervantes en obras como *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) y *Quincas Borba* (1891). En los dos textos, aparecen personajes españoles. En el primero, la historia de Marcela, la asturiana, lleva a Brás Cubas a describir *Cosas de España*. En el segundo, el criado Rubião es un personaje representativo del orgulloso hidalgo español. En otros romances, como *Esau* y *Jacó*, Machado de Assis vuelve a trabajar con el imaginario de las gentes de España presentándonos a una actriz, Carmen la sevillana, que canta una coplilla: "Tienen las sevillanas, en la mantilla, un letrado que dice: ¡Viva Sevilla!". Junto a la influencia cervantina, Machado debió conocer otras obras españolas (PIÑERO VALVERDE, 2000). Machado se interesó por la cultura española y por algunos acontecimientos sociales, como queda de manifiesto en una crónica de 1878 en la que el escritor comenta la boda de Alfonso XII con María de las Mercedes y su posterior fallecimiento (MACHADO, 1986, p. 362-363).

En la otra dirección, la presencia de Brasil en España, el conocimiento que los españoles del siglo XIX y comienzos del XX tuvieron de Brasil se circunscribía a las élites y a los salones frecuentados por

la nobleza y la burguesía. Los acontecimientos políticos en Brasil fueron seguidos con atención, especialmente por las actitudes liberales de D. Pedro I y por el ofrecimiento de la corona española que le habría sido propuesto (COSTA, 1940; BRANCATO, 1999). Había además similitudes entre los dos países en relación a la abolición de la esclavitud y las medidas para su completa desaparición que concitaron la atención de la sociedad española (TORRES AGUILAR, 1872). También la realización de conferencias sobre la historia de Brasil y la influencia española durante la Unión Ibérica (1580-1640) llamaron la atención en la vida cultural madrileña (REPARAZ, 1892).

Entre las elites sociales algunos episodios anecdóticos situaron a Brasil en el imaginario de la nobleza y la alta burguesía españolas, y más concretamente en Madrid. Fue el caso de las tentativas diplomáticas, infructuosas, para casar a D. Pedro II con la hermana de Isabel II, Luisa Fernanda (GUIMARÃES, 1942), o la irrupción en los salones de tertulias de Madrid, en 1839, de figuras como la brasileña, nacida en *Río Grande do Sul*, María da Gloria Büschenthal, cuya belleza se cantaba en los bailes de la aristocracia madrileña: ¡Qué guapa la Maria Büschenthal, sencillamente vestida de aldeana brasileña!

Las cuestiones culturales no ocuparon en el siglo XIX, en líneas generales, un espacio destacado en las relaciones bilaterales. Apenas en marzo de 1886, España y Brasil participaron de una reunión en Bruselas en la que se estableció el intercambio de libros y publicaciones. En 1900, el representante diplomático español en Río, Barón de la Barre, llamaba la atención sobre la necesidad de fomentar las relaciones culturales entre los dos países "por el desconocimiento que generalmente tienen los brasileños de nuestro país y por creernos mucho más atrasados de lo que en realidad estamos". De la Barre relataba que Río de Janeiro era una capital culta y que visitaba con frecuencia el Museo Nacional, en un intento de hacer que "nuestro país y nuestros hombres de letras sean más conocidos, así como

que en España conozcan mejor los trabajos científicos y literarios que se ejecutan en el Brasil" (LUBISCO BRANCATO, 1983). Las diplomacias estaban más concentradas en fomentar los intercambios comerciales, en eliminar las trabas a la emigración española – tan necesaria para suplir la mano de obra esclava en las plantaciones cafeteras –, y en superar el malestar político provocado en Madrid por la venta de barcos brasileños a los EE.UU. en la guerra de Cuba.

En la literatura española de la época las referencias a Brasil son escasas. Menéndez y Pelayo, en una carta dirigida a José María Pereda, en 1876, cita a Brasil como una tierra rica en poetas líricos nombrando a Gonçalves Dias. Se sabe que en el plano del último tomo de *La historia de las ideas estéticas*, finalmente no redactado, el escritor cántabro pretendía "abarcar la poesía portuguesa del Brasil en su *Historia de la poesía hispanoamericana* para que la obra merezca con toda propiedad el título" (RÍOS, 1932).

En los escritos de Miguel de Unamuno, Rector de la Universidad de Salamanca, se encuentran contadas referencias a Brasil. Una de ellas, de 1914, aparece en una carta a un amigo, en la que se queja del desconocimiento español sobre la cultura brasileña: "El Brasil es uno de los países de cuya vida intelectual menos sé. Aquí, en España, la literatura brasileña no es más conocida que la rumana, la búlgara o la javanesa. Es una lástima" (*apud* GARCÍA MOREJÓN, 1964).

En 1928, Unamuno teje unas acertadas consideraciones sobre Brasil:

Y ahora ¿Son en las repúblicas del Plata tan poco y tan mal conocidas las producciones literarias y científicas del Brasil como aquí son poco y mal conocidas las de Portugal? No sé por qué me inclino a sospechar que sí. Ahí entre naciones de lengua española, hay una, y una gran nación, en vía de rápido progreso, de lengua portuguesa. ¿No debería ser ésta una razón para que los americanos de lengua española se interesasen por el espíritu que se vierte en lengua por-

tuguesa? Un providencialista creería que el haber metido Dios ahí una gran nación de habla portuguesa entre las naciones de habla española es para que un día se integre, como aquí se integrará, el común espíritu ibérico, al que le están aquende y allende el Océano reservados tan grandes destinos (UNAMUNO, 1928, p. 8).

Entre los poetas españoles de las primeras décadas del siglo XX se puede mencionar la figura de Francisco Villaespesa. El poeta recibió el encargo del gobierno de Brasil de traducir los poetas brasileños de la época al español, para lo que fue subvencionado por el Itamaraty. Realizó varios viajes por el país que le llevaron a entablar fuertes relaciones con el mundo literario brasileño. En 1930, después de algunas vicisitudes, se publicaron los tres primeros tomos de la biblioteca brasileña "Los poetas", que contenía *Sonetos y Poesía* de Olavo Bilac, *El Navío negrero*, de Castro Alves y *Toda la América*, de Ronald de Carvalho. También es digna de mención la presencia de algunos vanguardistas españoles en el movimiento modernista brasileño (PIÑERO VALVERDE, 1992). Ramón Gómez de la Serna y Oswald de Andrade se conocieron en París, en 1912, y el autor de las *Greguerías* fue presentado al público brasileño en las páginas de *Klaxon*, la primera revista del movimiento modernista en 1922. La presencia de Brasil en la obra de Ramón es explícita en *La niña Alcira*, ambientada en Río de Janeiro.

Más allá de la literatura, las miradas mutuas entre España y Brasil son proyectadas bajo las lentes de la presencia de un significativo contingente de emigrantes españoles que desembarcan, principalmente, en Santos a partir de 1855. Se calcula que hasta 1900, unos 90.000 emigrantes españoles arribaron a Brasil (KLEIN, 1996). Hasta la década de 60, al menos otros 300.000 españoles recalaron en el país. Los emigrantes españoles entregaban sus cuerpos al trabajo pero también cargaban en el espíritu sus costumbres, tradiciones, culinaria, músicas y creencias religiosas y políticas que se integraron

fácilmente, asimilándose sin traumas, a la propia cultura brasileña. Su influencia en la historia de Brasil se manifestó en adelante en aspectos cotidianos, desde los carritos ambulantes que venden churros hasta los restaurantes españoles donde se sirven paellas y tapas; desde las referencias urbanas en monumentos en homenaje a Cervantes – como el que existe a la entrada de la Biblioteca Mario de Andrade en São Paulo –, o en la Fuente Talavera – que preside el centro de Porto Alegre – construida con azulejos toledanos y regalada por la colonia española, en 1935, con motivo del centenario de la Revolución *Farroupilha*, hasta su participación en la fundación e impulso a clubes de fútbol, como el *Jabaquara* en Santos o el *Corinthians* en São Paulo.

#### Las relaciones de España con Brasil: del 1º centenario de la Independencia al gobierno Bolsonaro (1922-2022)

A partir de 1930, en el contexto del surgimiento de los fascismos y autoritarismos en Europa y en América Latina, se plasman en las relaciones hispano-brasileñas las contradicciones y conflictos políticos que se manifestaron en el escenario internacional. Brasil – con la ascensión de Vargas – y España – con la Guerra Civil y el triunfo de Franco – registrarán experiencias de signo nacionalista que marcarán sus respectivas historias afectando a las tradicionales relaciones de amistad. Los sucesos políticos de esos años en Brasil (Revolución de 1930, Revolución Paulista de 1932, proceso constituyente de 1933) y en España (proclamación de la II República) fueron seguidos de cerca por las opiniones públicas. La prensa española y brasileña informaban de sucesos como la victoria de Vargas, la participación del coronel español Cabañas en la Revolución de 1930, el hundimiento del navío alemán "Badeur" en Río donde fallecieron 26 españoles, la situación de la colonia emigrante en Brasil, el exilio de Alfonso XIII y las primeras medidas de la República española.

Entre 1931 y 1936 las relaciones hispano-brasileñas pasaron de un primer momento de congratulaciones por la coincidencia en la forma republicana de los dos Estados, a una segunda fase en que se preanunciaban las primeras tensiones entre el Brasil de Vargas - que derivaba progresivamente hacia el autoritarismo y el visceral anticomunismo - y la II República española, para concluir con el deterioro palpable de las relaciones plasmado en las medidas del gobierno brasileño que clausuraban los Centros Republicanos en Brasil. Esta primera fase de estas relaciones positivas de plasmó en el rápido reconocimiento de la II República por el gobierno provisional de Vargas. Otros gestos señalaron el ascenso de Brasil en la escala de prioridades exteriores del gobierno de la II República. La Constitución republicana de 1931 mencionaba expresamente al Brasil en su artículo 24.2, recogiendo la posibilidad de concesión de ciudadanía "a los naturales de Portugal y países hispánicos de América, comprendido el Brasil".

Pero los desencuentros no tardaron en presentarse. Desde la embajada brasileña en Madrid se siguieron las medidas del gobierno republicano, alertando para el cariz izquierdista de algunas leyes, como la reforma agraria, reflejo de "las doctrinas comunistas". Ante la opinión pública brasileña, el aparato propagandístico de Vargas fue presentando a la República española como "un modelo a ser evitado" (SOUZA, 2001). Esta idea se terminó de fraguar después del fracaso del levantamiento comunista de Río de Janeiro de 1935, presentando el gobierno brasileño el "ejemplo español" para proceder a reforzar su autoritarismo, evitando que Brasil se convirtiese en otra España (SEBE-BOM, 1996, p. 117-118). Desde el lado español, la opinión pública siguió con vivo interés la sublevación de Río, especialmente a raíz de la campaña de apoyo al líder comunista Luis Carlos Prestes, hecho prisionero en la revuelta. En marzo de 1936, la embajada de Brasil informaba al Itamaraty de las manifestaciones a favor de Prestes y de la llegada a Madrid de la madre y la hermana del líder brasileño

para participar en la Plaza de Toros de las Ventas de un mitin popular, con la presencia de Dolores Ibárruri, exigiendo su pronta liberación. La consecuencia lógica de este clima enrarecido fue el progresivo deterioro de las relaciones hispano-brasileñas.

En virtud de los paralelismos existentes con la situación política de Brasil y de la afinidad ideológica existente, el gobierno de Vargas no dudó en tomar partido por los golpistas liderados por Franco. Entre 1931 y 1939 las relaciones bilaterales estuvieron mediatizadas por el conflicto en España y por las persecuciones a los republicanos españoles en Brasil, acusados de ser conspiradores y comunistas. Estos episodios van a marcar negativamente las relaciones hispano-brasileñas a lo largo de la Guerra Civil. Junto a estos incidentes, el golpe de Getúlio de 1937 arrojará más leña al fuego. Las tendencias autoritarias del político gaucho, la persecución anticomunista que desata y el apoyo al gobierno nacionalista de Franco fueron los elementos que definitivamente envenenaron las relaciones entre España y Brasil. El 1 de marzo de 1939, el gobierno de Vargas declaró su voluntad de reconocer oficialmente al gobierno de Franco, "dadas las características de que este se revestía, a las garantías dadas y el respeto prometido a los principios del Derecho Internacional".

Al finalizar la Guerra Civil, en 1939, vuelven a la agenda de las relaciones hispano-brasileñas temas tradicionales como el intercambio comercial o la emigración. Sin embargo, el estallido de la Segunda Guerra Mundial (SGM) y los intentos de Hitler por atraer al Eje a España y a Brasil fueron el telón de fondo de las relaciones entre los dos países el primer lustro de los años 40. Las iniciales simpatías del *Estado Novo* varguista hacia el régimen de Franco, derivación lógica de su admiración por el fascismo y el nazismo en cuanto regímenes anti-liberales y anti-comunistas, van a evolucionar progresivamente de una situación de benigna comprensión hacia una, muy diferente, de desconfianza pragmática claramente detectable a partir de 1942.

Una vez que los EE.UU. entraron en la contienda mundial el esfuerzo diplomático de Washington en Sudamérica se dirigió a la consecución del apoyo estratégico de Brasil. La ruptura de Brasil con el Eje y su entrada en el conflicto bélico, con la declaración de guerra contra Alemania e Italia en agosto de 1942, llevarán también aparejado un distanciamiento de aquellos regímenes filo-nazistas con los que se mantenían relaciones cordiales, entre ellos España. Este nuevo espíritu tendrá su primera consecuencia, por lo que respecta a las relaciones hispano-brasileñas, en las medidas del gobierno Vargas contra las actividades de la Falange Española. De esta forma el gobierno franquista pasará a sufrir una serie de represalias por parte del gobierno brasileño que producirán nuevas tensiones en las relaciones bilaterales (LUBISCO BRANCATO, 1987a; 1987b).

Las repercusiones negativas de la situación mundial en las relaciones hispano-brasileñas alcanzaron su ápice al finalizar la SGM, coincidiendo con la caída de Vargas y la llegada al poder del general Dutra (1946), muy dúctil a las exigencias de los EE.UU en lo referente a la necesidad de castigar a aquellos países simpatizantes de los regímenes nazistas o fascistas. El lento proceso de congelamiento de las relaciones bilaterales culminará en la interrupción de los contactos diplomáticos al más alto nivel, en el contexto del debate de la "cuestión española" en la ONU y del aislamiento internacional del régimen franquista hasta 1950.

En las décadas de 50 y 60 las relaciones bilaterales seguirán presididas por la cordialidad y amistad, pero se enfatizarán las relaciones económicas y las contribuciones recíprocas a las respectivas estrategias desarrollistas. Esta nueva dinámica arranca con la visita a España del presidente de Brasil, Juscelino Kubitschek (JK), en 1956. Fue la prueba para el gobierno de Franco de la normalización de las relaciones hispano-brasileñas después del paréntesis de los años de aislamiento. El viaje a España de JK se enmarcaba en el contexto

más amplio de su política exterior en relación al Programa de Metas de Desarrollo. Su misión consistía en realizar el marketing de sus objetivos de industrialización de Brasil, mostrando a los socios internacionales que su proyecto tenía legitimidad y creatividad. Aunque los resultados de la visita fueron en el corto plazo más retóricos que prácticos, la intensificación de las relaciones bilaterales en las décadas siguientes confirmaron la intuición de JK para identificar en España un socio potencial para su programa desarrollista.

La materialización de los intereses comunes hispano-brasileños, que JK impulsó con su visita, llegaría en el contexto del desarrollismo, a partir de los años 60. El golpe militar de 1964 reforzó lazos con el gobierno franquista por la coincidencia en los regímenes políticos vigentes en España y Brasil. Con un carácter anticomunista, privilegiando el desarrollo industrial como estrategia para insertarse en la economía internacional y teniendo al autoritarismo en la figura de jefes de Estado militares como fundamento del sistema político, todo apuntaba hacia un perfecto entendimiento entre Madrid y Brasilia. La buena sintonía y la cooperación en la dimensión política se mantuvieron. Pero lo más relevante fue la materialización de intereses económicos comunes en el contexto de la convergencia de las respectivas estrategias de desarrollo.

La embajada de Brasil en Madrid siguió atentamente la evolución de España en su proceso de industrialización, identificando las posibilidades que se abrían para el proceso de desarrollo brasileño que, en 1967, había alcanzado las metas del programa de estabilización de 1964. La coincidencia de un "milagro" económico español y brasileño parecía, en 1968, desbrozar la senda para la cooperación económica. Por las condiciones de complementariedad en sus etapas de desarrollo, las relaciones entre España y Brasil ofrecían en esos años una oportunidad única de materializarse en intereses económicos comunes. Este objetivo sólo se logró en parte, debido

al deterioro de la economía internacional por la crisis del petróleo, a las políticas proteccionistas en las respectivas economías, y por los obstáculos burocráticos que imposibilitaban la realización de los proyectos menos competitivos que los de otros países.

A partir de 1979 se observan señales visibles de un cambio cualitativo. Por primera vez en muchos años, España se convertía en referencia constante del discurso político en Brasil. Los dos países comenzaron – España un poco antes – a andar caminos convergentes para la consolidación de un orden democrático y de estabilidad política en sus respectivas sociedades, en donde los militares no fuesen los protagonistas de la vida política, compartiendo un modelo similar de transición hacia la democracia.

La visita del presidente Suárez a Brasil, en 1979, fue el hecho que presidió las nuevas bases que la España democrática quería afianzar en sus relaciones con Latinoamérica. Aunque la gira fuese presentada por las dos diplomacias como un viaje de carácter económico, centrado en los problemas derivados del déficit comercial español y en la búsqueda de nuevas formas de cooperación, su visita tuvo fuertes connotaciones políticas por la situación de Brasil. El gobierno Figueiredo procuró que no se realizasen comparaciones entre las dos transiciones pero no faltaron elogios al modelo español. En el discurso de despedida Figueiredo declaraba: "Vuestra Excelencia, conduce un proceso político democrático particularmente profundo". Esta parquedad retórica contrastó con la difusión de los medios de comunicación, con un signo diferente al acuñado por las versiones oficiales. Quizás sea difícil delimitar la aportación concreta que supuso la visita de Suárez al proceso de democratización de Brasil. Lo cierto es que, a partir de ese momento, España y Brasil se comprendieron más por sus similitudes políticas y la posibilidad de extraer lecciones con base en las experiencias vividas.

Las relaciones políticas siguieron caracterizadas por la habitual cordialidad y por mayores índices de aproximación en las respectivas visiones del mundo. En el terreno de las realizaciones concretas España y Brasil firmaron acuerdos en todos los ámbitos cubiertos por las relaciones bilaterales, destacadamente el Tratado General de Cooperación y Amistad (1992). Las visitas al más alto nivel fueron frecuentes, con momentos de gran significación simbólica como la visita del Rey de España, en 1983, la de Figueiredo en los estertores de la dictadura militar, en 1984, la de Tancredo Neves, 1985, y las varias que realizó el presidente socialista González.

El retorno a la democracia en Brasil favoreció el buen estado general de las relaciones bilaterales, estableciendo nuevos cauces de cooperación que se beneficiaron de las coincidencias en la forma democrática de gobierno y del influjo del proceso de transición español. Los vaivenes de la vida política brasileña con la destitución de Collor, en 1992, y el periodo de interinidad de Itamar Franco supusieron un paréntesis en el impulso que las relaciones hispano-brasileñas habían tomado con la vuelta de la democracia como consecuencia de la conturbada situación política interna.

En los años 90 el acento político tradicional de las relaciones bilaterales fue desplazado por la agenda económica. La llegada masiva de inversiones españolas a Brasil fue favorecida por el programa de privatizaciones y concesiones que los gobiernos brasileños implantaron a partir de 1990. Ese proceso fue puesto en marcha por Collor en 1991 pero alcanzó su punto álgido, a partir de 1995, con la llegada de Cardoso al poder. Las grandes empresas españolas aprovecharon las oportunidades surgidas con el programa de privatizaciones, siendo Telefónica, en 1996, la primera en inaugurar la larga lista de corporaciones de capital español que se instalarían en Brasil y llevarían a España a ocupar, en el año 2000, el primer puesto entre los inversores mundiales en el país, con el 22'8% del total de inversiones.

Gracias al creciente peso de estas inversiones y merced a una habilidosa actuación diplomática, España se acreditó como importante actor en el escenario regional y encontró en Brasil uno de sus socios más importantes, en el contexto de unas relaciones bilaterales calificadas como "inmejorables" por el presidente Cardoso. A partir de 1996 las relaciones políticas se subordinaron a la dimensión económica. Durante los gobiernos de Lula y Rouseff se introdujeron otros componentes de carácter político, social y cultural. Este redimensionamiento económico de las relaciones bilaterales fue señalado con claridad desde el ámbito académico brasileño:

Las relaciones entre España y Brasil ponen término, en los años 1990, al distanciamiento tradicional. Políticamente, España asimiló el mundo luso y se presentó como un nexo entre Europa y América Latina. Cada país se dio cuenta de la importancia del otro en los procesos regionales de integración. En Brasil, el gobierno y, en España, los empresarios, asumieron el papel protagonista de esa nueva fase de las relaciones bilaterales. Aprovechando, con astucia, las oportunidades abiertas por la privatización, los capitales españoles hicieron la fiesta en Brasil, situándose en primer lugar en 2000, con inversiones de 9.600 millones de dólares (CERVO; BUENO, 2002)

En los gobiernos de Aznar y de Cardoso proliferan en los discursos oficiales las referencias a la "asociación" entre los dos países como un compromiso con firmes bases políticas, económicas, históricas y culturales. España se convirtió en socio privilegiado de Brasil gracias a la constitución de una asociación sólidamente anclada en un excelente patrimonio de convergencias, intereses y relaciones institucionales que contribuyeron a maximizar la presencia de cada uno de los países en el escenario internacional. La constitución efectiva de esta asociación, más allá de la satisfacción de los intereses mutuos, con sus características de complementariedad y búsqueda

en el otro socio de recursos y capacidades, va a consolidarse en el año 2003 con Lula.

Durante la visita de Lula a España, en julio de 2003, se anunció la firma de un Plan de Asociación Estratégica que daba un salto cualitativo en las relaciones bilaterales con la inclusión de dimensiones (educación y cultura, medio ambiente, cooperación científica y tecnológica, turismo, patrimonio histórico etc.). Con la victoria del Partido Socialista Obrero Español en las elecciones de 2004, las relaciones España - Brasil se beneficiaron de una fuerte sintonía política y una mayor convergencia ideológica entre Lula y Zapatero. Si durante la etapa de Aznar y Cardoso el énfasis se colocó en los aspectos económicos en esta nueva fase se identificaron otras prioridades que, sin relegar a un segundo plano la dimensión económica, orientaron por nuevos caminos las relaciones bilaterales. Así se exploraron otras sendas, propiciadas por la preocupación de los dos gobiernos en el desarrollo social, y por una visión compartida de las relaciones internacionales vinculada a un multilateralismo pacífico protagonizado por la ONU, que hacía de la lucha contra la pobreza su bandera más representativa.

Con los gobiernos de Dilma y Rajoy (2011-2016) las diferencias político-ideológicas no fueron un obstáculo para las relaciones bilaterales, pero el acento volvió a colocarse en los aspectos económicos. Era necesario enfrentar la crisis financiera que golpeó duramente primero a España y después a Brasil. Durante estos años los dos países y sus sociedades se aproximaron mucho más gracias al turismo, a los flujos migratorios y a la proliferación de redes (universitarias, científicas, artísticas, medios de comunicación, deportivas) que multiplicaron el conocimiento mutuo tan necesario para romper barreras, superar estereotipos y formar imágenes positivas que, a su vez, alentaron y diversificaron todavía más la gama de las relaciones hispano-brasileñas.

Ni siquiera las consecuencias del conflicto migratorio hispano-brasileño provocado por la no admisión de ciudadanos de Brasil en el aeropuerto madrileño de Barajas, y la posterior adopción de medidas recíprocas por el gobierno brasileño, en 2012, afectaron al buen estado general de las relaciones bilaterales. De hecho, salieron fortalecidas como lo demostraron las visitas a Brasil del Rey de España, el presidente Rajoy y el ministro de Exteriores Margallo, y la visita de la presidenta Dilma en 2012, cuando se suscribió una declaración para el relanzamiento de la asociación estratégica.

En la declaración se retomaron algunos aspectos clásicos de las relaciones bilaterales, como la importancia de los vínculos históricos y culturales sobre las que se asientan y la necesidad de intensificar el diálogo político y la coordinación entre ambos gobiernos. Lo novedoso radicó en las nuevas oportunidades que surgían para el comercio y la inversión bilateral como consecuencia del crecimiento económico de Brasil, especialmente en el sector naval, petrolífero, infraestructuras logísticas y transportes. Se apostó por la cooperación científica y tecnológica y el potencial para la acción conjunta en el terreno de la innovación. Por último se incorporaron a la agenda temas novedosos (cooperación triangular, defensa, energías renovables, cooperación municipal) y la propuesta de creación de un Foro de la sociedad civil de España y Brasil.

La victoria de Jair Bolsonaro en las elecciones presidenciales de 2018 fue recibida en España fríamente. El gobierno socialista de Pedro Sánchez se ciñó a la cortesía diplomática. En un mensaje protocolario el gobierno español, sin mencionar el nombre de Bolsonaro, le desea a Brasil "éxitos en la consecución de un país próspero, justo y democrático" y se felicita "a las autoridades y al pueblo de Brasil por el comportamiento cívico y democrático". En la toma de posesión de Bolsonaro España no envió ni al Rey, como es tradicional, ni al presidente del gobierno, siendo la presidenta del Congreso la encargada de

representar al país. El gesto fue mal interpretado por la diplomacia brasileña pues un año antes el rey Felipe VI se hizo presente en la ceremonia de jura del cargo del presidente mexicano López Obrador.

Desde entonces la frialdad preside las relaciones bilaterales. La deriva autoritaria de Bolsonaro y el deterioro de la imagen de Brasil, en España y en el mundo, han hecho que las relaciones bilaterales estén siendo perjudicadas. Bolsonaro ya es citado en España como la referencia del partido ultraderechista Vox. En un acto electoral, en enero de 2019, el presidente Sánchez afirmó que los partidos políticos de derecha eran "los voxsonaros" españoles. Varios diputados se han manifestado en el plenario de la Cámara contra Bolsonaro y el partido de izquierda Podemos ha promovido una declaración de reprobación contra el presidente en el Parlamento Europeo.

Desde el ámbito académico los análisis sobre las relaciones de España con Brasil en el gobierno Bolsonaro han coincidido en el impacto del declive brasileño, iniciado con el segundo gobierno de Rousseff y el desenlace de su *impeachment*, y se han profundizado con el aislamiento internacional del país. El resultado ha sido que las relaciones de España con Brasil hayan pasado a un segundo plano en el ámbito político como consecuencia de "las cosmovisiones marcadamente divergentes de cada uno de los dos gobiernos" (CABALLERO, 2021, p. 132). Hoy la imagen de Brasil en los medios de comunicación de España es la de Bolsonaro, la pésima gestión de la pandemia y la cepa brasileña del Covid - 19 que, junto al alineamiento automático al gobierno Trump, han hecho del otrora "país del futuro", un paria internacional (SOLANO, 2021). Aunque se reconocen las potencialidades de Brasil y su relevancia para los intereses españoles, la figura de Bolsonaro lastra el acercamiento bilateral.

### *Las miradas recíprocas entre España y Brasil (1922-2022)*

Desde fines del siglo XIX la imagen de Brasil en España era de un país de oportunidades. Los emigrantes españoles y sus descendientes en Brasil, estimados en la actualidad en más de 15 millones de personas, fueron los principales productores de imágenes hasta la llegada de los medios de comunicación de masas y la globalización digital del siglo XXI. España mantuvo una amplia influencia cultural en Brasil a través de la emigración. Influencia que se proyectaría a lo largo de los tiempos y aproximaría a los dos pueblos, minimizando así los efectos de la distancia física (MUNHOZ, 2000). Se calcula que hasta 1930 unos 500.000 españoles se instalaron en Brasil, normalmente procedentes de las regiones más pobres de España. Fue una emigración fundamentalmente económica con fuerte peso de gallegos, andaluces, extremeños y castellanos. Los flujos migratorios hacia Brasil registraron entre 1931 y 1960 una caída pero aún se trataba de una cifra importante. En este caso, las motivaciones seguían siendo económicas pero un contingente numeroso huía de España por razones políticas.

Año	Número de Emigrantes
1820 - 1880	4.764
1881 - 1900	199.193
1901 - 1930	375.198
1931 - 1960	116.585
1961 - 1972	21.684
<b>Total 1820 - 1972</b>	<b>717.424</b>

**Quadro 1** – Emigrantes españoles llegados a Brasil (1820-1972)

Fuente: Datos extraídos de Klein (1994).

Finalizada la Guerra Civil e instaurado el régimen franquista se produjo el éxodo de los perdedores (republicanos, socialistas, anarquistas, comunistas etc.). Brasil, al contrario de México o Argentina,

no fue el principal destino de estos españoles que temían por su vida y la de sus familias. Su presencia fue importante especialmente en Sao Paulo, Río de Janeiro o Bahía. Pocos intelectuales o artistas eligieron Brasil como lugar de exilio. Entre estos encontramos a la escritora Rosa Chacel y su marido, el pintor Timoteo Pérez Rubio, llegados ambos a Río de Janeiro en 1940, donde residieron más de 30 años.

La Guerra Civil permaneció durante muchos años en la conciencia política, social y artística de las elites intelectuales y artísticas de Brasil.

Espanha no coração:  
no coração de Neruda,  
no vosso e em meu coração.  
Espanha da liberdade,  
não a Espanha da opressão...  
A Espanha de Franco, não!  
Espanha republicana:  
noiva da revolução!  
Espanha atual de Picasso,  
de Casals, de Lorca  
irmão assassinado em Granada!  
Espanha no coração!  
(Manuel Bandeira, *No vosso e em meu coração.*)

Aos navios que regressam marcados da negra viagem,  
Aos homens que neles voltam com cicatrizes no corpo  
ou de corpo mutilado  
Peço notícias da Espanha... Ninguém as dá.  
O silêncio sobe mil braças e fecha-se entre as substâncias  
mais duras.  
Hirto silêncio de muro, de pano abafando a boca, de  
pedra esmagando ramos,  
E seco e sujo silêncio em que se escuta vazar como no  
fundo da mina

Um caldo grosso e vermelho...cansado de vã pergunta,  
farto de contemplação,  
Quisiera fazer do poema não uma flor: uma bomba e  
com essa bomba romper  
O muro que envolve a Espanha.  
(Carlos Drummond de Andrade, *Noticias de Espanha*)

Los poemas de Bandeira y Drummond muestran cuanto la Guerra Civil española estuvo presente en la sociedad brasileña y en su mundo cultural (TUCCI CARNEIRO, 1991). La participación directa de brasileños en el conflicto cainita español fue escasa pero existió, unos 40 combatientes. La mayor parte fueron militares exiliados y huidos de la persecución política desatada a partir de la revuelta comunista de 1935. Llegaron a España en 1937 y salieron del país entre finales de 1938 y los primeros meses de 1939 con destino a Francia o a repúblicas suramericanas vecinas a Brasil (ALMEIDA, 1999; CUNHA, 1986). En líneas generales en Brasil la opinión pública era favorable a la causa de los países democráticos y España era identificada con el nazi-fascismo (SIXIREI, 1988). La exposición en la Bienal de Arte de Sao Paulo de 1954 del Guernica de Picasso, gracias a las gestiones de Cícero Dias, en una de las pocas ocasiones que esta pintura viajó hasta su retorno a España, mostró el interés en Brasil por la situación española.

En la década de los 50 y 60, Río de Janeiro pobló el imaginario de los españoles por muchos y varios motivos, pero gracias principalmente a los medios de comunicación y al cine. De ello se ocuparon las narraciones radiofónicas del mundial de 1950, con la derrota de Brasil en la final ante Uruguay en el Maracanã, o las películas que llegaban a las pantallas españolas, como *Marisol rumbo a Río* (1963) y *Samba* (1965), una co-producción hispano-brasileña protagonizada por Sara Montiel cuyo guion gira en torno al carnaval de Río y a la escuela de Salgueiro.

No sólo en las clases más populares prendió la imagen evocadora de Brasil como un paraíso, sesgada eso sí por la belleza de Río de Janeiro. Destacados intelectuales españoles, como Salvador de Madariaga y Gregorio Marañón, nos dejaron testimonio de sus visitas a la ciudad maravillosa:

[...] la primera vez que se llega a Río de Janeiro se tiene la sensación de que, después de haber visto centenares de imágenes de su bahía, éste es un espectáculo rigurosamente inédito, como si el viajero lo acabase de descubrir. [...] Yo he descubierto tres veces el Brasil y las tres con la misma emoción [...] el viajero experimenta sorpresas sin cuento cuando desembarca y recorre las calles de Río y otras ciudades [...] pero creo que ninguna de esas visiones supera en fuerza expresiva a la de ver acercarse a nuestros ojos desde el navío aquél fantástico paisaje de Río de Janeiro en el que, siendo todo gigantesco, todo está maravillosamente en su sitio, en el que nada hay desproporcionado y brusco. Lo esencial de la bahía de Río es esto: el milagro de la armonía en lo descomunal (MARAÑÓN, 1954).

En la agenda cultural hispano-brasileña destacó la fundación, en 1952, del Instituto Brasileño de Cultura Hispánica y la cátedra "Isabel la Católica" en la Universidad de Río de Janeiro. Hubo también donaciones de libros españoles a bibliotecas de Brasil y la reactivación de las negociaciones para concluir un acuerdo cultural que estableciese, entre otras cuestiones, la fundación de una Casa de Brasil en la Ciudad Universitaria de Madrid, inaugurada en 1962 como centro difusor de la cultura brasileña en España. Un hito fue la firma del acuerdo cultural Brasil-España de 1960 que incluía un acuerdo de coproducción cinematográfica. Sin embargo, pronto se convirtió en letra muerta por los problemas de los filmes brasileños con la censura española y por trabas burocráticas que impedían una adecuada distribución de las películas.

La divulgación de la literatura brasileña en España, a pesar de su carácter marginal, tuvo algunos protagonistas destacados. Entre ellos, la figura de João Cabral de Melo Neto, poeta y diplomático que fue cónsul en España en diferentes momentos entre 1947 y 1964. Gracias a su labor fue fundada en 1962 la Revista de Cultura Brasileña que, con diferentes interrupciones, se publicó hasta 2014. Igual de importante fue la figura de Ángel Crespo, traductor, editor y crítico de buena parte de la literatura brasileña publicada en España (MASSUCI, 2010).

Hasta la última década del siglo XX, los intercambios culturales entre Brasil y España fueron limitados, sin alcanzar la condición de instrumento privilegiado en la generación de imágenes positivas y en la superación del desconocimiento mutuo, muy anclado en los tópicos de los toros, el flamenco, el samba y el carnaval. El perfil era bajo centrado en la concesión de becas de estudio, el intercambio y la donación de libros, la revitalización de la Casa de Brasil en Madrid, la creación de lectorados de español y portugués, el intercambio científico y tecnológico, la firma de convenios interuniversitarios, la restauración artística y conservación de monumentos etc.

Durante los gobiernos de Cardoso, pero señaladamente durante los de Lula, la imagen de Brasil en España se transformó de la mano de la estabilidad, el crecimiento económico y las políticas sociales. Para buena parte de la opinión pública y para las élites intelectuales, políticas y empresariales españolas, Brasil dejó de ser un lugar exótico, lejano y subdesarrollado, donde a diferencia del resto de países latinoamericanos se habla portugués, a convertirse en una referencia cultural, económica, internacional y de transformación social. Los éxitos diplomáticos del país y las perspectivas de la celebración del mundial de fútbol (2014) y de los Juegos Olímpicos (2016), que Río de Janeiro arrebató en la recta final a Madrid, causaban en España una mezcla de sana envidia y esperanza.

Pero este prestigio no se tradujo en un impulso estructurado y sostenido en el tiempo para divulgar la cultura brasileña en España.

No obstante, hubo avances. En 2001 se crea la Fundación Cultural Hispano Brasileña, iniciativa de la embajada de Brasil en España y de la Universidad de Salamanca (USAL). Las actividades se financian con el apoyo de las grandes empresas españolas con intereses en Brasil.

Por último cabe destacar la existencia de un modesto número de "brasilianistas" españoles. Somos académicos que desde diferentes campos (historia, literatura, arte, ciencia política, relaciones internacionales, economía, antropología etc.) divulgamos la realidad brasileña y traducimos sus claves. Contribuimos a transmitir una imagen de Brasil como país sofisticado, complejo, multifacético, multicultural y multiétnico. Desde el año 2000 hemos celebrado congresos y seminarios gracias al liderazgo del Centro de Estudios Brasileños de la USAL. Suplimos la carencia de análisis profundos y fundamentados sobre Brasil e intentamos que la mirada de la sociedad española no se centre sólo en la dimensión política o en noticias negativas. Como afirmó el ex embajador de Brasil en España, Carlos Moreira, "la presencia de 'brasilianistas' en España es un factor estabilizador, en la medida en que es mejor cuando el otro lado de una relación está bien informado" (*Folha de São Paulo*, 25 de octubre de 2000)

## Conclusiones

¿Qué conclusiones cabe realizar de las relaciones entre España y Brasil doscientos años después del "Grito de Ipiranga"? ¿Qué miradas han prevalecido a lo largo de la historia?

La mutua irrelevancia y la ausencia de intereses comunes son los principales factores explicativos de la historia de las relaciones entre España y Brasil hasta el final del siglo XX. La mutua irrelevancia no significa carencia de relaciones ni de conflictos. Al contrario, existieron múltiples contactos entre las sociedades y sus gobiernos que, además, comparten diversos vínculos históricos y culturales. También hubo momentos de deterioro de las relaciones, por ejemplo, en el contexto

de la Guerra Civil española y con el posterior aislamiento internacional del régimen franquista, o más recientemente por los controles migratorios y repatriaciones de ciudadanos brasileños en los aeropuertos españoles. Esa irrelevancia histórica fue la combinación de una miopía española hacia Brasil y también de las limitaciones estructurales que impedían a España figurar entre las prioridades de la política exterior brasileña, orientada en el Imperio hacia el Reino Unido y en el siglo XX hacia los Estados Unidos y hacía algunos países europeos con mayores niveles de desarrollo económico (Alemania, Francia etc.).

Mientras que con estos países la perspectiva era de una relación instrumental al servicio del objetivo nacional del desarrollo y la inserción en el mundo, con España (y también con Italia o Portugal) la perspectiva era sentimental. Es decir, una fuerte simpatía estructural con base en lazos culturales, lingüísticos y humanos que se fortalecía con la presencia de emigrantes en Brasil. Las relaciones España-Brasil se caracterizaron hasta inicios del siglo XXI por su limitado carácter instrumental y su escasa densidad política y económica. Sólo las relaciones culturales dotaron a las relaciones bilaterales de cierta intensidad constituyéndose en uno de los motores que, junto a las cuestiones derivadas de la emigración española a Brasil y de los problemas recurrentes en torno a los desequilibrios comerciales, contribuyeron a mantener vivos los contactos entre sociedades. El interés político permanente de las dos diplomacias fue mantener el clima de cordialidad, de ahí se explica el perfil de baja intensidad de las relaciones bilaterales.

En un primer momento, entre 1822 y 1834, la monarquía brasileña deseaba el rápido reconocimiento de su Independencia por el gobierno de Fernando VII. El reconocimiento llegaría en 1834, facilitado por el retorno de D. Pedro I a Portugal (1831) y por la subida al trono español, en 1833, de Isabel II. A partir de ese momento, y hasta la proclamación de la República en Brasil y su rápido reconocimiento por España, las relaciones se normalizaron en el campo diplomático.

En el siglo XX puede señalarse una línea de continuidad en las relaciones España-Brasil que se manifiesta en tres vertientes que componen el panorama de su historia: la política, comercial y social. La vertiente política, se revela en su dimensión conflictiva entre la década de los años treinta y los años setenta del siglo XX, en función del signo político de los diferentes gobiernos. Estas tensiones recorren las relaciones bilaterales, oscilando entre el conflicto y la sintonía de las sociedades y de sus dirigentes, en el fragor del debate ideológico motivado, primero, por la ascensión del fascismo y del comunismo en la escena internacional y, posteriormente, por el orden internacional bipolar de la Guerra Fría. Después de la Segunda Guerra Mundial, el régimen franquista perseguía como principal objetivo su aceptación en el concierto internacional. Puesto que, políticamente, la influencia de España en el mundo era casi nula y que, económicamente, la situación española era de debilidad y dependencia, fue en el campo cultural en Latinoamérica que Franco procuró alcanzar sus objetivos.

Sin embargo, España siempre tuvo problemas en la América de colonización lusa porque la política cultural diseñada para los países de habla hispana encontraba obstáculos, resistencias y tropiezos operacionales para su implementación en Brasil. La actividad española en América Latina despertaba desconfianzas en la diplomacia brasileña por las interferencias que España podía crear en el sistema interamericano y por sus repercusiones económicas y comerciales, constituyendo un motivo latente de conflicto, con capacidad de contaminar el buen estado de las relaciones bilaterales.

La vertiente comercial supuso la existencia de un factor que deterioró, de forma constante, la agenda hispano-brasileña, independientemente del signo político de los gobiernos o de la situación positiva de las relaciones político-diplomáticas. Este factor se agudizará por las diferentes coyunturas económicas en cada país, manifestándose

en el objetivo perseguido de alcanzar el equilibrio en los intercambios bilaterales, para lo cual era fundamental conseguir la eliminación de los obstáculos y causas que impedían la nivelación de la balanza comercial. Repasando las estadísticas comerciales de los últimos setenta años puede constatar que, salvo en años puntuales, la tendencia general ha sido el desequilibrio de la balanza a favor de Brasil.

Por último, pero no menos importante, la vertiente social, se condensa en los problemas y en las iniciativas de cooperación desarrolladas con la finalidad de regular entre el final del siglo XIX y la década de los 70, los flujos migratorios de España hacia Brasil. Posteriormente esta cuestión perdió importancia en la agenda bilateral pero volvió con fuerza al final de los noventa, si bien en el sentido contrario, como consecuencia del progreso económico de España que atrajo a un apreciable contingente migratorio de Brasil y, con inusitada fuerza, a partir del año 2008, como consecuencia del conflicto bilateral por las expulsiones de brasileños a su llegada a España por vía aérea.

Desde 1979 hasta la mitad de la década de los 90 las relaciones hispano-brasileñas se redimensionan y se gradúan, superando la histórica miopía, gracias a la preocupación común en la defensa de la democracia, en la búsqueda de soluciones para equilibrar el comercio bilateral y en la introducción de nuevas modalidades de cooperación. También porque desde España se tuvo noción de las posibilidades que ofrecía el mercado brasileño y se empezó a percibir la necesidad de tratar a Brasil de forma diferenciada respecto a otros países latinoamericanos. Los dos países y sus sociedades se aproximaban, vinculando a sus elites políticas y empresariales, creando una tupida red de intereses y habilitando cauces de conocimiento que eliminaron obstáculos y dinamizaron los contactos. La irrelevancia iba siendo superada. La hora de la realización de los intereses comunes y de la asociación estratégica estaba próxima.

En el *último* lustro del siglo XX y durante todo el siglo XXI las relaciones hispano-brasileñas dejan de estar pautadas predominantemente por la mirada "sentimental" y pasan a regirse por una perspectiva "instrumental", favorecida por la inédita afluencia de capitales españoles al Brasil en el contexto del programa de privatizaciones del gobierno Cardoso y de la necesidad del gobierno Lula de recursos para sus programas sociales. La Asociación Estratégica suscrita por los presidentes Aznar y Lula, y profundizada por Zapatero y Dilma, alzó las relaciones bilaterales a la cumbre de la pirámide de las prioridades internacionales de los dos países.

El impacto de la crisis financiera internacional, primero en España en 2010, y después en Brasil en 2012, afectó fuertemente a las inversiones españolas en Brasil. A la crisis económica se unió la crisis política que sufre España desde la ruptura del bipartidismo y a la crisis política que atraviesa Brasil desde el *impeachment* a la presidenta Rousseff. La llegada de Bolsonaro al poder y la crisis del Covid-19 han situado las relaciones hispano-brasileñas en un preocupante letargo a la espera de las elecciones de 2022 en Brasil y a la superación de la pandemia.

Volviendo la vista atrás hoy queda poco de la ilusión y la esperanza que suscitó Brasil en la primera década del siglo XXI. Quizás fuimos demasiado optimistas y nos deslumbraron los fulgores y centellas de un país que hizo algunos avances pero que no enfrentó sus problemas estructurales: desigualdad, disfuncionalidad del sistema político, corrupción etc. A pesar de la frustración, cuando observamos la realidad brasileña desde España, dos siglos después de su independencia, nos debatimos entre el optimismo de la voluntad y el pesimismo de la razón, como escribió Gramsci.

Por una parte, siendo optimistas, en la capacidad del pueblo brasileño para abrir los ojos y comprender la necesidad de un cambio político que devuelva al país a los grandes consensos internacionales.

les (lucha contra la pobreza y la desigualdad, desarrollo sostenible, combate al cambio climático, respeto a los Derechos Humanos etc.). Por otra parte, siendo pesimistas, en la resistencia de los "dueños del poder", en la frase acuñada por Raymundo Faoro, a una transformación estructural de Brasil. El peligro de una ruptura democrática y un grave conflicto institucional, incluso de la no celebración o impugnación de las elecciones de octubre de 2022 sobrevuela hoy, y amenaza el futuro de la sociedad brasileña. Sería triste que esta amenaza se cumpliera, irónicamente, cuando el país celebre el Bicentenario de su Independencia.

## Referencias

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Brasil. In: MALAMUD, Carlos (coord.). *Ruptura y reconciliación. España y el reconocimiento de las independencias latino-americanas*. Madrid: Mapfre; Taurus, 2012. p. 199-217.
- \_\_\_\_\_. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). *Sociologia e Política*, n. 12, p. 35-66, 1999.
- ALONSO SANTOS, José Luis. Relaciones comerciales entre España y Brasil. Las exportaciones de España en el siglo XXI. *Revista de Estudios Brasileños*, v. 5, n. 9, p. 11-28, 2018.
- ALONSO SANTOS, José Luis; APARECIDO MENDES, Auro; APARECIDA GUARNIERI, Silvia. La inversión exterior directa de España en Brasil (1996-2015). *Revista de Estudios Brasileños*, v. 4, n. 6, p. 176-190, 2017.
- ARAUJO JORGE, Artur Guimaraes de. *Ensaio de história diplomática do Brasil no regime republicano*. Rio de Janeiro: Ed. Jacintho Silva, 1912. v. 1: 1889-1902.
- ARAUJO, Vitor Gabriel de. *Zarzueta: o teatro musical espanhol em São Paulo*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2000.

- AYLLÓN PINO, Bruno. De la Asociación Estratégica a la crisis. Las relaciones hispano-brasileñas en un contexto de cambios estructurales. *Revista de Estudios Brasileños*, v. 1, n. 1, p. 25-44, 2014.
- BRANCATO, Braz Augusto Aquino. *D. Pedro I de Brasil. Posible Rey de España (una conspiración liberal)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- BRASIL. *Arquivo diplomático do reconhecimento da República*. Brasília, DF, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Carta credencial del embajador de España para los actos conmemorativos del I Centenario de la Independencia del Brasil. Relatório*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Externas, 1923.
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889-1902)*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: FUNAG, 1995.
- CABALLERO, Sergio. Oscilaciones en las relaciones Brasil-España. Entre el pragmatismo económico y el desconocimiento mutuo. *Methaodos*, v. 9, n. 1, p. 124-134, 2021.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *A política externa do Império*. Brasília, DF: Senado Federal, 1989. v. II.
- CASTAÑEDA, Florentino. Villaespesa y el Brasil. *Revista de Cultura Brasileira*, n. 44, p. 87-90, 1977.
- COSTA, Sergio Correa da. *As quatro coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- CUNHA, José Gay da. *Um brasileiro na Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- GARCÍA MOREJÓN, Julio. Creación y desarrollo del hispanismo en Brasil (1964). In: PRESENTE y Futuro de la lengua española. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica-OFINES, 1964.
- GUIMARÃES, Argeu. *Em torno do casamento de Pedro II*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1942.
- KLEIN, Hebert S. *La inmigración española en Brasil: siglos XIX y XX*. Columbres: Fundación Archivo de Indianos, 1996. Colección Cruzar el Charco.
- \_\_\_\_\_. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1994.

LUBISCO BRANCATO, Sandra Maria. A Proclamação da República brasileira na imprensa madrilenha. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, VI, São Paulo, 1987. *Anais* [...]. São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. As relações Brasil-Espanha na transição para o Estado Novo, *Estudos Iberoamericanos*, v. 13, n. 2, p. 151-160, 1987.

\_\_\_\_\_. Estado libre de Counani: una cuestión diplomática entre España y Brasil a comienzo del siglo XX. *Estudos Iberoamericanos*, v. 12, n. 1, p. 39-68, 1986.

\_\_\_\_\_. A Espanha e a implementação da República no Brasil, reações entre os políticos espanhóis. *Estudos Iberoamericanos*, v. 11, n. 2, p. 25-38, 1985.

\_\_\_\_\_. *Las relaciones hispano-brasileñas a fines del siglo XIX*. 1983. Tesis (Doctoral) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1983.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim. *História de Quinze Dias*. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim. *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. v. III.

MARAÑÓN, Gregório. Brasil, país del presente. *Cuadernos Hispanoamericanos*, n. 53, p. 131-144, 1954.

MASUCCI, Sergio. La literatura brasileña en España a lo largo del tiempo. *Espéculo: Revista de Estudios Literarios*, n. 43, 2010.

MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. Espanha e Brasil: problemas de relacionamento (1822-1834). *Estudos Iberoamericanos*, v. 3, p. 7-92, 1977.

MUNHOZ, Dércio G. Economía brasileira. As lições que vem da Espanha. *Seminário Brasil-Espanha*, 2000.

OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. *Atos diplomáticos do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1997. Tomos I y II.

OZOUVILLE DE BARDOU, Leopoldo. *Un viaje al Brasil: información acerca de la situación de los emigrados españoles en los estados de Pará y Amazonas y zona de trabajos del ferrocarril de Madeira-Mamoré*. Madrid: Consejo de Emigración, 1916.

PEREIRA BUENO, Fernando; SOUSA JIMÉNEZ, José. A Redenção de Cam de Modesto Brocos: ilustração da política migratória brasileira nos inícios da República Velha. *Estudos Migratórios*, n. 9, p. 113-127, 2000.

PIÑERO VALVERDE, Maria de la Concepcion. *Cosas de España em Machado de Assis e outros temas hispano-brasileiros*. São Paulo: Giordano, 2000.

\_\_\_\_\_. D. Juan Valera y el indianismo romántico brasileño. *Cuadernos Hispanoamericanos*, n. 571, p. 107-123, 1997.

\_\_\_\_\_. *Juan Valera. A poesía do Brasil*. Madrid: La Factoría, 1996.

\_\_\_\_\_. *Juan Valera y Brasil: un encuentro pionero*. Madrid: Quásyeditorial, 1995.

\_\_\_\_\_. Notas sobre la presencia española en el modernismo brasileño. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISPANISTAS, X, Barcelona, 1992. *Actas* [...]. Barcelona, 1992.

PUIG-SAMPER, Miguel Angel. *Crónica de una expedición romántica al nuevo mundo*, Madrid: CSIC/CEH, 1988.

REPARAZ, Gonzalo. El Brasil, descubrimiento, colonización e influencia en la península. In: CONFERENCIA DE D. GONZALO REPARAZ, 21 de mayo, 1892 en el Ateneo de Madrid, 1982.

RÍOS, Bianca de los. Menéndez Pelayo, revelador de la conciencia nacional. *Acción Española*, t. III, n. 14, p. 113-123, 1932.

SANCHEZ ANDRÉS, Agustín. La crisis del 98 en el contexto de las relaciones hispano-brasileñas, In: CAMACHO, Enrique (org.). *Siete vistas de Cuba: interpretaciones de su independencia*. México: UNAM, 2002.

SEBE-BOM, José Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Civil espanhola. *O olho da história*, v. 2, n. 2, 1996.

SIXIREI, Carlos. *El Brasil de Vargas (1930-1945)*. Tesis (Doctorado) – Universidad Complutense de Madrid, 1988.

SOLANO, Ester. ¿Sigue siendo España un actor de peso en América Latina? *Política Exterior*, Madrid, 2021.

SOUZA, Ismara Izepe de. *República espanhola: um modelo a ser evitado*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.

TEIXEIRA, José Roberto. *Pintores espanhóis no Brasil*. São Paulo: Espaço Cultural Sergio Barcellos, 1996.

TORRES AGUILAR, Salvador. *La abolición de la esclavitud en Brasil y en España*. [Discurso en la Sociedad Abolicionista Española, Madrid, 26 de febrero de 1872]. 1872.

TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. La Guerra Civil Española en las revistas ilustradas brasileñas: imágenes y simbolismos. *Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 2, n. 2, 1991.

UNAMUNO, Miguel. Portugal visto por españoles. *Gaceta Literaria*, n. 48, 1928.

VASCONCELLOS, Mario de. *Motivos de historia diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

## German-Brazilians between Conflicting Nation-State Interests: The Quest for Cultural Pluralism, 1871-1950s<sup>1</sup>

Jens R. Hentschke

Immigration offers an excellent window into the eventful history of German-Brazilian relations during the past 200 years. It was marked by major caesuras in both the sending and receiving countries (Table 1). From the foundation of São Leopoldo, the first *colônia* that newly independent Brazil helped establish in 1824, to the formation of the German Reich in 1871, 27,699 ethnic Germans arrived in the South American empire, with two thirds of them emigrating after the 1848 European Revolution. Until 1909, shortly before World War I, another 64,158 Germans left their homeland, half of them after Brazil's transition from monarchy to republic in 1889. Yet, the peak of German emigration to Brazil came only after that war, when 75,801 individuals fled from the poverty and instability of the Weimar Republic. Figures dropped in the 1930s, when Brazil first restricted all immigration, then pursued an aggressive "nationalization" policy, and eventually, during World War II, joined the anti-Hitler coalition, leading to a sizeable back-migration. The post-war period, with Germany being under occupation, witnessed conditional repatriations, but, after the foundation of the Federal Republic

<sup>1</sup> The author wishes to thank EDIPUCRS and the editors of the book for excellent collaboration and Michael Derham for polishing the final manuscript.

of Germany in 1949, the swift rebuilding of the country during the long reign of Chancellor Konrad Adenauer offered full employment and "prosperity for all," and emigration never again reached pre-1929 levels.

These statistics, while reflecting general trends, have to be considered with caution. Before the formation of the Reich in 1871, no single Germany existed, and regular triennial censuses across several German states were taken only with the gradually expanding Customs Union, created in 1834. Even during the Reich, census-taking, usually every five years, stopped after 1910, due to the war; the Weimar Republic resumed it only in 1925. Furthermore, censuses measured only direct migration overseas. Brazilian immigration figures differed from statistics in the sending country (Burgdörfer 1931, esp. 313-15, 322, 354-55), and often language was taken as the criterion of classification (Seyferth 2010, 746). Also, neither was Brazil the top destination of German or German-speaking emigrants, nor did those who chose it form the biggest group of immigrants. However, in the southern states of Rio Grande do Sul and Santa Catarina, Brazilians of German descent made up about 20 percent of the population by the 1950s (Gregory 2013, 17).

**Table 1—** German Immigration to Brazil, 1824-1959

Period	Number of Immigrants
1824-1847	8,176
1848-1872	19,523
1872-1889	33,226
1890-1909	30,932
1910-1919	25,902
1920-1929	75,801
1930-1939	27,497
1940-1949	6,807
1950-1959	16,643
1960-1969	5,659

Source: (Schäffer 1994, 165).

Some preliminary remarks about terminology are necessary. Until 1848, those leaving the different Germanies were referred to as *Auswanderer* (emigrants). Yet, as Bradley Naranch (2005, 26) has pointed out, in the following two decades middle-class print culture invented the term *Auslandsdeutsche* (Germans Abroad) that, in contrast to *Auswanderer*, denoted "the foreign and the familiar in equal parts" and "imparted a sense of timelessness and enduring self." The German Reich could build upon such previously existing popular imaginations of a diaspora of ethnic communities that needed to be saved from cultural assimilation and (re-)linked to the now united nation state. During the Weimar Republic, with record numbers of emigrants, all Germans or persons of German descent living abroad became the target of *Deutschtumspflege*, the cultivation of Germanness, which manifested itself in the support of all those institutions that preserved German language and culture. The Reich's interests in the Brazilian market and in political leverage, after having lost all its colonies, were driving forces behind this cultural offensive (Rinke 1996, v. 1, 291-412). After the establishment of the Nazi regime, a further differentiation was made between *Reichsdeutsche*, citizens (vetted for so-called Aryan and kindred blood) living in Germany; *Auslandsdeutsche*, such German citizens living abroad (i.e., de facto *Auslandsreichsdeutsche*); and *Volksdeutsche*, ethnic Germans without German citizenship (who could, however, claim it). On the Brazilian side differentiations were made as well. Even before the 1930s, when immigration was usually promoted and subsidized, acquiring citizenship in their new homeland was all but straightforward for those arrivals. Though the republican regime offered all foreigners on its territory naturalization, such an act of "adoption" required more than economic contributions, the payment of taxes, and identification with the country's constitution, legislation, and institutions; cultural and ethnic assimilation, with

the latter being part of a broader project of "whitening" the race, was also expected. Retained particularities were looked at with suspicion (Seyferth 2014, 124-25, 131-32).

Germanness implies that those immigrants constitute a homogenous group, but, as Glenn Penny and Stefan Rinke (2015, 177-80) have highlighted, German-speakers cannot be associated only with the German Reich, with its exclusionary nationalism, but came from many parts of Europe that had formerly been under Habsburg rule. Their reasons for leaving their native countries or regions, their cultural affinities, positive religions, social status, and political views differed widely (Burgdörfer 1931, 341-46; Schulze 2015, 408). In their chosen new home, German-speakers never founded their own party, but tried to integrate into local communities and Brazil's political institutions and developed a hyphenated, though still politically and culturally fractured, identity, that of *Deutsch-Brasilianer* (German-Brazilians) (Schulze 2015, 416-417; Aliaga-Buchenau 2007, 18).

Immigrants always live hybrid lives, wishing to reconcile identity elements of their old and new homelands, both at regional and nation-state levels. This places them in a state of inbetweenness, no longer belonging to the country they had left and still being considered "others" in the one they had chosen, independently from citizenship. This situation could be politicized by nationalists from either side and became especially precarious during periods of structural change and when international borders or political alliances changed (see Seyferth 2014, 122, 141-42). As recent research has emphasized, immigration is, by its very nature, a transnational phenomenon; thus, it is necessary to "decenter the nation state" (Penny and Rinke 2015, 178), include actors at the micro- and meso-levels, and highlight "the interdependence of both local and global perspectives" (Schulze 2015, 406).

This study does not intend to provide a synthesis of all facets of German immigration to Brazil over the past two centuries. Rather it focuses on one institution, the primary school, which was of special interest to Germans but neglected by their new homeland until after World War II. Hence, there was no alternative but to found schools under their own initiative, usually in close symbiosis with their churches. These institutions became a prime target for the Reich in its attempts to mobilize *Auslandsdeutsche*, which eventually triggered the Brazilian State's heavy-handed nationalization policies. Both colliding nation-states failed to recognize the diversity of German settlements. Local schools in the *colônias* both (linguistically and culturally) united and (denominationally) divided *Deutsch-Brasilianer*, which set limits to external political mobilization and often polarized communities. The offer of cultural pluralism by their host society would have accelerated their integration, and some Brazilian officials tried at least a more conciliatory approach to acculturation. Yet, immigrants were not just passive observers but, I argue, developed agency in shaping discourses and negotiating their multiple identities in the varying spaces that opened locally and regionally throughout the period under consideration. This will be evidenced primarily with examples from São Leopoldo, the centre of the zone of smallholders in Rio Grande do Sul, rather than the two other forms of immigration and colonization that attracted Germans: São Paulo Senator Nicolau Vergueiro's late nineteenth-century experiment to replace slaves on coffee-plantations with sharecroppers (*parceria* system) and individual migration to inner-city colonies.

\*\*\*

Created by Emperor Pedro I in order to occupy and thereby, following the principle of *uti possidetis*, secure Brazil's contested southern borderlands against Spanish-American expansion, São

Leopoldo exemplified the close relationship between subsidized immigration and colonization. As contemporary sources stipulated, "white and industrious people," experienced in the arts and agriculture, were to utilize the plots of land granted to them, and hard-working Germans seemed to be particularly suited to this civilizing mission (see Seyferth 2014, 128). From its foundation in 1824 to the end of the decade, the *colônia's* population rose to 4,739, but during the following 15 years, when government resources were scarce and Brazil faced several regional uprisings, immigration stopped (Cunha 2017, 40). In Rio Grande do Sul's own civil war, the 1835-45 Farroupilha, which undermined the country's territorial integrity, German Catholics and Protestants supported opposite sides, leading to long-lasting quarrels (Tock 1994, 5). Though Protestantism had been tolerated in Catholic Brazil, as long as meeting places did not resemble churches (Guerra 2012, 60), fears of unassimilated followers of this religious movement were frequently expressed and pressures to make them convert to Catholicism exerted. Immigration picked up again in the late 1840s. Apart from the imperial government, those of Rio Grande do Sul and other provinces continued establishing colonies of smallholders, though now with the help of German private colonization companies (Seyferth 2010, 743-745).

Public schooling was not a priority in a country dominated by a slavocracy. An imperial law in 1827 proposed the establishment of *escolas de primeiras letras*, but the 1834 Ato Adicional transferred legislation on this matter to provincial governments. All subsidies stopped eleven years later, leaving, at the beginning of the 1850s, a mere 61,700 children with access to literacy training (Barman 1999, 242). Rio Grande do Sul passed a first law on public education in 1835; yet, continuing internal and external conflicts in this frontier

region until the end of the century hampered major progress.<sup>2</sup> São Leopoldo's settlers reacted early on and founded a first school, the Escola Evangélica Alemã, right after their arrival in 1824. With petitions to the provincial government to provide them with public schools falling on deaf ears, they had to take their fate into their own hands: by 1857, 27 schools served 780 pupils of both sexes; only three were public (IBGE 1969, 30, 32; Fuchs 1992, 49).

The second half of the nineteenth century witnessed not only an expansion of the zone of colonization in the northeastern Serra of Rio Grande, but also São Leopoldo's gradual urbanization. The commercialization of agricultural products yielded profits, and successful merchants began investing in industrial activities, which then prompted domestic migration and the unsubsidized immigration of German individuals. Through their businesses and social interactions, these entrepreneurs and urban middle class elements were more integrated into Brazilian society and strove to influence politics, but they also wished to preserve a German-Brazilian culture, including associations, newspapers and educational institutions (Santana 2010, 239-40; Seyferth 2010, 747-749). The situation of public schooling had barely improved. At national level, the first major reform proposal by Rui Barbosa in 1882 led nowhere (Johnson 1976), and Rio Grande's own attempted reform, following provincial president Joaquim Pedro Salgado's lament, in 1881, "we do not yet have a system; there is no education, there are no schools," failed five years later.<sup>3</sup> Hence, this second wave of immigrants established their own community, associational, and confessional schools.

<sup>2</sup> Primitivo Moacyr, "O ensino commum e as primeiras tentativas de sua nacionalização na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889), newspaper clipping from *Jornal do Commercio*, 15 Nov. 1941, 4, ANDoB, AP 48, caixa 23/pasta 49.

<sup>3</sup> *Ibid.*

These communities were all but a homogenous group. Post-1848 political refugees, many liberal in their outlook and members of the intelligentsia, played, by the 1870s, a dominant role as schoolmasters and faced fierce resistance from Catholics, but also some Protestants. After the fiasco of the First Vatican Council and Bismarck's expulsion of Jesuits from Germany in 1872, ultramontanists invited the religious order to Rio Grande do Sul, aiming at Catholic revivalism and the moralization of society. One of the most zealous advocates of this project was the German-born João Becker, the son of a primary school teacher. He graduated from São Leopoldo's Colégio Nossa Senhora da Conceição and the capital city's Seminário Diocesano, both run by Jesuits, and, from 1912-1946, served as archbishop of Porto Alegre (DHBB 2001, v. 1, 601; Fuchs 1992, 51-53). On the Protestant side, Wilhelm Rothermund founded, in 1886, the Riograndenser Synode (Riograndense Synod, or Sínodo Riograndense) to strengthen cohesion amongst Lutherans and their negotiating power vis-à-vis the State. Both sects expanded their own school networks. Protestants, due to their relative marginalization in Brazilian society, sought closer ties to the former homeland, from which they could hopefully receive priests-cum-teachers, something Catholics, belonging to a universal church and living in a country that had made their religion official and could staff their parishes, were less concerned about, even though they preferred Germans. The Reich reacted to such needs. Various economic, political and social groups, including the German Evangelical Church, lobbied government to take greater interest in Germanophone communities abroad and gain control over the hundreds of schools they had created (Penny and Rinke 2015, 189-191). These *Auslandsschulen* (German schools abroad) seemed to be an especially suitable instrument to exert a British-style informal imperialism, based on soft power and trade (Forbes 1978). In 1881, the Allgemeiner Deutscher Schulverein (General

German School Association) was founded, the precursor of the 1908 Verein für das Deutschtum im Ausland (VDA; Association for the Promotion of Germanness Abroad). It would provide professional teachers, approved textbooks, aligned curricula, and instruction in High German. These teachers came as German citizens, adhered to Protestant nationalism, and served a wider Pan-Germanic agenda, embodied by the Alldeutscher Verband (Pan-German Association) and a plethora of other public, private, and confessional organizations. Yet, the new arrivals from Germany often looked down at earlier generations of immigrants who still spoke outdated variants of their language and had more assimilated (Santana 2010, 240-243).

It did not help that, even after Brazil's transition from monarchy to republic in 1889, the offer of naturalization and freedom of religion by the new regime did not include cultural pluralism, or the reconciliation of *ius soli* and *ius sanguinis*, as Giralda Seyferth (2010, 751) highlights. Nor did the republican government prioritize the education of its citizens. Rio Grande is often depicted as the deviant case of the Old Republic. It is true that, for the positivists in the Partido Republicano Riograndense (PRR) who took power in 1891 and dominated state politics for the next forty years, the provision of primary and normal schooling figured high on the agenda, and, except in times of war and political turmoil, Rio Grande nominally invested more in literacy training and vocational education than any other state (Love 1971, 102). However, a closer look reveals that government, as elsewhere in Brazil, proved to be unable to cope with the increasing demand for public schools, teachers, and funding,<sup>4</sup> and budget manipulations were commonplace (Corsetti 2005, 210). In addition, the positivist principles of freedom of education (for private initiative, especially at secondary level), freedom of the profession

<sup>4</sup> Reinhard Maack, "Die Deutschen in Südbrasilien," enclosure to confidential writing by Reichsstelle für das Auswanderungswesen, Berlin-Dahlem, 2 Sept. 1941, BA/KO, R 57/1367.

(from diplomas and privileges), and laity and gratuitousness of primary and normal schooling restricted state interventionism. Graduates from the public normal school in Porto Alegre could not be sent to parish schools. Hence, government concentrated on promoting elementary education in Luso-Brazilian areas, though with poor results<sup>5</sup> and teachers being "at the mercy of the ruling political chieftains,"<sup>6</sup> while leaving the German *colônias* on their own. The high rank of the state in national education statistics would not be explainable without German-Brazilians' commitment to the schooling of their offspring. However, confessional divisions continued to exist in the German zone, and they politicized. In the contested elections of 1891, Catholics organized themselves into a Partido Católico and offered support to PRR candidates in exchange for the cooptation of some of their own; this was accepted and marked the start of an alliance that would hold until 1930, despite frictions. Relations between PRR and Protestants were more fragile, despite attempts at rapprochement from both sides (Gertz 2005a, 149-157).

\*\*\*

After the turn of the twentieth century, the existence, in the southern states, of zones of isolated rural and small-town *colônias* of predominantly ethnic Germans with little or no knowledge of the Portuguese language and therefore also of Brazilian history and geography began to worry Brazilian elites. Fears of a "State within

<sup>5</sup> Inspetor Bemvindo P. de Salles to Inspetor Geral da Instrução Pública, Porto Alegre, 21 March 1907 and 1 Apr. 1908, AHRs, Instrução Pública, 1-261, "Livro de correspondência do Inspetor Geral ... 1907/1909," ofícios no. 3 and 50, resp.; Pedro de Oliveira Júnior to Pedro Ranquetat, Presidente do Conselho Escolar, Uruguaiana, 13 Apr. 1909, AHRs, APLGG "Códice de correspondência de Pedro de Oliveira Júnior," Lata 44, maço ofício no. 8.

<sup>6</sup> J. P. Coelho de Souza, Secretário da Educação e Saúde Pública, to Interventor Oswaldo Cordeiro de Farias, "Relatório ... compreendendo o período administrativo de 21-10-37 a 31-12-39," s.l. [Porto Alegre?], s.d., 16, AHRs, DG, SES 3-001.

the State," obviously misjudging the fragmentation of German communities and ignoring the failures in their host country's policies, were now frequently articulated. An example is polymath Silvio Romero's 1906 *O alemanismo no sul do Brasil* (Germanism in the South of Brazil), which praised the United States for distributing immigrants throughout the country, thereby facilitating their quick integration, while Brazil had pursued a harmful system of colonization that undermined nation-building (Romero 1910, 16-17). The author wanted to prohibit further large land sales to German syndicates, place Brazilians or immigrants of other nationalities in the empty spaces between German settlements, forbid the use of German in public acts, make colonists learn Portuguese by multiplying public schools with excellent teachers in the *colônias*, and develop relations between German settlers and Brazilian businesses and public servants (Romero 1910, 164-166).

This sudden anxiety developed against the backdrop of the Reich's participation in the ongoing imperialist re-division of the world, which Romero (1910, 124-125, 130-132, 159, 161-163) well observed, though he hoped that the US, under the Monroe Doctrine, would prevent German adventures in the Americas. References to a "German peril" were not unfounded, if we think of Germany's meddling in the Venezuelan debt crisis in 1902, where it did not shy away from a challenge to the US. If Friedrich Fabri, in his 1879 *Bedarf Deutschland der Kolonien?* (Does Germany Need Colonies?), envisaged agricultural colonies in Brazil primarily as destinations for Germany's overpopulation and overproduction (Forbes 1978, 384-386), Otto Richard Tannenberg's *Gross-Deutschland: Die Arbeit des 20. Jahrhunderts* (Great-Germany: The Task of the 20<sup>th</sup> Century), published in 1911, pursued a much more aggressive strategy. The author advocated that

Germany and England agree on their spheres of influence in South America. Germany takes under its protection the republics of Argentina, Chile, Uruguay and Paraguay, the southern third of Bolivia insofar as it belongs to the basin of the Río de La Plata, and the southern part of Brazil insofar as German culture reigns there.

A few pages later he draws a map that reflects this plan and dates it 1950; by then he obviously hoped the task would be solved (Tannenberg 1916, 321, 326).

Few German-Brazilians knew about, or even bought into, these imperialist designs, though the situation heightened on the eve of World War I. In 1913, the Reich promulgated a new Imperial and Nationality Act, according to which all Germans naturalized in other countries and their offspring would keep German citizenship or could regain it. In consonance with earlier legislation, from 1870, they would have lost it ten years after emigrating, but now the unity of the nation, or the *Volk* ("people," a construct with racial and anti-Semitic connotations), was placed above that of the previously still fractured State (RuStAG 1913, §33.2; Trevisiol 2004, 53-66). For German-Brazilians, this meant that both nation states "adopted" them on the basis of different principles: the new homeland by *ius soli* and the old by a purified *ius sanguinis*. Initially *Auslandsdeutsche* could lose German citizenship if they evaded compulsory military service, but this requirement was softened one year later; readiness for such service as a criterion for the naturalization of foreigners would return only in 1935 (Trevisiol 2004, 63, 169-170, 232-233).

When war eventually broke out, Brazil first remained neutral, and the Minister of Foreign Relations, Lauro Müller, a second-generation German-Brazilian who had previously been governor of Santa Catarina, worked feverishly on maintaining this status. Germany's unlimited U-boat war made this impossible. On April 11, 1917, Rio de

Janeiro broke off diplomatic relations with Berlin, leading to the firing of Müller, and on October 26 that year Brazil declared war on the Central Powers. Both events triggered anti-German mob riots in various cities and severe restrictions on Germanophones, as traced by Frederick C. Luebke (1983, 260-262; 1985, 216-217). In Rio Grande, the first violent revolt gripped Porto Alegre from 14-17 April, with attacks on German businesses, periodicals, churches, social institutions, and residences. Few now dared to defend Germanness; the majority of settlers reacted by canceling their membership in societies, withdrawing their children from school, and even "brazilianizing" their names. By late October, Brazil's government closed all schools that taught in German and prohibited the use of that language in publications, public meetings, or church services. One month later, on November 17, martial law was imposed on Brazil's capital city and southern states, leading to the registration of German aliens with the police, the arrest of hundreds of them, censorship of all mail, and the deployment of army units in the *colônias*.

The close symbiosis of school and parish meant that the conflict with the Brazilian State was played out with varying intensity, depending on Germans' denominations and their Churches' international affiliations. Leading figures among Evangelicals with close links to the Prussian unionist state church defended the Reich's ethno-nationalist agenda and supported Germany's war efforts with prayers, rallies, and fund-raising. Therefore, they bore the brunt of government restrictions, but they also lost German subsidies and the supply of clergymen and teachers. Those anti-unionist and anti-syncretistic Lutherans of German extraction who were affiliated with the Missouri Synod in the United States faced no serious backlash; they had long recommended the embracing of bilingualism and condemned the sinful conflict in Europe. Finally, this conflict put the alliance between PRR and the Catholic establishment to the test, with success. Governor Antônio

Augusto Borges de Medeiros exchanged letters with Archbishop Becker before implementing his nationalization policy. For the prelate, connecting Catholics in his diocese, irrespective of their nationality, had to take priority. Thus, against resistance from colonists, he forbade the use of German, closed Catholic schools led by German priests, and replaced German-born parish-preachers with Luso-Brazilians (Diretoria 1935, 20; Luebke 1983, 261-263).

\*\*\*

After the war, the wings of the German Eagle were clipped; the much-feared "peril" no longer existed. However, Brazil had not lost its attraction for the Reich. Business was interested in restoring and expanding economic relations, and German individuals of all social classes and political colors wished to escape the post-war social misery and political turmoil. In doing so, they were able to draw on the consulting services, research facilities, and publications of the Deutsches Auslandsinstitut (DAI, German Foreign Institute) in Stuttgart. Yet, many of these lower and middle-class emigrants would not carry fond memories of their homeland and embraced the new one with both anxiety and hope. In Brazil, restrictions were gradually lifted. As Rinke (2014, 7) has pointed out, German-Brazilians had utilized their contacts with influential Luso-Brazilians and shaped the spaces between nation states, and they would continue to do so in the aftermath of the global conflict.

In many ways, the "old life" seemed to return in Rio Grande, though with some changes. If Catholic parish schools had outnumbered those of Protestants before the war, this was no longer the case at the end of the decade, when 545 Evangelical schools faced 361 Catholic ones (Fuchs 1992, 55). The Synod had also established its own Evangelisches Lehrerseminar (Evangelical Normal School, or Seminário Evangélico de Formação de Professores) in Taquari in 1909, which was transferred to

Santa Cruz in 1910 and to São Leopoldo in 1926, prompting Catholics to found their counterpart in Arroio do Meio in 1923 (transferred to Novo Hamburgo in 1930). However, German observers complained about the miserable payment of qualified teachers, forcing many graduates of these normal schools to take second jobs or leave the profession<sup>7</sup>; the low qualification levels of the remaining teachers, some of which "should be sent to school themselves" (Heinrichs 1920, 49); the absence of didactical material<sup>8</sup>; and the "total lack of methodology."<sup>9</sup> In contrast, public schools that had been founded during the nationalization campaign proved to be serious competitors for their German rivals. In a confidential report, the executive committee of the Deutscher Evangelischer Lehrerverein (German Evangelical Teachers' Association, or Associação dos Professores Teuto-Brasileiros) admitted in 1926 that

in the older parts of the zone of colonization, Rio Grande's government has begun to develop energetic school activities and attracted remarkably good teachers who perform well. These schools represent a great danger for our Germans since classes and didactic materials are free and if their performance is as good as that of the German schools, or even better, German colonists like to send their children there.<sup>10</sup>

This unexpected competition made Catholics and Protestants join forces during the 1920s (Kreutz 1991, 82), and they had the support of

<sup>7</sup> August Krieg, Director of the Landeskirchliches Diasporaseminar zu Stettin, confidential report "Die deutschen Schulen in Brasilien 1927/28" to the Foreign Office, s.l., s.d. [Apr. 1928], PA/AA, Kulturabteilung vor 1945, R 62379. See also (Koebler 1926, 250).

<sup>8</sup> "Sonderbericht [Special report on German schools in RS]," s.l., s.d. [1922], EZA 5/428.

<sup>9</sup> Report on an official journey (15 Feb. to 22 March 1930) by Probst Funke to Deutscher Evangelischer Kirchenausschuss, Porto Alegre, 25 March 1930, EZA, 5/2230.

<sup>10</sup> Confidential "Bericht über die Jubiläumsfeier und die Sitzung des Vorstandes des Deutschen Evangelischen Lehrervereins in Porto Alegre am 6. und 7. September 1926," Porto Alegre, 10 Sept. 1926, EZA, 5/429.

the VDA. Not only did it resume the supply of German primary schools with teachers and didactic material, financed by the Reichsschulfond (Reich School Fund); it also organized and indoctrinated staff. In 1920, a first Deutsch-Brasilianischer Schultag (German-Brazilian School Conference, or Congresso Escolar Teuto-Brasileiro) in São Paulo united Germanophone teachers, clergymen, and diplomats with the intent to align schools to the Reich. At the third of these conferences, in 1925, an inter-confessional Landesverband Deutsch-Brasilianischer Lehrer (National Association of German-Brazilian Teachers, or Liga Nacional de Professores Teuto-Brasileiros) was founded. Confessional societies complemented these centralizing initiatives. In 1929, the Riograndenser Synode, which united the majority of Protestants but remained under local leadership, became the first foreign synod to join the Deutscher Evangelischer Kirchenbund (German Evangelical Church Confederation), and Catholics could count on support from the Caritas-Verband (Caritas Association) (Schulze 2015, 410-411).

Despite these efforts, the director of the evangelical normal school wrote to the German Foreign Office in December 1932, right at the end of the Weimar Republic, to express concerns. Protestant parish schools would be "completely independent from the school system and the legislation of the host country," but this had ambivalent effects: while it helped cultivate Germanness, the schools lacked any official support and were highly vulnerable during periods of political change.<sup>11</sup> Pastor Hermann Gottlieb Dohms, an influential educationalist in the Synod, chimed in with his colleague. While he was convinced that the gospel could be spread only on an ethnic basis, that of a *Volkskirche*, and therefore rejected assimilation, he considered the Synod's autonomy from the Reich and its anchoring within Brazil's polity to be vital for its survival. German-Brazilians

<sup>11</sup> Gottlob Holder, "Ein deutsches Lehrerseminar in Brasilien, 1931-1933," enclosure 2, German Legation to Foreign Office, B. Aires, 22 Dec. 1932, PA/AA, Kulturabteilung vor 1945, R62382.

should not only participate in politics, but also comprehend it, and therefore Dohms lectured and published on positivism and on Rio Grande's parties in a national context (Dreher 2001, 18-24).

\*\*\*

In the post-war period, nationalists amongst the elites on both sides of the Atlantic also developed "new discourses of joint, even worldwide[,] victimization" (Schulze 2015, 415) that could be instrumentalized. Indeed, the VDA soon harbored more right-wing ideology, defending the eugenic purification and global unification of the *Volk* (*Volksgemeinschaft*), and, in 1928, a first local Nazi group was established near Blumenau in Santa Catarina (Forster 2010, 145). Three years later, the Auslandsorganisation (AO; Foreign Organization) of the Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (NSDAP; National-Socialist German Workers' Party), established itself in Rio de Janeiro (Santana 2010, 245). Officially at least, only *Reichsdeutsche* were allowed to join, though statistics tell a different story and list some *Volksdeutsche*, i.e., Brazilian citizens. By 1937, at its peak, the AO-NSDAP had registered 29,099 members, of which 2,903 were based in Brazil, by far the strongest "country group," though these affiliates made up less than five percent of Brazil's Germanophone population. Most worked in urban professions, and only 11.1 percent were agriculturalists and *colonos*. Concerning Rio Grande do Sul, historians differ with regard to how many of the 15,279 German immigrants, according to the 1940 census, had joined the 33 existing NSDAP nuclei by 1937: estimates range from 439 to 645, or 2.9 and 4.2 percent, respectively. Most joined after Adolf Hitler's election in 1933 (Lucas 2011, 42, 51, 69-70, 112, 142-143). It is true that numerically members and adherents of the Nazi party were a small group, but some had influence and audibly and visibly pursued their agenda, making children in uniform parade through

market towns, singing the Horst Wessel song.<sup>12</sup> Nonetheless, the plan to streamline all networks of *Deutschtumsarbeit* may have had success in the Reich, but less so in Brazil (Schulze 2015, 413), and US observers' fears of a "major fifth-column organization" (Turner 1942, 14) were exaggerated.<sup>13</sup>

In São Leopoldo, the Synod enthusiastically welcomed Germany's alleged resurrection in 1933. Dohms considered it to be a "revolution" that had eventually subordinated the State to the *Volk*, but he also warned against extrapolating it to Brazil, because this would misjudge sociological differences between Germans in both countries. However, a complicated balancing act between followers of Hitler's Glaubensbewegung Deutsche Christen (German Christian Movement) and the opposition Bekennende Kirche (Confessing Church) ensued. Though the election of Dohms as President of the Synod and a Confessing pastor as his vice-president in 1935 prevented a schism of the organization, this offshoot of the German *Kirchenkampf* continued and extended to Evangelical parishes, with about half of pastors being NSDAP members (Gertz 2005b, 161), and thus to schools. The President of the Synod was sitting on the fence until the late 1930s, but eventually realized that Nazi Germany had destroyed his idea of *Volkskirche* (Dreher 2001, 25-31). However, in spite of these disputes, ordinary colonists' wish to preserve their German language and culture and an affinity to their or their parents' former homeland did not automatically translate into adherence to an authoritarian party, nationalist movement, or racist ideology. Interestingly, ambassador Ritter worriedly admitted that, if German-

<sup>12</sup> Ambassador Fritz Oellers, "Bericht zur Schulgesetzgebung in Brasilien," enclosure to Embassy of the Federal Republic of Germany to Foreign Office, Rio de Janeiro, 9 Sept. 1953, PA/AA, Abteilung III, vol. 1459.

<sup>13</sup> This was also confirmed by the outgoing British consul to Porto Alegre. Report by R. D. Macrae, to Foreign Office, on board of S. S. Boskoop, June 1945, TNA, FO 371/44807, AS 3388/52/6.

Brazilians had to make a choice between the two countries of their hyphenated identity, they would choose Brazil (Lucas 2011, 89).

With the foundation of the Ação Integralista Brasileira (AIB) in 1932, a right-wing party with, at its peak, an estimated membership of 200,000 emerged in Brazil itself. It borrowed various trappings from Europe's fascist movements and shared with them anti-liberalism, anti-communism, anti-Semitism, and a strong personality cult, but the relationship between the AO-NSDAP and AIB remained strained. Both organizations embraced a different nationalism: while the Nazis, advocating Aryan purity, emphasized racial and cultural segregation, *integralistas* adhered to national integration through miscegenation. Though the AIB still believed in the predominance of whites, blacks were admitted and some became regional leaders, one in Rio Grande do Sul (Gonçalves and Caldeira Neto 2020, 19-20, 22). Yet, this miscegenation also implied a "Luso-Brazilianization" of the country's ethnically diverse population, and, though the party admitted members of different confessions, it was especially the Catholic Church that lent it support. The AIB's program appealed to Archbishop Becker (DHBB, v. 1, 602), but it could not satisfy ardent proponents of Germanness in the Reich<sup>14</sup> and in the colonies, especially Evangelicals. As René E. Gertz (2012, 4), in a retrospective on his decade-long research on the topic in Rio Grande do Sul and beyond, concluded: not the ethno-cultural, but the social, variable, explains some German-Brazilians' allegiance to the AIB:

neither the poorest and less 'assimilated' peasants of German origin from the most distant hamlets, nor the often clearly 'Germanist' urban economic and intellectual elites joined, but rather the middle strata, who, in general, were quite indifferent to their 'German' identity and eager to rise socially and politically within their country, Brazil.

<sup>14</sup> This is evident in the confidential report "Gegenwärtige Lage der Deutschtumpolitik in Brasilien," Berlin, 22 June 1936, Bl. 66, BA-B, R43 II/1403.

Gertz also points to local political disputes, from which the AIB at times benefited.

Certainly, the Third Reich was keen to work with Getúlio Vargas, the governor of Rio Grande do Sul, who had taken power in a coup in 1930 and established an authoritarian regime in Brazil. Both countries needed each other to tackle the problems that resulted from the Great Depression. By 1932, the value of trade between them had shrunk by 70 percent (Rinke 2014, 8), the Bank of England's 1931 Niemeyer Mission to restore orthodox financial policies in Brazil had failed, with London itself now abandoning the gold standard, and the United States were too preoccupied with their domestic recovery program to fill the vacuum Britain left. Therefore, Germany could step in and, given the scarcity of foreign exchange, suggest exchanging Brazilian raw materials for German machines, coal, and arms on the basis of a non-convertible "compensation mark." This was a clever move, catering to Vargas and the military's interest in iron ore, steel, and military industries at a time of growing international conflicts, from Abyssinia, China, and Spain to the Chaco, and several domestic, Communist-inspired barrack revolts in 1935. Many Brazilian army and police officers had received training in Germany and were Germanophile (McCann 2004, 100, 183-184, 361-362, 420-39). However, Germany sensed the political class's intense fear of becoming "increasingly dependent on foreign countries," which ultimately proved to be insurmountable, and the barter trade assumed more modest dimensions (Wirth 1967, 227). Nonetheless, until 1937-38, Berlin tried to avoid too much interference, and relations between both countries remained friendly.

From the outset of his regime, Vargas had declared his intent to "nationalize" Brazil, a policy that pitted "foreigners" against the "national workers." It included curbing immigration and enforcing the assimilation of the remaining oases of Germans in the south.

The 1934 semi-corporatist charter established a quota system, according to which no more than two percent of the number of individuals of the same nationality who had come to Brazil since 1884 were allowed to immigrate every year; moreover, they could no longer be concentrated in any area of the national territory (Presidência/Constituição 1934, art. 121 §§ 6-7). This system favored Southern Europeans and set stricter limits to German immigration. However, in Rio Grande, Governor José Antônio Flores da Cunha, an ally-turning-foe of Vargas, embraced the *colônias*, rejected intervention,<sup>15</sup> and even declared, in 1934, 25 July, the date of the arrival of the first immigrants to São Leopoldo 110 years previously, a public holiday in the state. This climate allowed for the formation of the *Arbeitsgemeinschaft 25. Juli* (Association July 25, or *Comissão Pró-25 de Julho*), which united various regional German-Brazilian associations (Gertz, 2018, 783-784).

However, any hint of cultural pluralism evaporated with Vargas's installation of the *Estado Novo* in 1937. This state-corporatist regime, which outlawed all political parties and autonomous unions, aimed to stand above the social, racial, ethnic, and political divisions of society, modernize and integrate the country, nationalize key industries and resources, protect the domestic workforce, and forge a national identity, or *brasilidade*. The 1934 quota system for immigration remained intact (Presidência/Constituição 1937, art. 151). *Decreto-Lei 410*, of May 4, 1938, contained a whole chapter with detailed regulations on the "concentration and assimilation" of new arrivals in ethnically mixed colonies (Coleção 1939b, v. 2, 97, §§ 39-42), and *Decreto 3010*, of August 20, 1938, declared it the objective to "preserve the ethnic constitution of Brazil, its polity, and its economic and cultural interests" (Coleção 1939a, v. 3, 211,

<sup>15</sup> Propst Funke to Oberkonsistorialrat Heckel, s.l., 28 Aug. 1931, EZA, 5/479.

art. 1). Once again, so-called "foreign" schools in the German zones of colonization became the prime target of a "nationalization" campaign. Between May and December 1938, a series of national laws required that federal, state, and municipal governments join efforts to "completely nationalize primary schooling in all population clusters of foreign origin" (Coleção 1939b, v. 4, 125, Decreto-Lei 868, art. 2b). By December 13, those colonists had already become "aliens" (Coleção 1939b, 270, Decreto-Lei 270, art. 1). Textbooks were to be censored and written only in the "national language" (Coleção 1939b, v. 4, 354, Decreto-Lei 1006, art. 22). Rio Grande's own Decreto 7614, of December 12, stipulated that primary schools must not use foreign languages either within or outside the classroom; the subjects of Portuguese, Brazilian History, and Brazilian Geography had to be taught by state appointees; "there will be no inscriptions in foreign languages [on buildings], nor tributes to foreign heads or members of governments, nor salutations from foreign political parties"; and foreign subsidies could not be accepted (Secretaria, Decreto 7614, arts. 7 [quote § 4] and 10). One year later, on August 7, central government made "nationalization" the task of several ministries and councils, with a stronger focus on the army and national security apparatus (Coleção 1939c, 254-257, Decreto-Lei 1545).

As a consequence of this policy, many teachers were dismissed. Once again, Rio Grande's state government noticed the collaboration of Catholics, with the Archbishop calling himself a "forerunner of the nationalization of education" since World War I<sup>16</sup> and refusing responsibility for non-registered schools (Gertz 2005b, 106), while the Synod's Lutherans were denounced as "diligent and zealous agents of German imperialism" who "used various resources to defy

<sup>16</sup> João Becker to Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública, Porto Alegre, 23 Apr. 1940, FGV/CPDOC, GC 34.11.30/g, filme 27/folhas 0080-0081.

our law."<sup>17</sup> Earlier concessions, such as the allowance of German as an aid in the first grade, were quickly withdrawn. Even those foreign observers, who considered schools with teachers from the Reich and History textbooks that almost exclusively focused on Germany to be "hotbeds of Nazi indoctrination" and therefore justified the campaign, admitted that it "has brought understandable tragedy to both sides. Germans faced "obliteration of their mother tongue and ancestral culture in schools which inevitably have not yet attained the standards of those abolished," and Brazilians witnessed boycotts and forms of passive resistance, from burning down schools to making the life difficult for state-appointed teachers (Turner 1942, quotes on 62 and 63). This is an understatement. On one hand, many children in isolated *colônias* remained without formal education for years, since the State, despite much investment, had difficulty constructing, staffing, and equipping public schools (Söldon 2008, 41-43, 47). On the other, clashes between both sides in this campaign often turned violent. Military units were stationed in these zones and repressive measures applied. For Gertz (2005b, 145-146, 172-177), this amounted to a war against Brazil's own citizens and the destruction of part of its cultural patrimony.

São Leopoldo was no exception, as the government's crackdown on the Synod's school network and even ecclesiastical work evidences (Dreher 2001, 32), but it also shows the latitude for negotiation that existed. Prefect Theodomiro Porto da Fonseca, who had been elected in 1928, when Vargas was still governor of Rio Grande, and served until 1944, had lived in São Leopoldo for almost 30 years

<sup>17</sup> J. P. Coelho de Souza, "Exposição à Comissão Nacional de Ensino Primário sobre a situação da educação primária na zona colonial do Estado do Rio Grande do Sul...", Rio de Janeiro, 29. 4. 1939, FGV/CPDOC, GC 34.11.30/g, filme 27/folhas 0035-0041.

and was married to a German-Brazilian.<sup>18</sup> From the outset of his administration, he promised

bringing about the dissemination of primary education in the interior of the municipality, where unfortunately, in the zones of colonization, live so many of our fellow-countrymen in complete ignorance of the nation's language, being able to speak only the tongue of their ancestors.<sup>19</sup>

In order to avoid confrontation, he offered subsidies to all those schools that also taught the vernacular.<sup>20</sup> Even after Vargas's move to Rio, Fonseca refused to make pastors, who had provided basic literacy training in German for more than a century, scapegoats: "Who is to blame? They, certainly not! Maybe the public powers for having neglected this serious problem since the foundation of the colônia."<sup>21</sup> By 1933, 50 private schools received financial support from council, and one year later, with support from German-Brazilian industrialists, the first state-run *grupo escolar*, complementing small municipal schools, was founded in the semi-rural district of Campo Bom and taught Portuguese<sup>22</sup> (by 1942, eight *grupos* operated in such districts<sup>23</sup>). The majority of families used this opportunity,<sup>24</sup> and, in 1936-37, students of the Catholic normal school in Novo Hamburgo

<sup>18</sup> "Um aspecto da nacionalização," newspaper clipping from *O Fato*, no. 1094, 2 Febr. 1996, APNZ.

<sup>19</sup> Theodomiro Porto da Fonseca, "Relatório apresentado ao Conselho Municipal ... em 12 de outubro de 1929," São Leopoldo, s.d. [1929], xxx, A-MHVSL, CRPM.

<sup>20</sup> *Ibid.*, xxxi.

<sup>21</sup> "Relatório de 1933," Theodomiro Porto da Fonseca to Interventor José Antônio Flores da Cunha, São Leopoldo, s.d. [1934], xxvi, A-MHVSL, CRPM.

<sup>22</sup> *Ibid.*

<sup>23</sup> "Instrução pública primária e o seu desenvolvimento," *Correio de São Leopoldo*, 10:508 (13 July 1942) [edição especial], 43.

<sup>24</sup> In 1934, pupils of non-German schools in the 10 districts of the Synod included 25.4 percent German Evangelicals and 23 percent German Catholics. Provost Hübbe, "Übersicht Schulstatistik von Brasilien," enclosure to Böhme to Kirchliches Aussenamt, Berlin, 22 Aug. 1934, PA/AA, Kulturabteilung vor 1945, R62383.

demanded access to the vernacular (Kreutz 1991, 147). Fonseca tried to win over private teachers to include Portuguese in the curriculum, though he was aware that they would face resistance.<sup>25</sup>

From 1928 to 1940, the council's education budget increased more than tenfold,<sup>26</sup> and during the Estado Novo, with support from state government, the quality of public schools improved through rigorous *concursos*, in-service training, the provision of appropriate didactic material, and the improvement of programs.<sup>27</sup> The prefect repeatedly asked Vargas's *interventores* in Porto Alegre to fund more state schools and continued to criticise them for blaming settlers, the "forgers of our progress," for the deficiency of education, "as if they, isolated, could learn the vernacular, understand our institutions, our history, our main personalities and so many other facts which are important for the cause of social and political unity."<sup>28</sup> Moreover, he wished to see a five-year compulsory primary school course for all children in Brazil.<sup>29</sup> German-Brazilian businessmen later praised the prefect for his early initiatives to expand public schooling with sensitivity, which meant "that this [nationalization] campaign unfolded here without clashes and without violence."<sup>30</sup>

<sup>25</sup> "Relatório de 1931," Fonseca to Flores da Cunha, São Leopoldo, s.d. [1932], xxxvii, A-MHVSL, CRPM. Some Evangelical pastors denied the sacraments to settlers who sent their children to state schools. Questionnaire of Theobald Neitzke, Pikada Flor school, 19 Nov. 1930, BA/KO, R 57 neu/1200-1, "Schulfragebogen."

<sup>26</sup> "Excepcionais homenagens tributadas ao Cel. Theodomiro Porto da Fonseca: 12 anos de administração fecunda," *Correio de São Leopoldo*, 8:421 (19 Oct. 1940), 1.

<sup>27</sup> "Instrução pública primária," 43; "Excepcionais homenagens," 1; "Magistério municipal," *Correio de São Leopoldo*, 10:541 (13 March 1943), 1; "Relatório de 1938," Fonseca to Interventor Oswaldo Cordeiro de Farias, São Leopoldo 1939, xx, A-MHVSL, CRPM; "Relatório de 1939," Fonseca to Farias, São Leopoldo s.l. [1940], xxvii; "Relatório de 1940," Fonseca to Farias, São Leopoldo 1941, xxx, A-MHVSL, CRPM.

<sup>28</sup> "Relatório de 1940," 2; see also "Relatório de 1938," xvii-xviii.

<sup>29</sup> "Relatório de 1940," 6.

<sup>30</sup> "Sem paralelo na história da vida social e administrativa de São Leopoldo as empolgantes manifestações populares ao Cel. Theodomiro Porto da Fonseca," *Correio de São Leopoldo*, 11:572 (23 Oct. 1943), 1-2, 5.

The Estado Novo also banned the political activities of foreigners. Those of the AO-NSDAP had been monitored by the political police for some years. Now party officials and members were interrogated, arrested, and imprisoned in different parts of the country, most notably in the southern states, and local Nazi organizations were closed. Vargas did not accept the German ambassador Karl Ritter's protest that any act against NSDAP offshoots would be tantamount to an attack on Germany; instead, he responded that Brazil was not a colony and could not grant rights to Germans that other nationalities did not have. On April 18, 1938, the NSDAP was declared illegal on Brazilian soil, and, when Ritter justified a failed AIB coup against Vargas in May that year and provoked government, he became a *persona non grata* (Lucas 2011, 80-99). His successor Curt Prüfer tried to keep Brazil neutral in the upcoming war and offered the support of Krupp for the establishment of a metallurgical plant (Lucas 2011, 168-169; Vargas 1995, v. 2. 111). In vain; with the appointment of Rio de Janeiro's ambassador to Washington, Oswaldo Aranha, as Minister of Foreign Affairs in 1938, Brazil began to align with the U.S., and the military found a new ally in their quest for the modernization of their forces and the country more generally.

Brazil entered World War II at the side of the Allies. Many *Auslandsdeutsche* were called, or volunteered, to serve in the Wehrmacht, but some also had Brazilian citizenship, which the Third Reich did not favor but accepted (Trevisiol 2004, 215-216), and could, like *Volksdeutsche*, be enlisted in the Brazilian forces. A number of German-Brazilians fought in the Força Expedicionária Brasileira (Brazilian Expeditionary Force) on the European battlefield. As Dennison Oliveira (2009, 12) points out, in all the horrors of this war,

...the experience of German-Brazilians barely comes to attention. But the interest in examining their historical experience derives from the fact that, in most cases, they

had to bear first for themselves, and subsequently with their home communities, the dilemmas and conflicts inherent to individuals of dual nationality, whose fate was to be called to kill or die in a war of global dimensions that divided peoples and cultures, resulting in the worst catastrophe that mankind ever drew upon itself.

What's more, in leaving for war, they had to take with them not only the uncertainty that they would return, but also the distrust that their homeland of birth harbored against them. After all, Brazil was at a juncture, where being German was automatically considered a Nazi, if not a traitor. The extensive and radical nationalization campaign [...] led to anti-Germanism, or even Germanophobia. Therefore, the condition of the German-Brazilians who were sent to the battlefields in Italy, where they would fight a deadly battle against Nazism, then living its last desperate days, was paradoxical. In the worst possible scenario, they headed for a war in which members of their own family were fighting on the opposite side to their own.

So far German-Brazilians had tried to negotiate their state of inbetweenness, but in this situation such an option no longer existed.

\*\*\*

The conflictual history of German-Brazilians did not end with the destruction of the Reich. After the war, the Allied Control Council invited Brazil to send a military mission, the Missão Militar Brasileira (MMB), to Berlin to act in a diplomatic capacity in the American Sector. It operated there from March 1946 to December 1949, until three months after the foundation of the Federal Republic, with which Brazil established diplomatic relations the following year. Many former residents of Brazil who had moved to Germany during

the "nationalization" wished to be repatriated, and a large number of Germans, amongst them refugees and expellees from the Eastern areas, equally looked for an escape route from their devastated country. Allies had an interest in opening safety valves but the issuing of an exit permit depended on each individual's prior denazification and an investigation of whether they had joined the Wehrmacht voluntarily, which could not easily be verified (Frotscher 2013, 81-87, 89-92).

Brazil had no obligation to accept *Reichsdeutsche* who had lived in Brazil, but a large percentage of supplicants for repatriation were *Auslandsdeutsche* with dual nationality. Many remained silent about their German citizenship to pass off as *Volksdeutsche*, i.e., solely Brazilian nationals. In August 1946, the Brazilian Minister of Foreign Affairs, João Neves da Fontoura, visited Germany to negotiate 4,000 repatriations. In the selection process, MMB also followed Brazil's 1946 constitution that had been promulgated after the downfall of Vargas and his Estado Novo the previous year but left the quota system and the imperatives of national interest and national security unchanged. Brazil still wished to attract agriculturalists, but now also technicians and qualified workers for its growing industries. Catholics were particularly welcome and non-Europeans and communists precluded (Frotscher 2013, 84, 87, 91-94; Oliveira 2013, 6-8; Presidência/Constituição 1946, art. 162; Presidência/Decreto-Lei 7967, 1945, art. 2-3). By December 1949, 2,445 "Brazilians" and 2,752 "foreigners," mainly German relatives, had been repatriated on ships MMB organized, though, if those individuals who had been vetted but left on other transports were included, the figure would rise to 5,885. They were joined by 1,749 new "immigrants" (Frotscher 2013, 93). Though emigration to Brazil picked up strongly, when the restrictions during the occupation fell in 1949 (Frotscher 2018, 7-8), it

was no longer a persistent mass phenomenon. Now Germans could participate in their country's "economic miracle."

Within Brazil, the global and local conflicts had left deep marks, and tensions still flared up over several years. Some German-Brazilians sought, largely in vain, justice for the police violence at the height of the "nationalization" campaign and reparations for the enforced confiscation of their property during the war (Gertz 2015, 2, 7-10). Yet, the majority looked for ways to insert themselves more into Brazilian society. Two attempts are particularly noteworthy. Dohms played an important role in the transformation of the Synod into the Escola de Teologia (School of Divine Studies) in 1946, the mission of which now consisted in the formation of Brazilian priests. He went further, reiterating the imperative of his earlier writings: members of the Synod should participate in state and federal elections and vote for Lutheran candidates. In 1947, seven of the 55 deputies of the Assembléia Legislativa in Rio Grande belonged to the Synod (Dreher 2001, 24) and 16 had German surnames. The second initiative was spearheaded by Catholics but understood as an inter-confessional enterprise. Socorro Europa Faminta (Aid Hungry Europe), founded in 1946, officially aimed at alleviating the suffering in Europe, thereby complementing Brazil's participation in international relief efforts. In reality, however, the organization focused on the old homeland and cautiously tried to revive Germanness in collaboration with Brazilian authorities. When the aid campaign ended with the emergence of the Federal Republic, Socorro's activists pursued the foundation of a political-cultural representation of all German-Brazilians that would help defend their traditions and introduce German in public schools. In 1951, they created the Federação dos Centros Culturais 25 de Julho (Federation of Cultural Centers 25 July), with its seat in São Leopoldo, but initially it consisted of few individuals (Gertz 2015, 3-6).

It has survived to the present day, but the rise of its membership resulted from changes in the mid-1950s.

On July 25, 1956, major celebrations took place in São Leopoldo to commemorate the "Day of the *colono*," though the 132nd anniversary did not denote a major jubilee. These festivities were promoted by the prefect and approved by Brazilian authorities. For Gertz, this paradox cannot be explained without Brazil's new President Juscelino Kubitschek's interest in softening the economic nationalism of the Vargas era and opening the country for foreign investment, including from Germany. When the President-Elect visited Bonn in 1955, the red carpet was laid out for him and the wish to also deepen the cultural link between both countries firmly expressed. Kubitschek reacted by praising German immigrants as exemplary citizens. Brazilian interests, rather than the proponents of Germanness, made the 1956 festivities in the presence of German embassy and consular personnel, the governor of Rio Grande, and members of the national parliament possible (Gertz 2021), and German investment in Brazil would increase significantly in the second half of the decade (Bandeira 1995, ch. 7).

Brazil's 1946 Organic Law on Primary Schooling, still a product of the Estado Novo, was the first national law on this branch of education since 1827, but statistics from that year also revealed how little progress had been made during the Vargas regime: only 17.35 percent of all surviving Brazilians born in 1922, and therefore of school age when Vargas came to power, had passed exams at the third grade.<sup>31</sup> As a consequence, Brazil invested heavily in elementary education during the 1950s, though the population explosion undermined these efforts. However, surrendering state control over part of the school sector, as in the past, was never contemplated.

<sup>31</sup> "Resultados da Educação Nacional," ms. by Mário Augusto Teixeira de Freitas, s.l., s.d. [Rio de Janeiro, 1946?], AndoB, AP 48, caixa 23/pasta 49.

The Bonn Republic had to deal with Germany's national-socialist past and reintegrate itself into the international community. Its Constitution (BMJV/GG 1949, art. 116.1) defined citizenship on the basis of *ius soli*, but mixed with a selective *ius sanguinis*: those ethnic Germans, their spouses and offspring who, as refugees or expellees, had found refuge within the borders of the Reich by the end of December 1937, should have the legal status of a German (*Statusdeutsche*) and hence the right to be naturalized. Further legislation four years later (BVFG 1953, 203, §§ 1-2) extended these rights to more ethnic Germans in Eastern Europe and Central Asia who had become the victim of expulsion or forcible relocation. However, such belonging to the *Volksgemeinschaft* was denied to *Auslandsdeutsche* who had emigrated voluntarily and no longer had German citizenship. As Nikolaus Barbian (2014, esp. 163, 168, 174-177) has shown, there was to be no place for *Deutschumpflege* in Bonn's "cultural policy in a new style." The Institut für Auslandsbeziehungen (Institute for Foreign Cultural Relations), founded, in 1949, as legal successor of DAI (without immediately confronting that institution's past), was co-opted and suggested replacing the loaded terms *Auslandsdeutsche* and *Volksdeutsche* with *Sprachdeutsche*, or Germanophones. Such turning away from the idea of a global ethno-cultural community was repugnant to VDA, which was re-founded under its old name in 1955 and engaged in veritable verbal acrobatics, replacing the Pan-Germanic *völkisch* with the term *volklich*. In the German case, it stated, state and nation would not coincide. VDA, a thorn in the side of Bonn's new cultural diplomats, found an open ear amongst organisations of *Auslandsdeutsche* in Brazil, like the Federação. Part of the German-Brazilian elites felt ignored by the new Germany, which they no longer understood.

One of their concerns remained the revival of the *Auslandsschule*. However, a visit to 50 such schools in Latin America in late 1958

showed the Bundestag that these traditional institutions no longer existed, especially in Brazil, and the parliament suggested promoting *Begegnungsschulen*, ethnically mixed inter-cultural schools.<sup>32</sup> By 1964, the German government subsidized 64 large educational institutions of this type in Brazil (Barbian 2014, 388), and the Goethe Institute, which had established its first branches in Rio de Janeiro and Porto Alegre in 1956, helped consolidate German as an optional foreign language.<sup>33</sup> Yet, given the not unfounded fear that East Germany might step into any vacuum Bonn leaves,<sup>34</sup> VDA was now reluctantly tolerated and focused on small rural schools in southern Brazil (Barbian 2014, 308).

\*\*\*

The construct of *Auslandsdeutsche* cannot be detached from Germany's "belated" nation-building, which is also reflected in its citizenship legislation. To use Friedrich Meinecke's *idealtypes*, the Reich, a confederation of princedoms under Prussian predominance, did not become a *Willensnation* or *Staatsnation*, a nation by will and based on People's Sovereignty, forged through a collective enterprise and defined by shared civic values that are safeguarded by a constitution (this attempt had failed in 1848), but united the different Germanies after a series of wars, with nationalists post-facto invoking the pre-existing shared language and culture

<sup>32</sup> Report by Dr Löffler on German schools and institutes abroad, BA-KO, B138.1205, Protocol no. 12 (12<sup>th</sup> session of the Ausschuss für Kulturpolitik und Publizistik), Bonn, 18 May 1959; see also Stenographic Report of the 119<sup>th</sup> session of the Bundestag, Bonn, 28 June 1960, EZA 6/85/130.

<sup>33</sup> Report "Einführung fakultativen Deutschunterrichts in den Höheren Schulen Brasiliens," enclosure to Oellers to Foreign Office, Rio de Janeiro, 28 Jan. 1954, PA/AA, Abteilung III, vol. 1459.

<sup>34</sup> Confidential report "Deutsche Kulturpolitik und die Deutschbrasilianer," enclosure to Ambassador Gebhard Seelow to Federal President Heinrich Lübke, Rio de Janeiro 26 Oct. 1965, BA-KO, B 122/5406. East Berlin had indeed negotiated with João Goulart about an exhibition of teaching aids. "Kommerzielle und politische Zielsetzung der Lehrmittelausstellung," confidential official matter, East Berlin 31 Jan. 1963, BA/B, DR 2/7405.

(*Kulturnation*). Soon, however, alleged ethno-national commonalities were brought to the fore and became a determinant for the acquisition of citizenship. Germany moved towards the idea of *Abstammungsnation*, a nation by descent, a timeless phenomenon that included the millions of ethnic Germans who had emigrated for a variety of motives and could be instrumentalized for imperialist purposes. It gave these individuals a sense of belonging, allowing them to preserve their language, culture, and traditions, real and imagined, in host countries, like Brazil, where they were isolated minorities and excluded from social services, such as education. As Barbian (1994, 544) states, *Auslandsdeutsche* "seemed to be natural mediators between home and abroad, self and alien, 'foreign' and 'German'." This applies especially to elites amongst them, and Rio Grande and Brazil benefited from contacts with them. German-Brazilians never represented the homogenous block, as which they were so often perceived, but individuals and groups with different interests, confessions, and political affinities who negotiated their hyphenated identities. It was only when the chauvinistic policies of the Nazis collided with the offensive nationalism of the authoritarian Vargas regime, which left no room for cultural pluralism but, in the words of co-opted liberal reformer Manuel Lourenço Filho, wished to "homogenize the population" (quoted in Schwartzman, Bomeny, and Costa 2000, 93), that they had little bargaining power left. For ordinary folks, who had integrated into Brazilian society and taken Brazilian citizenship, this could have tragic consequences when Brazil joined World War II and they needed to fight for their new homeland against their old and afterwards sensed suspicion and hostility from both Brazil and the new Germany.

## Bibliography

## Primary Sources

- AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre  
 APLGG: Arquivo Particular Livia Guerra de Guerra  
 DG: Documentação dos Governantes  
 Instrução Pública
- A-MHVS – Arquivo do Museu Histórico "Visconde de São Leopoldo," São Leopoldo  
 CRPM – Coleção de Relatórios da Prefeitura Municipal de São Leopoldo
- ANDoB – Arquivo Nacional do Brasil, Rio de Janeiro  
 AP 48: Arquivo Particular de Mário Augusto Teixeira de Freitas
- APNZ – Arquivo Particular Professora Norma Zerwes, Campo Bom
- BA/B – Bundesarchiv [Federal Archive, Germany], Berlin  
 R 43: Reichskanzlei
- BA/KO – Bundesarchiv [Federal Archive, Germany], Koblenz  
 B 122: Bundespräsidialamt  
 B 138: Bundesministerium für Bildung  
 DR 2: Ministerium für Volksbildung (DDR)  
 R 57 and R 57 neu: Deutsches Auslands-Institut
- EZA – Evangelisches Zentralarchiv, Berlin  
 Bestand 5: Kirchliches Aussenamt vor 1945  
 Bestand 6: Kirchliches Aussenamt nach 1945
- FGV/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
 GV: Arquivo Particular Gustavo Capanema
- PA/AA – Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes, Bonn  
 Abteilung III  
 Kulturabteilung vor 1945
- TNA – The National Archive [UK], London-Kew  
 FO: Foreign Office

## Newspapers

*Correio de São Leopoldo*, 1937-1946

## Printed or Online Primary Sources and Official Publications

- BMJV [Bundesministerium für Justiz und für Verbraucherschutz], "Gesetze im Internet," online: <https://www.gesetze-im-internet.de/gg/BJNR000010949> (accessed 15 Aug. 2021).  
 GG "Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland" (1949)
- BVFG ["Bundesvertriebengesetz"] (1953), *Bundesgesetzblatt*, no. 22 (22 May 1953), 203-221.
- Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939: Atos do Poder Executivo* (1939a) (Rio de Janeiro: Impr. Nacional), vol. 3.
- Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939: Decretos-Lei* (1939b) (Rio de Janeiro: Impr. Nacional), vol. 2, 4.
- Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1939: Decretos-Lei* (1939c) (Rio de Janeiro: Impr. Nacional), vol. 3.
- Diretoria Geral da Instrução Pública, (1935): *Almanack escolar do Estado do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: Livr. Selbach de J.R. da Fonseca)
- Dreher, Martin N., ed. (2001), *Hermann Gottlieb Dohms: Textos escolhidos* (Porto Alegre: EdIPUCRS).
- IBGE (1969): *São Leopoldo. Rio Grande do Sul* (Rio de Janeiro: IBGE).
- Presidência da República [Brasil], "Portal da Legislação: legislação histórica," online: <http://www.planalto.gov.br/legislação> (accessed 15 Aug. 2021).  
 Constituição (1934)  
 Constituição (1937)  
 Decreto-Lei 7967 (1945)
- República dos Estados Unidos do Brasil (1945), *Coleção das Leis de 1945* (Rio de Janeiro: Impr. Nacional)
- Romero, Silvio (1910): "O allematismo no sul do Brasil [1906]," in *Provocações e debates*, ed. Silvio Romero (Porto: Chardron, 1910), 115-169.

- RuStAG ["Reichs- und Staatsangehörigkeitsgesetz vom 22. Juli 1913"] (1913): "Dokument.Archive.de," online: <http://www.documentarchiv.de/ksr/1913/reichs-staatsangehoerigkeitsgesetz.html>. (accessed 15 Aug. 2021)
- Secretária de Planejamento, Governança e Gestão [Rio Grande do Sul], "Arquivos," Decreto 7614, online: <https://www.planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29104351-plano-de-educacao-1938.pdf> (accessed 15 Aug. 2021).
- Tannenberg, Otto Richard (1916 [1911]): *La plus grande Allemagne: L'oeuvre du XX<sup>e</sup> siècle*, transl. Maurice Milliod (Lausanne and Paris: Payot).
- Vargas, Getúlio (1995). *Diário*, intr. Celina Vargas do Amaral Peixoto and org. Leda Soares, 2 vols. (São Paulo: Siciliano, and Rio de Janeiro: FGV).
- Wirth, John D. (1967): "Document: A German View of Brazilian Trade and Development, 1935," *Hispanic American Historical Review*, vol. 47:2, 225-235.

## Secondary Literature

- Aliaga-Buchenau, Ana-Isabel (2007): "German Immigrants in Blumenau, Brazil: National Identity in Gertrud Gross-Hering's Novels," *The Latin Americanist*, vol. 50:2, 5-22.
- Bandeira, Moniz (1995): *Das deutsche Wirtschaftswunder und die Entwicklung Brasiliens: Die Beziehungen Deutschlands zu Brasilien und Lateinamerika, 1949-1994* (Frankfurt am Main: Vervuert).
- Barbian, Nikolaus (2014): *Auswärtige Kulturpolitik und "Auslandsdeutsche" in Lateinamerika 1949-1973* (Wiesbaden: Springer).
- Barman, Roderick J. (1999): *Brazil: The Forging of a Nation* (Stanford: Stanford Univ. Press).
- Burgdörfer, F. (1931), "Migration Across the Frontiers of Germany," in *International Migrations* (New York: National Bureau of Economic Research), vol. 7, 313-389.

- Corsetti, Berenice (2005), "Política e organização da educação sob o castilhismo," in *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*, ed. Günter Axt et al. (Porto Alegre: Nova Prova), 203-216.
- Cunha, Jorge Luiz da (2017): "A colônia de São Leopoldo: a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul," *Revista Acadêmica Licenciada & Caturas*, vol. 5:2, 37-43.
- DHBB (2001): *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, ed. Alcira Alves de Abreu et al., 5 vols., 2nd ed. (Rio de Janeiro: FGV).
- Forbes, Ian L. D. (1978): "German Informal Imperialism in South America before 1914," *The Economic History Review*, vol. 31:3, 384-398.
- Forster, Nicolas (2010): "Brasilien am Vorabend des Zweiten Weltkrieges: Eine Situationsanalyse unter besonderer Berücksichtigung der 'Força Expedicionária Brasileira,'" PhD thesis, Universität Wien, Vienna.
- Frotscher, Méri (2013): "De 'alemães no exterior' a brasileiros? A repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha ocupada (1946-1949)," *História Unisinos*, vol. 17:2 (2013), 81-96.
- \_\_\_\_ (2018): "'Uma cinzenta falta de esperança paira sobre todos nós': uma análise de cartas de mulheres e homens com intenção de emigrar da Alemanha para o Brasil (1946-1950)," *Revista de História* [São Paulo], no. 177, 1-38, online: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.138467> (accessed 15. 8. 2021).
- Fuchs, Carlitos Kurdt (1992): "A luta dos trabalhadores pela Escola Pública em São Leopoldo," Master Thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Gertz, René E. (2005a): "O castilhismo e a colônia alemã," in *Júlio de Castilhos e a paradoxo republicano*, ed. Gunter Axt et al. (Porto Alegre: Nova Prova), 13-162.
- \_\_\_\_ (2005b): *O Estado Novo no Rio Grande do Sul* (Passo Fundo: UPF)
- \_\_\_\_ (2012): "Integralismo, nazifascismo e neonazismo no sul do Brasil," Texto apresentado na mesa-redonda "Integralismo, nazismo e neofascismo" no Departamento de História de UNIRIO, 11 de setembro, online: <https://www.renegertz.com/arquivos/baixar/REGUnirio.pdf> (accessed 15. 8. 2021).

- \_\_\_\_ (2015): "Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial," *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis: ANPUH, s.p., online: [https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433352435\\_ARQUIVO\\_ReneGertz.pdf](https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433352435_ARQUIVO_ReneGertz.pdf) (accessed 15. 8. 2021).
- \_\_\_\_ (2018): "Articulações político-culturais na 'colônia alemã' do Rio Grande do Sul após 1945: a Federação dos Centros Culturais 25 de Julho," in *Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos* (São Leopoldo: OIKOS), 781-794.
- \_\_\_\_ (2021): "Germanismo e germanidade: imaginário e realidade," in *Italianidades, polonidades e germanidades*, ed. Terciane Ângela Luchese and Adriano Malikoski (Caxias do Sul: EDUCS), 351-386.
- Gonçalves, Leandro Pereira, and Odilon Caldeira Neto (2020): *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo* (Rio de Janeiro: FGV).
- Gregory, Valdir (2013), "Imigração alemã no Brasil," *Cadernos Adenauer*, no. 14, 9-27.
- Guerra, Rogério de (2012), "Os alemães no Brasil: expedições científicas, colonização e herança intelectual," *Revista de Ciências Humanas [Florianópolis]*, vol. 46:1, 9-82.
- Heinrichs, Franz (1920): *Sollen wir auswandern? Erlebnisse eines Kolonisten in Südbrasilien* (Essen: Fredebeul & Koenen).
- Jerónimo, Patrícia (2016): *Report on Citizenship Law: Brazil* (San Domenico di Fiesole: EUI).
- Johnson, Phil Brian (1976): "Rui Barbosa e a reforma do ensino de 1882: recordações e repercussões (Parte 1), 1882-1930," *Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*, no. 312, 241-262.
- Kreutz, Lúcio (1991): *O professor paroquial: magistério e imaginação alemã* (Porto Alegre: UFRG/Florianópolis: UFSC/Caxias do Sul: EDUCS).
- Love, Joseph L. (1971): *Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930* (Stanford: Stanford Univ. Press).
- Lucas, Tais Campelo (2011): "Nazismo d'além-mar: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil)," PhD thesis, UFRGS.

- Luebke, Frederick C. (1983): "The German Ethnic Group in Brazil: The Ordeal of World War," *Yearbook of German-American Studies*, vol. 18 (1983), 255-267.
- \_\_\_\_ (1985): "Images of German Immigrants in the United States and Brazil, 1890-1918: Some Comparisons," in *America and the Germans: An Assessment of a Three-Hundred-Year History*, ed. Frank Trommler and Joseph McVeigh (Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press), vol. 1, 207-220.
- McCann, Frank (2004): *Soldiers of the Patria: A History of the Brazilian Army, 1889-1937*. Stanford: Stanford Univ. Press).
- Naranch, Bradley (2005): "Inventing the Auslandsdeutsche: Emigration, Colonial Fantasy, and German National Identity," in *Germany's Colonial Past*, ed. Eric Ames, Marcia Klotz, and Lora Wildenthal (Lincoln, Nebr., and London: Nebraska Univ. Press), 21-40.
- Oliveira, Dennison de (2009): *Os soldados alemães de Vargas* (Curitiba: Juruá).
- Oliveira, Ione (2013): "Imigrantes e refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial," *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal: ANPUH: online: [https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371328609\\_ARQUIVO\\_Refugiadosemigrantes-Anpuh-2013.pdf](https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371328609_ARQUIVO_Refugiadosemigrantes-Anpuh-2013.pdf), 1-16 (accessed 15. 8. 2021).
- Penny, Glenn, and Stefan Rinke (2015): "Germans Abroad: Respatializing Historical Narrative," *Geschichte und Gesellschaft*, vol. 41:2, 173-196.
- Rinke, Stefan (1996), *'Der letzte freie Kontinent': Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1933*, 2 vols. (Stuttgart: Heinz).
- \_\_\_\_ (2014) "Germany and Brazil, 1870-1945: A Relationship Between Spaces," *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 21:1, 1-16, online: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702014005000007> (accessed 15. 8. 2021).
- Santana, Nara Maria Carlos de (2010): "Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito," *Dimensões*, no. 25, 235-248.
- Schäffer, Neiva Otero, "Os alemães no Rio Grande do Sul: dos números iniciais aos censos demográficos," in Cláudia Mauch and Neira Vasconcelos (eds.), *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história* (Canoas: Ulbra, 1994), 163-183.

- Schulze, Frederik (2015): "'Auslandsdeutschum' in Brazil (1919-1941): Global Discourses and Local Histories," *German History*, vol. 33:3, 405-422.
- Schwartzman, Simon, Helena Maria Bousquet Bomeny, and Vanda Maria Ribeiro Costa (2000), *Tempos de Capanema*. 2nd ed. (São Paulo: Paz e Terra and FGV).
- Seyferth, Giralda (2010): "Deutsche Einwanderung nach Brasilien," in *Brasilien heute*, ed. Sérgio Costa et al. (Frankfurt am Main: Vervuert), 739-756
- \_\_\_\_\_(2014): "The Diverse Understandings of Foreign Migration to the South of Brazil (1818-1950)," *Vibrant*, vol. 10:2, 120-162, online: <https://www.journals.openedition.org/vibrant/1567> (accessed 15. 8. 2021)
- Söldon, Ricardo Barbosa (2008): "A escola dos imigrantes alemães no Brasil no período 1824-1938," Thesis of Diplome, UERJ, São Gonçalo.
- Tock, David (1994): "German Immigration and Adaptation to Latin America," Senior Honors thesis, Liberty Univ., Lynchburg, Virginia.
- Trevisiol, Oliver (2004), "Die Einbürgerungspraxis im Deutschen Reich, 1871-1945," PhD thesis, Univ. Konstanz, Konstanz.
- Turner, Ewart Edmund (1942): "German Influence in South Brazil," *Public Opinion Quarterly*, vol. 6:1, 57-69.

## *Olhares múltiplos*

**Histórias para “incomodar” gente grande: escravidão,  
violências e políticas do presente sobre o passado brasileiro**

Luciana da Cruz Brito

*“Brasil, meu nego  
Deixa eu te contar  
A história que a história não conta  
O avesso do mesmo lugar  
Na luta é que a gente se encontra*

*Brasil, meu dengo  
A Mangueira chegou  
Com versos que o livro apagou  
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento  
Tem sangue retinto pisado  
Atrás do herói emoldurado  
Mulheres, tamoios, mulatos  
Eu quero um país que não está no retrato*

*Brasil, o teu nome é Dandara  
E a tua cara é de cariri  
Não veio do céu  
Nem das mãos de Isabel  
A liberdade é um dragão no mar de Aracati*

*Salve os caboclos de julho  
Quem foi de aço nos anos de chumbo  
Brasil, chegou a vez  
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”  
(HISTÓRIAS..., 2019).*

Em 2000, ano dos 500 anos da chegada dos portugueses em terras brasileiras, elites políticas, lideradas pelo governo federal, pretendiam promover uma grande festa celebrando o sucesso do empreendimento colonial português. Contudo, o que parecia ser consenso, pelo menos de um lado, sobre a necessidade de “celebrar” a chegada europeia, deu lugar a um amplo debate na sociedade brasileira sobre os efeitos ainda latentes da chegada dos portugueses ao Pindorama. Movimentos indígenas e negros começaram a promover debates denunciando a violência como ferramenta principal do domínio colonial português para subjugar e escravizar populações negras e indígenas, o que deixou marcas que, de acordo com os movimentos sociais, ainda estavam abertas e causavam dor.

O governo federal brasileiro optou por reconstituir o cenário colonial em Coroa Vermelha, Sul da Bahia: foram construídas três réplicas das naus portuguesas que aportaram a região em 1500, uma delas naufragou. Também compuseram a cena uma missa campal rememorando a primeira missa, além de representantes da antiga metrópole que estavam presente como convidados. A organização oficial esperava a adesão total da comunidade indígena, que acenaria para os supostos colonizadores, recebendo-os de forma pacífica e contente, tal qual representado na maioria dos livros didáticos do início do século XX e na versão do primeiro encontro que acreditavam como tinha sido. No entanto, aquele que seria um momento de consagração da tese da harmonia racial das três raças acabou tornando-se um dos maiores movimentos populares de contestação da história oficial: o movimento “Brasil: outros 500”.

Lideranças indígenas afirmavam que nada havia a ser comemorado naquela data, marcando que a chegada portuguesa significou o início do processo de dizimação das populações indígenas e da usurpação de suas terras, o que ocorreu por meio de muita violência. Já lideranças do movimento negro afirmavam que o projeto colonial

português marcava a implementação do cativo no Brasil, maior nação escravista das Américas. De ambos os lados, o genocídio e a violência sexual que vitimou meninas e mulheres negras e indígenas eram discutidos, e não celebrados, como marco de formação do povo brasileiro, celebrado assim pelas elites brasileiras e portuguesas que comemoravam o 22 de abril de 1500.

Ao fim e ao cabo, as discordâncias sobre aquilo que seria a história do Brasil, colocando, de um lado, as elites políticas luso-brasileiras, representadas em Coroa Vermelha em sua maioria por homens brancos de meia-idade, e, do outro lado, homens, mulheres, negras e indígenas, resultaram em muito repressão e violência estatal. Um desses momentos foi registrado quando Gildo Terena, do povo indígena Terena de Campo Novo- MT, ajoelhou-se na frente de uma barreira policial pedindo que parassem de jogar bomba nos manifestantes. Suas tentativas de diálogo foram ignoradas: em resposta ele foi agredido, e a polícia seguiu avançando contra a multidão.<sup>1</sup>

Perguntamo-nos que passado tão difícil era esse que carece de uma versão mais “amena” e “harmoniosa” produzida pelas elites nacionais e coloniais e que contrasta tanto daquele passado lembrado de acordo com as versões dos movimentos sociais? Quais cisões, desigualdades e injustiças do presente esse passado revela a ponto de gerar tanto desconforto no espaço público, no debate político ou nas salas de aula? Por que, quando produzem representações

<sup>1</sup> O episódio no qual Gildo Terena foi agredido pela tropa de choque após tentar negociar com ela a suspensão dos ataques contra os manifestantes foi amplamente registrado na imprensa. Seguem links da cobertura nos principais jornais:

- <https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/reportagens.htm> (abr. 2000);
- [https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/report\\_10.htm](https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/report_10.htm) (10 abr. 2000);
- <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/festas-gafes-nos-500-anos-do-brasil-9283747> (20 abr. 2000);
- <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/comemoracoes-pelos-500-anos-do-descobrimento-do-brasil-9573462>; <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2304200002.htm> (23 abr. 2000);
- Entrevista com Gildo terena: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2604200012.htm> (26 abr. 2000). Ver também: Fonseca e Santos (2010, p. 17).

do passado, as versões das elites econômicas e financeiras divergem tanto daquelas narrativas produzidas por setores populares da sociedade? Por que temas como a escravidão ainda têm lugar tão presente, com narrativas tão controversas e divergentes, que divergem sobre a suposta “benevolência” excepcional no Brasil ou seu caráter tão perverso que ainda orienta as relações sociais e de trabalho na sociedade brasileira?

### Narrativas do passado, conflitos do presente

As escolhas do governo brasileiro sobre a passagem da chegada dos europeus naquela terra que, mais tarde, depois da conquista, se chamaria de Brasil revelam muito mais sobre os projetos e as escolhas do poder presente do que contam uma história do passado, o que é tarefa dos historiadores profissionais. Do outro lado, as ações dos movimentos sociais nos demonstram muito mais sobre as reminiscências desse passado no presente, através dos conflitos e desigualdades que lhe deixou como legado.

De acordo com Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 40-42), não existe passado independente do presente, e é na contemporaneidade que a história ganha força na disputa de narrativas sobre como essa história nacional será contada. Narrativas de docilidade e harmonia são fundamentais na construção das narrativas fundantes das sociedades fundadas sob extrema violência. Nesse sentido, é crucial entender como o poder constrói narrativas históricas que criam versões sobre tais eventos na tentativa de “resolver” os problemas e desconfortos presentes que eles deixaram.

Para refletir sobre o tema da escravidão, por exemplo, sobretudo em sociedades de profunda desigualdade racial, Trouillot (2016, p. 43) discute seus impactos no debate público nos Estados Unidos e, de forma mais superficial, no Brasil. Segundo o autor, a evocação do passado escravista é, na sociedade estadunidense, crucial em

qualquer debate sobre as desigualdades do presente. É de reconhecimento público que o racismo vivido pelas pessoas negras daquele país é resultado da experiência traumática do cativo, a despeito do número reduzido de africanos que foram levados para aquele país durante o tráfico se comparado a regiões como Brasil e o Caribe.

Sendo assim, Trouillot (2016) questiona por que nos Estados Unidos a escravidão é fator sócio-histórico reconhecido nos debates sobre racismo e desigualdades no presente de forma muito mais contundente do que naquelas nações, como a brasileira e as caribenhas, nas quais o cativo foi mais longo e recebeu número maior de pessoas africanas escravizadas? O autor faz duas suposições: uma ligada à forma como o cativo acabou nos Estados Unidos, depois de uma Guerra Civil; a outra é sobre a perpetuação do racismo na sociedade estadunidense, o que implica que esse racismo não se perpetuou, ou talvez tenha se apresentado de forma mais branda, nas sociedades caribenhas e brasileira (TROUILLOT, 2016, p. 45-46). Enfim, o que sabemos está longe de representar a realidade.

No entanto, algo dito por esse autor se aplica tanto à sociedade estadunidense como à brasileira, visto que defendo aqui que, sim, a memória da escravidão e seu papel no debate político no Brasil são evocados como legado sócio-histórico quando falamos de racismo e desigualdades. As narrativas e versões do passado discutidas fora do âmbito da academia tiveram papel central na produção de narrativas sobre a escravidão e manutenção da sua memória. Se por muito tempo a historiografia brasileira e estadunidense produziram narrativas que silenciavam ou amenizavam o peso da escravidão na produção e perpetuação de violências contra pessoas negras, os movimentos sociais, e com outros comprometimentos, a literatura, a teledramaturgia (filmes, novelas, seriados) e os livros didáticos, de uma forma ou de outra, produziram narrativas sobre o cativo que

mantiveram a memória da escravidão presente no censo comum e até mesmo no debate político (TROUILLOT, 2016, p. 47-49).

Talvez o debate aqui seja sobre o peso do poder hegemônico na produção e manipulação de narrativas nos dois países, uma vez que, para entendermos qual narrativa sobre o cativo tornou-se mais difundida na sociedade e que teve peso maior na formação das identidades nacionais, o controle dos meios de construção histórica é algo fundamental. Isso demanda também aquilo que o autor chama de um “rastreamento do poder” na demanda da produção histórica. Com isso, podemos entender a capacidade de movimentos sociais, livros escolares ou narrativas oficiais de, com interesses diversos, transformarem eventos históricos como a escravidão em objetos de vergonha e constrangimento social ou, devido a outro tipo de comprometimento, foram hábeis em amenizar os traumas e as violências que lhe eram fundamentais, desatrelando tal história de desigualdades, traumas e violências vividas pelas pessoas negras na atualidade.

Não fossem os impactos nas relações sociorraciais e de trabalho do presente, a escravidão não seria um evento do passado tão difícil de passar. Talvez por isso, nos agarramos tanto a narrativas redentoras, romantizadas ou que até mesmo questionem e relativizem os horrores da escravidão. A historiadora Saidiya Hartman (2021) acredita que ainda vivemos o tempo do cativo em nossas memórias, referências diversas e narrativas. Segundo a pesquisadora, ainda que os discursos políticos e hegemônicos neguem o terror do sistema escravista, é justamente por esta negação que a escravidão é central na formação das sociedades escravistas. Evidências dessa permanência da escravidão e suas reminiscências podem ser vistas nos dados sobre vidas de descendentes de escravizados e daqueles que são herdeiros das elites escravistas, que ainda se beneficiam das heranças deixadas, sejam elas materiais ou simbólicas.

Diversos aspectos da escravidão, hoje extensamente estudados pela história social, têm encontrado fontes documentais que nos deixam indícios de um cotidiano marcado pela violência, persuasão e um intenso malabarismo de pessoas negras, escravizadas ou libertas, para sobreviver em sociedades escravistas. Cada aspecto desses abordado pela historiografia recebeu antes uma versão apaziguadora que atua como caráter violento das relações: a maternidade negra, que foi negada às mulheres negras escravizadas e mesmo libertas, foi respondida pelas elites brasileiras com a criação da personagem da mãe preta<sup>2</sup>; para a violência e castração física e simbólica dos homens negros, a sociedade inventou o mito da virilidade sexual; e o abuso sexual e a exploração do trabalho das mulheres negras foram respondidos com a narrativa da mistura e da democracia racial, que ocorreram sob muita sedução e consensualidade, em narrativas que buscam igualar as condições de decisão e escolha de homens brancos e mulheres negras. Assim, na tentativa de harmonizar essas relações e obscurecer o seu horror, narrativas romântico-eróticas que enfatizam as supostas barganhas adquiridas por mulheres negras acabam sendo escolhas no discurso hegemônico para silenciar dores indizíveis e profundas, que, na maioria das vezes, não estão registradas nos arquivos históricos (HARTMAN, 2020; 1996).<sup>3</sup>

A escravidão também se faz presente nas falas públicas que evocam esse passado, relacionando-o com demandas sociais presentes, por meio de referências diretas ao Brasil escravista para, em geral, relativizar sua violência e terror. Mecanismos de poder e controle empregados naquele passado são frequentemente evocados em encenações de poder do presente: agentes de fronteira dos Estados

<sup>2</sup> Sobre maternidade negra nos tempos da escravidão, recomendo o livro *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação* (MACHADO et al., 2021). Sobre maternidade e escravidão, ver também: Turner (2017).

<sup>3</sup> Sobre maternidade e sofrimento de mulheres negras, ver também: Turner (2017).

Unidos usam chicotes para castigar haitianos que tentam entrar naquele país. No Brasil, durante uma fala pública na qual criticava o reconhecimento de terras de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, o atual presidente do Brasil utilizou a palavra “arrobas” para se referir ao peso de pessoas quilombolas de uma suposta comunidade que visitou. A referência à desumanização promovida pela escravidão não parou aí. O chefe do Poder Executivo ainda afirmou que os quilombolas que viu “não fazem nada, nem para procriador ele serve mais” (BOLSONARO..., 2017).

As declarações oficiais que fazem referência à escravidão e que relativizam seu terror têm ganhado ainda mais fôlego em um contexto de enfraquecimento dos direitos sociais. O presidente da Fundação Palmares, por exemplo, órgão federal responsável por resguardar a memória, história e o patrimônio afro-brasileiro, afirmou que “a escravidão foi benéfica para as pessoas negras” (LEIA..., 2020). O vice-presidente atual da República declarou que não existe racismo no Brasil (COLETTA; TEIXEIRA; ROCHA, 2020), respondendo ao comentário de um jornalista sobre o assassinato de um homem negro por seguranças de um supermercado em Porto Alegre no dia 19 de novembro de 2020 (POLÍCIA..., 2020). Em outro momento, o vice-presidente fez uso de uma antiga fórmula sobre a formação do povo brasileiro, ao afirmar que o brasileiro herdou a “indolência” do índio e a “malandragem” do africano. A fala foi feita diante de uma plateia de empresários: “então, esse é o nosso caldinho cultural”, afirmou (SOARES, 2018). Para completar, o vice-presidente utilizou o conceito eugênico de “branqueamento da raça” para elogiar e celebrar a fenótipo europeu do seu neto (CANDIDATO..., 2018).

As falas recentes e proferidas por representantes do Estado brasileiro, todas elas declarações feitas em ambientes públicos, nos dão uma noção de como o imaginário político não só constrói mas também reforça uma noção de origem num passado escravista. É

esse passado que referencia os lugares sociais de cada pessoa e instituições no presente. Assim, sem ter como fugir desse passado, reconhece-se uma identidade nacional forjada durante a escravidão, tanto para pessoas negras quanto para pessoas brancas, só que estas últimas no lugar de autoridades e herdeiras vitoriosas desse processo histórico. Nesse sentido, Saidiya Hartman (2021) nos sugere que o tempo da escravidão não acabou, ele é vivo agora, de tão presente que o cativo se faz nas sociedades contemporâneas.

O tráfico, as torturas, as separações de pessoas, as perdas, a exploração, as humilhações, os estupros e aquilo que está inerente a tudo isso, ou seja, a violência, podem ser obscurecidos nesse passado como se não tivessem existido, aparecendo numa narrativa que celebra nossa origem e torna a narrativa da origem algo mais “aceitável”. A isso Trouillot (2016, p. 60; 84-85) chama de poder histórico, que é o exercício de criar narrativas, selecionar eventos e definir a forma como este serão contados, dando ênfase àquilo que se deseja. Outro aspecto desse poder é a autoridade de construir silêncios, definindo o que será registrado nos arquivos ou o que será silenciado para sempre, ou a forma como será lembrado.

A banalização das práticas escravistas, ao extremo, deixa evidências das permanências na violência sobre corpos negros inauguradas no Brasil durante a escravidão. Não raras são as notícias de homens e mulheres negras cujos corpos são violados em frente às câmeras, em locais públicos, como supermercados, praças, dentro das suas casas e nas suas comunidades. George Floyd, cidadão negro estadunidense, foi sufocado e morto enquanto o assassino, um policial, posava para o vídeo com o joelho apoiado em seu pescoço. Briona Taylor, também negra e estadunidense, foi assassinada enquanto dormia. O corpo de Amarildo, brasileiro e negro, continua desaparecido. O corpo de Claudia arrastado por um carro de polícia no ano de 2014. Agata Felix, menina de oito anos, que morreu dentro de um

transporte público. João Pedro, aos 14 anos, dentro de casa. Davi Fiúza foi morto por 17 policiais. Maria Eduarda, de 13 anos, foi baleada e morta dentro da escola. Evaldo Rosa foi morto após ser alvejado por um tanque do exército, que disparou contra ele mais de 200 tiros. Railan brincava na rua onde morava quando morreu. Viviane Soares e Maria Célia foram baleadas na porta de casa, e Viviane era tia de Railan, que também morreu baleado. Joel Conceição, menino capoeirista, recebeu um tiro e morreu dentro de casa em 2001. Em todas essas mortes, de homens, mulheres e crianças negras, agentes de segurança privada ou do Estado são os suspeitos, investigados ou condenados pelos crimes.

A vulgarização dessas mortes ocorridas em diferentes partes da diáspora negra, em que o passado escravista é marca incomum, nos lembra que a vulnerabilidade do corpo negro, antes escravizado, é um horror permanente no presente. Sem assumir a devida responsabilidade do poder público, os(as) intelectuais do país, ao silenciarem ou ainda relativizarem o terror que foi a escravidão para pessoas negras e o legado que o cativo deixou pela punição desses corpos, seja de forma física, mental ou simbólica, revelam que uma mudança de paradigma sobre esses corpos não aconteceu no pós-abolição.

Frank Wilderson III (2021, p. 253), teórico do afropessimismo, afirma que para pensar as relações raciais nos Estados Unidos do pós-abolição aos dias atuais, é preciso entender a violência como mecanismo central de disciplinarização, controle e coerção de corpos negros. Ao passo que movimentos sociais e pessoas negras exigem mais direitos sociais, mais essa violência aumenta. É a violência que diferencia a condição negra de todos os outros grupos sociais, e isso, segundo ele, é parte da morte social da qual se sustenta a escravidão, que é mais que um fenômeno preso numa dada temporalidade histórica, mas, mais do que isso, é uma dinâmica relacional: “É necessário um oceano de violência para produzir um escravizado,

singular ou plural, mas essa violência nunca entra em remissão. De novo, a pré-história da violência que estabelece a escravidão é também a história atual da escravidão” (WILDERSON, 2021, p. 254).

Mesmo hoje, num contexto de ampla adesão de narrativas negacionistas na história, não se nega que a escravidão foi sustentação das relações raciais e econômicas do Brasil por mais de três séculos. Contudo, tanto nas falas de agentes públicos já citadas quanto no discurso político, e até mesmo de parcela da intelectualidade brasileira, o que se percebe é uma relativização do horror escravista e da violência que marcou esse regime. Relações e práticas sociais violentas que têm o corpo negro como alvo, assim como relações de trabalho que exploram trabalhadores e trabalhadoras negras como pessoas escravizadas, com práticas de terror, fazem com que o cativo seja imediatamente mencionado nas nossas memórias coletivas e debates políticos.

Eis aí o campo de disputa: quando a associação com a escravidão é denunciada pelos movimentos sociais como estrutura relacional inspiradora das práticas racistas no Brasil, e na diáspora, o discurso que destituiu a violência das práticas escravistas ressurgiu com falas que negam o racismo no Brasil, o que seria resultado de uma excepcionalidade da nação – uma escravidão branda, não violenta e produtora de afetos entre pessoas de condições extremamente desiguais.

O pano de fundo dessa derrota torna visível a violência difusa e as rotinas diárias de dominação, que continuam a caracterizar a vida preta, mas são obscurecidos pela sua cotidianidade. O caráter normativo do terror garante a sua invisibilidade; resiste à detecção por trás de categorias racionais como crime, pobreza e patologia. Em outras palavras, a necessidade de sublinhar a centralidade do evento, definido aqui em termos de cativo, deportação e morte social, é um sintoma da dificuldade de representar o “terror como de costume” (HARTMAN, 2021, p. 259).

Na contramão dessa produção de uma versão da escravidão destituída de violência, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, associações culturais e uma intelectualidade negra que atua dentro e fora da academia têm produzido outras representações e leituras do cativo e dos seus impactos e manifestações atuais na diáspora, sobretudo no Brasil. Isso coloca o tema da escravidão no centro de uma disputa de narrativas, denúncias e produção de versões do passado histórico brasileiro que, como o movimento "Brasil: outros 500", são rejeitadas por parcela significativa da população, especialmente nos discursos oficiais, no debate político e na mídia hegemônica, pelo embaraço, desconforto e mal-estar necessários que causam.

### **Movimentos sociais, cultura popular, intelectualidade negra e a produção de outras narrativas sobre o terror escravista**

Assim como no Brasil durante as celebrações dos 500 anos da chegada dos europeus, na Espanha e nos Estados Unidos, não fossem os movimentos sociais, a narrativa da conquista sairia incontestemente nas comemorações dos "500 anos" ou da chegada de Colombo nas Américas. Este último foi eleito como representação da ocupação e vitória da civilização ocidental no seu projeto expansionista contra nações negras e indígenas. Em razão disso, grupos de imigrantes, povos originários, ativistas negros e a população latina, portanto movimentos sociais, antes e de forma mais contundente que a historiografia, foram os primeiros grupos a questionar o caráter festivo da data (TROUILLOT, 2016, p. 220-222).

Durante a ditadura militar brasileira, quando o discurso da democracia racial era não só oficial como hegemônico, até mesmo as organizações pró-democracia não problematizavam a questão. A intelectualidade negra foi protagonista de uma leitura da escravidão que era fundamental na produção de um discurso que

atrelava a opressão política do momento e o racismo como eventos modernos originados da escravidão, e esta como evento produtor de mecanismos de controle, subjugação e exploração do trabalho das populações negras.

Na década de 1970, diversas interpretações do Brasil foram produzidas por intelectuais negros e negras, como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales e Beatriz Nascimento, dentre muitos outros e outras que fizeram reflexões sobre como a sociedade brasileira no pós-abolição conservou estruturas que mantiveram as populações negras numa condição de subalternidade, tanto do ponto de vista das representações sociais quanto das relações de trabalho. Esses e essas intelectuais foram frontalmente contra narrativas que destituíam a escravidão de violência e descreviam as relações no cativo, via de regra, como relações desiguais, mas sustentadas no afeto, na sedução e, pontualmente, nas quais a violência não era regra. Sobre as relações entre história oficial e memória, a antropóloga e militante do movimento negro brasileiro Lélia Gonzales afirmou (2018, p. 35-36):

A história oficial, assim como o discurso pedagógico internalizado em nossas crianças, falam do brasileiro como um ser cordial, e afirmam que a história do nosso povo é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões ou conflitos que nela tenham surgido. Por aí pode-se imaginar o tipo de estereótipo difundido a respeito do negro: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc. Assim como a história do povo brasileiro foi outra, o mesmo acontece com o povo negro especialmente.

Lélia Gonzales (2018) deu lugar de destaque à escravidão para tratar da emergência do sistema capitalista no Brasil, da resistência dos povos negros ao cativo, para tratar de exploração do traba-

lho e para confrontar o mito da democracia racial. Em todos esses temas, deu centralidade à condição da mulher negra escravizada e, mais tarde, à condição contemporânea herdeira daquela, a de trabalhadora doméstica, para questionar uma narrativa da escravidão marcada por sedução e erotismo que destituía o cativo do seu caráter libidinoso e violento. Já na década de 1970, Lélia Gonzales (2018, p. 38-38) apontava aquilo que a historiografia da escravidão produzida a partir da década de 1980 demonstraria com base em fontes documentais: a necessidade de um olhar crítico e criterioso sobre a complexidade de relações profundamente desiguais marcadas por muita persuasão, coerção e desequilíbrio de poder.

Para Gonzales (2018, p. 196-197), mulheres negras escravizadas eram exploradas em duas frentes, sexual e do trabalho, ao mesmo tempo, enquanto mucamas. A trabalhadora doméstica do mundo contemporâneo permanece sendo um desdobramento desse papel diretamente ligado ao cativo. A extrema condição de exploração dessa trabalhadora é tão vinculada à escravização de mulheres negras que ainda hoje, quando resgatadas dos “quartinhos de empregada” nos quais trabalham em cárcere privado sob condições desumanas, a escravidão é evocada no termo “trabalho análogo à escravidão”. “Análogo” aqui nos situa numa temporalidade, qual seja, o mundo contemporâneo, pós-abolição, no qual a propriedade de pessoas legalmente deixou de existir, mas as próprias condições de vida e trabalho evocam o cativo no termo “escravidão” como uma fantasia das elites nacionais ancoradas na memória e no saudosismo de um tempo no qual eram nobres, proprietárias e proprietários de pessoas as quais detinham seus corpos e com eles faziam o que quisessem. Portanto, de alguma forma, a sociedade brasileira, nessa forma de exploração do trabalho, continua presa num passado.

A historiadora Beatriz Nascimento (2018, p. 127-128), entre os anos 1970 e 1980, produziu reflexões críticas sobre a forma como a

produção historiográfica brasileira representava as pessoas negras na história do Brasil, na qual suas experiências eram restritas ao cativo. Dessa forma, iniciativas de organização política de pessoas negras, que foram várias e diversas, eram ignoradas pela historiografia oficial e desconhecidas do público amplo. O quilombo dos Palmares ainda figurava como uma excepcional exemplo de resistência ao cativo. Beatriz Nascimento (2018, p. 136) estava preocupada com a participação de uma intelectualidade negra na escrita dessa história, o que, segundo ela, teria papel fundamental para que povos africanos e seus descendentes fossem representados como pessoas, sujeitos produtores de vontades, dotados de intelectualidade e capacidade de elaborar projetos políticos de liberdade:

Então justamente quando eu me apoio na historiografia do que se estabeleceu ser História do Brasil, é justamente por isso, porque para nós não significa, a questão econômica não é o grande drama, apesar de ser um grande drama, não é o grande drama, o grande drama justamente é o reconhecimento da pessoa, do homem negro que nunca foi reconhecido no Brasil.

A escravidão como experiência desumanizadora e as narrativas produzidas sobre ela, que também desumanizaram pessoas negras, uma vez que descreviam as pessoas escravizadas como infantis, irracionais e pouco cientes da violência que viviam, eram a maior preocupação dessa historiadora. Beatriz Nascimento (2018) propunha duas viradas teóricas nos estudos sobre a pessoa negra no Brasil: ao mesmo tempo que a historiografia deveria reconhecer o horror da escravidão, distanciando-se de narrativas romantizadas que destituíam seu caráter violento, também propunha o reconhecimento da pessoa negra como agente, dotada de desejos e vontades, tendo papel fundamental na produção da sociedade brasileira:

O quilombo no momento é importante justamente como eu disse para uma tentativa de autonomia do negro de se entender como pessoa, porque é uma coisa sabida pela gente de que o negro não é reconhecido como pessoa, é conhecido como uma coisa estética, como o contribuidor cultural, como o escravo, como o pobrezinho, mas não como homem atuante na sociedade brasileira... os negros tentam sempre se organizar, se unir, se reunir, como foi o quilombo, que era união, que era organização, que era agrupamento, entende? O que eu quero dizer é justamente isso: a lembrança, lembrar de mim mesma, lembrar para os negros de que eles têm passado de homens capazes de empreender um tipo de estrutura que foi muito forte, que assustou sempre, que assustou tanto que passou para a amnesia nacional (NASCIMENTO, 2018, p. 137).

Para Beatriz Nascimento (2018), a pesquisa historiográfica sustentada em fontes documentais produziria novos conhecimentos para a história do Brasil, fundamentais tanto para a historiografia quanto para as demandas políticas dos movimentos sociais. Assim, essa intelectual, que era historiadora e militante, via na pesquisa documental uma forma de sofisticar não só a historiografia do negro no Brasil como também o debate político, desbancando as narrativas oficiais que se apropriavam da história da escravidão, sobretudo durante a ditadura militar, para relativizar o horror do cativo e reforçar o mito da democracia racial. Buscando a relevância do papel da mulher negra, Beatriz Nascimento (2018, p. 400; 408-409) respondia à justificativa de ausência de fontes como um desafio que deveria ser enfrentado por pesquisadoras e pesquisadores do tema da escravidão e dos quilombos.

Nos anos 1980 a historiografia social da escravidão seguiria esse caminho apontado por Beatriz Nascimento (2018), buscando nas fontes documentais mantidas nos arquivos e em centros de memórias

vestígios escritos, documentados, sobre o passado escravista. Na década de 1970, os movimentos sociais negros fizeram uma crítica contundente à democracia racial, questionando o suposto caráter ameno e paternalista da escravidão brasileira. Aquela também seria a década da fundação do bloco afro-Ilê Aiyê na Bahia e, nacionalmente, do Movimento Negro Unificado. O resultado desses questionamentos a versões tradicionais e oficiais do cativo refletiu na academia, influenciando historiadoras e historiadores que, no início dos anos 1980, interessaram-se pela complexidade da vida negra no Brasil escravista. Com base em fontes documentais (registros cartoriais, testamentos, processos crimes, atas de assembleias provinciais, legislação, registros de notas etc.), buscavam entender estratégias de vida, demonstrações de amor e afeto, revoltas e pequenos atos de resistência promovidos por pessoas escravizadas e libertas do Brasil (GRINBERG, 2019, p. 150-153).

Por intermédio dessa análise historiográfica do cotidiano escravista, mais descomprometida em formar um cenário escravista harmonioso, foi possível perceber uma complexidade de relações, de ações e também de vontades, desejos, planos e projetos de vida de pessoas negras que lograram seus intentos, parcial ou completamente, ou que fracassaram na sua tentativa de "burlar" o sistema escravista. Ou seja, o tema da resistência e da agência da pessoa negra escravizada ganhou grande relevância no debate historiográfico na década de 1980, sobretudo no ano de 1988, quando se celebrava o centenário da Abolição. Das disputas pelas versões do que foi o cotidiano escravista e a quem realmente devemos atribuir uma personalidade que represente o fim da escravidão, se a princesa Redentora ou o Zumbi dos Palmares, daí por diante o tema da escravidão e da liberdade nunca mais saiu do debate público, nem da academia no campo da História.

Nos anos 2000, a Conferência de Durban contra o racismo pautou que a questão racial seria uma questão nas próximas décadas. As cotas nas universidades brasileiras (2004), fruto das lutas de décadas do movimento negro, representaram uma maior presença de pesquisadoras negras e pesquisadores negros disputando espaços na academia e produzindo pesquisas que tratassem da questão da escravidão, da liberdade, da resistência, mas também do processo de racialização da população brasileira que seguiu o pós-abolição. Nesse período pós-abolição, o ser negro, sinônimo de descendência de pessoas escravizadas, passou a ser elemento de controle social promovido pelo Estado brasileiro, por meio de políticas públicas contra mulheres e homens negros.<sup>4</sup>

O fato é que as pesquisas desenvolvidas na academia, com fundamental colaboração e protagonismo de historiadoras e historiadores negros, têm colaborado com os debates políticos e públicos, sobretudo sobre a legitimidade das ações afirmativas. Embora ainda a passos lentos, a historiografia social da escravidão tem contribuído com um olhar sério, realista e científico sobre o que foi o cativo no Brasil, as relações entre pessoas escravizadas e aquelas que eram suas proprietárias e, mais tarde, com o Estado. As permanências das práticas escravistas, ou análogas e inspiradas por ela, que permanecem no cotidiano na sociedade brasileira, têm gerado bastante desconforto, o que pode ser reação de vozes que ainda insistem em relativizar o horror da escravidão (GRINBERG, 2019, p. 153-154).

No entanto, aquilo que tem sido produzido e pesquisado pela historiografia social da escravidão ainda tem um longo desafio, que é chegar ao mercado editorial hegemônico de forma ampla, aos livros didáticos de forma efetiva e ao público geral de forma bastante po-

pular e plenamente acessível. A despeito dos incontestáveis avanços promovidos após a implementação da Lei n. 10.639 (BRASIL, 2003) e da apropriação das análises sobre o horror da escravidão no debate público por setores que defendem direitos da população negra, ainda é possível perceber no debate político perspectivas que desracializam a escravidão brasileira, questionando o inquestionável: que ela atingia pessoas negras, destituiu essa população de direitos, inclusive no pós-abolição, e legitimou toda sorte de violência e exploração do trabalho e do corpo, assim como que mulheres negras sofriam um tipo de exploração específica por serem mulheres negras, fossem elas escravizadas ou até mesmo libertas numa sociedade escravista, além disso, muitos dão a entender que pessoas negras e brancas se beneficiaram igualmente com a escravidão.

O desconforto gerado pelos debates do que foi a escravidão nas Américas ganha alcance transnacional e desperta narrativas negacionistas não só no Brasil, mas em qualquer nação onde a questão racial e a memória da escravidão sejam cruciais. Nos Estados Unidos, por exemplo, o forte comprometimento com interesses políticos conservadores e interesses financeiros tem influenciado negativamente a agenda por ampliação de direitos e de denúncia do racismo, interferindo naquilo que é conteúdo dos livros de história e nas narrativas fundamentais de alguns estados e até mesmo do país.

No estado do Texas, por exemplo, deputados tentam reduzir o peso da escravidão naquela parte do país apresentando medidas que limitam menções ao cativo nos livros didáticos e nos currículos escolares daquele estado. Além do Texas, Idaho, New Hampshire, Tennessee e até a mesmo a Louisiana têm aplicado medidas que retiram os temas da escravidão, Jim Crow e segregação racial do currículo escolar (TEXAS..., 2021). No lugar disso, teriam lições de patriotismo, que é uma demanda do ex-presidente Donald Trump, que propôs para as escolas a chamada "educação patriótica", banindo

<sup>4</sup> Diversas são as pesquisas e os livros que tratam do processo de racialização da sociedade brasileira no pós-abolição e das políticas públicas que legitimavam a desigualdade racial no período, entre estas, destaco: Albuquerque (2009) e Domingues e Gomes (2014).

do conteúdo escolar, além da escravidão, termos como “racismo”, “supremacia branca”, “direitos civis”.

Um dos eventos mais relevantes, senão o mais relevante, dessa reação conservadora que teve como alvo os currículos escolares e o tema da escravidão foi o projeto 1.619, idealizado pela jornalista afro-americana Nikole Hannah-Jones e lançado, como indica o ano que dá título ao projeto, no aniversário de 400 anos da chegada do primeiro navio negreiro ao estado da Virgínia, quando os Estados Unidos ainda era colônia britânica.

O projeto, que contou com a colaboração de 18 pesquisadoras e pesquisadores, principalmente do campo da História da Escravidão, negros e negras na sua grande maioria, tinha o seguinte objetivo: recontar a história dos Estados Unidos em outros termos.<sup>5</sup> Isso quer dizer, construir uma perspectiva sobre a democracia republicana fundante do país a partir da experiência da população negra. Com isso, a ideia do projeto 1.619 trazia uma reflexão e uma provocação, que era a possibilidade de uma república defender tais valores, sendo, ainda assim, escravista, mesmo no pós-abolição. Ademais, procuraria compreender se a ideia de democracia se sustentaria, uma vez que o país se afirmava republicano, democrático e livre, ao mesmo tempo que a violência racial atravessava a sociedade em diferentes momentos históricos, desde a Independência do país, escravidão, Guerra Civil, a Reconstrução, seguidos por Jim Crow e políticas públicas de segregação racial, desigualdades até o racismo cotidiano contemporâneo.<sup>6</sup>

Assim, o projeto 1.619 trouxe uma nova perspectiva para o debate sobre a história dos Estados Unidos no campo do debate público e do ensino de História no país. O tema espinhoso da escravidão tanto despertou reações negacionistas que reagiram veementemente con-

tra uma perspectiva que assumia, baseada em pesquisas históricas, o horror da escravidão, quanto impulsionou ativistas a questionarem, nos Estados Unidos, a permanência de monumentos públicos que homenageavam traficantes de escravos, confederados e escravistas. O movimento pela derrubada das estátuas de figuras que se beneficiaram do sistema escravista se espalhou pela Europa e também pelo Brasil, onde, da mesma forma que no resto do mundo, despertou apoio e a ira de setores mais afetos a uma versão negacionista da história, que relativizava o impacto da escravidão sobre as populações negras e indígenas ou que simplesmente nutriam apego aos monumentos, pois estes constituíam-se em patrimônios públicos.

No ano de 2020, uma estátua de Cristóvão Colombo foi derrubada em Richmond, na Virgínia, Estados Unidos. Em 2021, uma estátua de Colombo veio ao chão em Barranquilla, na Colômbia, num protesto liderado por ativistas indígenas. No Brasil, a estátua do bandeirante Borba Gato, erigida em 1963, foi derrubada por uma organização popular chamada Revolução Periférica. A organização justificou o ato afirmando que figuras históricas como Borba Gato representavam o genocídio e a escravização de pessoas negras e indígenas, portanto indicando uma versão da história diferente daquelas pessoas que, durante a ditadura militar brasileira, erigiram uma estátua de uma figura do Brasil colonial para representar o processo de fundação do país. Diferentemente das pessoas que defendem a manutenção da estátua ainda que controversa, mas como patrimônio histórico monumental, ativistas do mundo inteiro e que promoveram ações similares percebem as estátuas de escravizadores como formas de consolidar uma versão da história que celebra os representantes das elites e que naturalizam a violência.

Da Bahia parte uma iniciativa, o projeto Salvador Escravista, que tem como objetivo comum questionar as homenagens àqueles que são considerados heróis da história oficial, mas que hoje tem sua

<sup>5</sup> Entrevista de Nikole Hannah-Jones (LOUIS, 2019).

<sup>6</sup> <https://nyti.ms/37JLWkZ>

personalidade e relevância questionadas pelo seu envolvimento com a escravização, o tráfico e genocídio. Entendendo o história pública como um campo de disputas entre o que vai ser lembrado, o que vai ser esquecido e como determinados personagens e episódios serão lembrados, o projeto busca levar historicidade às ruas, aos monumentos e às homenagens que celebram personalidades envolvidas com o tráfico de africanos e a escravidão na cidade de Salvador, segundo maior porto de desembarque de africanos das Américas.

Conflitos que têm como parâmetro divergências sobre as versões da história do Brasil não param de bater à porta da nossa realidade. As disputas por interpretações e confrontações à história oficial produzida pelas elites embalam as lutas por direitos de populações negras e indígenas, que são deslegitimadas pelo interesse de quem condena o acesso à terra ou a políticas afirmativas. A conexão entre o Brasil colonial e escravista e o Brasil contemporâneo, ligação esta mantida pelas desigualdades e violências que têm seu berço no século XVI, é perfeitamente percebida no debate político e nas agendas dos grupos em questão. Para os povos originários que defendem o direito à terra, seu direito à terra não pode ser registrado a partir da data da Constituição de 1988, como defende a tese do Marco Temporal. Lideranças indígenas defendem que sua história no território começou bem antes da chegada dos primeiros europeus.

Ao longo do processo histórico, enquanto diferentes grupos sociais formaram nações e destruíram outras, diferentes perspectivas do passado também foram se formando. Desde ali, foram produzidos conflitos que batem à porta do presente, deixando suas marcas e consequências. Produzindo desigualdades, esse passado se mantém presente pelas diferentes perguntas e questões impostas a ele em diferentes momentos da história. Se uma versão oficial de um Brasil harmonioso, mesmo que escravista, durante muito tempo se consolidou nos livros, nas escolas, na produção cultural e nas representações na

qual diferentes grupos sociais estavam satisfeitos com seus lugares, a pesquisa documental e os movimentos sociais produziram versões distintas e que geram profundo incômodo.

A denúncia do extermínio indígena, da exploração dos povos africanos e seus descendentes escravizados no Brasil e a produção de uma nação miscigenada sob o custo da violência sexual sofrida por mulheres negras e indígenas, episódios que foram obscurecidos pelas narrativas de romances, atos de sedução e gestos de consensualidade, demonstram um passado nacional complexo que lança uma luz sobre nossas desigualdades profundas. Diante disso, perguntamos: é possível um debate público amadurecido e honesto sobre questões como racismo, sexismo e exploração sem olhar para esse passado? Qual o papel da história nas disputas sociais que se orientam num passado de explorações para grupos sociais que defendem reparações históricas? Será possível deixar esse passado para trás, uma vez que ele ainda é evocado tanto nas narrativas que negam o horror da escravidão e relativizam seu terror quanto naquelas feridas abertas expressas no presente por meio de atos cotidianos de racismo, sexismo, exploração e violência?

Essas perguntas ainda causam tanto incômodo e despertam tantas divergências porque a escravidão ainda está em curso, tanto como memória quanto na forma das marcas mais sentidas e dolorosas da sociedade que vivemos.

### Conclusão

No ano de 2019, a escola de samba Mangueira pisou na avenida reivindicando uma nova história do povo brasileiro, dessa vez contada a partir das referências, perspectivas e ações de resistência dos povos silenciados pela história oficial. Prometendo contar "a história que a história não conta", o enredo contrariava as narrativas oficiais que descrevem um passado harmonioso fundante do Brasil e contam a história dando ênfase aos conflitos: desde 1500 tem mais invasão do

que descobrimento! Exigindo “[...] um país que não está no retrato”, a escola propunha que membros das elites escravistas patriarcais e monárquicas descessem do pedestal da história, dando lugar aos povos indígenas, às pessoas negras escravizadas e às lideranças políticas contemporâneas, como a vereadora Marielle Franco.

O enredo desagradou muitos, mas para outros tantos significou novas possibilidades de ensino de História e também de uma nova versão do passado brasileiro, mais ao agrado dos movimentos sociais e das pessoas comuns. Este artigo se inspira nas possibilidades apresentadas naquele samba-enredo: se povos indígenas, mulheres negras e homens negros, pessoas pobres e pouco letradas tivessem contado a história do Brasil, será que as dores e os conflitos do passado seriam silenciados e obscurecidos? Quem seriam os heróis nacionais?

Sendo um importante mecanismo de poder, discutimos aqui por que a exposição dos conflitos geram tantos incômodos no debate público. Ao mesmo tempo, refletimos também como o tema da escravidão e do extermínio indígena ora tem seu terrior relativizado, ora esse passado é descrito de forma jocosa, e como esse passado é preciso no discurso político, seja para reivindicar direitos sociais ou para negá-los. As apropriações políticas do passado acontecem de todos os lados, por segmentos sociais bastante distintos. Se os silêncios e as narrativas que obscurecem a violência favorecem a agenda do poder hegemônico, os movimentos populares souberam pautar a violência como ferramenta principal de dominação dos povos que foram escravizados. Os movimentos sociais, percebemos, foram os principais responsáveis pelo tensionamento do passado, apontando suas marcas no presente.

Na esteira dos movimentos democráticos dos anos 1970 e 1980, a militância negra colocou uma questão para a historiografia da escravidão: como a produção historiográfica sobre o passado poderia trazer informações qualificadas, fruto de pesquisa histórica, que expusessem

tanto a existência de vontades, desejos e projetos políticos das pessoas escravizadas que, de formas diversas, visavam construir uma vida longe do cativeiro? A produção acadêmica sobre o tema, ao longo dos anos 1980, produziu trabalhos importantes que nos deixavam informações dessas relações complexas, fruto de pesquisas históricas que falavam de violência, persuasão, coerção, controle social, limitações à cidadania e vida em liberdade e também, claro, de resistência.

Nas décadas seguintes, sobretudo após a implementação dos sistemas de cotas do Brasil, um maior número de intelectuais negras e negros passou a ocupar os espaços na universidade e produzir, também, no campo da História pesquisas interessadas a problematizar o cotidiano escravista e o pós-abolição. Essas contribuições, na atualidade, quando trazidas para o debate público, nos ajudam a compreender as reminiscências da escravidão no racismo cotidiano, nas políticas públicas de controle social e criminalização da população negra e na naturalização da violência sobre corpos negros. Logo, o passado continua a ser alvo de disputas políticas e falas negacionistas comprometidas com o racismo, com o rechaçamento da ciência e com as demandas públicas de justiça social que visam proteger direitos dos povos indígenas e negro.

Por essa razão, a questão do incômodo com o passado e as disputas acirradas que ele desperta foram discutidas à luz de intelectuais como Ralf Trouillot, Frank Wilderson III e Saidiya Hartman, que têm discutido os silêncios do passado nas sociedades contemporâneas e o peso da escravidão nas práticas que inspiram políticas públicas racistas, na violência racial do cotidiano e nos traumas e desigualdades que indicam que esse passado não passou e ele está em disputa. Violências, traumas, silêncios e dores indizíveis gritam no nosso passado, por isso permanecem no nosso presente. Talvez por isso essa história incomoda tanta “gente grande”.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOLSONARO: "Quilombola não serve nem para procriar". *Uol*, 5 abr. 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/repotagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- BRASIL. *Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm). Acesso em: 20 jul. 2022.
- CANDIDATO a vice de Bolsonaro, Mourão cita "branqueamento da raça" ao elogiar neto, *G1*, 6 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/06/candidato-a-vice-de-bolsonaro-mourao-cita-branqueamento-da-raca-ao-elogiar-neto.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- COLETTA, Ricardo Della; TEIXEIRA, Matheus; ROCHA, Marcelo. No Brasil não existe racismo, é coisa que querem importar, diz Mourão sobre morte de Beto Freitas em mercado. *Folha de S. Paulo*, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/no-brasil-nao-existe-racismo-e-coisa-que-querem-importar-diz-mourao-sobre-morte-de-beto-freitas-em-mercado.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.
- FONSECA, Celena; SANTOS, Suely (org.). *Zumbi apareceu na Coroa Vermelha*. Salvador, 2010.
- GONZALES, Lélia. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- GRINBERG, Keila. O mundo não é dos espertos: história pública, passados sensíveis, injustiças históricas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 12, n. 31, p. 145-176, 2019.
- HARTMAN, Saidiya. O tempo da escravidão. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 14, p. 242-262, 2021.
- \_\_\_\_\_. Vênus em dois atos. *Revista ECO-Pós*, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Doi: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>.
- \_\_\_\_\_. Seduction and the Ruses of Power. *Callaloo*, v. 19, n. 2, p. 537-560, 1996.

HISTÓRIAS PARA NINAR GENTE GRANDE. [Tomaz Miranda/Ronie Oliveira/Márcio Bola/Mamá/Deivid Domênico/Danilo Firmino]: Enredo da escola de samba Mangueira. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2019.

LEIA a íntegra das declarações em que Sérgio Camargo, da Fundação Palmares, chama movimento negro de "escória maldita". *O Globo*, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/leia-integra-das-declaracoes-em-que-sergio-camargo-da-fundacao-palmares-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita-24462253>. Acesso em: 20 jul. 2022.

LOUIS, Pierre-Antonie. "No people has a greater claim to that flag than us". *The New York Times*, 6 set. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/06/us/nikole-hannah-jones-interview.html>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MACHADO, Maria Helena P. T. et al. (org.). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Editora filhos da África, 2018.

POLÍCIA indícia seis por morte de Beto Freitas. *DW*, 11 dez. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pol%C3%ADcia-indicia-seis-por-morte-de-beto-freitas/a-55910438>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SOARES, Jussara. Vice de Bolsonaro diz que brasileiro herdou "indolência" do índio e "malandragem" do africano. *O Globo*, 6 ago. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/vice-de-bolsonaro-diz-que-brasileiro-herdou-indolencia-do-indio-malandragem-do-africano-22955042>. Acesso em: 20 jul. 2022.

TEXAS Pushes to Obscure the State's History of Slavery and the Racism. *The New York Times*, 20 maio 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/05/20/us/texas-history-1836-project.html>. Acesso em: 20 jul. 2022.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

TURNER, Sasha. The nameless and the forgotten: maternal grief, sacred protection, and the archive of slavery. *Slavery & Abolition*, v. 38, n. 2, p. 232-250, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1080/0144039X.2017.1316962>.

WILDERSON III, Frank B. *Afropessimismo*. São Paulo: Todavia, 2021.

## Ensino de História e formação para a cidadania no Brasil independente

Mauro Cezar Coelho

*"Pergunte ao Criador  
Quem pintou esta aquarela  
Livre do açoite da senzala  
Preso na miséria da favela"*

(TURCO; MANGUEIRA; MANGUEIRA, 1988).<sup>1</sup>

O samba-enredo da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira para o Carnaval de 1988 questiona um ícone de nosso cancioneiro. *Aquarela do Brasil*, samba-exaltação de Ary Barroso<sup>2</sup>, conformou uma imagem do Brasil e do brasileiro desde o seu lançamento, em 1939. Sua força pode ser dimensionada pelo número de gravações de que foi objeto e por dois episódios significativos. Ao completar 80 anos, a composição havia conhecido 399 gravações, desde a primeira, na voz de Francisco Alves (FERREIRA, 2021). Alçada à condição de hino informal do Brasil, expressão máxima da música popular brasileira,

<sup>1</sup> O trecho utilizado como epígrafe é o refrão do samba-enredo da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira para o carnaval de 1988. Sobre os compositores, encontrei dados sistematizados sobre Hélio Turco (2021) e Jurandir Mangueira (2021).

<sup>2</sup> Sobre o compositor, ver: Ary Barroso (2021).

*Aquarela do Brasil* foi eleita por duas vezes, em enquetes promovidas por dois órgãos da imprensa e pela Academia Brasileira de Letras (ABL), como a música brasileira do século XX (FURTADO FILHO, 2009). Em 2016, quando da edição dos Jogos Olímpicos de Verão no Brasil, no Rio de Janeiro, a entrada da delegação brasileira se deu ao som do velho samba-exaltação de Ary Barroso.

A força de *Aquarela do Brasil* está na metáfora formulada pelo compositor. Aquarela configura uma técnica de pintura, na qual as imagens são construídas a partir da diluição de tintas e da sobreposição de tons, com o objetivo de criar formas, volumes e dimensões (ALMADA, 2018). Pensar o Brasil como aquarela permite a representação do Brasil como amálgama e do brasileiro como resultante da mistura: o Brasil mulato, o Brasil mestiço, miscigenado, no qual as raças se conglomeraçam, encontram na *Aquarela do Brasil* a sua “mais completa tradução”!

A metáfora do Brasil como aquarela ganhou força a partir dos anos 1930, quando se consolidou o que se denominou: de Ideologia da Mistura.<sup>3</sup> Em lugar do discurso segregacionista presente nas formulações baseadas em teses pseudocientíficas que condenavam o Brasil pelo caráter miscigenado da população<sup>4</sup>, a defesa da mistura como sinal positivo da nacionalidade sustentava o potencial criativo do amálgama e o assumia como um dos mais importantes índices de nossa cultura. O samba-enredo da Mangueira denuncia que o discurso configura letra morta! A despeito das elegias à *aquarela*, no

<sup>3</sup> Há uma pródiga discussão sobre a Ideologia da Mistura e seu fundamento, a *Fábula das Três Raças*. Assumo os anos 1930 como baliza, considerando que é a partir de então que o Estado promove uma nova representação do Brasil na qual a miscigenação surge como um valor. Sobre isso, ver: Garfield (2000), Kerber (2007), Guizardi e Vilarouca (2018), Gasparotto (2019, p. 266-327), Matta (1987, p. 58-85), Ortiz (1994, p. 36-45), Guimarães (2020), Oliveira (2017) e Ribeiro, Gaia e Rodrigues (2020).

<sup>4</sup> Sobre esse ponto, ver: Schwarcz (1993).

plano concreto a vida seguiu como antes: as diferenças e exclusões foram mantidas.<sup>5</sup>

O samba-exaltação de 1939 e o samba-enredo de 1988 e suas remissões à metáfora da aquarela para pensar o Brasil servem de mote à reflexão sobre a trajetória da História ensinada na escola no Brasil independente. De todas as disciplinas escolares, a História Escolar acompanhou o nosso percurso como país com a atribuição de formar para a cidadania. A longa trajetória da disciplina escolar é demarcada pela tensão entre dois objetivos expressos nos dois sambas: integrar os diversos elementos que conformam o povo brasileiro e, ao mesmo tempo, demarcar diferenças de modo a reiterar hierarquias. A reflexão a seguir pretende evidenciar essa dupla função da disciplina.

Antes de prosseguir, uma pontuação é necessária. A trajetória da História ensinada na escola ao longo dos últimos 200 anos exige um estudo circunstanciado, cujas conclusões ultrapassariam, em muito, os limites deste texto. Por essa razão, o que ofereço aqui é um ensaio construído com a bagagem angariada no exercício do meu ofício de professor de História. Por meio dela, penso ser possível promover um ensaio de interpretação sobre o panorama geral da História Escolar no Brasil, desde a Independência. Ele não oblitera ou inviabiliza as análises pormenorizadas que, evidentemente, poderão dimensionar o alcance do ensaio que ofereço.

<sup>5</sup> Sobre a crítica à memória histórica presente em sambas-enredo, ver este sugestivo artigo: Jesus (2020).

## História e ensino – integração e exclusão

*“Ganância veste terno e gravata  
Onde a esperança sucumbiu  
Vejo a liberdade aprisionada  
Teu livro eu não sei ler, Brasil!”*  
(MONSTRO..., 2018).<sup>6</sup>

A trajetória da História no Brasil independente tem seu início demarcado pela preponderância do político. As demandas das conjunturas políticas que informaram a proclamação da Independência e a conformação do Estado, nos primeiros anos de nossa vida como país, afetaram sobremaneira a concepção de História construída na escola e fora dela. Evidência importante, nesse sentido, é a lei de 15 de outubro de 1827, que ordena a criação de “Escolas de Primeiras Letras”:

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL, 1827).

Como se pode ver, no momento mesmo de criação do embrião do sistema de ensino nacional, pretendia-se que o ensino da leitura, da escrita, da gramática e dos princípios morais deveria se dar, preferencialmente, por meio da constituição do Império e dos textos de História do Brasil. A opção não se deu aleatoriamente. A História era

<sup>6</sup> O trecho é parte do samba-enredo da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis para o carnaval de 2018. Sobre os compositores, lamentavelmente, não encontrei dados sistematizados.

a mestra da vida! Ela ensinava pelo exemplo e desvendava as origens (KOSELLECK, 1985, p. 21-38; HADDOCK, 1989, p. 15-65; CARBONELL, 1992, p. 61-72). Desde o início das discussões sobre a desvinculação do Brasil da metrópole lusa, apontavam-se os riscos de desagregação do imenso território que, por três séculos, foi submetido a Portugal.<sup>7</sup> A História deveria forjar o amálgama que integraria a nação.

Não por outra razão, os principais estabelecimentos de ensino e de produção de conhecimento histórico emergem na conturbada década de 1830. Iniciada com a abdicação de D. Pedro I<sup>o</sup> e seguida por convulsões em diversas partes do Império (como a Cabanagem, no Pará, a Setembrada, em Pernambuco, a Revolução Farroupilha, no Sul, a Revolta dos Malês, na Bahia, a Balaiada, no Maranhão e no Piauí, e a Sabinada, também na Bahia<sup>8</sup>), a década assistiu à emergência do Colégio D. Pedro II e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em ambos, a História teve lugar destacado.

O IHGB e o Colégio Pedro II conformaram espaços de sociabilidade acadêmica nos quais circularam intelectuais que, apesar de eventuais divergências, compartilhavam o mesmo universo social – eram membros da elite (econômica, política e/ou intelectual) – e a mesma compreensão sobre o modo como o Brasil deveria ser concebido (MATTOS, 1990, p. 23-33). No momento de conformação das matrizes do pensamento histórico entre nós, sócios do IHGB foram professores daquele colégio, de modo que as questões abordadas em um espaço

<sup>7</sup> Sobre as questões relativas ao processo de independência, remeto os leitores para duas obras que reúnem reflexões que consubstanciam o ponto abordado: Malerba (2006) e Jancsó (2003) – desta última, especialmente a seção [A] “Independência nas partes do Brasil”, que reúne as reflexões de André Roberto de A. Machado, Mattias R. Assunção, Denis A. de Mendonça Bernardes, Richard Graham, Thomas Wisiaak, Cecília H. de Salles Oliveira, Ana R. Cloet da Silva, Miriam Dolhnikoff e Helga I. Landgraf Piccolo.

<sup>8</sup> Sobre o Primeiro Reinado e os eventos que culminaram no 7 de Abril, ver: Ribeiro (2002).

<sup>9</sup> Sobre os eventos, ver: Flores (2004), Pinheiro (2001), Andrade (1998), Reis (1987), Santos (1980), Souza (1987).

reverberavam no outro. Neles a História foi assumida como a disciplina responsável pela identificação do Brasil, de suas raízes e de sua índole.

A História naquele momento obedecia a duas necessidades políticas do Império. Primeiramente, ela oferecia uma narrativa da formação do Brasil, por meio da qual o país reclamava sua filiação à herança ocidental. Assim, o Brasil era visto como espaço de continuidade da cultura europeia, não só em função do legado português, mas, sobretudo, pelo enaltecimento dos valores e da cultura do velho mundo! Em seguida, a História participava da integração do país, construindo um quadro a partir do qual não apenas nos reconhecíamos como nos educávamos. Por meio da narrativa construída, eventos ocorridos em diversas partes do território eram articulados em um texto que situava o país de duas formas: descrevia suas gentes e as vicissitudes que formaram o seu caráter (GUIMARÃES, 2011).

A História, então, assumia uma importante função pedagógica: situava o país no mundo *civilizado* e estabelecia uma narrativa que distinguia os brasileiros em acordo com sua proximidade com aquele mundo. A História ensinada, portanto, situava a trajetória brasileira como um desdobramento da História Geral. Conforme apontou Circe Bittencourt (1993, p. 169-192), a concepção de História Universal adotada entre nós assumiu a perspectiva de Charles Seignobos, a qual privilegiava a trajetória da Civilização e do Progresso. Assim, a História Geral se ocupava com as conquistas da civilização desde a Antiguidade e encontrava a sua melhor expressão no surgimento da burguesia e do capitalismo.

O Brasil *participava* desse processo, pois *era* resultado da Expansão Ultramarina e sua trajetória *fazia* eco aos movimentos do Velho Continente. O Mercantilismo, o Iluminismo, a Revolução Industrial, a emergência do Estado-Nação, o Liberalismo, todos os processos ocorridos na Europa *conheciam* seu equivalente nacional – a agroindústria açucareira e a mineração, a Inconfidência, a Independência, a Abolição,

a Proclamação da República *eram* tanto resultado de circunstâncias internas quanto, sobretudo, expressões da participação do Brasil no mundo *civilizado*. Além disso, os atores dessa trama eram os representantes da cultura e dos valores ocidentais.

Essa função educativa foi aprimorada ao longo das décadas seguintes. A literatura acerca da trajetória da disciplina demonstra que o compromisso da História Escolar com a formação do nacional e do cidadão foi uma constante.<sup>10</sup> Forjar o brasileiro, fortalecer os seus vínculos com uma perspectiva de passado, incutir valores com base na trajetória de certos “heróis” e informar uma narrativa sobre a conformação do Brasil e do povo brasileiro foram alguns dos compromissos da disciplina nos últimos duzentos anos.<sup>11</sup>

Isso não quer dizer, no entanto, que a História Escolar não tenha sofrido inflexões. Não. Elas foram recorrentes e obedeceram, principalmente, a dois vetores: de um lado, o avanço do conhecimento histórico; de outro, a conjuntura política e a concepção de cidadania informada por ela. Se, no Império, a História Escolar se voltava para o delineamento do povo brasileiro, distinguindo os diversos elementos que conformavam a população; ao longo do período republicano, ela se voltou para a ampliação da concepção de brasileiro, para a formação do trabalhador, do patriota, do cidadão comprometido com os objetivos definidos pelo Estado. Assim, desde a redemocratização, a História Escolar tem assumido a formação do cidadão crítico como a sua principal função social e política (BITTENCOURT, 1990; ABUD, 1998; GUIMARÃES, 2012; SILVA; ZAMBONI, 2013; COELHO; BICHARA, 2017).

As variações no conteúdo axiológico da disciplina obedeceram às demandas das conjunturas políticas. Não obstante, elas não alteraram o seu escopo ao longo das duas últimas centúrias: forjar o

<sup>10</sup> Consultar, entre outros trabalhos, a coletânea organizada por Guimarães (2016).

<sup>11</sup> Sobre a importância dos “heróis” na conformação da História ensinada na escola, ver: Fonseca (2009) e Souza (2009).

nacional e formar o cidadão, de modo a garantir a integração da nação e a distinção de seus diversos elementos. Isso fica particularmente claro, caso atentemos para a evolução dos conteúdos substantivos que conformam o currículo da disciplina.<sup>12</sup> A História Escolar, entre nós, não sofreu mudanças significativas, senão no início do século XXI. A rigor, os conteúdos que conformam o currículo da disciplina conheceram mais acréscimos que mudanças. Há mais sedimentação do que rupturas.<sup>13</sup> Se atentarmos para os manuais didáticos do século XIX, o conteúdo relativo à trajetória brasileira se ocupa com o passado colonial; na Primeira República, eles avançam sobre o Império e a Proclamação da República; nos anos 1960, a trajetória política e econômica do primeiro quartel do século XX é incorporada à narrativa histórica escolar; e assim por diante, até que, no final do século passado, a Redemocratização e a Nova República alcançam o currículo da História Escolar.

Ainda há muito o que investigar de modo a elucidar um aparente paradoxo: enquanto a História dos historiadores, a produção historiográfica, evolui sobremaneira desde os anos 1960, a História Escolar tem resistido a mudanças. Se considerarmos alguns dos manuais didáticos publicados nos últimos duzentos anos, verificam-se acréscimos, não alterações na perspectiva adotada. Em que pese as diferenças de abordagem, as narrativas, de modo geral, privilegiam o viés eurocêntrico, se atêm aos mesmos eventos e se concentram nas ações de um tipo específico de sujeito histórico – via de regra, do gênero masculino, marcadamente *branco*, pertencente às elites e comprometido com o Estado.

<sup>12</sup> Sobre conteúdos substantivos, ver, entre outros trabalhos: Cainelli (2012).

<sup>13</sup> Em análise sobre a produção de manuais didáticos paraenses, Leonardo Castro Novo (2020) traz evidências nesse sentido.

*Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manoel de Macedo<sup>14</sup>, publicado em 1861, é um exemplo da narrativa histórica escolar construída no decorrer do século XIX. O título é sugestivo. A obra é composta por onze lições que abarcam desde a Conquista de Ceuta e as façanhas do Infante D. Henrique até a emergência da União Ibérica. As lições consistem em juízos sobre as ações dos homens que participaram da edificação do Brasil, ao longo dos primeiros duzentos anos da *História do Brasil*. A premissa fundamental é de que a História ensina por meio das experiências acumuladas, oferecendo exemplos que educam. Assim, as lições destacam os bons exemplos: o D. Henrique (“inteligência esclarecida”), as viagens de Cristóvão Colombo (“sublime arrojo de um homem superior”), a relação de João Ramalho com os povos indígenas (“superioridade do homem civilizado”), a expedição de Martin Afonso (“homem digno de alta confiança”, “notável capitão” e “o primeiro colonizador”), as capitanias hereditárias (“obra de patriotismo”) e Thomé de Souza (“homem notável tanto pela prudência quanto pela firmeza”. Do mesmo modo, destaca os maus exemplos, como, por exemplo, Duarte da Costa (“nem se mostrou tão merecedor de justos louvores”) (MACEDO, 1861, p. 17; 39; 49; 53; 84; 111; 117).

A História que as lições ensinam, então, configuram-se em exemplos de ações de “grandes homens” que, desde o passado colonial, pavimentaram a trajetória da nação. Sua condição de portugueses não é percebida como um empecilho à condição de exemplos *nacionais*. Ao contrário, ela é vista como benéfica – o fato de o Brasil ter sido colonizado por uma única nação é a razão da unidade nacional: “identidade da religião, dos costumes, da língua, e das tendências de seu povo” (MACEDO, 1861, p. 135). A História Escolar veiculada em boa parte das escolas, na segunda metade do século XIX, ensinava, pois, a

<sup>14</sup> Para uma análise da obra de Joaquim Manoel de Macedo, ver: Mattos (1993) e Gatti Junior (2010).

superioridade da civilização europeia, a importância do patriotismo e do Estado e os valores que se queriam ver reproduzidos.

No início do século seguinte, vem a lume outro manual didático de grande repercussão. *História do Brasil*, de João Ribeiro<sup>15</sup>, tinha a pretensão de ampliar o espectro das análises recorrentes em livros didáticos de História: reconhecer a ação daqueles que deram feição ao Brasil – o colono, o jesuíta, o mameluco, os indígenas e os negros (RIBEIRO, 2014, p. 22). Com mais de quinhentas páginas, o livro é composto por nove capítulos. Os seis primeiros tratam da experiência colonial, segundo a pretensão apontada pelo autor: se voltar para as ações dos colonos, dos jesuítas, das invasões “estrangeiras” e da reação provocada por elas, da Escravidão e das primeiras expressões de nativismo.

Interessa-nos, porém, a abordagem oferecida sobre a experiência subsequente, relativa ao Brasil independente – inexistente na abordagem de Macedo. Essa parte do livro compreende os três últimos capítulos (VII. “O espírito de autonomia”; “VIII. O absolutismo e a revolução”; “IX. O Império. Democracia”) e é evidência do acréscimo por sedimentação a que me referi antes. Eles abarcam eventos ocorridos desde a Independência, os quais não era abordados nos manuais publicados em meados do século anterior. Vejamos, então, como João Ribeiro trata os fatos acrescentados ao currículo da História Escolar em seu manual. A Inconfidência Mineira é assumida como o ponto de partida para a Independência. Foi o Iluminismo, porém, a matriz de pensamento que informou os inconfidentes e Tiradentes, o mártir da Liberdade! A chegada da Família Real, a Revolução de 1817 e a Revolução Constitucional Portuguesa teriam concorrido, também, para a ruptura com a metrópole (RIBEIRO, 2014, p. 387-464).

<sup>15</sup> Sobre João Ribeiro e sua obra, ver: Gasparello (2004) e Silva (2008).

O manual didático de João Ribeiro (2014, p. 22-24) não pretende arrolar exemplos. Sua intenção é apontar causas e efeitos. A abordagem da trajetória imperial segue o mesmo princípio: a Constituinte de 1824, o 7 de Abril, a Regência, o Segundo Reinado, a Guerra do Paraguai, a Abolição e o advento da República são percebidos desde os fatores que concorreram para sua evolução. Isso não quer dizer, no entanto (apesar da ressalva do autor na introdução da obra), mudança na perspectiva presente na obra de Joaquim Manoel de Macedo. A narrativa histórica traçada por João Ribeiro destaca as ações dos homens que participaram, de um modo ou de outro, dos eventos políticos: os mamelucos e os negros não estão entre os agentes privilegiados da História ensinada sobre o Brasil independente nesta *História do Brasil*.

Claudio Manoel da Costa, Tiradentes, D. João VI, Hypólito da Costa, D. Pedro, José Bonifácio, Diogo Antonio Feijó são alguns dos que desencadeiam os eventos. Não são tratados como heróis e não são os únicos arrolados na narrativa. Em mais de uma oportunidade, João Ribeiro (2014, p. 31-443) destaca os homens que participaram dos processos, como faz, por exemplo, na abordagem da Revolução de 1817: magistrados, negociantes, militares e religiosos são reconhecidos como agentes importantes no desenrolar dos acontecimentos. Isso não significa, todavia, alteração na perspectiva presente nas obras didáticas anteriores: os agentes que fazem a *História do Brasil* de João Ribeiro são os mesmos das *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manoel de Macedo.

Os livros publicados cerca de cinquenta anos depois do manual de João Ribeiro avançaram no trato da trajetória republicana. Um dos mais importantes manuais desse período foi o *Compêndio de História do Brasil*, de Antonio José Borges Hermida.<sup>16</sup> A 53ª edição foi a público seis anos após a primeira, em 1962 (FERRARO, 2013, p. 67).

<sup>16</sup> Sobre Borges Hermida e sua produção, ver: Brauna (2013).

Não se trata do primeiro livro de Borges Hermida, que publicava manuais didáticos desde 1945 (RIBEIRO, 2008). O *Compêndio de História do Brasil* nos interessa por duas razões. Em primeiro lugar, o grande número de edições e sua permanência como item importante do mercado editorial atestam sua relevância como extrato da narrativa histórica escolar. Em segundo lugar, ele representa uma alteração na indústria do livro didático, pois traz inovações na narrativa oferecida: uma nova abordagem na diagramação e a introdução de imagens que dimensionam a narrativa (FERRARO, 2013, p. 63-95).

O livro conheceu mais de 50 edições. A cada uma delas, alterações foram feitas de modo a acompanhar as mudanças demandadas pelo tempo. A edição de 1968 é elucidativa do ponto que abordamos atrás: a narrativa histórica escolar tem evoluído mais por sedimentação do que por mudanças epistemológicas. O *Compêndio de História do Brasil* publicado naquele ano abarca a trajetória republicana, a partir do seu advento, em 1889, até o “Brasil Contemporâneo”, o qual compreende desde a “Revolução de Outubro” até o ano de 1967. Os eventos já abordados por Joaquim Manoel de Macedo e João Ribeiro estão presentes na narrativa construída por Borges Hermida. O índice do livro evidencia o ponto que sugerimos: a narrativa histórica escolar evolui por sedimentação – as mudanças de abordagem não são decisivas a ponto de alterarem o seu escopo. Os títulos das unidades o indicam: “O descobrimento”, “Formação do povo brasileiro”, “A colonização”, “A expansão geográfica”, “A defesa do território”, “O sentimento nacional”, “O Primeiro Reinado”, “As Regências”, “A política interna do Segundo Reinado”, “A política externa do Segundo Reinado”, “A Abolição”, “O progresso nacional do Império”, “A República” e “O Brasil contemporâneo” (HERMIDA, 1968, p. 11-12). As seis primeiras unidades abarcam temas presentes nas *Lições de História do Brasil*, de Macedo; estas e as seis seguintes tratam de assuntos constantes na *História do Brasil*,

de João Ribeiro. As duas últimas trazem os novos conteúdos – os eventos ocorridos a partir do início do século XX.

A abordagem, no entanto, se mantém inalterada, sobretudo em um ponto: no modo como são abordados os agentes históricos. No trato da trajetória republicana, assim como nas duas obras supracitadas, os sujeitos das ações, aqueles que provocam mudanças e alteram o curso dos acontecimentos, são os mesmos: homens *brancos*, das elites políticas ou econômicas e comprometidos com o Estado. Não por acaso, a história republicana é a história dos governos. Na penúltima unidade do livro, há um capítulo intitulado “Governos Republicanos até 1930”. Nele, são abordados os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, Afonso Pena e Nilo Peçanha, Marechal Hermes e Venceslau Brás, Delfim Moreira e Epitácio Pessoa e Artur Bernardes e Washington Luís (HERMIDA, 1968, p. 302-309). O primeiro capítulo da última unidade se volta para os “Governos Republicanos depois de 1930”. Ele é dividido em três seções: a primeira se volta para a Revolução de Outubro, a segunda para o governo de Getúlio Vargas, e a terceira para os que o sucederam – Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e os militares (HERMIDA, 1968, p. 321-327).

O *Compêndio de História do Brasil*, de Borges Hermida (1968) é indicativo, ainda, do modo pelo qual os demais segmentos da sociedade eram frequentemente abordados pela narrativa histórica escolar oferecida pela literatura didática: a “revolta Canudos” é obra de “sertanejos fanáticos” e “jagunços”; as ações dos populares, durante o governo de Rodrigues Alves é classificada de “desordens”; no governo de Hermes da Fonseca, a emergência do Padre Cícero fez com que os sertanejos promovessem “agitações”; os populares voltam a ser mencionados quando a narrativa encontra o governo de João Goulart e o clima político do período: os líderes do Comando Geral dos Trabalhadores são classificados de “extremistas” (HERMIDA, 1968, p. 304; 306; 308; 326).

Tratamento muito diferente recebem os membros da elite política. O capítulo sobre a política externa se volta, quase que exclusivamente, para a figura do Barão do Rio Branco: um “grande brasileiro”, o qual “achava que para servir ao Brasil não se deve levar em consideração o seu regime político” (HERMIDA, 1968, p. 312-315).

A narrativa histórica escolar se manteve, pois, quase que inalterada desde a sua constituição no alvorecer do Brasil independente. Além da evolução por *sedimentação*, em decorrência dos acréscimos de novos acontecimentos, poucas mudanças afetaram a História ensinada na escola. Não que elas não tenham ocorrido. O trato da Escravidão é exemplar.

As *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manoel de Macedo (1861), não tratam da Escravidão, que é referida de modo tangencial e somente no que diz respeito à escravização dos povos indígenas. Ela está presente na *História do Brasil*, de João Ribeiro: a escravidão de indígenas e a escravidão de africanos são abordadas em seções específicas do livro. O historiador não apenas avança na inclusão do tema e no espaço destinado a ele como também encaminha explicações sobre a substituição dos índios escravizados pelos africanos escravizados: teria sido a indolência dos primeiros e a utilidade dos segundos o que teria motivado a preferência pela escravização do africano (RIBEIRO, 2014, p. 244-245). João Ribeiro (2014, p. 248-255) acresce a sua abordagem uma crítica moral à Escravidão, em função da crueldade a que os escravizados eram submetidos, especialmente na travessia do Atlântico. O livro de Borges Hermida (1968, p. 66) também aborda a Escravidão nos termos situados por João Ribeiro, reproduzindo, inclusive, a interpretação segunda a qual a substituição dos indígenas pelo africanos se deu pela inaptidão dos primeiros e pela resistência física dos segundos. Ele avança, no entanto, ao situar como os escravizados exerceram “influência nos costumes do povo

brasileiro” e ao discorrer sobre a resistência à Escravidão, com base no caso do Quilombo dos Palmares (HERMIDA, 1968, p. 70).

A propensão para a sedimentação, então, não obliterou alterações no trato com conteúdos específicos, especialmente em função da evolução da pesquisa histórica e da produção historiográfica sobre certos temas. No entanto, mesmo no caso apontado como exemplo, essas inovações mantinham a condição de sujeito histórico, de promotor dos eventos, de agente dos processos restrita a um conjunto muito reduzido de personagens. Africanos, indígenas, negros, mulheres, pobres, trabalhadores, via de regra, não se encaixaram no perfil de sujeitos históricos privilegiados pela narrativa didática. Nesse sentido, a História Escolar fez eco a uma constante da produção historiográfica – ela também foi demarcada pelo “paradigma da exclusão”.

A reflexão de Sidney Chaloub e Fernando Silva (1980) sustenta que a historiografia brasileira conhece uma constante: a valorização do Estado como o demiurgo da História do Brasil e o consequente apagamento dos sujeitos. Decorre dessa postura que apenas o Estado e seus representantes – as elites – aparecem como agentes relevantes da trajetória histórica, e os demais têm sua ação excluída ou subdimensionada. O enredo da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis para o carnaval de 2018, cujo samba serve de epígrafe a esta seção, aborda, justamente, esse ponto de nossa cultura política e de nossa memória histórica. Intitulado de *Monstro é aquele que não sabe amar – os filhos abandonados da pátria que os pariu*, ele situa a trajetória do Brasil independente por meio da exclusão social e de suas raízes:

Essa obra vai completar 200 anos, mas tem muito a nos dizer das diversas mazelas que atualmente corroem a integridade moral e espiritual de uma sociedade onde a desigualdade se alimenta do descaso, formando uma geração dominada pelo caos, vitimada pelo abandono e que vive à mercê de seres humanos bestiais que menosprezam tudo

e a todos que lhes parecem inadequados e fora dos padrões estabelecidos. São os Cavaleiros do Apocalipse político, camuflados com ternos, gravatas e hipocrisia, cavalgando no lombo da ambição e espalhando a falta de esperança. São as filas, as falhas e falcatruas alimentando saúvas e adoecendo a saúde; são zumbidos perdidos, sem direção, assustando a população e matando o futuro na nação. É a paz escondida na tristeza de cada olhar, na saudade doída dos que se foram, na fatalidade do silêncio dos que já não podem chorar. É o refugiado da seca que ainda não encontrou a terra prometida; é o brasileiro acuado, sem ter para onde fugir (LÁILA *et al.*, 2018).

O excerto do samba adotado como epígrafe sintetiza a crítica presente no enredo: “teu livro, eu não sei ler, Brasil!” O *livro* a que o samba se refere é tanto a trajetória criticada quanto a narrativa construída sobre ela, na qual parcelas significativas da sociedade são relegadas para as margens dos eventos. Essa narrativa, constituída desde o início do percurso da História Escolar, cumpria, pois, um duplo papel: integrar os diversos elementos, por meio de uma narrativa sobre a nossa formação, e demarcar as diferenças, por meio da valorização das ações das elites, confundidas com os propósitos do Estado. Ela pretendeu, pois, integrar os diferentes segmentos da população nas hierarquias estabelecidas. Contudo, como aventa um outro samba-enredo, houve quem quisesse um país “que não está no retrato” (HISTÓRIA..., 2019), e uma proposta de profunda alteração na História ensinada vem sendo gestada nos últimos anos!

## História e ensino – incorporação e inclusão

*“Sonhei  
Que eu era o rei que reinava como um ser comum  
Era um por milhares, milhares por um  
Como livres raios riscando os espaços  
Transando o universo  
Limpendo os mormaços”  
(SONHO..., 1980).<sup>17</sup>*

A década de 1980 foi, para muitos, uma “década perdida” (SILVA, 1992; ANGELICO; LUCCHESI, 2017). A conjuntura econômica é o vetor a partir do qual ela tem sido avaliada. Pois bem, o juízo formulado para a economia não se aplica, de todo, às demais esferas da vida. Os anos 1980 foram, também, anos de esperança, de mudança e de sonhos. O enredo da Escola de Samba Unidos de Vila Isabel situou o clima de expectativas que balizou a ação de segmentos da sociedade civil por transformação social: demandas por mudanças que concretizassem as expectativas por maior participação política, pelo redimensionamento do espectro político com o reconhecimento e inclusão de parcelas da população historicamente excluídas da cidadania plena e pela superação de injustiças e desigualdades cristalizadas na vida pública brasileira (SEINO; ALGARVE; GOBBO, 2013; FERNANDES; COELHO, 2018. p. 15-48; NEVES, 2020).

Desde a abertura política, a História ensinada na escola vive em constante ebulição. Ao longo da década de 1980, ela retornou ao currículo da Educação Básica como disciplina, depois de ter sido

<sup>17</sup> O trecho utilizado como epígrafe é parte do samba-enredo da Escola de Samba Unidos de Vila Isabel para o carnaval de 1980. Sobre os compositores, ver: Martinho da Vila (2021) e Rodolpho de Souza (2021).

incorporada aos Estudos Sociais, pela Lei n. 5.692/1971.<sup>18</sup> Na década seguinte, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), informada pelas discussões que resultaram na Carta Magna, promoveu nova discussão sobre o currículo da Educação Básica. Dela resultaram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que trouxeram novas demandas para o ensino de História.

Os PCNs não se constituíam em currículo proposto. Eram parâmetros, ou seja, referenciais que deveriam nortear o sistema educacional. Eles apontavam uma novidade: preocupação com a diversidade:

O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do país se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes (BRASIL, 1997, p. 13).

Os PCNs reconheciam, então, a sociedade brasileira como múltipla, estratificada e complexa e assumiam a formação para a cidadania, baseada nos princípios democráticos, como o eixo da Educação Básica.<sup>19</sup> Essa postura avança em relação ao currículo consolidado, especialmente no que tange à História ensinada na escola. Conforme

<sup>18</sup> Sobre a implementação dos Estudos Sociais, ver: Jacomeli (2010) e Viana (2014). Sobre a luta pelo retorno da História ao currículo escolar, ver: Fenelon (1985).

<sup>19</sup> Sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, entre outros estudos disponíveis, ver: Oliveira (2003, p. 131-266), Silva e Fonseca (2010, p. 17-20) e Ribeiro (2010).

apontei na seção anterior, a narrativa histórica escolar cristalizada na literatura didática era demarcada pela uniformização dos agentes e pelo silêncio em relação a certos grupos e sujeitos constituintes da sociedade brasileira. Nesse sentido, então, a preocupação com a diversidade assume maior relevo no currículo da disciplina. Isso fica ainda mais evidente se considerarmos os PCNs de História.

Os parâmetros arrolam nove objetivos para a História Escolar: quatro deles se voltam para a estrutura do conhecimento histórico, como “situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos”; um se volta para a formação propedêutica, com desdobramentos em todas as disciplinas, mas com íntima relação com a história, como a elaboração de pesquisas e produção de texto; e, finalmente, quatro se voltam para a formação para a cidadania, dos quais três fazem explícita remissão à diversidade e à diferença:

[...] conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais; valorizar o patrimônio socio-cultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos; valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades (BRASIL, 1998, p. 43).

Os PCNs reafirmam o compromisso da História Escolar com a formação para a cidadania. Trata-se de uma cidadania fundada nos princípios democráticos, preocupada com o reconhecimento e a valorização das diferenças, voltada para a resolução dos problemas sociais e compromissada com a superação das desigualdades. Os PCNs propunham, então, uma inflexão no percurso da disciplina: a

integração dos diversos elementos que conformaram a trajetória brasileira, como atores e atrizes relevantes. Todavia, no que concerne ao currículo editado, aquele proposto pela literatura didática e operado nas salas de aula, os PCNs não promoveram alterações decisivas.

Foi a década seguinte quem assistiu a uma proposta substancial de alteração do currículo da História ensinada na escola. As remissões dos PCNs à diversidade e à extensão de direitos não demarcavam um ponto crucial, no que se refere ao principal desafio para a oferta de uma Educação que reconheça a diversidade como um valor e para a formação de uma cidadania inclusiva: o racismo e seus desdobramentos. Foi a sociedade civil, marcadamente os movimentos negros, que enfrentou a discussão e vem promovendo um dos maiores impactos no currículo da História Escolar (ROCHA, 2006, p. 29-74; PEREIRA; SILVA, 2012; PEREIRA, 2017).

As Leis n. 10.639/2003 e 11.635/2008 (BRASIL, 2003; 2008) propuseram uma alteração decisiva no currículo da Educação Básica. Elas afetam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no que tange ao ensino da História do Brasil. A partir desses dispositivos legais, a História do Brasil ensinada na escola deveria levar em conta a participação de indígenas e negros na formação do Brasil. Isso não significava, simplesmente, acréscimos de conteúdos, e sim o redimensionamento do currículo de História do Brasil na História ensinada na escola. O que demandou a sociedade civil, bem como o que estipulam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), é a reorientação do currículo.

O que se pretende é o abandono do eurocentrismo como a perspectiva a partir da qual a narrativa histórica escolar se estrutura e o reconhecimento da agência de africanos, indígenas e negros como atores relevantes dos processos históricos que conformaram a nossa trajetória. Isso implica uma postura de combate ao racismo,

reconhecendo-o como um vício que afeta toda a sociedade brasileira e que impede o pleno exercício da cidadania. Logo, esses novos instrumentos legais, promovem outra inovação: associam o pleno exercício da cidadania à supressão do racismo e seus desdobramentos da vida pública, por meio do seu enfrentamento no espaço escolar.

Tais políticas públicas afetaram de modo decisivo o currículo da História Escolar, especialmente no que diz respeito à narrativa expressa na literatura didática. Desde a promulgação da Lei n. 10.639 (BRASIL, 2003), os dispositivos legais foram incorporados aos processos de avaliação de livros didáticos que compõem o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>20</sup>, lembrando que os livros didáticos são elementos fundamentais no nosso sistema educacional. O livro é acionado por docentes e discentes, informando e formando uns e outros (SILVA, 2012, p. 805-807; NASCIMENTO, 2013, p. 281-286; CACETE, 2014, p. 1.070-1.074), mas não é essa sua única importância.

O PNLD expressa o estatuto da Educação, no Brasil, desde a Constituinte de 1988. Conformado como um *direito fundamental subjetivo*, consiste tanto na garantia do acesso quanto da efetividade da Educação ofertada – assegurar a concretização dos objetivos e das finalidades previstos pela legislação (DUARTE, 2004, p. 116). Ademais, por ser um direito fundamental subjetivo, o Estado é obrigado a fornecer os insumos necessários à efetivação do direito previsto, entre eles o material didático (BRASIL, 1988, art. 208, inciso VII). O PNLD, então, é uma política de Estado voltada para a concretização de um direito do cidadão, a qual consiste na compra e distribuição de livros didáticos. Desde 1995, ele é composto, ainda, por um processo de avaliação, com vistas à verificação do cumprimento dos princípios legais e dos padrões de qualidade previstos para a Educação (MIRANDA; LUCA, 2004; BEZERRA, 2013; BEZERRA, 2017).

<sup>20</sup> Sobre o PNLD, ver: Cassiano (2004), Silva (2012), Caimi (2017), Bezerra (2017).

Em função disso, desde 2003, os livros didáticos aprovados pelo PNLD ampliaram os espaços dedicados à História da África, à cultura afro-brasileira e aos povos indígenas. Unidades e capítulos passaram a ser dedicados às temáticas, de modo a cumprir as demandas da legislação. Não obstante, o aumento do número de páginas voltadas para o trato dos conteúdos previstos pela legislação não significou, necessariamente, mudança na perspectiva adotada. A literatura especializada tem problematizado a representação de indígenas e negros em livros didáticos e o espaço diminuto dispensado à História da África (ROSEMBERG; BAZILLI; SILVA, 2003; SILVA, 2011; PEREIRA; MONTEIRO, 2013; COELHO, 2013).

Os livros didáticos, em que pesem as alterações vivenciadas desde a implementação do PNLD, ainda não superaram a perspectiva eurocêntrica. Isso pode ser percebido pela manutenção da narrativa pautada no modelo quadripartite e pela abordagem dispensada às personagens, especialmente no trato da História do Brasil. Em relação ao modelo, é a trajetória europeia que organiza a narrativa histórica oferecida pela literatura didática, e no que tange às personagens há um evidente descompasso no tratamento, pois, enquanto os colonizadores “descobrem”, “promovem”, “edificam”, “implementam”, “introduzem”, os povos indígenas “carregam”, “trabalham” e “morrem” (COELHO; ROCHA, 2018).

A implementação das Leis n. 10.539/2003 e 11.645/2008 (BRASIL, 2003; 2008) resultou ainda na emergência de práticas que buscam incorporar as temáticas previstas pela legislação à cultura escolar. Em muitas escolas brasileiras, professores e professoras conduzem atividades didático-pedagógicas com vistas à valorização da cultura afro-brasileira e indígena. Tais atividades têm efeito decisivo no modo pelo qual crianças e adolescentes se percebem, indo na contramão do que encaminham as narrativas consolidadas pela literatura didática. Mais uma vez, elas têm impacto restrito sobre o currículo proposto. Geralmente, tais práticas não incidem sobre os conteúdos previstos,

conformando temas episódicos que flexionam de modo limitado a narrativa histórica cristalizada (COELHO; COELHO, 2013).

O sonho vislumbrado pela Escola de Samba Unidos de Vila Isabel, no já longínquo ano de 1980, continua vivo. A despeito dos percalços vivenciados desde então, a História Escolar vem tentando modificar o sentido da cidadania, de modo a incorporar segmentos relegados às margens dos eventos e integrar os diferentes (e divergentes) em uma sociedade plural, diversa e democrática. Isso tem se dado graças à emergência de um campo de estudos que assume a História ensinada na escola como seu objeto de pesquisa e sobre o qual vem produzindo conhecimento.<sup>21</sup> No entanto, ele conhece desafios velhos e novos

Às vésperas do bicentenário da Independência, as discussões em torno do currículo da Educação Básica reiteraram os vínculos que relacionam a História Escolar à formação do nacional e do cidadão. De um lado, se viu a emergência de uma discussão acerca da dimensão ideológica da Educação. Defensores de uma Escola livre de qualquer viés ideológico se colocaram contra tudo o que percebiam como uma subversão de valores – especialmente a inclusão de temas e questões relacionados ao reconhecimento da diferença e da diversidade – e demandavam um controle sobre o currículo. A História Escolar e os professores de História se tornaram seus alvos preferenciais.<sup>22</sup> De outro lado, a proposição de um currículo nacional e as discussões em torno de sua formulação tornaram evidente a força da tradição apontada na seção anterior.

Os debates sobre as diferentes versões do currículo da História Escolar propostas para a Base Nacional Comum Curricular expuseram a resistência às tentativas de abandono da perspectiva eurocêntrica, à inclusão de novos atores nas abordagens sobre nossa trajetória

<sup>21</sup> Sobre o campo do Ensino de História, ver: Monteiro e Ralejo (2019).

<sup>22</sup> Sobre o movimento Escola sem Partido, ver: Saraiva e Vargas (2017), Penna (2018), Severo, Gonçalves e Estrada (2019).

histórica e ao redimensionamento do papel da História Escolar (PINTO JÚNIOR; BUENO; GUIMARÃES, 2016; ALMEIDA, 2021). Não por acaso, a versão finalmente aprovada reitera a narrativa consolidada no século XIX, confirma aquela característica da evolução do currículo da disciplina entre nós e retrocede no trato com a diferença e a diversidade (OLIVEIRA; CAIMI, 2021; ROCHA; COELHO, 2021).

Os debates em torno da escola sem partido e da Base Nacional Comum Curricular situam o lugar da História Escolar e sua importância nos processos de formação da identidade e da cidadania no alvorecer do terceiro século de nossa existência como país e como nação. Ao longo das últimas décadas, a disciplina vem perdendo espaço no currículo escolar. Em média, os(as) professores(as) de História dispõem de duas aulas semanais para lidar com conteúdos que avançam desde a construção das pirâmides, no Egito, até o ataque às Torres Gêmeas, em Nova York. A literatura especializada aponta as dificuldades que tais professores(as) enfrentam, diante do desinteresse e das dificuldades dos(as) alunos(as) em lidar com temas e questões que, muitas vezes, não lhe fazem sentido (CAINELLI; ALEGRO, 1998; CAIMI, 2006; COELHO, 2021). Contudo, mesmo diante dessas questões, a História ensinada na escola no Brasil contemporâneo guarda características importantes de quando foi introduzida no currículo escolar: integrar e diferenciar.

A História ensinada na escola conforma, ainda hoje, o principal meio de apropriação do conhecimento histórico. A despeito do avanço de meios de acesso à memória<sup>23</sup>, ainda é na escola que a História assume a função pedagógica de ensinar crianças, adolescentes e adultos a pensar historicamente e a agir na vida pública. Por essa razão, essa disciplina de restrita carga horária é das que mais mobiliza posicionamentos divergentes nos momentos de discussão curricular.

<sup>23</sup> Para a distinção entre História e Memória, ver reflexão em: Le Goff (1996, p. 49 e segs).

Além disso, é objeto de interesses tão distantes quanto opostos. Seus vínculos com a formação para a cidadania e com a construção de identidades a tornam objeto da reflexão de especialistas e curiosos, dos que lutam pela democracia e dos que pretendem restringi-la, dos que advogam pela conservação e dos que demandam por mudanças. Assim, sua trajetória se confunde com a trajetória do país, e as mudanças e permanências experimentadas por ela refletem aquelas vividas por nós nos últimos duzentos anos!

### A história escolar e a escola

Um ensaio sobre a História ensinada na escola não poderia deixar de considerar, finalmente, o espaço no qual ela se concretiza: a escola. A História Escolar vive em função da instituição na qual assume função pedagógica e política. Nos últimos duzentos anos, a escola brasileira experimentou mudanças decisivas. Todavia, ela foi privilégio de poucos por mais de século e meio. A universalização da Educação ainda é um projeto! Uma das evidências nesse sentido é o fato de que a universalização conforma quatro das vinte metas do Plano Nacional de Educação em vigor (BRASIL, 2015).<sup>24</sup>

Isso significa que a escola foi, por anos, reduto de alguns segmentos sociais. E a narrativa histórica escolar nela construída condisse com esse caráter restrito e excludente do sistema educacional. O destaque dado a certos eventos e a determinadas personagens, uns e outros tendo o mesmo tipo social como agente, esteve em acordo com uma escola na qual indígenas, negros e pardos não se viam devidamente representados e onde eram invisibilizados (COELHO, 2005; MELO; SANTOS; LOUREIRO; CALVENTE, 2017; BACKES; PAVAN, 2017; MARTINS; SILVA, 2018). Desde os anos 1970, esse cenário tem

<sup>24</sup> Sobre universalização da Educação Básica, ver: Andrade e Dachs (2007), Ney, Souza e Ponciano (2010).

vivenciado alterações decisivas. A escola, especialmente a pública, passou a receber um público cada vez mais amplo e diverso.

Os dados disponíveis acerca da escola brasileira, neste alvorecer do terceiro século de Independência, apontam que a escola pública é reduto da parcela mais pobre e menos favorecida da população brasileira.<sup>25</sup> É nessa escola, especialmente, que a maior parte dos(as) brasileiros(as) tem contato com uma narrativa sobre a nossa formação e com uma experiência cidadã que indicam, cada uma a sua maneira, os agentes da vida pública e o lugar ocupado por cada segmento social. É nessa escola que a História ensinada cumpre seu principal papel político e social e pode experimentar a sua vocação revolucionária.

A escola que forma para a cidadania requer uma narrativa histórica compromissada com a *diversidade*, a *diferença* e a *inclusão*, o que não quer dizer, como pretendem alguns, a adulteração da memória, mas, sim, a sua reparação. Não se advoga esquecimento, apagamento ou obliteração – que fique bem entendido. O que se pretende é o *reconhecimento* e a *valorização dos agentes que efetivamente participaram da construção do país*, não em função de sua condição de “heróis”, de sua ação “extraordinária”, mas em decorrência de suas lutas cotidianas, de seu compromisso com a coletividade, de sua resiliência, de sua resistência diante das adversidades e, sobretudo, de suas conquistas para a ampliação e o reconhecimento de direitos.

Para tanto, é necessário que a História ensinada na escola seja, finalmente e de uma vez por todas, reconhecida em sua especificidade. Seus compromissos, sua epistemologia, suas finalidades e seu exercício guardam relação com a escola, com a formação de crianças, adolescentes e adultos e, portanto, com o presente e o futuro. A História ensinada na escola é *meio* para o desenvolvimento

<sup>25</sup> Os censos escolares são pródigos em dados dessa natureza e podem ser acessados no site do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP): <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Sobre esse ponto, ver: Libâneo (2012).

individual, cognitivo e social de alunos e alunas da Educação Básica. Isso significa que ela não é uma simplificação da História produzida nas universidades, apesar de sua íntima relação com a historiografia. Ela é tanto uma disciplina independente como conforma um campo de estudos com objetos, aportes e procedimentos de pesquisa que lhe são próprios, ainda que não exclusivos. Isso exige, por outro lado, que os processos de formação inicial a que são submetidos os(as) futuros(as) professores(as) de História levem em conta a escola, sua cultura e seu público.

O campo do ensino de História tem reconhecido essa especificidade e produzido reflexões sobre a História Escolar desde aportes variados. A partir dos anos 1980, esse campo constrói reflexões sobre o estatuto e a natureza dessa História e sobre como ela é exercida nos espaços escolares e a dimensão que ela assume na cultura escolar. Esse campo assume a História ensinada na escola não apenas como objeto de estudo, mas como compromisso político e social. Professores e professoras de História, da Educação Básica e do Ensino Superior, constituem esse campo, oferecendo análises que não se limitam à produção de modelos explicativos, mas que avançam na proposição de encaminhamentos que afetam à sala de aula e incidem sobre a aprendizagem de alunos e alunas da Educação Básica.

A História Escolar tem participado da formação para a cidadania desde a sua emergência, como disciplina da Escola Básica. Desde então, ela vem sendo considerada como parte dos esforços de construção de nossa identidade. Não por acaso, o ensino da História e da Língua Portuguesa são os mais referidos pela legislação. Isso porque a narrativa histórica construída durante décadas buscou integrar e distinguir, incorporando a todos em uma hierarquia que teve na cor um dos seus principais elementos de discriminação. Por meio de uma História que evoluiu por sedimentação, na qual segmentos expressivos da população assumiam posição secundária, reiteravam-se os lugares

sociais e as desigualdades decorrentes. As tentativas de subversão desse modelo, ainda que constantes, não têm sido suficientes para revolucionar a História Escolar, desde a escola até os cursos de formação de professores e professoras.

### Outros duzentos...

A História ensinada na escola participou ativamente da construção do Brasil independente. Nos últimos duzentos anos, ela cimentou uma narrativa sobre a nossa formação que, a um só tempo, integrava e excluía. Por meio da eleição de certas personagens, da valorização de algumas delas, do apagamento de outras e do subdimensionamento de muitas, ela reiterou hierarquias, lugares sociais e desigualdades. Ao longo da maior parte de nossa trajetória como país e como nação, foram esses os principais propósitos da disciplina.

Isso se deveu, em larga medida, à sua resistência a mudanças estruturais. Demarcada pela perspectiva eurocêntrica, organizada segundo o modelo quadripartite e privilegiando a ação de certos agentes em detrimento de outros, essa narrativa pouco evoluiu. O currículo conheceu acréscimos em função do transcorrer do tempo – à medida que o tempo avança, novos eventos são incluídos no currículo, enquanto a perspectiva permanece inalterada e o seu lugar na cultura escolar experimenta poucas mudanças.

Os próximos duzentos anos aguardam outra postural! Desde há alguns anos, as discussões acerca da História Escolar situam a necessidade de transformações que a tornem significativa para os(as) estudantes da Educação Básica e fundamental nos processos de formação no qual eles e elas estão inseridos. Ela precisa ensinar a ler – textos, imagens, relações sociais e contextos – a criticar – documentos, narrativas e posicionamentos – e escrever – além de textos, uma outra história. Ela deve participar da formação para a cidadania plena – incluindo agentes, repudiando o racismo e pro-

movendo o debate, o contraditório e o respeito à divergência! Assim, ela terá condições de incidir sobre a memória, de modo a produzir outra aquarela!

### Referências

- ABUD, Katia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de História na Era Vargas. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, p. 103-114, 1998. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200006>.
- ALMADA, Márcia. A mão, o olho e a matéria: reflexões sobre a identificação das técnicas e materiais da pintura em documentos históricos. *Anais do Museu Paulista*, v. 26, p. 1-30, e02d1, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-02672018v26e02d1>.
- ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. *A anatomia de uma interdição: narrativas, apagamentos e silenciamentos na construção da BNCC de História*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2021.
- ANDRADE, Cibele Yahn de; DACHS, J. Norberto W. Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e raça/cor. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 131, p. 399-422, 2007.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: setembro e novembro*. Recife: UFPE, 1998.
- ANGELICO, Diego Garcia; LUCCHESI, Alexandre. A década perdida: da restrição externa ao declínio do nacional-desenvolvimentismo brasileiro. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 12, n. 21, p. 71-97, 2017.
- ARY BARROSO. In: DICIONÁRIO Cravo Albin da Música Popular Brasileira. 2021. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/ary-barroso/>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- BACKES, José Licínio; PAVAN, Ruth. O Currículo e as identidades/diferenças indígenas: normalização, invisibilidade e subalternização. *Revista de Educação Pública*, v. 26, n. 61, p. 95-110, 2017.

BEZERRA, Holien Gonçalves. O PNL D de história: momentos iniciais. In: ROCHA, Helenice A. Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo Souza. *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 67-82.

\_\_\_\_\_. Entrevista – Holien Gonçalves Bezerra. [Entrevista concedida a] Ângela Maria de Castro Gomes e Tania Regina de Luca. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 177-203, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) – Linha de Base*. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/plano-nacional-de-educacao/plano-nacional-de-educacao-pne-2014-2024-linha-de-base>. Acesso em: 14 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 15 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. *Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/reso12004.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 15 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf). Acesso em: 15 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 14 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LIM/LIM..-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM..-15-10-1827.htm). Acesso em: 16 jul. 2022.

CACETE, Núria Hanglei. Breve história do Ensino Superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. *Educação e Pesquisa*, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, 2014, p. 1070-1074.

CAIMI, Flávia Eloísa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNL D após 20 anos. In: ROCHA, Helenice A. Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo Souza. *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 33-54.

\_\_\_\_\_. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. *Tempo*, Niterói, RJ, v. 11, n. 21, p. 17-21, 2006.

CAINELLI, Marlene Rosa; ALEGRO, Regina Célia. Jogando e aprendendo: ensinando História no Ensino Fundamental. *História & Ensino*, Londrina, v. 4, p. 77-88, 1998.

CAINELLI, Marlene. A escrita da História e os conteúdos ensinados na disciplina de História no Ensino Fundamental. *Educação e Filosofia*, v. 26, n. 51, p. 163-184, 2012.

CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992.

CASSIANO, Célia C. de Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. *História*, v. 23, n. 1-2, p. 33-48, 2004. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742004000200003>.

CHALOUB, Sidney; SILVA, Fernando T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth*, v. 14, n. 26, p. 1-35, 2009.

COELHO, Mauro Cezar. Um tema lacunar na pesquisa histórica? O conhecimento sobre estudantes da Educação Básica: ensaio de reconhecimento de estudantes de Escolas Públicas de Belém e o Ensino de História. In: CAVALCANTI, Erinaldo Vicente; ARAÚJO, Raimundo I. Souza; CABRAL, Giovanni Gomes; CABRAL, Ramon de Souza (org.). *História: memória, narrativa e ensino na Amazônia brasileira*. São Luís: EDUFMA, 2021. p. 14-31.

\_\_\_\_\_. Moral da história: a representação do índio em livros didáticos. In: SILVA, Marcos (org.). *História: que ensino é esse?* Campinas, SP: Papirus, 2013. p. 65-82.

COELHO, Mauro Cezar; BICHARA, Taíssa Cordeiro. A história de um passado "injusto": povos indígenas, livro didático e formação para cidadania. *História Unicap*, v. 4, n. 7, p. 75-89, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6179018>. Acesso em: 17 jul. 2022.

COELHO, Mauro Cezar; ROCHA, Helenice A. Bastos. Paradoxos do protagonismo indígena na escrita escolar da História do Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 25, p. 464-488, 2018. Doi: <https://doi.org/10.5965/2175180310252018464>.

COELHO, Wilma de N. Baía. *A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores-Pará, 1970-1989*. Belo Horizonte: Mazza, 2005.

COELHO, Wilma de N. Baía; COELHO, Mauro Cezar. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. *Educar em Revista*, n. 47, p. 67-84, 2013.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 2, p. 113-118, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro. A questão dos Estudos Sociais. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 13, p. 95-99, 1985.

FERNANDES, Fernando Roque; COELHO, Mauro Cezar Coelho. "Ame-o ou emancipe-o": contradições da emancipação nos discursos, práticas e representações dos/sobre os povos indígenas no Brasil (1970/1980). In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar (org.). *Debates Interdisciplinares sobre Educação e Diversidade*. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2018. p. 15-48.

FERRARO, Juliana Ricarte. *Entre textos e imagens: o Compêndio de História do Brasil de Borges Hermida (1962-1975)*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERREIRA, Mauro. Ary Barroso é o autor da música brasileira mais gravada, mas a lista reitera a soberania de Tom Jobim. *G1*, 6 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/blog/mauro-ferreira/post/2020/02/06/ary-barroso-e-o-autor-da-musica-brasileira-mais-gravada-mas-lista-reitera-a-soberania-de-tom-jobim.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FONSECA, Thais N. de Lima. Os heróis nacionais para crianças: ensino de história e memória nacional. In: ROCHA, Helenice A. Bastos; MAGALHÃES, Marcelo Souza; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 107-126.

FURTADO FILHO, João Ernani. Samba exaltação: fantasia de um Brasil brasileiro. *Revista Trajetos*, v. 7, n. 13, p. 130-137, 2009. Disponível em: <http://www.revistatrajetos.ufc.br/index.php/Trajetos/article/viewFile/8/10>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas. *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Invenção e continuidade: a História do Brasil de João Ribeiro. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, I, Rio de Janeiro, 2004. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, 2004.

GASPAROTTO, Lucas André. *Se não é a canção nacional, para lá caminha: a presentificação da nação na construção do samba e do fado como símbolos identitários no Brasil e em Portugal (1890-1942)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GATTI JUNIOR, Décio. A biografia da nação como pedagogia da formação do povo brasileiro no Brasil Império: Joaquim Manuel de Macedo do I.H.G.B e suas Lições de História do Brasil a partir do Imperial Colégio de Pedro II. *Educação e Filosofia*, v. 18, n. n. ESP, p. 237-244, 2010.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A democracia racial revisitada. *Afro-Ásia*, n. 60, p. 9-44, 2020. Doi: <https://doi.org/10.9771/aa.voi60.36247>.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2011.

GUIMARÃES, Selva (org.). *Ensino de História e Cidadania*. Campinas, SP: Papirus, 2016.

\_\_\_\_\_. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GUIZARDI, Menara Lube; VILAROUCA, Márcio Grijó. Heterotópicos e nacionais. Debates histórico-antropológicos sobre o samba na Era Vargas (1930-1945). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 44, n. 1, p. 173-185, 2018. Doi: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2018.1.27092>.

HADDOCK, Bruce A. *Uma introdução ao pensamento histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989.

HÉLIO TURCO. In: DICIONÁRIO Cravo Albin da Música Popular Brasileira. 2021. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/helio-turco/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

HERMIDA, Antônio José Borges Hermida. *Compêndio de História do Brasil*. 53. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. Disponível em: <https://lemad.ufflch.usp.br/sites/lemad.ufflch.usp.br/files/comp%C3%AAndio%20de%20hist%C3%B3ria%20do%20brasil%20-%20antonio%20jos%C3%A9%20borges%20hermidao3.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

HISTÓRIA pra ninar gente grande. [Compositores e intérpretes]: FIRMINO et al. Samba-Enredo 2019 da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, Rio de Janeiro (RJ). Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/sambas/mangueira-2019/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

JACOMELI, Mara R. Martins. A Lei 5.692 de 1971 e a presença dos preceitos liberais e escolanovistas: os Estudos Sociais e a formação da cidadania. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 39, p. 76-90, 2010.

JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

JESUS, Anna C. de Almeida. Carnaval e "A história que a história não conta": uma análise dos sambas de enredo. *LICERE – Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 23, n. 1, p. 153-192, 2020. Doi: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2020.19692>.

JURANDIR MANGUEIRA. In: DICIONÁRIO Cravo Albin da Música Popular Brasileira. 2021. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/jurandir-da-mangueira/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

KERBER, Alessander. *Representações das identidades nacionais argentina e brasileira nas canções interpretadas por Carlos Gardel e Carmem Miranda (1917-1940)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futures past*. Massachusetts; London: MIT Press Cambridge, 1985.

LAÍLA, Luiz F. R. Carmo; CARVALHO, Cid; BEHREND, Bianca; SANTOS, Victor; PACHECO, Rodrigo; MÍDIA, Léo. *Monstro é aquele que não sabe amar – os filhos abandonados da pátria*. 2018. Disponível em: <http://liesa.globo.com/memoria/outros-carnavais/2018/beija-flor/enredo.html>. Acesso: 30 jul. 2022.

LE GOFF, Jacques. História. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lyções de História do Brasil: para uzo dos alumnos do Imperial Colegio*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, de J. M. N. Garcia, 1861. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242433>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARTINHO DA VILA. In: DICIONÁRIO Cravo Albin da Música Popular Brasileira. 2021. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/martinho-da-vila/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MARTINS, Kegislânia Ferreira; SILVA, Cristiane Sousa da. O processo de (des)construção da identidade negra na Escola: o olhar de professores e alunos em uma escola do município de Quixadá – CE. *Revista da ABPN*, v. 10, ed. esp., p. 215-237, 2018.

MATTA, Roberto da. Digressão: a Fábula das Três Raças ou o Problema do Racismo à Brasileira. In: MATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 58-85.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *A história do Ensino de História do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo*. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

MELO, Sandra Cordeiro de; SANTOS, Mônica Pereira dos; LOUREIRO, Celia Regina N. da Silva; CALVENTE, Atila. Racismo e Educação Escolar: reflexões sobre o lugar do aluno negro. *Revista de Educação*, Campinas, SP, v. 22, n. 1, p. 93-107, 2017.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 48, p. 123-144, 2004.

MONSTRO é aquele que não sabe amar – os filhos abandonados da pátria que os pariu. [Compositores e intérpretes]: Bakaninha et al. Samba-Enredo 2018 da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis (RJ). Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/beija-flor-rj/samba-enredo-2018-monstro-e-aquele-que-nao-sabe-amar-os-filhos-abandonados-da-patria-que-os-pariu/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (org.). *Cartografias da pesquisa em ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 265-304, 2013.

NEVES, Ozias Paese. A redemocratização investigada por meio de cartilhas do movimento pró-participação popular na Constituinte: Educação Política e Cultura. *Revista Brasileira de Pesquisa Jurídica*, v. 1, n. 1, p. 97-117, 2020.

NEY, Marlon Gomes; SOUZA, Paulo Marcelo de; PONCIANO, Nivaldo José. Desigualdade de acesso à educação e evasão escolar entre ricos e pobres no Brasil rural e urbano. *Revista Científica Internacional*, Campos dos Goytacazes, RJ, a. 3, n. 13, p. 33-55 2010.

NOVO, Leonardo Castro. *Os índios no ensino escolar de História do Brasil: seus lugares, suas representações (séculos XIX-XXI)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. *O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

OLIVEIRA, Nuno. Fronteiras coletivas e repertórios etnorraciais no Brasil contemporâneo. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 85, p. 47-66, 2017.

OLIVEIRA, Sandra R. Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e77041, 2021.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PENNA, Fernando de Araújo. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. *Quaestio – Revista de Estudos em Educação*, v. 20, n. 3, p. 567-581, 2018. Doi: <https://doi.org/10.22483/2177-5796.2018v20n3p567-581>.

PEREIRA, Amílcar Araújo. O Movimento Negro Brasileiro e a lei nº 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 12, n. 22, p. 13-30, 2017.

PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PEREIRA, Márcia Moreira; SILVA, Maurício Pedro da. Percurso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. *Linguagens & Cidadania*, v. 14, p. 1-12, 2012.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem*. Manaus: Editora Valer, 2001.

PINTO JÚNIOR, Arnaldo; BUENO, João B. Gonçalves; GUIMARÃES, Maria de Fátima. A BNCC em pauta: quando nós vamos estudar a nossa história? In: MOLINA, Ana Heloísa; FERREIRA, Carlos A. Lima (org.). *Entre textos e contextos: caminhos do Ensino de História*. Curitiba: CRV, 2016. p. 61-82.

RAUNA, Diogo dos Santos. *O livro de História do Brasil de Borges Hermida: uma trajetória de edições e ensino de História*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, Débora; GAIA, Ronan da S. Parreira; RODRIGUES, Janine M. Coelho. Colonialidade e raça: implicações eurocêntricas para o currículo. *Revista Cocar*, v. 14, n. 30, p. 1-21, 2020.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, João. *História do Brasil – Curso Superior (Adaptado no Gymnasio Nacional)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2014. Disponível em: [https://le-mad.fflch.usp.br/sites/le-mad.fflch.usp.br/files/le-mad\\_dh\\_esp\\_historia%20do%20brasil\\_joao%20ribeiro\\_1914.pdf](https://le-mad.fflch.usp.br/sites/le-mad.fflch.usp.br/files/le-mad_dh_esp_historia%20do%20brasil_joao%20ribeiro_1914.pdf). Acesso em: 14 jul. 2022.

RIBEIRO, Renilson Rosa. O saber (histórico) em parâmetros: o ensino da História e as reformas curriculares das últimas décadas do século XX. *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 5, n. 10, p. 80-126, 2010.

\_\_\_\_\_. Exóticos, infantis e submissos na colônia identitária: as representações dos negros nos livros didáticos de História do Brasil. *História & Perspectivas*, v. 38, p. 43-77, 2008.

ROCHA, Helenice A. Bastos; COELHO, Mauro Cezar. O trato com a diferença na BNCC e na formação de professores: respeitar ou conhecer? In: GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim (org.). *Formação docente e currículo: conhecimentos, sujeitos e territórios*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021. p. 163-180.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. *Políticas afirmativas e Educação: a lei 10.639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

RODOLPHO DE SOUZA. In: DICIONÁRIO Cravo Albin da Música Popular Brasileira. 2021. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/rodolpho-de-souza/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo V. Baptista da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 125-146, 2003. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100010>.

SANTOS, Maria Januária Vilela. *Insurreições e balaiada, 1755-1853: consciência escrava na sociedade do Maranhão, do século XIX*. 1980. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

SARAIVA, Karla; VARGAS, Juliana Ribeiro de. Os perigos da Escola sem Partido. *Teias*, v. 18, n. 51, p. 68-84, 2017.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEINO, Eduardo; ALGARVE, Giovana; GOBBO, José C. Abertura política e redemocratização brasileira: entre o moderno-conservador e uma “nova sociedade civil”. *Revista Sem Aspas*, v. 2, n. 1, p. 31-42, 2013.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane R. Vieira; ESTRADA, Rodrigo Duque. A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 3, e84073, 2019.

SILVA, Ana Célia da. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. Cultura política e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 65, p. 135-159, 2013. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882013000100006>.

SILVA, Luiz C. Eichenberg (coord.). O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida. *Texto para discussão n. 274*, IPEA, 1992. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1561/1/td\\_0274.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1561/1/td_0274.pdf). Acesso em: 14 jul. 2022.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. *Educação & Realidade*, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2012.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 60, p. 13-33, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000200002>.

SILVA, Roberto Candido da. *O polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SONHO de um sonho. [Compositores e intérpretes]: VILA *et al.* Samba-Enredo 1980 da Escola de Samba Unidos de Vila Isabel, Rio de Janeiro (RJ). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/martinho-da-vila/287490/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SOUZA, Adriana B. de. Um herói para a juventude: o duque de Caxias nas biografias e livros didáticos. In: ROCHA, Helenice A. Bastos; MAGALHÃES, Marcelo Souza; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 127-148.

SOUZA, Paulo Cesar. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia, 1837*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

TURCO, Hélio; MANGUEIRA, Alvinho da; MANGUEIRA, Jurandir da. *Cem anos de liberdade: realidade e ilusão*. 1988.

VIANA, Iêda. O ensino de História na Ditadura Civil-Militar com a institucionalização dos Estudos Sociais. *Plural*, v. 21, n. 1, p. 9-30, 2014. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2014.83616>.

## Espelhos da nação: fotografia pública no Brasil contemporâneo em três trajetórias visuais<sup>1</sup>

Ana Maria Mauad

O fotógrafo estadunidense Mathew Brady, desde 1844, quando o daguerreótipo havia se tornado uma febre de consumo nos Estados Unidos, mantinha seu estúdio fotográfico na *Broadway*, em Nova York. Tornou-se célebre por considerar a câmera fotográfica o “olho da história” e por atribuir ao fotógrafo o papel de registrar a história nacional, o que o levou a realizar o registro mais completo da Guerra de Secessão dos Estados Unidos. A repercussão das imagens de sua equipe causou impacto no público urbano, acostumado à transcrição visual dos acontecimentos pela gravura que circulavam nos jornais da época. Em 1858, ele consolidaria sua reputação de um dos mais importantes fotógrafos do país, com a abertura da Brady's National Photography Art Gallery, em Washington DC.

A iniciativa de Brady, fotografando a guerra, embora tivesse um impacto negativo no primeiro momento, confirmaria o papel desempenhado pela prática fotográfica na elaboração da narrativa fiel dos acontecimentos em sintonia com a necessidade de se construir a história nacional. Os desdobramentos da utilização da câmera

---

<sup>1</sup> O presente ensaio, oportunizado pelo convite para participar desta obra, apresenta uma abordagem original sobre fotografia e história pública e apoia-se em artigos publicados anteriormente em minhas pesquisas como bolsista de produtividade do CNPq e Cientista do Nosso Estado FAPERJ.

fotográfica como meio de registro dos processos de construção da nação promoveram a adoção, por diferentes agentes da história nacional, desse dispositivo como o “olho da história”. A pluralização dos olhares sobre o mundo visível e a multiplicação de itinerários para se narrar as histórias de um país atribuíram à fotografia e à história uma dimensão pública.

Faz-se necessário, portanto, a reflexão sobre o papel da fotografia pública de imagens para a história do Brasil contemporâneo, a partir da multiplicidade de práticas fotográficas e dos agentes da história pública. Três experiências fotográficas podem ajudar a iluminar essa reflexão: Genevieve Naylor, fotógrafa comissionada pelo governo dos Estados Unidos para registrar imagens do Brasil como o bom vizinho no início dos anos 1940; a fotógrafa Claudia Andújar e seu olhar engajado na defesa da causa Yanomami; a produção da artista visual Rosângela Rennó, nos anos 1990, voltada para o recolhimento de imagens fotográficas que restaram de experiências históricas diversas protagonizadas por pessoas comuns. Em cada uma dessas práticas visuais, as artistas se colocaram no fluxo do tempo e assumiram uma atitude historiadora (MAUAD, 2018a).

No registro fotográfico de Naylor, destaca-se a presença da população afro-brasileira na tentativa de avaliar como o passado escravista se impõe sobre o presente dos dois países: Brasil e EUA; na obra fotográfica de Claudia Andújar, a comunidade Yanomami protagoniza uma das histórias do Brasil; e, por fim, a incorporação da fotografia de pessoas comuns, como parte de um Arquivo Universal, pela artista visual Rosângela Rennó, revela a história de um país em que trabalhadores, pobres e excluídos são os artífices da nação. O trabalho das três artistas apresentam-se como plataformas de observação de uma história que engaja o público na celebração compartilhada de passados possíveis.

### Genevieve Naylor, a presença negra em arquivo branco

Genevieve Hay Naylor nasceu em Bronxville, NY, no dia 12 de fevereiro de 1915, estudou pintura artística na Music Box, escola de artes fundada por seu pai em Cummington, Massachusetts, distante cerca de 35 km a leste de Pittsfield. Foi na Music Box que a artista conheceu Misha Reznikoff, seu professor de pintura, dez anos mais velho e na época ainda casado. Em 1933, depois de divorciado, se reencontraram em Nova York e iniciaram um romance. O casal, inicialmente, se estabeleceu no Hotel Brevoort, local de encontro de boêmios de Greenwich Village. Depois, moraram em um apartamento na 9<sup>th</sup> West, no qual permaneceram até o embarque para o Brasil.

Em Nova York, Naylor continuou seus estudos na New School of Social Research, trocou as tintas pelos filmes em um encontro com a fotografia. Foi aluna de Berenice Abbot e participou ativamente da Photo League. Em 1937, iniciou suas atividades no Federal Art Project (FAP), que estava associado ao Work Project Administration. No FAP, Genevieve Naylor foi designada para participar do Harlem Arts Center, depois foi transferida para trabalhar nos estados de Maine, Vermont, New Hampshire, Washington DC e, novamente, em Nova York.

Em 1939, Genevieve Naylor, aos 24 anos, já era fotógrafa credenciada pela Associated Press e reconhecida nos meios fotográficos de Nova York por seu trabalho no Work Projects Administration (WPA), que funcionou de 1935 a 1943 e que até 1939 era denominado de Work Progress Administration.<sup>2</sup> Com essas credenciais, Naylor

<sup>2</sup> É importante destacar que o WPA foi um dos grandes projetos do New Deal, plano de reconstrução dos Estados Unidos levado adiante por sucessivas administrações do presidente Frank Delano Roosevelt, e tinha o objetivo de empregar milhares de trabalhadores na construção de pontes, prédios públicos, parques, rodovias, aeroportos etc. Paralelamente, o WPA foi responsável por fomentar as artes, empregando artistas na produção de obras de arte pública e por financiamento de projetos artísticos de apelo comunitário. Nas artes, o WPA foi a base para a criação das principais linhas atuais de apoio financeiro às artes e humanidades nos EUA, desenvolvidas pelo National Foundation for the Arts e pelo The National Endowment for the Humanities (THE WORKS..., 2021). Informações complementares sobre as políticas do New Deal, ver: New Deal Map (2021).

foi contratada por Nelson Rockefeller, então diretor do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), juntamente, com mais dois outros fotógrafos, Kidder Smith e Alan Fisher, para produzir uma documentação visual sobre o Brasil. Kidder Smith ficou a cargo de registrar a moderna arquitetura brasileira, e Alan Fisher foi designado para a seção de higiene do Office, em que teve como missão registrar as condições de vida e trabalho na região Norte do país. A Naylor coube o cargo de fotografar o cotidiano de brasileiros e brasileiras segundo um programa que visava estabelecer pontes culturais entre as duas nações.

Criado em 1940, o OCIAA integrava a estrutura governamental do New Deal e voltava-se para confirmação da presença dos Estados Unidos nas Américas, sendo órgão responsável pela implementação da chamada política da boa vizinhança (TOTA, 2000; SADLER, 2013). Nesse contexto, elabora-se uma cultura política marcadamente visual que forneceria contornos para a relação dos Estados Unidos com as “demais repúblicas americanas” – denominação dada pelas agências do governo dos EUA para o conjunto de países que formavam a América do Norte, Central e do Sul durante a Segunda Guerra Mundial.

Na trajetória de Genevieve Naylor, cruzam-se os caminhos de uma cultura burguesa, ilustrada e cosmopolita e a defesa dos valores humanistas presentes nas fotografias públicas produzidas nos Estados Unidos, nos anos 1930. Registros públicos de uma fotografia engajada na elaboração de uma cultura política construída em torno da defesa da justiça social, pela integração racial, pelo antifascismo e pela cultura de vanguarda radical. As fotografias dessa geração, que se identificava como “concerned photographers”, tornaram-se emblemas de uma cultura política que entraria na clandestinidade do pós-guerra, com a emergência da guerra fria.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Vale aqui uma nota de dissenso em relação a essa interpretação. Estudos sobre as imagens públicas realizados por teóricos da imagem fotográfica, como Martha Rosler (2007), por

O casal Genevieve Naylor e Misha Reznikoff chegou ao Brasil em outubro de 1940. Ela como a fotógrafa oficial da Boa Vizinhança, e ele como integrante de uma missão artística para criar o Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro. A missão de Naylor era fotografar um Brasil que fosse bom vizinho e amigável para ser exibido nos Estados Unidos, e a de Reznikoff era de participar do fomento das artes no Brasil, nos moldes dos museus dos Estados Unidos.

Durante a sua permanência no país, Naylor e Misha moraram no Rio de Janeiro, no bairro litorâneo do Leme, em frente ao mar, na Avenida Atlântica. Nos dois anos em que ficaram no Brasil, viajaram pelo país, para visitar as cidades históricas de Minas Gerais, registrando os festejos da Semana Santa, foram a São Paulo e desceram o Rio São Francisco, documentando visualmente o cotidiano da população ribeirinha e a seca que assolou a região Nordeste em 1942. O resultado dessas viagens foi a formação de um conjunto de mais de 1.300 fotografias que revelam um país plural e perpassado por fortes diferenças regionais, um registro fotográfico amplo e original sobre o Brasil dos anos 1940.<sup>4</sup>

Vale destacar que o momento em que Naylor visitava o Brasil, o cativo ainda era memória viva nas populações fotografadas. Em todos os lugares fotografados pela artista, a presença da população afrodescendente se destaca como um elo comum entre duas nações de passado escravista. Uma documentação visual que ilumina o período do pós-abolição e o tema da presença negra na formação do Brasil moderno. Destacam-se três mediações culturais importantes na

exemplo, coloca por terra a grande narrativa da fotografia documental nos Estados Unidos, diferenciando a geração de Jacob Riis e Lewis Hine, fotógrafos reformistas e polemistas, da geração do New Deal, completamente agenciados pela ideologia do estado do bem-estar social, ainda mais daqueles denominados de novos documentaristas, que ganham a cena cultural no final dos anos 1960, em que se destacam Lee Friedlander, Diane Arbus e Garry Winogrand.

<sup>4</sup> Um conjunto significativo de fotografias da fotógrafa foi publicado por George Ermakoff (2013). Ver: <https://www.gettyimages.com.br/fotos/genevievenaylor?page=3&phrase=genevieve%20naylor&sort=mostpopular>.

produção das imagens de afro-brasileiros na fotografia de Genevieve Naylor: a primeira é tributária de sua experiência como fotógrafa documentarista nos EUA, sobretudo a experiência vivenciada no Harlem como parte do Federal Art Project; a segunda associa-se à experiência de viver no Rio de Janeiro e de conviver com pessoas de procedências variadas, um lugar repleto de referências festivas da cultura nacional-popular que elegeram o samba, o carnaval e o futebol como símbolos da nacionalidade; e a terceira envolve a pedagogia visual da política implementada pelo OCIAA, que buscava fundamentar em imagens o que era típico de cada país, como protocolos rígidos de representação definidos pelo governo brasileiro. Em documento emitido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o órgão autorizava Naylor a trabalhar no Brasil com função restrita de fotografar os pontos turísticos da Capital Federal.<sup>5</sup>

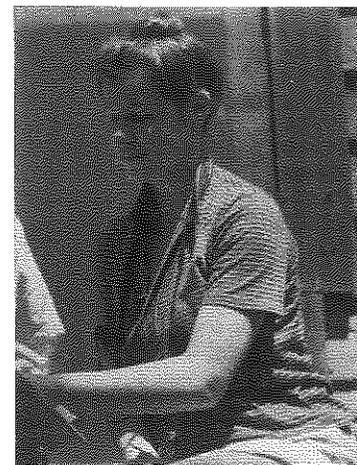


**Figura 1** – Folha de contato de Genevieve Naylor, com imagens produzidas no âmbito do Harlem Project, FAP (1939)

**Fonte:** Acervo de Peter Reznikoff.

<sup>5</sup> Trata-se do documento "Assuntos que devem ser fotografados no Rio de Janeiro", c. 1941, emitido pela Divisão de Turismo do DIP, a qual tive acesso por cortesia de Peter Reznikoff. Ver, a esse respeito: Mauad (2005, p. 52).

Genevieve Naylor, atuando como fotógrafa do FAP, registrou as atividades dos estúdios de dança e teatro do Harlem associados ao movimento do Harlem Renaissance. As fotografias do FAP apresentam o ponto de vista da fotógrafa, que, mesmo pertencendo à elite branca do norte dos Estados Unidos, teve acesso habilitado ao bairro negro de Nova York e historiou o cotidiano de jovens e crianças. No conjunto, se observa a adoção de um padrão de representação em que a juventude afro-americana se apresenta em ações de forma ordenada. No entanto, a abordagem visual delineada pela proximidade da tomada da foto e pelo tipo de enquadramento, o tradicional plano médio americano (da cintura para cima), denota que a fotógrafa se misturava com o grupo, indicando que a pose era negociada pela proximidade entre a fotógrafa e seus retratados. Em todas as imagens, os jovens realizam algum tipo de atividade no espaço do Harlem Arts Center, um dos focos de atenção do Federal Art Project. Essas imagens configuram o renascimento do bairro, um dos fomentos dos projetos do New Deal apoiados por uma prática fotográfica engajada nos planos de reconstrução do país.



**Figura 2** – Genevieve Naylor (1935)

**Fonte:** Acervo de Peter Reznikoff.

No Rio de Janeiro, aos 25 anos de idade, Genevieve Naylor, com duas câmeras, um medidor de luz e uma surrada maleta de vime negro, passeava pelas ruas da cidade. Sua primeira impressão foi registrada em carta à sua irmã:

My first striking visual sight was not the bustling energy of the Copacabana beach or the boulevards and slums, but a solitary young Negro girl sitting crosslegged in the center of a street, intensely focused on constructing a wooden flute. If there ever was a moment to have my camera! Unfortunately, the Brazilian authorities have confiscated my equipment while they scrutinize my background to make sure I'm not some fifth-columnist subversive!<sup>6</sup>

Genevieve Naylor e Misha Reznikoff circularam tanto pela boemia carioca como pela alta sociedade, alcançando um contato ampliado com a população da capital federal. Como o casal chegou antes de outros norte-americanos enviados pelo Office, acabou atuando como ponte entre o Brasil e os recém-chegados dos EUA. Orson Welles, por exemplo, pediu a Genevieve Naylor que o ajudasse a encontrar locações para o documentário que iria filmar aqui no Brasil. Sobre a vinda de Welles, Naylor escreveu à irmã: "Welles knew the obvious spots, but he didn't know that in Praça Onze a separate and almost exclusive Negro carnival is staged" (MAUAD, 2014; 2005). Tanto Welles como Naylor ficaram encantados com a cultura popular brasileira, indo de encontro às recomendações oficiais de ater-se a uma imagem do brasileiro ordeiro e trabalhador. No entanto, ao contrário de Welles, Naylor foi mais discreta na sua desobediência, além de evitar a publicidade de que Welles tanto gostava.

<sup>6</sup> Carta de Naylor à irmã Cynthia Gillipsie (acervo de Peter Reznikoff, a quem agradeço a cortesia de permitir a consulta).

Dos temas retratados por Naylor, destaca-se o Rio de Janeiro, então capital federal, como o espaço no qual a experiência multicultural brasileira foi visualizada pelo olhar da fotógrafa. Do Rio, se evidenciam as imagens do carnaval, que valorizam a presença negra no ambiente da cidade e realçam sua *performance* cultural, aqui compreendidas como análogas àquelas outras em que Naylor registrara a cultura negra ressaltada pelo movimento Harlem Renaissance.

Quando Orson Welles chegou ao Brasil, em 1941, o então cronista e crítico de cinema Vinicius de Moraes revelou seu entusiasmo nas páginas do periódico no qual escrevia – *A Manhã*. A excitação só aumentou depois que o futuro poeta conheceu o jovem cineasta e revelou: "Só tenho vontade de pegá-lo e levá-lo a ir comer um tutu com linguíça na casa da gente, apresentá-lo a família, ficar amigo dele. Esquece-se mesmo da grandeza da sua missão artística [...]" (MORAES, 1942 *apud* CALIL, 1991). Um dos destaques da missão artística de Welles era o de, justamente, filmar o carnaval do Rio, como explica, na mesma crônica, Vinicius de Moraes. Em outro momento, Vinicius comenta o encontro com o pessoal da missão, em uma visita que fez com Welles aos estúdios da Cinédia. Nesse encontro, estavam presentes Misha Reznikoff, marido de Naylor, o escritor Aníbal Machado, além de Orson Welles. A conversa correu animada, e a questão racial brasileira nos anos 1940 foi o ponto alto do debate, como sintetiza Vinicius de Moraes (1942):

Conversou-se muito. Conversa que não daria para uma crônica, mas para muitas, algumas das quais não sei se lógicas. Orson Welles está consciente da verdade do seu esforço, e disse-me que se o filme não sair bom a culpa não terá sido dele. Falar a verdade, é difícil saber o que vai ser exatamente esse filme seu. Mas de qualquer modo será um documentário da maior importância sobre a nossa verdadeira vida e nossos verdadeiros costumes, que eu acho não devem envergonhar ninguém. Não somos uma raça, e não devemos pejar disso. O nosso negro é um valor excelente, e de grande expressão. Não há razão para

escondê-lo, criando-se a impressão de que temos um preconceito que não nos cabe na nossa natureza de povo americano. Devemos nos mostrar tal como somos, tal como fomos feitos. Porque, se alguma coisa de boa deve sair do Brasil, virá dessa consciência de nossa impureza e do nosso provincianismo. Há um destino a cumprir em cada povo. O Brasil se apronta para cumprir o seu. Mas que o faça sem couraças adamantinas, que não lhe vão bem no corpo mestiçado.

Povo mestiçado, negro como valor, carnaval como cultura, isso tudo foi retratado por Naylor. A fotógrafa conseguiu realizar o que Welles deixou sem finalizar, pois o cineasta não conseguiu concluir o filme que veio fazer no Brasil. Naylor compôs o retrato de um Brasil plural enquadrado pelas lentes fraternas da boa vizinhança, não como política de Estado, mas como poder de sedução da cultura política.



**Figura 3** – Captura de tela do “Getty Imagens” com as fotografias de Naylor<sup>7</sup>

**Legenda:** Do conjunto, destaca-se a primeira foto, da esquerda para a direita, em que Orson Welles, afogueado no carnaval carioca de 1941, pela janela observa os músicos populares, a fotografia do maestro Villa Lobos, Naylor fotografou intelectuais em busca das raízes da cultura popular brasileira.

<sup>7</sup> Os links de onde foram retiradas as figuras apresentadas neste capítulo encontram-se nas referências, ao final deste texto.

De volta aos Estados Unidos, no final de 1942, Naylor organizou a exposição *Rostos e lugares do Brasil*, no MOMA, em Nova York, que seria inaugurada em 1943. Dentre os sete temas definidos pela curadoria da exposição, para organizar as cinquenta imagens escolhidas, o carnaval foi um deles:

7. Carnival. This gay section shows the high point of the Brazilian year, the famous Carnival (of Rio) in which the entire nation participates. From Samba schools situated in the mountains where the very poor lives come groups of children who for months have practiced Samba songs for the Carnival, where prizes are awarded. The photographs show Samba musicians in the elaborate silk and satin costumes they have designed for themselves; boys and girls in ordinary street clothes twirling small paper parasols as they dance Samba, women with all sizes and shapes and colors loaded with ornaments and flowers; and even store Windows through which smile wooden manikins carved and painted realistically and dressed in Carnival costume (Press release Photography exhibition Faces and Places in Brazil The Museum of Moderna Art Achives, NY, CUR 215).

Apesar de não estar arrolado entre os temas fotografáveis pelo DIP, o carnaval, como festa popular, foi identificado como expressão propriamente brasileira pelas lentes da boa vizinhança. No entanto, o trabalho intertextual revela as contradições que orientam as representações da cultura afro-brasileira nas músicas, crônicas e imagens fotográficas na elaboração no imaginário social do Brasil dos anos 1940.

As imagens do carnaval carioca de 1941, produzidas por Genevieve Naylor, reúnem 12% das fotografias de seu arquivo de imagens brasileiras. Desse conjunto, em 99% das imagens, foram retratados afro-brasileiros de diferentes idades e gênero, dançando fantasiados, em grupos, pelas ruas da cidade, pela manhã ou à noite, tocando instrumentos

de percussão em clubes, agremiações carnavalescas e nos desfiles de blocos pela cidade. Observa-se nessas imagens a posse do corpo em movimento e do espaço público como elementos que se destacam na abordagem visual da fotógrafa, um contraponto ao corpo da juventude afro-americana, ordenado e encapsulado no Harlem Art Center.

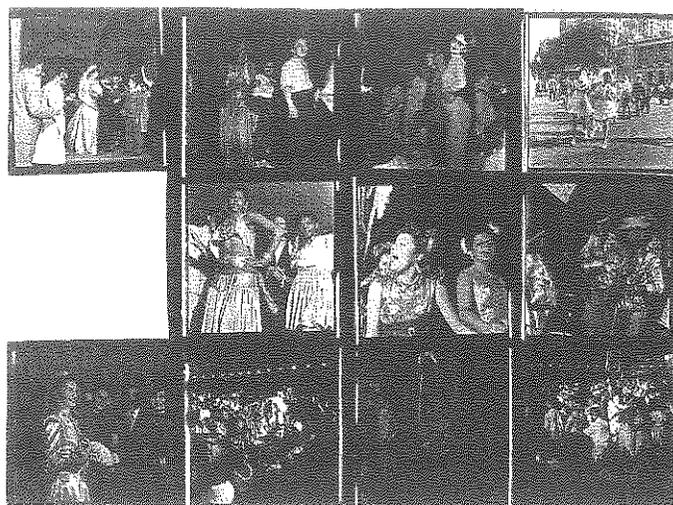


Figura 4 – Folha de contato, Genevieve Naylor (1941)

Legenda: Observa-se o formato 6 x 6 do negativo, próprio às câmeras *Rolleiflex* utilizada pela fotógrafa. O conjunto de contatos reúne registros sobre o carnaval carioca em vários ambientes e com personagens diversos.

Limitar-se a uma interpretação que opera por oposições não é suficiente para compreender a trajetória das imagens das populações afrodescendentes de ambos os países. Marcadas por lógicas de segregação distintas, oriundas de sistemas escravistas semelhantes, diferentes práticas de lidar com as relações étnico-raciais foram vividas no Brasil e nos Estados Unidos, com as consequentes e peculiares incorporações de suas populações negras no conjunto da nação como comunidade imaginada. Não cabe aqui desenvolver esse debate, que

é profícuo e se estende até a atualidade.<sup>8</sup> Entretanto, vale tomar as duas abordagens adotadas pela fotógrafa Genevieve Naylor como sintoma do caráter da expressão fotográfica documental enquanto tributária tanto na inscrição do fotógrafo no debate social quanto na atribuição de sua experiência estética.

Naylor, nos Estados Unidos, se inscrevia em uma cultura radical na qual se destacavam as artes e a cultura negra ativista, por isso orientou sua abordagem visual por uma estética ordenada pela valorização do sujeito no trabalho artístico. Já no Brasil, a forma como se inseriu no debate sobre a presença negra na sociedade brasileira, em estreito diálogo com a vertente do nacional-popular, orientou sua abordagem para evidenciar os atributos da cultura afro-brasileira, que, se a princípio seriam identificados pela estética do pitoresco, devido à sua associação à desordem do carnaval, no seu desdobramento, subverteram essa lógica. Ressalta-se, portanto, nas imagens de Naylor, o protagonismo da população negra no carnaval brasileiro concebido como *performance* visual e política marcada pelo domínio do corpo em movimento e pela ocupação dos espaços públicos da cidade.

Em comparação às fotografias produzidas por Naylor no Harlem, no âmbito do Work Progress Administration, as imagens do Brasil se orientam por uma nova forma de enquadramento. A escolha de ambientar as fotografias, no Harlem, em espaços ordenados pela disciplina do trabalho artístico confirmava a vocação do renascimento de uma área da cidade de Nova York que passaria a integrar a geografia cultural da cidade. O posicionamento da fotógrafa, comissionada pelo governo para produzir uma documentação sobre o processo de revitalização

<sup>8</sup> Para visões distintas sobre o tema das relações étnico-raciais entre Brasil e Estados Unidos, ver: Antônio Risério (2012); Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2009) e Lilia Schwarcz (2012). Para uma abordagem consolidada sobre a questão da cidadania no pós-abolição e os debates sobre a fronteira fluida entre cativo e liberdade no século XIX e sua memória no Brasil, ver: Hebe Mattos (2013).

do bairro, difere daquele adotado por ela em relação à cidade do Rio de Janeiro. O que nos permite considerar que o ambiente cultural, em que Naylor se colocou, foi fundamental para sensibilizar o seu olhar em relação às peculiaridades da população afro-brasileira. Conversas com intelectuais, constância nas rodas de samba e a observação atenta e participante de Naylor foram elementos fundamentais para a configuração visual proposta por ela e que coloca as fotografias em estreito diálogo com a produção cultural da época.

As imagens da fotógrafa da Boa Vizinhança sintonizaram-se com um novo ritmo dado às interpretações da cultura popular brasileira dos anos 1940 (MAUAD, 2014). Nesse momento, a ideia de povo tradicionalmente folclorizado pelas leituras românticas oitocentistas incorporou elementos da presença afro-brasileira na cultura urbana e de mercado, principalmente o fonográfico, delimitando um novo lugar social de fala, autorizado para a produção de representações sociais sobre o povo negro. Entretanto, essa história ainda está em construção, há que saber ver e ouvir a presença negra na história e nos arquivos brancos.

### Claudia Andujar em defesa da história Yanomami

Claudia Andujar nasceu em 1931, na Suíça. Filha de pai judeu e mãe católica, divorciados quando Claudia ainda era criança, passou a sua infância na Transilvânia, atual Hungria. Vivendo com seu pai, sentiu de perto as tensões crescentes da perseguição aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Por conta da prisão e deportação do pai e de seus familiares para os campos de concentração, retornou com a mãe para a Suíça.

Ainda na Europa, Claudia foi convidada a se mudar para os Estados Unidos por seu tio paterno, médico que ali vivia, ainda antes da

Segunda Guerra Mundial. Durante a sua permanência nos Estados Unidos, Claudia iniciou o processo de aprendizado que lhe garantiria autonomia na sua aventura: rompeu com o tio e saiu de casa. Começou a trabalhar como vendedora na loja de departamentos Macy's e se casou com um colega de escola, separando-se dois anos depois. Passou a pintar e empregou-se como guia de visitas na Organização das Nações Unidas (ONU).

Claudia era formada em Humanidades e vivia numa Nova York que, mesmo imersa no ambiente da Guerra Fria, lhe permitia entrar em contato com tendências modernas da arte, da literatura e dar vazão a sua expressão artística. Entretanto, em uma das visitas à sua mãe, radicada no Brasil, largou tudo e mudou-se para o país, em finais dos anos 1950, em plena euforia dos 50 anos em 5 de Juscelino Kubistchek.



Figura 5 – Claudia Andujar no Catrimani (1974-1975)

Do ponto de vista fotográfico, o Brasil dos anos 1950 é o tempo da fotografia moderna que se delineava em torno dos movimentos

concretistas e da fotoclubismo (COSTA, 2004, MENEZES, 2019). Claudia, apesar de não participar do movimento fotoclubista, vivenciou uma São Paulo *gauche*, no vigésimo primeiro andar do edifício da Praça Roosevelt (MAUAD, 2013). Fotografar pessoas permitia à artista ficar mais próxima de si mesma e a expressar o outro como um igual, por meio de uma linguagem que se queria universal. Essa era a perspectiva humanista da fotografia da qual a geração de Claudia era tributária: a fotografia de documentação social dos Estados Unidos das décadas de 1930 a 1960. Aos poucos, as suas viagens de iniciação ao Brasil se transformaram num projeto que reúne o interesse em conhecer o país e sua profissionalização em fotografia. Ainda em 1958, por sugestão de Darcy Ribeiro, fotografou os índios Karajás em Bananal, Goiás, acontecimento que lhe definiu o percurso de profissionalização na fotografia (MAUAD, 2013).

Ao longo dos anos 1960, como fotógrafa profissional *freelancer*, Claudia colaborou para as revistas norte-americanas *Life*, *Look* e *Jubilee*, trabalho que a projetou no campo do fotojornalismo, garantindo-lhe, desde o início de suas atividades profissionais, reconhecimento internacional. No Brasil, nessa mesma época, trabalhou como *freelancer* para as revistas *Claudia*, *Setenta*, *4 Rodas* e *Realidade*. Paralelamente, mantinha suas viagens ao interior do país, concentrando seu foco, cada vez mais, nas populações indígenas. O exercício de autonomia profissional garantiu a Claudia investir na busca de si no outro, ao mesmo tempo em que lhe permitia apurar sua expressão fotográfica, não somente em um estilo próprio de fotografar, mas de uma forma de imersão nessa substância líquida e ancestral que transforma o sujeito em ser. Fotografia como forma de expressão da alma, como mediação de mundos e tempos, um processo que só atingiria a perfeição depois de anos de estrada.

De 1955, quando se fixou definitivamente no Brasil, até o início dos anos 1970, quando abandonou o fotojornalismo para se dedicar

exclusivamente ao seu trabalho fotográfico com as populações Yanomami, a experiência fotográfica de Claudia Andujar foi permeada pelo sentimento de simpatia com as pessoas que entrava em contato na sua jornada e pela busca de uma forma de expressão própria (SANTOS, 2005, p. 47-48). Tinha afinidade pelo país que tão bem a acolheu e a orientou na busca de uma expressividade que traduzisse adequadamente os sentimentos e as inquietudes que as vivências neste país despertaram nela.

Desde fins da década de 1960, por conta do trabalho na revista *Realidade* e das viagens de iniciação pelo Brasil, o tema dos índios foi amoldando-se na questão indígena. A politização crescente da sua prática fotográfica e o recrudescimento da censura à imprensa, que definiu a mudança do perfil editorial da revista *Realidade*, a levaram a abandonar definitivamente seu trabalho de fotojornalista e mergulhar no trabalho de campo nas comunidades indígenas Yanomami. Duas bolsas da Fundação Guggenheim e uma da FAPESP garantiram a formação do arquivo Yanomami entre 1972 e 1978.

O contato da fotógrafa com as comunidades indígenas não se deu pelos protocolos da ciência, mas, sim, dentro dos princípios do pensamento compreensivo, que dimensiona o outro na sua historicidade e que com ele compartilha uma mesma natureza. O que Claudia encontrou nessa comunidade que lhe afetou de forma brutal, lançando-a na militância em prol da criação do parque Yanomami em 1978? A resposta a essa pergunta é encontrada na publicação *Frente ao eterno: uma vivência entre os índios Yanomami*, de 1978, que contou com a colaboração de Darcy Ribeiro, no qual Claudia mostra imagens de seu retorno à região, agora em temporadas mais curtas, voltada para seu engajamento na demarcação das terras indígenas e para a criação do parque Yanomami.

Claudia reconhece, nas comunidades Yanomami, uma vulnerabilidade com a qual se identifica de forma radical, mas que lhe

possibilitou a distância necessária para agir e encarar o outro na sua condição histórica. Entre 1972 e 1977, quando foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional, Claudia realizou uma imersão fotográfica orientada pela determinação de “recriar as imagens do invisível”, afastando-se da perspectiva documental, na busca de uma expressão integral dos rituais xamânicos e da mitologia Yanomami. Esse percurso pauta-se na relação de confiança que se desenvolveu na convivência de meses de permanência nas aldeias, permitindo-lhe elaborar uma nova abordagem da experiência fotográfica afastada dos padrões clássicos da representação indigenista (TACCA, 2011).

Ao longo dos anos 1980, atuou como coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) e definiu sua atuação direta no campo da política pelo total engajamento à causa Yanomami. As dificuldades foram superadas com muito esforço coletivo, que, necessariamente, envolveu a comunidade Yanomami, os intelectuais, os artistas e também os públicos de suas exposições, todos agentes na construção de uma nova noção de cidadania autônoma e combativa.

Alguns registros importantes desse período permitem avaliar as práticas e estratégias culturais adotadas pelo grupo para a recuperação do espaço público à causa cidadã. Destaco, desse conjunto, duas estratégias baseadas na fusão entre artes visuais-fotografia e cinema e uma instalação audiovisual-artes plásticas, fotografia e *performance*. A primeira trata-se do documentário de Marcelo Tassara, que teve sua pré-estreia no dia 17 de abril de 1984, no auditório do jornal *Folha de S. Paulo*, com exibição seguida de debate detalhadamente anunciada no jornal, na matéria intitulada: “O índio, tema de filme e debate”.<sup>9</sup> A segunda refere-se a uma exposição do Masp, que tem como título “Genocídio Yanomami, Morte do Brasil”. O evento foi organizado com uma instalação montada de trezentas

<sup>9</sup> O ÍNDIO, tema de filme e debate. *Folha de S. Paulo*, 17 abr. 1984, p. 31.

imagens projetadas e multiplicadas por espelhos espalhados pelo espaço de exposição, acompanhada pela música de Marlui Miranda, criando a ambientação ilusória necessária para proporcionar o transe da cidade para a floresta.<sup>10</sup> Agregam-se à instalação objetos de cerâmica da cultura Yanomami, instrumentos rituais e um boneco, que simula uma criança que participa de um ritual xamânico, recursos por meio do qual o espectador completa a narrativa ao se deparar com a materialidade dos elementos projetados pela imagem.

Aí a noção de transe se dissipa e se instala a uma distância necessária para, mais uma vez, vermos o outro na sua dimensão histórica. Imagens dialéticas que emancipam o espectador da sua condição passiva e o insere no processo contínuo de produção de sentido provocado pela dimensão intertextual cada vez mais aprofundada nas abordagens de Claudia sobre a questão Yanomami. A épica da artista se volta cada vez mais para a conquista do espaço público fotográfico como forma de engajamento de seus públicos (DIDI-HUBEMANN, 2010; RANCIÈRE, 2009).

Observa-se, ao longo da década de 1990, a ampliação do circuito de exposições individuais ou em mostras coletivas de Claudia, entre os quais destacam-se a sua participação na XXIV Bienal Internacional de São Paulo, com a instalação *Na sombra das luzes*, com curadoria geral de Paulo Herkenhoff, e na II Bienal de Fotografia de Curitiba, com a retrospectiva *Yanomami: a casa, a floresta, o invisível*, que marcou o lançamento de seu fotolivro com o mesmo nome editado pela DBA (São Paulo). Já nos anos 2000, Claudia voltou-se para o passado em um trabalho de reconhecimento de memória: memória-arquivo, memória-ato, memória-arte.

Em cada uma dessas três estratégias, a artista recorre ao exercício de bricolagem de imagens para fundir os tempos da his-

<sup>10</sup> GENOCÍDIO Yanomami, Morte do Brasil. *Folha de S. Paulo*, 6 abr. 1989, p. 3.

tória Yanomami. O percurso da memória-arquivo leva a fotógrafa a produzir a exposição *A vulnerabilidade do ser* e a publicar, em 2005, o livro homônimo. Um investimento biográfico, mas coletivo, pois conta com praticamente todos os seus companheiros de aventura. O segundo percurso, memória-ato, leva a fotógrafa, novamente, ao encontro do outro, por meio das várias entrevistas que concede a grupos distintos, que podem ser acessados na rede e em textos. Por fim, o terceiro percurso, memória-arte, que, em grande medida, envolve os outros dois, indica uma diretriz para o futuro: são os investimentos que a artista passa a fazer com as imagens de seu arquivo.

Alguns resultados desses investimentos são os livros: *Marcados* (2009), tema de exposições pelo país, que ressignifica as fotografias do cadastro de saúde Yanomami produzidas para as campanhas de vacinação da CCPY entre os anos 1981-1983; a série *Sonhos*, exibida em 2002, na Fundação Cartier, em Paris, a convite do curador Hervé Chandès – nesta apresentava uma outra concepção para o seu arquivo Yanomami, em que transparências são superpostas de modo a gerar uma terceira imagem e um novo conceito. Por fim, a criação de um pavilhão no museu Parque de Inhotim, em Minas Gerais, voltada para a sua obra com o povo Yanomami, inaugurado em novembro de 2015, com um acervo de mais 400 fotografias, 1.600 m<sup>2</sup> e uma arquitetura que homenageia a casa Yanomami.

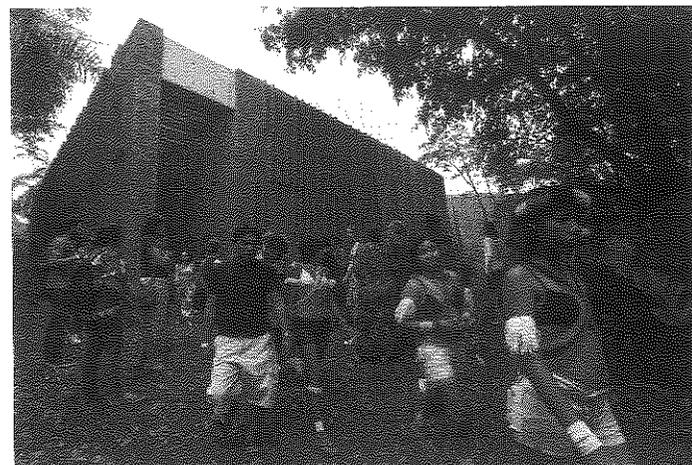


Figura 6 – Inauguração do Pavilhão Claudia Andujar, em Inhotim (26 nov. 2015)



Figura 7 – Inauguração do Pavilhão Claudia Andujar, em Inhotim (26 nov. 2015)



Figura 8 – Inauguração do Pavilhão Claudia Andujar, em Inhotim (26 nov. 2015)

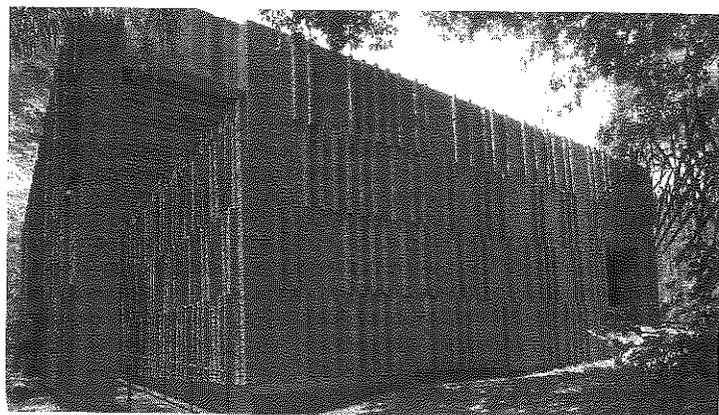


Figura 9 – Galeria Claudia Andujar (2015)

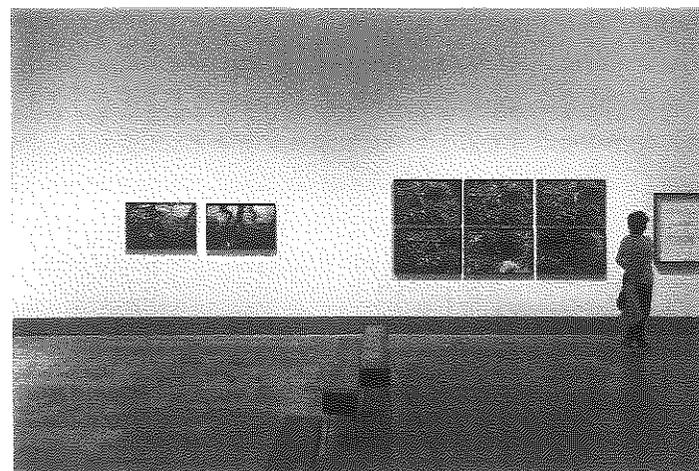


Figura 10 – Galeria Claudia Andujar (2015) [vista interna]



Figura 11 – Galeria Claudia Andujar (2015) [vista interna]

A memória-arte elabora um universo de imagens criado por meio de recursos intertextuais, em uma trama que entretete o relato histórico com a fabulação do maravilhoso, nos rituais xamânicos e da mitologia oral. No trabalho de Claudia, a intertextualidade assume a sua dimensão de prática social fruto da fusão de experiências vividas por seres distintos, de interpolação temporal, que reúne o presente precário da foto à eternidade dos espíritos e, por fim, de superação cerimonial de uma e outra forma expressiva, pois não é mais relato oral, tampouco fotografia. O Davi Yanomami, companheiro de muitas jornadas e detentor dos segredos, sabe entender, explicar e traduzir em palavras.

O engajamento político dos anos de militância ativa de Claudia em prol da causa Yanomami gerou não somente um grande arquivo Yanomami, e sim um território, um espaço e um lugar, enfim, um topos de imaginação e criação, em que se realiza a busca do outro em si. A imagem de Claudia pauta-se na relação de si com os outros e, conseqüentemente, se equilibra no jogo da diferença e alteridade. Constrói-se um vínculo complexo, que não se limita somente ao exercício de ver, mas também de ser visto, o que implica na dupla distância a que se refere Didi-Huberman (2010). A imagem de Claudia é dialética, pois se elabora pela ação-pensamento, pela tensão entre o estético e o social, por assumir o seu valor crítico no vir a ser da história.

Didi-Huberman (2010, p. 115-116) aponta que toda imagem dialética é originariamente crítica, não por uma questão de procedência a uma origem distante no passado, mas porque emerge do fluxo da experiência como algo que calibra a dupla distância entre o presente e o passado. A imagem dialética é a presença de uma ausência, é a indicação de que me apropriado do mundo ao mesmo tempo que sou tomado por ele em um movimento de suspensão do contínuo temporal. Assim, não existe imagem dialética sem um trabalho crítico da memória que confronta tudo o que permanece como indício do que já se perdeu.

Para Didi-Huberman (2010, p. 122), a imagem dialética produz uma leitura crítica de seu próprio presente, e a crítica da imagem produz,

ademais, uma imagem dialética. A força das imagens dialéticas se expressa em uma demanda cognitiva, ética e estética que leva a sacrificar as falsas certezas, o que equivale a situar a imagem dialética como lugar, por excelência, em que se poderia contemplar o que nos olha verdadeiramente, no que vemos (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 130). Um lugar que incorpora o espectador como sujeito emancipado (RANCIÈRE, 2009, p. 13).

Assim, a emancipação do artista e de seu público se processa pelo reconhecimento integral de sua autonomia histórica e, ao mesmo tempo, pelo rompimento com a noção da fala autorizada. Como relatou Claudia, a posse da palavra crítica de Davi Yanomami, ao explicar os sentidos das fotografias, na série *Sonhos*, revela, justamente, a dimensão crítica dessas fotografias. Ou ainda, no gesto presente, na série *Marcados*, que o ato de retirar a fotografia produzida para o cartão de saúde e recolocá-la no quadro de uma exposição reforça sua dimensão pública. Primeiro, por identificar sua produção como meio de prestar um serviço público necessário a uma população extremamente vulnerável em situação de genocídio; segundo, por inscrevê-la nos mundos da arte e convocar o público a tomar uma posição perante o massacre. Assim, a fotografia se torna pública tanto pelo gesto da fotógrafa de engajá-la em práticas de defesa dos povos originários quanto por reconhecer a autoridade do olhar Yanomami, que traduz aquilo que se apresenta fotograficamente.

Em 2019, o Instituto Moreira Salles, nas sedes do Rio de Janeiro e de São Paulo, organizou uma completa exposição de Claudia Andujar. Momento em que se remontou a videoinstalação "Genocídio do Yanomami: morte do Brasil", uma nova versão da instalação de mesmo título, apresentada pela primeira vez em 1989, e que projeta, em dezesseis telas, imagens de um mundo em derrocada, feitas entre 1972 e 1984, com trilha de Marluí Miranda e projeto do escritório Vapor 324.<sup>11</sup>

A cada ocupação nos mundos da arte – em exposições, projeções, instalações e publicações –, fotógrafa e comunidade Yanomami

<sup>11</sup> Ver: Genocídio... (2019), Claudia Andujar... (2019) e IMS (2019).

assumem uma atitude historiadora em face do tempo presente na defesa dos direitos à sua terra ancestral.



Figura 12 – Videoinstalação no IMS-SP, "Genocídio Yanomami"

### A história vista de baixo – Rosângela Rennó

Os trabalhos da artista visual Rosângela Rennó apresentam como elo o uso intensivo de materiais – fotografia, objetos, álbuns, papéis etc. Rennó promove em suas obras uma espécie de arqueologia do tempo comum, escavando em arquivos, feiras de antiguidade, reservas de museus, jornais antigos, entre outros – espaços em que pode encontrar testemunhos de um tempo que já passou. Em suas obras, provoca o exercício artístico de projetar no presente a tensão entre os tempos, em um trabalho que se aproxima muito à prática historiadora, a ponto de poder identificá-la como uma historiadora visual.

Mineira de Belo Horizonte, Rosângela Rennó nasceu em 1962. Entre 1981 e 1987, cursou a Escola de Arte Guignard, em Belo Horizonte, e o curso de Engenharia-Arquitetura na UFMG, tornando-se a sexta engenheira em sua casa. Artista e arquiteta, teve sua primeira exposição com trabalho de fotografia, ainda estudante, em 1985, no Itaú Galeria, mas a fotografia entrou bem mais cedo na história de Rennó, pela câmera tomada emprestada de seu pai, ainda na adolescência. A fotografia traçou o rumo da profissionalização de Rosângela Rennó, pois ao longo dos anos de estudante sobreviveu como fotógrafa atuando em várias frentes: reprodução de obras de arte, imprensa, moda e publicidade (MAUAD, 2016).

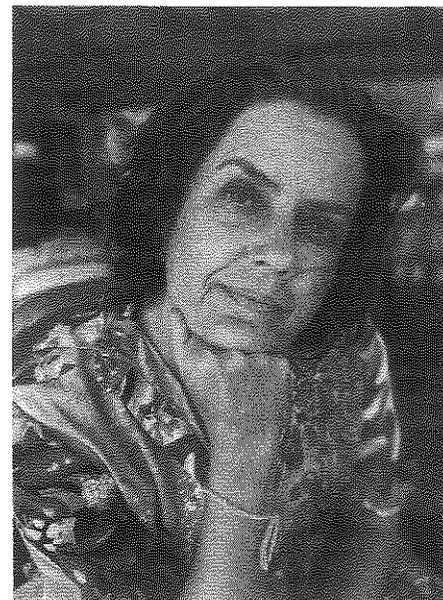


Figura 13 – Rosângela Rennó (2019)

Fonte: Acervo de Julia Rennó.

Fotografia como meio de sobrevivência em sentido amplo, uma vez que a dimensão fotográfica na prática artística de Rennó foi ganhando contornos cada vez mais complexos. A artista orientou seus projetos dentro de um campo de possibilidades definido pelas normas acadêmicas do estudo e da produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que buscava uma inserção nos mundos das artes visuais. Tais concepções tinham em comum o princípio de um "arquivo universal", que foi sendo montado como uma espécie de reserva de memória de vivências coletivas, restos de experiência e registros de esquecimento.

*Arquivo universal* foi o título de uma das obras da artista em que se consolida uma prática artística que ela reconhece como tributária da emergência de um pensamento fotográfico nos mundos da arte nos anos 1990. Observa-se na obra *Arquivo universal* uma estratégia de tomar o arquivo como uma plataforma de projeção de futuros possíveis, com despojos de uma história invisível, cotidiana e prosaica. A artista se lança, assim, no jogo de apresentar a representação, tornando visível os meios pelos quais o próprio arquivo se torna parte da *mise-en-scène* artística.

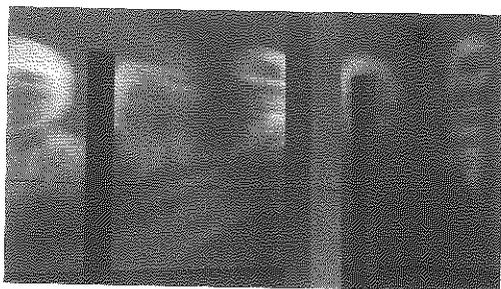


Figura 14 – Instalação "Duas lições de realismo" (1991)



Figura 15 – Instalação "Duas lições de realismo" (1991)



Figura 16 – Instalação "Duas lições de realismo" (1991)

A proposta de romper com a lógica do documentarismo, construindo um pensamento fotográfico com base na montagem do arquivo universal, parece contraditório, mas possui sustentação na compreensão de que não existe um único passado, e sim passados possíveis que se tornam acessíveis por meio das fotografias (LISSOVSKY, 2011). Na condição de historiadora visual de passados possíveis, Rosângela Rennó reconhece, na sua metodologia, o princípio da ação aleatória na busca da vida pregressa das imagens.

Uma das empreitadas arqueológicas de Rennó pelos arquivos resultou na série *Imemorial* (1994), uma instalação de cinquenta fotografias composta por retratos dos trabalhadores – adultos e crianças – que construíram Brasília. A série *Imemorial* integrou a mostra coletiva “Reverendo Brasília”, apoiada pelo Instituto Goethe de Brasília e pela Fundação Athos Bulcão, exibida na Galeria Athos Bulcão, Teatro Nacional, em Brasília, entre 1º e 25 de setembro de 1994. A mostra foi exibida, entre outubro de 1994 e maio de 1995, no Rio de Janeiro, em São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

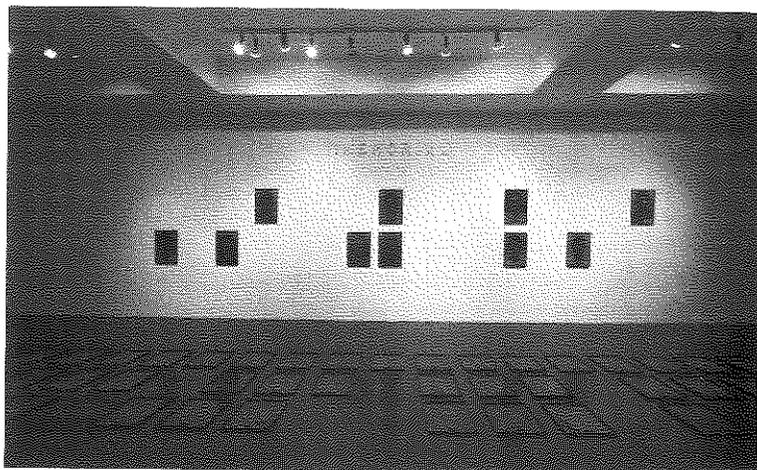


Figura 17 – “Imemorial” (1994)

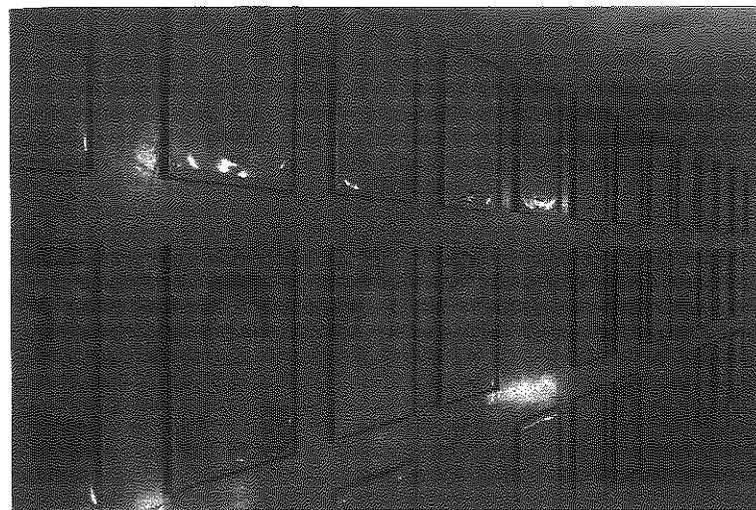


Figura 18 – “Imemorial” (1994)

Nos espólios da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), órgão criado, em 1956, pelo governo de Juscelino Kubistchek para gerenciar a construção da nova capital do Brasil, guardados em um armazém do Arquivo Público do Distrito, a artista deparou-se com mais de 15.000 arquivos relativos aos empregados da Novacap, acompanhados de imagens:

eram todos retratos 3 x 4, na época, obviamente, eram todos retratos preto e branco, mas colorizados de alguma forma pela ação do tempo, e dos grampos, de grampeador que oxidaram sobre a imagem. Eles todos pertenciam às fichas de identificação da Novacap, que era a construtora do governo, que é o único arquivo que ainda permanece hoje no Arquivo Público do Distrito Federal, em Brasília (MAUAD, 2018b, p. 18).

Para montar sua série, Rosângela Rennó confrontou-se com um desafio:

O difícil foi obter esses retratos, porque a maioria das fichas funcionais não contém retrato. Então essa foi a composição, encontrar fichas, encontrar funcionários comprovadamente mortos e, ainda por cima, encontrar fichas de funcionários, operários, mortos que continham fotografias 3 x 4 (MAUAD, 2018b, p. 19).

A instalação *Imemorial* organiza-se em duas dimensões: na vertical, dez retratos em cor, em que a tangibilidade da imagem se expressa pela exacerbação da passagem do tempo – marcas de ferrugem, esmaecimento, rasuras etc. Na série, o tratamento dado é explicado pela artista: “Na parede, eu tenho os dez retratos em cor, bem escuros, um processamento colorido convencional, mas escurecidos, pois eu pedi para fazer a cópia mais densa mesmo” (MAUAD, 2018b, p. 19). Na horizontal encontram-se montados em bandejas 40 retratos:

As bandejas que estão no chão contêm os retratos dos operários mortos, e eles foram executados na verdade com película gráfica, uma das marcas era kodalite, película de fazer fotolito. E elas eram pintadas por trás, na verdade eram uma espécie de recriação do ferrótípo, um ferrótípo falso, onde eu tenho imagens prata e preto, não são imagens que têm branco. É o filme gráfico que dá o contraste entre o preto e a prata (MAUAD, 2018b, p. 19).

Os dois processos, embora distintos, investem no reconhecimento da potência da ação do tempo sobre a imagem. O primeiro, ao tornar evidente as marcas da sua passagem, e o segundo, investindo no uso anacrônico de processos fotográficos já obsoletos, como

o ferrótípo<sup>12</sup>, uma clara alusão ao retrato oitocentista. A própria artista reconhece que o uso de película gráfica atualmente seria impossível, o que já indica uma segunda obsolescência na vida das imagens (MAUAD, 2018b, p. 19).

Observa-se pela ação artística que os documentos encontrados são tanto testemunhos da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras no projeto de um país moderno quanto da prática fotográfica como experiência histórica. Nos retratos que acompanhavam as fichas de identificação, marcas de ferrugem indicam que elas foram presas ao papel por um grampeador; em 40 fichas se identifica que o trabalhador foi “dispensado por motivo de morte”, marcas tangíveis de gestos que se inscrevem na fotografia garantem sua sobrevivência. Gestos que ecoam no partido que Rosângela Rennó toma na montagem de *Imemorial*, ao narrar histórias que contam o massacre nas barracas de obra e de dezenas de trabalhadores e trabalhadoras, inclusive menores, que morreram durante a construção de Brasília e foram enterrados nas suas fundações.

Embora reconhecendo a centralidade do tema da memória e do investimento da artista em provocar o estranhamento em face da produção exponencial de fotografias na contemporaneidade, trata-se, sobretudo, de observar que, ao serem retirados do contexto em que foram achados, os retratos assumem a função pública de testemunhos. É por esse caminho que quero abordar a atitude historiadora

<sup>12</sup> “Imagem produzida pelo processo de colódio úmido sobre uma fina plaqueta de ferro esmaltada com laca preta ou marrom. Inventado pelo norte-americano Hamilton Smith, como uma derivação do processo de colódio úmido, em 1856. Smith baseou-se nas pesquisas do francês Adolphe Alexandre Martin (1824-1896), que desde 1852 já desenvolvera um sistema de produção de cópias amphispositivas, termo que foi anglicizado por Talbot para amphotypes, razão pela qual, no início, o ferrótípo também era conhecido por essa denominação na Europa. O ferrótípo tornou-se muito popular entre os fotógrafos ambulantes até fins do século dezenove – sobretudo nos Estados Unidos – em virtude da rapidez de sua produção, de seu baixo custo e pelo fato de não se quebrar como ocorria com as chapas de vidro dos ambrótipos. Sendo que neste país este processo era indistintamente denominado de ferrotype ou de tintype” (FERRÓTIPO, 2015).

de Rosângela Rennó. Aqui, cabe um breve esclarecimento sobre a história nos mundos da arte.

Do ponto de vista da história, especialmente pública, nos mundos da arte se gestariam formas de imaginar o passado que, recriado por meio da intervenção artística, passaria a existir como um passado possível de ter existido. As narrativas históricas públicas produzidas pelos artistas não competem com as explicações historiográficas, por tratar-se de uma outra história que, em grande medida, nos convoca a pensá-las como um sintoma, um gesto, uma atitude diante do tempo. Apoiada nessa dinâmica, coloca-se a possibilidade de que em diferentes instâncias da vida social é possível se assumir uma atitude historiadora. De que se trata tal atitude? De indagar o passado como uma das dimensões do terreno poroso do presente em que residem as tradições, os comportamentos residuais, mas do qual, quando problematizado, emerge um conhecimento crítico que nos impele para a ação (MAUAD, 2018a). Nessa atitude, reconhece-se aquilo que Benjamin (1985) identifica nas teses de história – como o relâmpago – o que ilumina. Anacronicamente, o passado torna-se objeto presente quando se enfrenta a percepção de que a matéria pretérita pode ser continuamente apropriada como matéria de imaginação. Assim, ao se assumir uma atitude historiadora, lança-se para o tempo passado, e com “olhos de madeira” (GINSBURG, 2001) se reconhece nele as possibilidades de futuro, em um movimento de distanciamento e aproximação.

Na dinâmica desse movimento pendular, nos colocamos como público que observa retratos expostos na instalação *Imemorial*. Documentos fotográficos, por meio da ação artística, torna evidente a sua presença como “evidência do passado”, em um movimento que lhe subtrai o caráter de prova ao potencializar seu aspecto de testemunho: o que eu vejo me olha. A aporia do documento que não

prova, mas testemunha, indica algumas possibilidades epistemológicas para a história visual.

Trata-se, portanto, de tomar o trabalho de Rennó como uma plataforma para se observar os desafios que se colocam ao lidar com o testemunho e a evidência em um regime historiográfico que se considere a dimensão intersubjetiva dos sujeitos envolvidos na prática historiadora. Muito mais do que tomar as imagens como testemunhos, interessa compreender o que está em jogo na tensão entre imagem – documento e imagem – monumento (MAUAD; LOPES, 2010) e pode iluminar os usos públicos do passado. Testemunhos, como imagens dialéticas, implicam em considerar um momento de suspensão em que se estende uma ponte sobre a dupla distância dos sentidos – tanto sensorial (ótico e tátil) quanto semiótico (representação) –, para deixar-se afetar pelo confronto entre um ontem e um agora. Suas implicações para a história visual são significativas, sobretudo porque resulta não somente em indagar o que a imagem testemunha, mas também tornar-se testemunha de sua aparição.

Os retratos, expostos na série *Imemorial*, são imagens dialéticas que suspendem a distância entre o ontem e o agora e nos afetam com seus olhares diretos e pelos detalhes do modo que se deixou retratar – uma gola da blusa e um brinco; ou simplesmente, por estarem ali em exibição pela ação artística nos provocando. Superfícies trabalhadas pela artista para refletirem aquilo que eu vejo: os meus olhos de espectador que reconhecem um testemunho incontornável sobre um crime, que surge no espaço expositivo completamente documentado. Retratos que configuram uma imagem crítica, que me obriga a refazer o caminho que me distanciou dela. Um caminho que me leva à construção de Brasília e às narrativas de um Brasil moderno, e outro, à própria história do meio fotográfico e à construção da noção de imagem realista, em que se reforçam os valores de objetividade e veracidade da representação visual.

Limitada aos seus usos heurísticos, a fotografia presta poucos serviços à renovação historiográfica, visto que é somente quando operada como parte de uma história das imagens que ela assume seu potencial epistemológico com mais vigor. Nesse sentido, a presença da fotografia nos mundos da arte e a dimensão pública que ostenta em relação direta aos públicos que se apresentam colocam desafios à prática historiadora. No trabalho *Imemorial*, o exercício da artista em convocar imagens que, originariamente, pertenceriam a documentos de identificação para narrar uma outra história, monumentalizando o passado dos que estavam esquecidos nos arquivos descartados, confronta-se com a necessidade de enfrentar a materialidade da fotografia, sua biografia social, seus deslocamentos no espaço-tempo de uma trajetória que as retiram do arquivo e as colocam nos espaços expositivos ou nos fotolivros em que a história se torna pública.

### **Espelhos da nação: da imagem unificada à projeção criativa de passados possíveis**

Nos últimos vinte anos, estudos críticos avaliam o papel da fotografia pública na constituição dos espaços discursivos da memória, da arte e da política (nota). Em artigo recente, Blake Stimson (2021) aborda a possibilidade de a fotografia se tornar pública num regime de privatização das imagens no mercado de consumo visual. Trata-se de uma abordagem que dialoga com a fortuna crítica de língua inglesa sobre fotografia, investindo na sua relação com as artes como meio de delinear a possibilidade de a fotografia romper a economia da imagem privada e, de fato, se tornar pública.

Stimson (2021) afirma que não basta as imagens circularem para que se tornem públicas, sobretudo se reforçarem a extensão narrativa entre o referente e sua representação visual, naturalizando o processo de produção social da imagem. Para o autor, a fotografia,

desde o seu começo, esteve no lado errado da balança, naturalizando o mundo social e privatizando a vida coletiva, “what naturalizes is a distinctly privatized way of being social” (STIMSON, 2021, p. 171). O reforço do caráter automático e instantâneo e a capacidade da imagem fotográfica em replicar o mundo em imagens dificultariam à fotografia assumir a sua feição pública: autonomia e livre das amarras da privatização imposta pela posse do mundo em imagens fotográficas (STIMSON, 2021, p. 172).

Como podem, então, as fotografias se tornarem públicas? O caminho apontado por Stimson (2021) indica o distanciamento estético materialista como forma de libertar as imagens da ilusão referencial de uma economia visual marcadamente naturalista. O distanciamento estético materialista reconvoca a presença do sujeito no reconhecimento da prática artística como um trabalho coletivo, que envolve o artista, sua prática e a relação estabelecida com o expectador. O sentido não reside na intenção do artista, aliás, é deslocado das suas decisões formais para o diálogo com o mundo social:

In each type of aesthetic distancing the withdrawal is only a moment of negation in a large process that keeps both self and world in play. However, the difference is key: it the critical demand of naturalism is phenomenological, existential, and ontological, the critical demand of materialism is social and political. It looks for lived meaning distributed through public debate and political decision – making process. When naturalism turns us toward the private sphere of the civil contract where a new transaction or new formal innovation might be struck between individuals, materialism turns us toward the public spheres of the social contract that negotiates enduring terms of mutual recognition. This public sphere is necessary precondition for modern democratic state (STIMSON, 2021, p. 180).

Stimson (2021) defende a fotografia como presença ou possibilidade, como pista ou sugestão. A fotografia implica uma presença ausente, imprime a distância crítica que não se encerra em uma experiência incorporada por um sujeito individualizado, mas, sim, estabelece como o horizonte de experiência para muitos (STIMSON, 2021, p. 180). O que o leva a concluir:

Photography, when it rises to the status of public good, is that which surpass its own innate tendency to reproduce the brute immediacy and privatization of capitalist life and uses its power of abstraction to prepare us, once again, for the public life of the concerned citizen or the engaged comrade (STIMSON, 2021, p. 183).

A garantia da dimensão pública das fotografias faz parte dos atributos da cultura como bem comum que deve ser garantido por políticas públicas do Estado democrático (STIMSON, 2021, p. 182). A afirmação de Stimson (2021) ecoa nos debates travados por Naylor, nos anos 1930, como participante da Photographers League, defendendo ativamente o financiamento público para a autonomia do trabalho artístico, princípio que a orientou na produção de uma imagem mestiça de Brasil, na contramão dos protocolos oficiais do governo brasileiro e da cartografia cultural improvisada pelos Estados Unidos para a América Latina no bojo do panamericanismo (CANDIDA SMITH, 2017).

Da mesma forma, o ativismo fotográfico de Claudia Andujar pela causa Yanomami demanda a presença de políticas públicas em defesa da terra e da confirmação dos territórios demarcados pela CCPY, nos anos 1990. Conquistas estas ameaçadas por um grande retrocesso com o PL 490, que cria um "marco temporal", em que só serão consideradas terras indígenas os lugares ocupados por eles até o dia 5

de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.<sup>13</sup> A cada exposição que a fotógrafa organiza em defesa da causa Yanomami convoca imagens que se estendem aos demais povos originários, que exigem o direito à sua terra e ancestralidade. Em cada novo projeto, o olhar engajado que configura a ação artística de Rosangela Rennó escava as camadas do tempo, descobrindo estratos irreconhecíveis da nossa história, em que se revelam múltiplos passados na busca contínua por futuros possíveis.

Então, o que reúne na mesma chave interpretativa três trajetórias e práticas artísticas em tempos distintos? Genevieve Naylor, Claudia Andujar e Rosangela Rennó se encontram no trabalho de configurar os Brasis que subvertem o retrato unificado de nação. Cada artista, à sua maneira, configura horizontes de expectativa de futuros Brasis (KOSELLECK, 2006). Reúnem-se em reconhecimento da potência da fotografia pública como atitude historiadora necessária para fazer frente aos desafios que se colocam no intenso agora.

A título de conclusão, vale uma provocação final. A atividade fotográfica de Mathew Brady e sua equipe que abriu esta reflexão apoiava-se na câmera como o "olho da história", uma prótese que permitia ao expectador ver melhor e, ao fotógrafo, dar a ver de forma realista os fatos que marcaram a história. Uma visão unificadora apoiada nos códigos realistas que orientavam a economia visual oitocentista e que instruíram modos de ver e de imaginar a nação. Caberia indagar se, ao longo do século XX, a diversidade de práticas fotográficas, circuitos sociais, usos e funções da fotografia acabaram por proporcionar outros modos de imaginar não mais a nação, e sim a sociedade.

<sup>13</sup> Em julho 2021, as representações de diferentes comunidades indígenas ocuparam Brasília em manifestações contra o retrocesso no marco regulatório da demarcação e desintrusão dos territórios indígenas, a PL 490 que tramita na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados (CASTRO, 2021).

No Brasil, em pleno século XXI, as práticas fotográficas engajadas e comprometidas em defender o Estado democrático de forma radical ganham contornos de resistência. Configuram-se plataformas visuais de histórias públicas que não refletem a nação unificada, mas nos faz reconhecer a complexidade deste país e de seus passados possíveis.

## Referências

- ANDUJAR, Claudia. *Marcados*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- Calil, Carlos A. (ed.). *O cinema dos meus olhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CANDIDA SMITH, Richard. *Improvised Continent: Pan-Americanism and Cultural Exchange*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.
- CASTRO, Carol. O que é o PL 490 e como ele afeta a vida dos povos indígenas? *Ecoa*, 7 jul. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/07/07/0-que-e-o-pl-490-e-como-ele-afeta-a-vida-dos-povos-indigenas.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- CLAUDIA ANDUJAR: a luta Yanomami. Exposição. *Imoreirasalles*, 7 ago. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8bKmj3ojvz0&list=PLC9oFSGUmLhRGPuLnhx-ffEH5AlzuXKWc&index=3>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- Costa, Helouise. *A fotografia moderna no Brasil*. São Paulo: Cosac Naif, 2004.
- Didi-Huberman, Georges. *Lo que vemos lo que nos mira*. Buenos Aires: Manantial, 2010.
- Ermakoff, George. *Genevieve Naylor: uma fotógrafa norte-americana no Brasil, 1940-1942*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2013.
- FERRÓTIPO. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2015. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3859/ferrotipo>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- GENOCÍDIO do Yanomami: morte do Brasil. Videoinstalação de Claudia Andujar. *Imoreirasalles*, 13 fev. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ilBhxSREWbw>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- GinzBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES (IMS). Claudia Andujar: a luta Yanomami. 2019. Disponível em: <https://ims.com.br/exposicao/claudia-andujar-a-luta-yanomami-ims-rio/>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- Levine, Robert. *Brazilian Photographs of Genevieve Naylor, 1940-1942*. Durham; Londres: Duke University Press, 1998.
- LISSOVSKY, Mauricio. Dez proposições acerca do futuro da fotografia. *FACOM – Revista da Faculdade de Comunicação e Marketing da FAAP*, n. 23, n. 1, p. 4-15, 2011.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. 3. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013.
- MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e História Pública: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). *História Crítica*, v. 68, p. 27-45, 2018a.
- \_\_\_\_\_. Entre tempos e olhares: sobre a noção de testemunho na prática artística de Rosângela Rennó. *História Oral*, v. 21, n. 2, p. 7-30, 2018b.
- \_\_\_\_\_. Por uma atitude historiadora: artes visuais e o futuro do passado. In: NASCIMENTO, Francisco; SILVA, Jailson de Castro; CHAVES, Reginaldo Sousa (org.). *A forja do tempo: artes e vanguardas diante do contemporâneo*. Teresina: EDUFPI, 2016.
- \_\_\_\_\_. Fotografia e a cultura política nos tempos da política da Boa vizinhança. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 22 n. 1, p. 133-159, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/0101-4714v22n1a05>.
- \_\_\_\_\_. Fotografia pública e prática artística na trajetória de Claudia Andujar. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos; PETERLE, Patricia (org.). *História e arte: utopia, utopias*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.
- \_\_\_\_\_. Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). *Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 49, p. 43-76, 2005.
- MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos. História e Fotografia. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Menezes, Lucas Mendes. *Imagens viajantes: fotografia amadora brasileira na coleção da Société française de photographie*. 2019. Tese (Doutorado) – Université Paris; Universidade Federal Fluminense, 2019.

MORaes, Vinicius. *Orson Welles em filmagem*. 1942. Disponível em: <https://www.viniciusdemoraes.com.br/en/cine/orson-welles-em-filmagem>. Acesso em: 20 jul. 2022.

NEW DEAL MAP. [2021?]. Disponível em: <https://livingnewdeal.org/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Rancière, Jacques. *The Emancipated Spectator*. London; New York: Verso, 2009.

RISÉRIO, Antonio. *A utopia brasileira e os movimentos negros*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

ROSLER, Martha. *Imágenes públicas: La función política de la imagen*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2007.

Sadlier, Darlene J. *Americans All: Good Neighbor Cultural Diplomacy in World War II*. Austin: University of Texas Press, 2013.

Santos, Laymert Garcia dos. Experiência estética e simpatia bergsoniana. In: ANDUJAR, Claudia. *Avulnerabilidade do ser*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 46-61.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Ed. Claroenigma, 2012.

Stimson, Blake. Public Photography. In: Coleman, Kevin; James, Daniel (ed.). *Capitalism and the Camera: Essays on Photography and Extraction*. London; New York: Verso, 2021. p. 167-183.

TACCA, Fernando de. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 18, n. 1, p. 191-223, 2011.

THE WORKS Progress Administration. [2021?]. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/americanexperience/features/surviving-the-dust-bowl-works-progress-administration-wpa/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Tota, Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WALTER, Benjamin. Teses sobre a filosofia da História. In: KOTHE, Flávio R. (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.

## Fontes

ACERVO de Julia Rennó.

ACERVO de Peter Reznikoff.

GENOCÍDIO Yanomami, Morte do Brasil. *Folha de S. Paulo*, 6 abr. 1989, p. 3.

O ÍNDIO, tema de filme e debate. *Folha de S. Paulo*, 17 abr. 1984, p. 31.

## Figuras

Figura 3 – Captura de tela do “Getty Imagens” com as fotografias de Naylor. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/fotos/genevieve-naylor?phrase=genevieve%20naylor&sort=best>

Figura 5 – Claudia Andujar no Catrimani (1974-1975). Disponível em: <https://ims.com.br/2021/06/10/claudia-andujar-90-anos/>

Figuras 6, 7 e 8 – Inauguração do Pavilhão Claudia Andujar, em Inhotim (26 nov. 2015). Disponível em: [https://amazoniareal.com.br/wp-content/uploads/2016/10/INAUGURACAO-GALERIA-CLAUDIA-ANDUJAR\\_FOTO-DANIELA-PAOLIELLO\\_INSTITUTO-INHOTIM.jpg](https://amazoniareal.com.br/wp-content/uploads/2016/10/INAUGURACAO-GALERIA-CLAUDIA-ANDUJAR_FOTO-DANIELA-PAOLIELLO_INSTITUTO-INHOTIM.jpg)

Figuras 9, 10 e 11 – Galeria Claudia Andujar (2015). Disponível em: <https://www.inhotim.org.br/item-do-acervo/galeria-claudia-andujar/>

Figura 12 – Videoinstalação no IMS-SP, “Genocídio Yanomami”. Disponível em: <http://expoclaudiaandujar.ims.com.br>

Figuras 14, 15 e 16 – Instalação “Duas lições de realismo” (1991). Disponível em: <http://www.rosangelarenno.com.br/>

Figuras 17 e 18 – “Imemorial” (1994). Disponível em: <http://www.rosangelarenno.com.br/>

## Comemorar e vigiar: o sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972<sup>1</sup>

Janaina Martins Cordeiro

Em 1972, o Brasil se preparava para comemorar os 150 anos de sua independência política do Império português, ocorrida em 1822. Então, a ditadura entrava já no seu oitavo ano e colhia alguns frutos do seu projeto de poder: de posse do Ato Institucional n. 5 (AI-5) desde dezembro de 1968, o regime pôde, desde então, reestruturar-se internamente, aprofundar a *operação limpeza* iniciada logo depois do golpe, em 1964, e concentrar poderes nas mãos dos generais-ditadores, que passaram a “poder tudo”<sup>2</sup> (FICO, 2001, p. 65).

Ao mesmo tempo em que o aparato repressivo e de informação se organizava e se aperfeiçoava na caça aos seus inimigos, a ditadura ingressava em um período de recuperação e crescimento econômico sem precedentes. De fato, entre 1968 e 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ficou sempre na faixa dos dois dígitos, e a inflação, então sob controle, entre 16 e 27%, registrou os menores índices do

<sup>1</sup> Algumas das reflexões deste artigo são parte da pesquisa desenvolvida para minha tese de doutorado, publicada em 2015 pela Editora FGV.

<sup>2</sup> Certa vez, o presidente Médici relatou uma conversa que teria tido com o então ministro dos Transportes, Mário Andreazza, sobre a decisão de construir a Ponte Rio-Niterói. Ao ser questionado pelo ministro se era possível realizar a obra, Médici teria respondido: “Eu tenho o AI-5 nas mãos e, com ele, posso tudo [...]. Se eu não posso, ninguém mais pode” (SCARTEZINI, 1985, p. 61).

período compreendido entre 1959 e 1994. A ampliação do crédito – ao setor agrícola, às exportações de manufaturas, mas também aquele à disposição dos consumidores, de maneira geral – resultou na ampliação das exportações e também do consumo, sobretudo de bens duráveis (PRADO; EARP, 2007, p. 222-225). Além disso, o investimento e o crescimento do setor de construção civil transformaram o Brasil em um verdadeiro canteiro de obras. A alardeada obra de “integração nacional” anunciada pela propaganda da ditadura parecia ganhar consistência nas inúmeras obras e rodovias abertas país afora.

Vivia-se naqueles primeiros anos da década de 1970 o ápice do chamado *milagre brasileiro*. A combinação entre crescimento da economia, controle inflacionário, aumento do poder de consumo, expectativas de ascensão social e o emprego da violência contra os inimigos do regime foram embalados por um discurso cívico-patriótico que enfatizava a grandeza nacional e conclamava a sociedade a se unir em torno do projeto de construção do *Brasil grande* encampado pela ditadura.

Assim, mais que expressão de determinada política econômica, os anos do *milagre brasileiro* devem ser compreendidos de maneira mais ampla, como um momento em que a ditadura conseguiu articular muito bem crescimento econômico, discurso nacionalista e repressão. As bases do *milagre* foram, simultaneamente, o crescimento econômico, a propaganda cívico-patriótica e a construção da imagem do inimigo, cujo comportamento antipatriótico deveria ser combatido (CORDEIRO, 2018; 2015).

As comemorações do sesquicentenário da Independência constituem, sob esse aspecto, uma das expressões mais bem-acabadas do sentido geral e do significado dos anos do *milagre brasileiro*, na medida em que deveriam representar a grandeza do país, o comprometimento da sociedade com a História-Pátria e a força do regime. A Comissão Executiva Central (CEC), instituída por decreto

oficial em janeiro de 1972 para organizar os festejos, pretendia justamente que as comemorações refletissem o “quadro palpitante das realizações brasileiras” (CORRÊA, 1972, p. 9). Assim, eventos de grandes proporções – exaltando os esforços de integração nacional nos quais o governo se empenhava – foram realizados. A ideia era que as comemorações pudessem mobilizar discursos que, ao mesmo tempo, evocassem sentimentos cívicos e a ideia de que o Brasil era uma potência que, finalmente, realizava seu destino.

A festa, conforme concebida pela ditadura, teve início em 21 de abril de 1972, dia de Tiradentes, e terminou, de maneira apoteótica, no dia 7 de setembro, evocando o gesto de D. Pedro I às margens do Rio Ipiranga como momento fundamental do nascimento da nação. Ao longo de quase seis meses de festividades, o país se mobilizou de formas diversas para comemorar a Pátria. A euforia desenvolvimentista e o otimismo com relação ao país que caracterizaram o período do *milagre* foram muito bem incorporados pela leitura que as comemorações do sesquicentenário propunham sobre o passado e sobre o presente. Nesse sentido, um dos *slogans* da festa proclamava 1822 como a conquista da independência política do Brasil e 1972, por sua vez, como o momento em que se realizava a independência econômica.

O imperador, figura em torno da qual as comemorações se concentraram, não era a única escolha possível, nem tampouco a mais simples. Sua biografia é repleta de contradições e ambivalências, por vezes difíceis de serem apropriadas, particularmente por um regime conservador. Além disso, havia outros personagens, alguns deles amplamente acionados pela República – como o próprio Tiradentes, mas também José Bonifácio –, que disputavam o posto de herói da independência. Não obstante, acabou prevalecendo a escolha por D. Pedro I. Para a CEC, sua figura representava um herói de pulso firme,

autoritário – ao gosto da ditadura –, que com um gesto decisivo deu ao Brasil sua independência.

Assim, o evento central das comemorações organizou-se em torno do primeiro imperador do Brasil e consistiu na repatriação dos restos mortais de D. Pedro, de Portugal para o Brasil, e a realização, aqui, de grandes rituais fúnebres em sua homenagem. Programada para chegar ao país em abril, aqui a urna contendo os despojos de D. Pedro cumpriria um longo trajeto até setembro. A partir do Rio de Janeiro, onde a comitiva portuguesa chegou em 22 de abril<sup>3</sup>, os restos mortais do imperador percorreram todas as capitais e os territórios nacionais.

São Paulo, palco principal das festividades daquele ano, foi a última capital por onde passou o esquife de D. Pedro rumo ao seu descanso final. O momento alto da festa e que finalizaria a longa jornada de D. Pedro pelo Brasil foi a cerimônia de inumação de seus despojos, realizada no dia 6 de setembro, no Ipiranga, diante da presença do presidente Médici e do presidente do Conselho de Ministro de Portugal, Marcello Caetano. A esse evento se seguiram os tradicionais desfiles do dia 7 de Setembro. Dessa vez, o desfile principal, presidido pelo presidente da República, realizou-se também em São Paulo e foi acompanhado por cerca de quinhentas mil pessoas.

Em 21 de abril, dia de Tiradentes, as festas tiveram sua abertura oficial em eventos que deveriam se realizar em todas as cidades do país batizados de “Encontros Cívicos Nacionais”. De acordo com o presidente da CEC, Antonio Jorge Corrêa, tratava-se de acontecimento

<sup>3</sup> É interessante chamar a atenção para as datas escolhidas para começo e fim do ritual fúnebre de D. Pedro I: 22 de abril e 7 de setembro, datas que celebram, conforme a leitura da história realizada pela ditadura, os laços de continuidade e amizade entre Brasil e Portugal. Nesse sentido, segundo a proposta dos organizadores da festa, o 22 de abril de 1500 não significaria o início do processo de conquista, mas, sim, o nascimento do Brasil. Já o 7 de setembro de 1822 marcaria a refundação nacional, de forma pacífica, resguardados os laços de amizade com o colonizador.

inédito no mundo, com a mobilização da população de todo o país para, numa mesma hora, em praças públicas, escolas, hospitais e até penitenciárias ouvir a saudação e chamamento do presidente Médici [...] e cultivar a bandeira entoando o Hino Nacional.<sup>4</sup>

A festa, no entanto, incluiu outros eventos, de amplitude local, regional e nacional. Além disso, instituições da sociedade civil foram mobilizadas, livros editados e reeditados, escolas e universidades mobilizadas; e competições esportivas foram organizadas por todo o país. Dentre estas, um campeonato internacional de futebol, a Taça Independência, com jogos realizados em diversos estados do país, reunindo seleções do mundo todo e, evidentemente, a seleção canarinho, Tricampeã Mundial em 1970 (CORDEIRO, 2015).

Assim, em 1972, a ditadura organizou uma grande festa cívico-patriótica para comemorar os 150 anos da independência. O governo, de maneira geral, se empenhou, mas não esteve sozinho: soube também articular organizações da sociedade civil na participação do evento. A própria composição da CEC é exemplar de tal capacidade de articulação: presidida por um militar, o general Antonio Jorge Corrêa, dela também faziam parte os ministros da Justiça, das Relações Exteriores, da Educação, Marinha, Exército e Aeronáutica, além dos chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Conselho Federal de Cultura (CFC), da Liga de Defesa Nacional, da Associação de Emissoras de Rádio e TV e da Associação Brasileira de Rádio e TV.

Em âmbito regional, constituíram-se as Comissões Executivas Estaduais (CEEs), mobilizando também autoridades e instituições locais, para não mencionar as comissões municipais que se formaram

<sup>4</sup> Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. *Arquivo Nacional*, Recorte de jornal, 3 mar. 1972.

em diversas cidades do país. Muitos cidadãos ofereceram-se para participar dessas comissões. Ao mesmo tempo, grupos expressivos da sociedade civil dirigiram-se à CEC, por meio de cartas e telegramas, oferecendo sua contribuição ou manifestando desejos de tomarem parte, de forma mais ativa, nas comemorações. Outros participaram atendendo à convocação do regime: empunhando bandeiras, portando chapéus de soldado nas cores nacionais, erguendo cartazes. Compuseram, dessa forma, a *mise-en-scène* comemorativa. Outros participaram de maneira mais discreta, austera, respeitando, no entanto, a recuperação da História-Pátria que se realizava em 1972.

Este artigo procura abordar, especificamente, esse tipo de participação popular que teve lugar nas celebrações do sesquicentenário, ao mesmo tempo em que chama a atenção para o fato de que a euforia cívica de 1972 não escapou ao olhar atento e vigilante dos órgãos de informação do regime. Para tanto, tomo como fontes dois conjuntos documentais distintos: de um lado, a correspondência recebida e acumulada pela CEC ao longo de 1972 e, de outro, relatórios elaborados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

Ao longo de todo o ano comemorativo, a CEC acumulou vasta correspondência. Grande parte dela, burocrática, referia-se aos trâmites relativos à organização dos eventos e incluía as diversas CEEs, as instituições da sociedade civil que a compunham e o MEC, por exemplo. Outra parte, no entanto, veio da sociedade civil: associações de bairro, desportivas, escolas, pequenos jornais, empresariado. Muitas eram manifestações individuais, pessoas que, de formas e por motivos diversos, procuravam a CEC oferecendo sua colaboração, parabenizando pelos eventos transcorridos ou manifestando desejos de contribuir. Parte dessa correspondência será analisada a seguir. Trata-se de um material extremamente rico e revelador das formas a partir das quais o pacto social em torno da ditadura se estruturou nesses primeiros anos da década de 1970. Demonstra que a ênfase dada à recuperação cívico-patriótica do passado nacional proposta

pela ditadura não ficou restrita aos intelectuais ou instituições que organizaram a festa, ao contrário, repercutiu vivamente entre os segmentos populares que dela participaram.

De outra parte, os órgãos de informação do regime, especialmente o SNI, foram procurados por pessoas que formulavam denúncias a respeito do comportamento de seus concidadãos em relação às comemorações do sesquicentenário. Alguns denunciavam aqueles que se recusavam a tomar parte nas festividades ou que se utilizavam do evento para tirar algum proveito pessoal. Tais delações são bastante expressivas de como a noção de civismo que marcou os anos da ditadura esteve sempre vinculada às de segurança nacional e da necessidade de vigilância, eterna e atenta, contra os inimigos que rondavam. No entanto, os relatórios produzidos pelos órgãos de informação do regime a respeito do sesquicentenário iam além daqueles formulados em função das denúncias de populares. Em geral, a comunidade de informações esteve atenta às manifestações públicas relacionadas às comemorações, o que nos ajuda a compreender que tipo de participação cívica era bem-vinda e aceitável.

Tal documentação, relativamente distinta entre si, é indicativa das formas também distintas a partir das quais os cidadãos se dirigiram à ditadura no momento em que esta foi mais popular e mais repressora, para participar do espetáculo cívico ou para reportar comportamentos suspeitos. Expressam, de todo modo, possibilidades de diálogo ou comportamentos os quais não podem ser compreendidos como adesão pura e simples. Ao contrário, devem ser considerados em suas nuances e, sobretudo, tendo em vista o contexto de celebração cívico-patriótica. Mesmo porque, a adesão aos valores patrióticos transcende os governos. Embora, naquele contexto, não se pudesse desconsiderar o papel ativo da ditadura ao propor uma leitura muito específica da História-Pátria que, afinal, ganhou as ruas em 1972.

### Sempre alertas: comportamentos sociais e comunidade de informações

Muitos músicos – alguns desconhecidos do público, outros nem tanto assim – procuraram a CEC para mostrar suas músicas e solicitar que elas fossem integradas oficialmente às comemorações. Um deles foi Mario Zan, acordeonista famoso pela composição de algumas das mais populares canções de festas juninas do país, compositor de mais de 100 músicas, dentre elas o grande sucesso *Chalana*. Teve suas canções gravadas por nomes como Inezita Barroso, Roberto Carlos e Sérgio Reis, e Luiz Gonzaga o chamava de “o verdadeiro rei da sanfona” (RELEMBRE..., 2020). Em maio de 1972, Zan se dirigiu diretamente ao presidente da CEC, general Antonio Jorge Corrêa:

Sabedor do interesse de V.Sa. em relação à participação de todo o povo brasileiro nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil, e seguindo a orientação de V.Sa. no sentido de que as iniciativas devam partir do próprio povo, eu, como acordeonista e compositor, venho oferecer minha modesta contribuição, representada pelas músicas “150 anos de Independência” e “Transamazônica”. Tenho viajado por todo o país, desde as metrópoles até os menores povoados, levando minha mensagem musical, encarando essas viagens como uma missão patriótica.<sup>5</sup>

Mario Zan lembrava que em 1954 havia feito uma canção que ficou famosa em homenagem ao IV centenário da cidade de São Paulo e que, da mesma forma como aconteceu com a primeira, *150 anos de Independência* também poderia se transformar em grande sucesso, uma vez que já era “executada por bandas e fanfarras e cantada por orfeões e corais em inúmeros estabelecimentos de ensino, dado o

<sup>5</sup> Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. *Arquivo Nacional*, Documentos Públicos, código 1J. Pasta 3A. Correspondência recebida.

seu caráter altamente cívico, sua letra simples, de fácil comunicação [...], ritmo alegre e marcial”.<sup>6</sup> Por essa razão, vinha solicitar apoio ao governo por intermédio da CEC:

Em razão da aceitação que este meu trabalho vem tendo, sem qualquer outro apoio, venho solicitar ao representante deste simpático e humano Governo, na Comissão de Festejos do Sesquicentenário da Independência, a oficialização desta composição como Hino representativo das comemorações deste aniversário tão importante. Acompanhando os gestos humanos do chefe do Governo é que este humilde compositor encorajou-se a vir à vossa presença, sabendo que V.Sa. não deixará de se interessar por essa iniciativa que parte de um homem do povo, que neste momento tem a certeza de se dirigir a outro homem do povo.<sup>7</sup>

Mario Zan ficou famoso nos anos 1940 e 1950, cantando músicas regionais típicas. Nos anos 1970, era ainda importante referência da chamada *música caipira* para os novos músicos que surgiam, mas já não fazia mais o mesmo sucesso.<sup>8</sup> Seu apelo à CEC relacionava-se, de certa forma, à conjuntura específica de sua carreira. Zan acreditava que, da mesma forma como ocorreu com a canção que compôs para o IV centenário de São Paulo, uma música que pudesse ser associada às comemorações de 1972 poderia ter sucesso entre seu público, só que, dessa vez, a música teria apelo nacional. Seria tocada em todo o país, e não apenas na capital paulista.

Não obstante, a ação de dirigir-se ao governo e à CEC, em particular, não pode ser compreendida apenas por esse viés. Um dado

<sup>6</sup> Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. *Arquivo Nacional*, Documentos Públicos, código 1J. Pasta 3A. Correspondência recebida.

<sup>7</sup> Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. *Arquivo Nacional*, Documentos Públicos, código 1J. Pasta 3A. Correspondência recebida.

<sup>8</sup> Sobre música caipira e música sertaneja nos anos 1970, ver: Alonso (2015).

interessante da biografia de Mario Zan é que ele se declarava admirador de D. Pedro I e, principalmente, de sua amante mais famosa, a Marquesa de Santos. Nutria profundo encantamento pela história da Marquesa e a considerava uma “protetora espiritual” dele e de sua família. Assim, em função de uma promessa feita por ocasião do nascimento da filha, desde 1980, ele e sua esposa assumiram os cuidados e manutenção da sepultura da Marquesa, no cemitério da Consolação, em São Paulo, tarefa da qual a filha continuou se ocupando após a morte do pai, em 2006 (VEIGA, 2015).

A profunda admiração que sentia pela Marquesa de Santos fazia de Mario Zan um curioso da história da Independência do Brasil. Gostava, ao mesmo tempo, das festas cívicas, como atesta sua participação nas comemorações do IV centenário de São Paulo. Não deixaria, portanto, de dar sua contribuição para as festas do sesquicentenário. Sua participação deve ser compreendida tendo em vista a identificação que sentia com relação à história que estava sendo contada e com aquele tipo de festa cívica. Assim, os primeiros versos da canção que compôs para o sesquicentenário, intitulada *150 anos da Independência*, evocava a imagem do grito do Ipiranga:

Mil oitocentos e vinte e dois  
o povo de uma nação sorriu  
foi o grito de Dom Pedro I  
Que o mundo inteiro  
respeitoso ouviu.<sup>9</sup>

No entanto, não era somente ao imperador e ao grito do Ipiranga que a música fazia referência. Na segunda estrofe, entoavam-se vivas ao presidente e ao tempo presente:

<sup>9</sup> Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. *Arquivo Nacional*, Documentos Públicos, código 1J. Pasta 3E. Correspondência recebida.

Salve o povo brasileiro  
Salve o nosso presidente  
E unidos, lado a lado, no mesmo passo  
O trabalho, o estudo, o abraço  
O futuro é nosso presente.<sup>10</sup>

A associação da independência conquistada em 1822 com aquela que o processo de modernização trazia em 1972 foi uma constante durante as comemorações. Era, na verdade, o pressuposto básico que estruturou o ato de comemorar em 1972. Como podemos notar, não ficou restrito somente ao discurso oficial. Ao contrário, ganhou as ruas, os versos populares.

Além de Mario Zan, o compositor Radamés de Almeida Mercuri escreveu à CEC explicando que havia composto o que ele próprio chamara de “hino oficial do sesquicentenário” e desejava saber, naquela que já era a segunda carta enviada, a opinião do presidente da comissão a respeito de outra composição sua, intitulada *Canta Brasil*, dessa vez em homenagem às “Gloriosas Forças Armadas do Brasil”. A letra da música, no entanto, não mencionava as Forças Armadas. Era, antes, uma exaltação da natureza local e de figuras e lugares históricos do país:

Canta Brasil, a beleza  
das montanhas fulgurantes  
de teus rios na correnteza  
das cascatas espumejantes  
[...] Lembra as glórias do grande Ruy  
Castro Alves em sua eclosão  
Carlos Gomes no Guarany  
Santos Dumont, pai da aviação.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. *Arquivo Nacional*, Documentos Públicos, código 1J. Pasta 3E. Correspondência recebida.

<sup>11</sup> Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. *Arquivo Nacional*, Documentos Públicos, código 1J. Pasta 3E. Correspondência recebida.

É interessante mencionar que não foram apenas a história pátria, as belezas e os heróis nacionais que foram cantados. Médici e a “revolução” de 1964 também receberam homenagens, como podemos observar na carta enviada por Antônio Carvalho Costa, de Salvador, na qual postava a letra da música *Ninguém segura mais este Brasil*, de sua própria autoria e letra do professor Antonino Rocha. Utilizando como título o *slogan* intensamente utilizado pelas agências de propaganda da ditadura e originado de frase atribuída ao próprio Médici, Antônio Carvalho explicava que com a música pretendia homenagear, além do presidente, “nossas gloriosas Forças Armadas de terra, mar e ar, da nossa Pátria Brasileira”:

“NINGUÉM SEGURA MAIS ESTE BRASIL”

Na sua marcha ardente e triunfal  
Rebrilhou o seu céu puro de anil  
A sua glória sublime e sem rival  
Em 64, partiu para a arrancada  
Sorrindo decidido, impávido, viril  
Entoando a sentença, agora demarcada

“NINGUÉM SEGURA MAIS ESTE BRASIL”

Brasil presente estás na História  
De um povo que se fez vitória  
Sublime de sonhos sempre definidos  
Em fastos de glória difundidos  
Brasil que alçou o 2 de julho  
E em março, mais forte, o seu orgulho  
Cantando em coro com as Forças Armadas  
O Hino palpitante das cruzadas  
[...] Feliz terra e esplendorosa  
Pátria de Médici e Ruy Barbosa  
Bonita a Pátria da verdade  
Apoteosando a mocidade  
De Castro Alves – versos brilhantes [...].<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional, Documentos Públicos, código 1J. Pasta 3E. Correspondência recebida.

A música contém elementos bastante expressivos de determinado imaginário cívico-patriótico que não apenas as comemorações de 1972 foram capazes de mobilizar, mas, de modo mais amplo, caracterizaram o próprio pacto ditatorial, em particular nos primeiros anos da década de 1970. Assim, se a letra fazia alusão a episódios e personagens históricos, voltava-se também para a celebração do presente. A letra apresentava 1964 como marco fundamental, quando o país arrancou para sua “marcha ardente e triunfal” que, então, oito anos depois, a ditadura confirmava com sucesso. O compositor, natural de Salvador, faz uma associação entre o 2 de julho, a grande festa cívica baiana, e 1964, como dois momentos nos quais os brasileiros se mostraram orgulhosos de seu país.

As Forças Armadas também foram homenageadas pela canção. Fala-se, na letra, de uma “cruzada” que a sociedade entoava juntamente com os homens de farda. Os versos deixam explícita a associação entre civis e militares, lutando juntos em uma cruzada a qual supõe, portanto, um inimigo comum, empenhados na construção do *Brasil potência*. Além de colocar o golpe de 1964 e a ditadura como desdobramento da história nacional, como mais um dos momentos em que o “povo se fez vitória”, a música também coloca Médici ao lado de grandes figuras nacionais, como Ruy Barbosa e Castro Alves. O presidente, grande homenageado pela canção, de acordo com os próprios compositores, merecia lugar de destaque no panteão dos grandes homens da nação.

Médici foi o presidente mais popular da ditadura. A figura de *homem comum* de um senhor já de certa idade, discreto, de pouca fala, apaixonado por futebol e que, ao mesmo tempo, comandava com rigor e seriedade um país que passava por intensas transformações em ritmo acelerado, constituiu-se em importante agente do consenso ditatorial naqueles tempos de *milagre*.

O presidente personificava, para expressivos segmentos que apoiaram o golpe, a um só tempo, tudo o que se esperava do movimento de 1964: austeridade no que tangia à recuperação econômica do país; firmeza no combate ao comunismo e um carisma originado, sobretudo, do seu popular gosto pelo futebol, mas não apenas. Seu espírito cívico-patriótico, incentivador das lembranças que recuperavam o passado e, ao mesmo tempo, crente e incentivador das possibilidades nacionais, foi capaz de despertar admiração em muitas pessoas. Daí não ter sido incomum sua associação com D. Pedro I ou com outros heróis nacionais no contexto do sesquicentenário.

Veja-se, por exemplo, o esforço empenhado por diversos setores ligados às associações estaduais de letras e instituições similares no intuito de inserir as festas estaduais do livro no calendário oficial da CEC. Expressiva correspondência foi enviada à comissão dos mais diversos estados da federação solicitando que tal inclusão fosse realizada. A correspondência enviada de Fortaleza, por pessoas que se identificavam como “homens de letras do Ceará”, se fazia acompanhar de um panfleto, patrocinado pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) e pela empresa Transportes Aéreos Portugueses (TAP) e anunciava a expectativa de poder realizar, com as feiras do livro, uma “Festa do Povo em homenagem a Médici”. O texto do panfleto justificava suas intenções:

Suponho que esteja sorrindo e se perguntando a si mesmo:  
 – Mas como ousa, pretenciosamente, antecipar o calendário de uma série gigantesca de festas turístico-culturais, revelando confiança demasiada nos dirigentes do país – se não possui nenhuma credencial para fazê-lo?  
 Respondo: – Minha credencial é meu profundo amor ao Brasil e à sua gente. Não basta? Confio nos homens ilustres que dirigem os estados – seus governadores, cuja mentalidade se amolda, harmoniosamente, por força da cultura e espírito de brasilidade, ao programa de integração nacionalista do presidente Médici – cidadão exemplar que,

convocado para servir a pátria, tornou-se, na sua humildade, o símbolo do brasileiro autêntico que ama o Brasil e, trabalhando sem alarde, mas seguro de si mesmo, legará ao povo um país confiante no seu grandioso futuro. É esse o Homem que, através das FESTAS ESTADUAIS DO LIVRO, em 1972, receberá a sincera homenagem do Brasil.<sup>19</sup>

Afinal, o que significava eleger o presidente Médici como símbolo do “brasileiro autêntico”? O que representava, a partir dessa definição, o “brasileiro autêntico”? A essas questões, os autores da carta respondiam em seguida: Médici pode ser considerado dessa forma porque amava o Brasil e era, antes de tudo, um bom soldado que, convocado para cumprir uma missão, para servir à Pátria, o fez com humildade e sem alarde, com segurança, firmeza e autoridade. Encontramos aqui elementos fundamentais para compreendermos determinado imaginário coletivo conservador, ao fim, crucial para entendermos a forma como se estruturou o pacto social em torno da ditadura nos primeiros anos da década de 1970.

Esse pacto conforma-se com base na ideia de confiança em seus líderes, os quais, embora não fossem eleitos diretamente, eram dignos dela porque despertavam nas pessoas as sensações de segurança, autoridade, patriotismo e amor ao país. Além disso, a ideia da necessidade de amoldar-se ao programa de “integração nacionalista” do presidente remete à ideia da necessidade de união nacional em torno da construção do *Brasil potência*. Segmentos expressivos da sociedade estavam de fato entusiasmados pelas possibilidades que o *milagre* foi capaz de suscitar.

É interessante observar a carta citada anteriormente, quando os autores da canção *Ninguém segura este Brasil* mencionam a

<sup>19</sup> Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. *Arquivo Nacional*, Documentos Públicos, código 1J. Pasta 3A. Correspondência recebida.

existência de uma cruzada, a qual as Forças Armadas venciam com ajuda popular, bem como sua disposição em realizar o “sacrifício máximo” pela pátria. Nesse trecho, a ideia de uma cruzada, violenta, guerreira, não está associada especificamente à figura do presidente Médiçi, mas, sim às Forças Armadas de maneira mais geral. Ao contrário do que aparece na carta seguinte, e em muitos outros momentos, à figura de Médiçi estavam associadas as referências ao *Brasil grande*, à construção do futuro, ao projeto ultramoderno de integração nacional.

Foram muitas e diferentes as situações que levaram populares a se dirigirem à CEC em 1972. As cartas enviadas à comissão não continham, como é de se supor, somente homenagens ao presidente. Os heróis nacionais – Tiradentes e, em especial, D. Pedro I – foram muito lembrados, principalmente por meio de poesias. Assim, às vésperas do 21 de abril, Moacyr de Moraes Oliveira encaminhava à comissão a poesia de sua autoria intitulada *Tiradentes*. Falava em um homem que encarou a morte, diante da multidão, com o “olhar altivo” e o “porte grave”, sem se deixar aparentar vencido. E conclamava os brasileiros a cultivar sua memória:

Brasileiros: cultuai sua memória, é justo!  
No solo que pisais, rolou sublime e augusto  
Dando glória ao Brasil, e exemplo à mocidade.

Em certo sentido, o apelo do autor para que os brasileiros não deixassem de cultivar a memória de Tiradentes recuperava os debates verificados na imprensa às vésperas do 21 de abril. Ou seja, embora se admitissem a centralidade e preponderância de D. Pedro I nas comemorações de 1972, era importante preservar o culto a Tiradentes (CORDEIRO, 2015, p. 103 e seg.). Afinal, seu sangue – assim como seu corpo – rolou “no solo que pisais” e em defesa deste solo. Além

disso, seu martírio, sua disposição heroica ao sacrifício da vida pela liberdade da pátria constituía exemplo à mocidade”.

Como era de se supor, as homenagens mais expressivas foram feitas ao imperador, Pedro I, o herói eleito pela ditadura. Algumas das mais expressivas foram as duas poesias enviadas pelo aposentado Militão Lima, 80 anos, que escrevia do Rio Grande do Norte. Não encaminhava suas correspondências à CEC, mas diretamente ao presidente da República. A primeira datava de maio de 1972 e se intitulava “Pedro Primeiro”; a segunda, de julho, “Fico”, em homenagem ao Dia do Fico. Ambas possuíam o mesmo teor e incorporavam de forma muito expressiva as relações entre 1822 e 1972 traçadas pelo discurso oficial. Na primeira delas, podia-se ler:

Teu “Fico” despertou jovem gigante Para as aspirações,  
grandes destinos. Hoje um Brasil ao som dos belos Hinos.  
E na poesia intitulada “Fico”, descrevia da seguinte forma o imperador e seu gesto: exemplo de fé cívica e tocante, Milagre fez, parece um grande sonho: Hoje um Brasil feliz, livre, risonho! Tudo é “Fico” no “Brado retumbante”!<sup>14</sup>

As poesias escritas pelo senhor Militão Lima sintetizam perfeitamente a incorporação do discurso rememorativo em voga em 1972. Demonstam a relevância e o impacto que a associação criada pela ditadura entre a independência política realizada em 1822 e a independência econômica conquistada em 1972 adquiriu no seio da sociedade. Apontam para o fato de que as associações entre passado e presente propostas pelo regime no ano do sesquicentenário puderam ser compartilhadas, tendo em vista determinado imaginário cívico-patriótico nacional, que via em D. Pedro I e em seu

<sup>14</sup> Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. *Arquivo Nacional*, Documentos Públicos, código 1J. Pasta 3B. Correspondência recebida.

grande gesto exemplo de “fé cívica e tocante” que esteve na origem do “Brasil feliz, livre e risonho”, no qual muitas pessoas acreditavam estar vivendo em 1972.

Na correspondência acumulada pela CEC, podemos observar como se manifestava, de maneira significativa, a ligação entre passado e presente, seja por meio do “sacrifício exemplar” de Tiradentes, seja pelo “gesto audacioso” de D. Pedro I. A muitos parecia que ali no passado estava a semente do novo Brasil, país do presente, fruto não apenas do martírio e do heroísmo dos grandes homens, mas também do pulso firme e das convicções patrióticas dos líderes de então. Outros tantos preferiam escrever não sobre os heróis de outrora, e sim sobre os homens e os eventos do presente: Médici, as Forças Armadas, a *revolução* e o *milagre*. A maioria, no entanto, não conseguia separar um do outro. Em 1972, passado e presente, D. Pedro I e Médici habitavam, simultaneamente, as imaginações populares e davam o tom das comemorações do ano do sesquicentenário.

Por outro lado, durante a ditadura, a ideia de celebração, recorrente no ano do sesquicentenário, não esteve separada da noção de vigilância, tão cara aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional: era preciso vigiar, porque o inimigo espreitava, de forma sorrateira. E podia estar em toda a parte. Sob esse aspecto, a prática da delação, muito incentivada pela ditadura e já relativamente disseminada no Brasil (CORDEIRO, 2019b), adquiriu características específicas no contexto do sesquicentenário. Assegurar a boa participação popular nas festas passou a ser preocupação de determinados cidadãos, que procuravam os órgãos de informação para, muitas vezes, denunciar o que consideravam falta de espírito cívico e patriótico de seus concidadãos.

Foi o que fez o delegado especial de Polícia do município de Jequitinhonha, Minas Gerais, o tenente-coronel Pedro Pereira da Silva. Em maio de 1972, ele escreveu aos órgãos competentes para reportar comportamento considerado suspeito por parte do Frei

Emiliano Soaede, diretor da rádio local, a Rádio Emissora Santa Cruz. Segundo ele, o episódio teria se passado no último 21 de abril, data de abertura dos festejos do sesquicentenário, quando todas as cidades do país haviam sido convocadas a tomarem parte nos Encontros Cívicos Nacionais. O autor da denúncia explicava que, como delegado de polícia, integrou a comissão organizadora dos festejos do sesquicentenário naquela cidade e, conforme as instruções repassadas pela CEC, foi convocada uma concentração cívica na Praça da Matriz. No entanto,

[...] presentes as autoridades locais no palanque mandado armar pela Prefeitura local, à frente da Igreja referida, passamos por momentos de verdadeiro vexame moral, face à atitude do Diretor da Rádio Emissora Santa Cruz, de Jequitinhonha, Frei Emiliano Soaede, em haver negado a colaboração da Rádio para transmissão das solenidades.<sup>15</sup>

O denunciante seguia explicando que o frei também teria negado acesso ao serviço de alto-falante, o que contribuiu para atrasar e prejudicar as celebrações. O papel das rádios locais foi particularmente importante para os tipos de concentrações incentivadas pela CEC para os Encontros Cívicos Nacionais, visto que previam que o povo deveria parar, no mesmo momento, para ouvir o pronunciamento do presidente da República, transmitido em rede nacional de rádio. Daí que a atitude do Frei Soaede foi vista como suspeita e antipatriótica. O delegado seguia suas reclamações:

A atitude do mesmo reverendo chocou profundamente as autoridades presentes e o povo em geral, que consideraram um verdadeiro acinte, não apenas à comunidade local, mas

<sup>15</sup> Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. ABH. ACE/CNF 6448/82.

ainda às autoridades governamentais e ao próprio Brasil. Considerando a gravidade de tal procedimento, data venia, solicito providências cabíveis e imediatas a fim de conjurar a repetição de fatos tão humilhantes, praticados por um estrangeiro, dentro da nossa própria casa.<sup>16</sup>

O Frei Soaede era de origem holandesa, conforme mencionado pelo próprio autor em sua denúncia. O que parecia, em certa medida, ser um agravante para a delação formulada. Isso porque, segundo o tenente-coronel, sendo holandês, o frei não poderia ser diretor de uma radioemissora no país. Mais que isso, no entanto, o eixo central de sua queixa se concentrava no fato de um elemento estrangeiro à comunidade ter humilhado o sentimento nacional e as festas cívicas preparadas pelas autoridades locais, *nacionais*. Por essa razão, solicitava que providências fossem tomadas e se colocava à disposição para ajudar.

A “má vontade” de membros da Igreja Católica com relação às festividades do sesquicentenário foi notada em outras oportunidades. Um relatório produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), em 1973, por exemplo, dava conta de que D. José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa, “mantém uma sistemática oposição na PARAÍBA, aos atos cívicos religiosos, procurando tirar todo o brilho para sua realização”. O relatório afirmava que assim havia sido por ocasião da abertura das comemorações do sesquicentenário da Independência, mas também nas comemorações relativas ao Dia Nacional de Ação de Graças e nas festividades do Dia do Marinheiro. D. José Maria Pires era acusado pelo relatório de pertencer ao “clero progressista”.<sup>17</sup> De acordo com Paulo César Gomes, os órgãos de informação do regime estavam atentos às atividades de D. José Maria Pires pelo menos desde 1968. Temiam, como demonstra o

<sup>16</sup> Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. ABH. ACE/CNF 6448/82.

<sup>17</sup> Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. AC. ACE/CNF. 59174/73.

historiador, a atuação do bispo no que chamavam “campo psicossocial”, e o acusavam de violar a Lei de Segurança Nacional e de “incitar a contestação e a agitação social” (GOMES, 2014, p. 141-142). No contexto das comemorações do sesquicentenário, podia-se ainda acrescentar às acusações as demonstrações de desprezo às festas cívicas, tão prezadas pelo regime.

Ademais, não foi apenas com relação aos meios religiosos que os órgãos de informação se mantiveram atentos. Se em 1972 a convocação geral do regime era para celebrar a pátria, com toda pompa, as comemorações deveriam se dar de acordo com determinado espírito cívico, respeitando-se a ordem e as autoridades. Assim, alguns jornais noticiaram com entusiasmo, em 1972, o périplo do tenente reformado e escoteiro José Alves Pessoa, que aos 69 anos de idade percorreu o país a pé, do Oiapoque ao Chui, repetindo o feito de seu grupo de escotismo em 1922, quando do centenário da independência.<sup>18</sup> O feito, visto com entusiasmo por parte da imprensa, foi, no entanto, recebido com desconfiança pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), uma vez que José Alves Pessoa havia sido demitido do Exército com base no Ato Institucional número 1, ainda em 1964.<sup>19</sup> Em relatório produzido pelo SNI em 1973, sobre as atividades de Clodoaldo Carvalho Nascimento, em Macapá, José Alves Pessoa aparece referido como “comunista”.<sup>20</sup> Em outro relatório, é descrito como “ex-tenente do Exército, cassado por Ato Institucional em 1964 e residente em Macapá/AP, que mantinha ligações com exilados políticos, com o PC de Caiena e com o líder comunista da República da Guiana”.<sup>21</sup>

<sup>18</sup> *Correio Braziliense*, 1972. Recorte de Jornal. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência.

<sup>19</sup> Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. AC. ACE/CNF. 45732/72.

<sup>20</sup> Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. ABE. ACE/CNF. 2299/82.

<sup>21</sup> Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. AC. ACE/CNF. 66968/881.

O documento produzido pela DSI/MJ em 1972 trazia em anexo uma série de reportagens do jornal *Novo Amapá* noticiando e celebrando o feito de Pessoa. O que demonstra que a comunidade de informação viu com desconfiança o destaque que o periódico vinha dando à ação proposta pelo ex-tenente.

Ao que parece, José Alves Pessoa representava uma cultura política nacionalista de forma alguma estranha às esquerdas comunistas, tampouco às Forças Armadas. Se podemos considerá-lo um representante do nacionalismo de esquerda, sua atitude de devoção à pátria no contexto em que a ditadura monopolizava a narrativa do sesquicentenário pôde, perfeitamente, ser incorporada pela CEC – no acervo da comissão pode-se encontrar mais de uma referência ao seu feito, sobretudo em recortes de jornais arquivados. Ao mesmo tempo, porém, suas ligações político-partidárias faziam com que a ação cívica que protagonizou em 1972 fosse vista com desconfiança pelos órgãos de informação, que ficaram atentos. Afinal, se a ditadura convocava o povo a celebrar a pátria, a celebração deveria ser feita dentro do espírito cívico do regime.

Algo similar se passou quando empresários de São Paulo começaram a ser procurados pelo Instituto Pero Vaz de Caminha para contribuir financeiramente com a publicação “Quem é quem no sesquicentenário”. A rigor, o fato primeiro chamou a atenção do economista Paulo Henrique Sawaya Filho, que procurou o SNI para informar que “elementos do INSTITUTO HISTÓRICO E CULTURAL PERO VAZ DE CAMINHA vêm pressionando presidentes de empresas de São Paulo propondo participação em um livro “WHO’S WHO” por Cr\$ 15.000,00”.<sup>22</sup> A carta enviada aos empresários pelo Instituto, ainda no início de 1971, informava a respeito das atividades planejadas por ocasião das comemorações do sesquicentenário. Além do livro, o Instituto pretendia realizar um documentário e mencionava também sua contribuição em futuras

<sup>22</sup> Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. AC. ACE/CNF. 33165/71.

negociações a respeito do traslado dos restos mortais de D. Pedro I de Portugal para o Brasil.

O conteúdo da carta enviada aos empresários pelo Instituto Pero Vaz de Caminha parecia corresponder ao espírito cívico-nacional que a ditadura incentivava e citava, inclusive um trecho do discurso do presidente Médici ao tomar posse como presidente de honra do IHGB. Ainda assim, Sawaya desconfiou que os empresários poderiam estar sendo extorquidos pelo Instituto e procurou o SNI, esclarecendo que “a personalidade que estava forçando os presidentes [das empresas] a receberem corretores “desse instituto e insistindo naquela contribuição é o Marechal do Ar Armando de Souza e Melo Ararigboia”. A investigação do SNI, no entanto, apenas localizou como suspeito o jornalista Alfredo Marques, membro do Instituto e “suspeito de processo de conscientização comunista”.<sup>23</sup>

Recentemente, o relatório da Comissão Nacional da Verdade apurou que Paulo Henrique Sawaya Filho foi um dos empresários colaboradores da Operação Bandeirantes (OBAN), desde 1969, chegando mesmo, em alguns casos, a se apresentar como Agente do SNI.<sup>24</sup> Tratava-se, portanto, de um colaborador constante do regime. Daí que sua denúncia, curta e direta, tenha desencadeado uma investigação mais minuciosa por parte do SNI, que investigou toda a diretoria do Instituto Pero Vaz de Caminha.

### Considerações finais

Este artigo buscou compreender as atitudes sociais durante a ditadura, em particular no contexto das comemorações do sesquicentenário da Independência. As formas de participação cívica em 1972 foram plurais e muito diversas entre si (CORDEIRO, 2015) e devem ser compreendidas levando em conta a mobilização dos

<sup>23</sup> Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. AC. ACE/CNF. 33165/71.

<sup>24</sup> COMISSÃO Nacional da Verdade. Relatório. Volume I, p. 127; 170.

símbolos e heróis nacionais. Nesse sentido, em muitas circunstâncias, elas transcendem a adesão simples e direta à ditadura e devem ser entendidas a partir do acionamento do amor à pátria. Por outro lado, é preciso considerar que durante a ditadura, em particular em 1972, foi o regime quem monopolizou a narrativa cívico-nacional. Por isso, em muitos momentos, encontramos manifestações de populares que incorporavam a leitura proposta pela ditadura, aproximando os heróis e eventos nacionais do General Médici, da “revolução de 1964” e do “milagre brasileiro”.

Nesse sentido, pode-se considerar que a ditadura obteve sucesso ao propor uma narrativa que deveria voltar-se para o passado, mas, ao mesmo tempo, celebrando o “quadro palpitante” das realizações do presente. Por outro lado, a ampla convocação feita ao povo para tomar parte nas celebrações supunha um tipo determinado de participação. Era preciso manifestar seu amor à pátria dentro dos parâmetros permitidos pela ditadura. Por essa razão, a comunidade de informações manteve-se atenta às manifestações nacionalistas que vieram à tona em 1972, mas também àqueles que se recusavam a tomar parte nos eventos oficiais convocados pela ditadura. Para isso, contaram algumas vezes com a colaboração de informantes ou mesmo de denunciante eventuais.

Assim, a leitura da História-Pátria promovida pela ditadura em 1972 conciliou, ao mesmo tempo, o otimismo ufanista próprio dos anos do *milagre* com a necessidade de vigilância constante e permanente contra eventuais inimigos do regime. Comemorar e vigiar eram atitudes que se complementavam no contexto do sesquicentenário da Independência e não foram, de modo algum, estranhas a expressivos segmentos da sociedade.

## Referências

- ALONSO, Gustavo. *Cowboys do Asfalto: música sertaneja e modernização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CORDEIRO, Janaina Martins. A ditadura não fala: um esboço biográfico de Emílio Garrastazu Médici. In: FERREIRA, Jorge; CARLONI, Karla (org.). *A República no Brasil. Trajetórias de vida na democracia e na ditadura*. Niterói, RJ: EDUFF, 2019a. p. 401-431.
- \_\_\_\_\_. Delações e vida cotidiana no Brasil durante a ditadura civil-militar. *LOCUS*, v. 25, p. 223-238, 2019b.
- \_\_\_\_\_. Milagre, ordem e progresso: naturalização da violência e crescimento econômico em tempos de ditadura. In: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaina Martins; SOUZA, César Martins de (org.). *O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano*. Curitiba: Prisma, 2018. p. 135-154.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.
- CORRÊA, Antonio Jorge. *As comemorações do sesquicentenário*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil; Biblioteca do Sesquicentenário, 1972.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.
- RELEMBRE um pouco dos 100 anos de Mario Zan. *Sucesso*, 10 out. 2020. Disponível em: <https://web.portalsucesso.com.br/home/relembre-um-pouco-dos-100-anos-de-mario-zan>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- SCARTEZINI, A. C. *Segredos de Médici*. São Paulo: Marco Zero, 1985.

VEIGA, Edison. Família de Mario Zan cuida dos túmulos da Marquesa de Santos. *Estadão*, 1 jul. 2015. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/edison-veiga/familia-de-mario-zan-cuida-dos-tumulos-da-marquesa-de-santos/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

## Fontes

ARQUIVO Nacional. Fundo Comissão Executiva Central para as comemorações do Sesquicentenário da Independência.

ARQUIVO Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI).

COMISSÃO Nacional da Verdade. Relatório. Volume I.

## Sobre os autores

### Organizadores

**João Paulo Avelãs Nunes** – professor auxiliar do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, atuando também como investigador integrado do CEIS 20 da mesma instituição e investigador colaborador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e História da Universidade Nova de Lisboa.

**Luciano Aronne de Abreu** – professor titular do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS; membro da Rede Internacional de Estudos dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições para a Democracia (REFAT) da Rede de Estudos do Corporativismo (NETCOR) e das Redes de Pesquisa Conexões Lusófonas e Direitas, História e Memória.

**Miliandre Garcia** – professora associada do Centro de Artes e Museologia da UNESPAR, *campus* Curitiba I; coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq “Autoritarismo e Resistência” e do Grupo de Trabalho “Cultura e Artes na Ditadura Militar” da ANPUH.

**Tatyana de Amaral Maia** – professora da Escola de Humanidades e do PPGH/PUCRS; bolsista produtividade CNPQ. Doutora em História pela UERJ; mestra em História pelo PPGHIS/UFRJ; e bacharela em História pela UERJ.

### Colaboradores

**Ana Maria Mauad** – professora titular do Departamento de História da UFF; pesquisadora do CNPq desde 1996; Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) desde 2013; e pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF desde 1992. Em 2018, assumiu a Cátedra Celso Furtado como Visiting Scholar no St. John's College, Universidade de Cambridge.

**Bruno Ayllón Pino** – doctor en Relaciones Internacionales por la UCM (Universidad Complutense de Madrid). Miembro del Grupo de Investigación BRASILHIS, Universidad de Salamanca. Investigador asociado al Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación (UCM).

**Bruno Biasetto** – pesquisador do Centro de Estudos da América Latina e Caribe da York University (Canadá); ph.D. em História Econômica da América Latina pela Georgetown University (EUA). Autor do livro *A era de Trump: a encruzilhada da direita americana* (EDIPUCRS 2020).

**Fernando Martins** – Docente do Departamento de História da Universidade de Évora e Membro Integrado do CIDEHUS-UE. Os seus domínios de investigação são a história do século XX português, nomeadamente a história dos seus regimes políticos, da política colonial, da política externa, além da história militar e da biografia histórica. Publicou em 2020, nas Publicações Dom Quixote, *Pedro Theotónio Pereira. O outro delfim de Salazar*.

**Fernando Tavares Pimenta** – professor auxiliar da Universidade Aberta e investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/NOVA). Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença.

**Janaina Martins Cordeiro** – professora de História Contemporânea do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Doutora em História pela UFF e Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj; bolsista de Produtividade do CNPq.

**Jens R. Hentschke** – professor titular de História e Política da América Latina na Universidade de Newcastle, no Reino Unido. Tem um doutoramento em História e obteve a sua Livre-Docência (Habilitation) em Ciência Política na Universidade de Heidelberg, na Alemanha. Na Grã-Bretanha, Hentschke foi presidente da Sociedade de Estudos Latino-Americanos e da Conferência Permanente dos Centros de Estudos Latino-Americanos.

**Luciana da Cruz Brito** – professora da graduação e pós-graduação da UFRB. Doutora em História pela USP; especialista em História da Escravidão, Liberdade e Relações Raciais no Brasil e nos EUA. É autora do livro *Temores da África: segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista*, ganhador do prêmio Thomas Skidmore em 2019.

**Mauro Cezar Coelho** – professor associado da UFPA. Doutor pela USP e mestre pela PUC-Rio. Pesquisa a História Ensinada na Escola, por meio do estudo dos livros didáticos, do modo pelo qual os povos indígenas são abordados na Educação Básica e da análise dos percursos de formação de professores de História.